

MEMÓRIAS e TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS

O RURAL COMO OBJETO
DE REFLEXÃO E VIDA

VOLUME 2

MEMORIAIS:

HÉCTOR ALIMONDA
NELSON GIORDANO DELGADO
PETER MAY



Organizadoras

Karina Kato • Socorro Lima • Biancca Scarpeline de Castro



UFRRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO



MEMÓRIAS e
TRAJETÓRIAS
ACADÊMICAS

O RURAL COMO OBJETO
DE REFLEXÃO E VIDA

Reitor

Ricardo Luiz Louro Berbara

Vice-reitor

Luiz Carlos de Oliveira Lima

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Alexandre Fortes

Pró-Reitora adjunto de Pesquisa e Pós-Graduação

Lúcia Helena Cunha dos Anjos

Conselho Consultivo

Cláudia Mazza

Yllan de Mattos Oliveira

Clézio dos Santos

Márcio Rufino Silva

Ana Maria Marques dos Santos

Manlio Silvestre Fernandes

Ana Paula Perrota Franco

Débora Lerrer

Danilo Bilate

Simone Batista

Christian Dutilleux

Lígia Fátima Lima Calixto



EDUR

Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Br 465, Km. 7, Seropédica – RJ - CEP: 23.890-000

Telefone: (021) 2681-4711

Site: www.editora.ufrj.br

E-mail: edur@ufrj.br

MEMÓRIAS e TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS

O RURAL COMO OBJETO
DE REFLEXÃO E VIDA

VOLUME 2

MEMORIAIS:

HECTOR ALIMONDA
NELSON GIORDANO DELGADO
PETER MAY

Organizadoras

Karina Kato • Socorro Lima • Biancca Scarpeline de Castro



Copyright © 2018 por Editora da UFRRJ

Todos os direitos desta edição reservados à Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, ou de parte do mesmo, sob quaisquer meios, sem autorização expressa da editora.

Título Original: Memórias e Trajetórias Acadêmicas : o rural como objeto de reflexão e vida

Editora-chefe:

Fabiane Popinigis

Conselho Editorial

Claudia Schmitt

Afonso Henrique Vieira da Costa

Vinicius Ferreira Baptista

Marcos Gervásio Pereira

Douglas Siqueira de Almeida Chaves

Cristiane Cardoso

Andrea Beremblum

Marcos Estevão Gomes Pasche

Maria das Graças Salgado

Luís Cláudio Walker

Jefferson Nepomuceno

Pedro Campos

Patricia Reinheim

Sérgio Serra

Márcia Denise Pletsch

Adriana Barreto

Rosane Nora

Cláudio Maia Porto

Coordenação Administrativa: *Mariangela de Campos Dias*

Vice-Coordenação Administrativa: *Daniel Corban Rodrigues*

Projeto gráfico, diagramação e capa: *www.ideiad.com.br*

Revisão: *Sandra Resende*

UFRRJ / Biblioteca Central / Divisão de Processamentos Técnicos

Bibliotecária: Eliane Maricá Soares (CRB 5876/7)

378.8153

M533

Memórias e trajetórias acadêmicas : o rural como objeto de reflexão e vida : volume 2 :
memoriais : Hector Alimonda, Nelson Giordano Delgado, Peter May
[recurso eletrônico] / Organizadoras Karina Kato, Socorro Lima, Bianca Scarpeline.
– Seropédica, RJ: Ed. da UFRRJ, c2018.

Inclui bibliografias.

Modo de acesso: Internet.

ISBN: 978-85-8067-104-9 (E-BOOK).

1. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - História. 2. Professores - Biografia. 3. Professores - Formação. I. Kato, Karina. II. Lima, Socorro. III. Scarpeline, Bianca. IV. Título.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional
Editora Filiada à ABEU


Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Organizadoras

Karina Kato (ex-aluna, CPDA/UFRRJ)

Professora adjunta do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, do Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS), do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), com dedicação exclusiva. É pesquisadora do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA) e do Grupo de Estudos sobre Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas, ambos vinculados ao CPDA/UFRRJ, pesquisadora colaboradora do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e pesquisadora do Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Relações Internacionais (LIERI/UFRRJ). Titulada doutora pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2012). Obteve o grau de mestre em 2006 no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - IE/UFRJ (2003).

Socorro Lima (ex-aluna, UFF Campos)

Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (1992), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1998). Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Pós-Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas. Atualmente é professora da Universidade Federal Fluminense - Campos dos Goytacazes. Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Ambiente e Políticas Públicas (PPGDAP) do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da UFF/Campos. Coordenadora do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (NERU) e Tutora do Grupo Propet Ciranda Rural. Atua nas áreas de Geografia Agrária e Econômica, Políticas Públicas para a Agricultura, Desenvolvimento Rural, Agricultura Familiar, Educação do Campo, Mercados Agroalimentares, Agronegócio com ênfase na Cadeia Produtiva da Soja e suas redes e estratégias empresariais.

Biancca Scarpeline de Castro (ex-aluna, ICSA/UFRRJ)

Professora do curso de graduação em Administração Pública e do Mestrado Acadêmico em Administração da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Biancca S. de Castro, concluiu o doutorado em ciências sociais na Universidade Estadual de Campinas, é formada em ciências econômicas pela Universidade Estadual Paulista e possui mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Tem experiência nas áreas de economia, sociologia e administração pública, atuando principalmente com as seguintes temáticas: políticas públicas, ciência e tecnologia, inovação e meio ambiente.

Comissão CPDA 40 Anos

Karina Kato (CPDA/UFRRJ)
Andrea Rente (UFOPA)
Ariane Brughnara (CPDA/UFRRJ)
Betty Nogueira Rocha (IM-UFRRJ)
Biancca Scarpeline de Castro (ICSA/UFRRJ)
Cátia Grisa (UFRGS)
Fabrizio Teló (UFF e CPDA/UFRRJ)
Letícia Chechi (PGDR/ UFRGS)
Marcelo Miná Dias (UFV)
Mirna Oliveira (AATR)
Rafael de Andrade (CNPq)
Renata Milanés (CPDA/UFRRJ)
Sandro Leão (UFOPA)
Silvia Zimmermann (Unila)
Socorro Lima (UFF-Campos)
Valdemar Wesz (Unila)

Bolsista

Natália dos Santos Monteiro (UFRRJ)

Apoio Administrativo

Diva Faria (OPPA/CPDA)

Organização

CPDA 40 Anos

Apoio

CPDA
UFRRJ
ICHS

Patrocínio

INCT/PPED
CAPES
EDUR

Não faças de ti
Um sonho a realizar.
Vai.
Sem caminho marcado.
Tu és o de todos os caminhos.
Sê apenas uma presença.
Invisível presença silenciosa.
Todas as coisas esperam a luz,
Sem dizerem que a esperam,
Sem saberem que existe.
Todas as coisas esperarão por ti,
Sem te falarem.
Sem lhes falares.

Cecília Meireles (Cânticos, 1982)

AGRADECIMENTOS

Já é sabido que um galo só não tece manhãs. O mesmo se dá com o livro *Memórias e Trajetórias Acadêmicas: o rural como objeto de reflexão e vida* (Volumes 1 e 2) que marca o encerramento das celebrações pelos 40 anos do CPDA: é resultado da colaboração de muita gente. Aproveitamos, então, para registrar aqui nossos agradecimentos a todas essas pessoas que, de diferentes maneiras, depositaram sua fé no nosso trabalho e tornaram possível a concretização das celebrações que haviam sido planejadas.

Nosso primeiro agradecimento vai para os autores dos memoriais que acreditaram nessa publicação quando ela ainda era uma ideia e que nos cederam esse material precioso que agora é publicado: Hector (*in memoriam*), Luiz Flávio, Maria José, Nelson, Peter e Renato. Somos gratas também aos colegas que prontamente toparam fazer os prefácios do livro e que abrilhantaram, com seu talento, a publicação: Eli, Roberto, Ana Dantas, Beatriz Herédia, Germán e Cadu. O apoio de Renato Boschi e Ana Célia Castro, ambos do Instituto de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT/ PPED), bem como da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Editora da Universidade Rural (EDUR), foram fundamentais para essa empreitada. No âmbito da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) muitas pessoas possibilitaram a realização desse livro. Apontamos, a seguir, algumas delas: Ana Dantas (Reitora, na época), Ricardo Berbara (atual Reitor), Nidia Majerowicz (na época, Pro-Reitora de Assuntos Financeiros), Roberto Lelis (na época, Pro-Reitor de Pós-graduação), Ricardo Oliveira

(*in memoriam*, na época, diretor do Instituto de Ciências Humanas e Sociais – ICHS), Rosário Roxo (atual diretora do ICHS), Regina Bruno (na Chefia do Departamento de Desenvolvimento Agricultura e Sociedade – DDAS), Fátima Portilho e Claudia Schmitt (na época, na Coordenação do CPDA), Thereza Menezes (atual coordenadora do CPDA) e Lia Teixeira (Instituto de Educação). Somos muito agradecidas por todo o apoio que sempre nos deram e por terem sonhado conosco quando tudo isso se resumia a um projeto.

Para a realização do Seminário Comemorativo CPDA 40 Anos (1976-2016) – *Diálogos Multidisciplinares sobre o Rural Contemporâneo: questão agrária, políticas públicas e identidades latino-americanas*, foi fundamental também o apoio de Sergio Leite (Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura), de Peter May (Projeto Policymix), assim como do Projeto Portinari e da Escola Nacional de Botânica Tropical do Jardim Botânico. No âmbito administrativo, Diva, Tiemi e Reginaldo superaram todas as expectativas: sem eles, de fato, nada funcionaria! Foi fundamental também o suporte de toda a equipe técnica do CPDA (Ana, Dêlcio, Fernanda, Gabi, Raquel, Elias e Sílvia). A colaboração de Diana, que nos brindou com suas lindas fotos, e de Bruna Toniolo, que tornou as tarefas mais árduas bem mais agradáveis, também foram imprescindíveis. Fernando Vasconcelos e Eduardo Ferrão, os programadores visuais que idealizaram o livro e os materiais e a identidade do Seminário, respectivamente, desempenharam um papel fundamental para tornar todo o nosso trabalho mais bonito e mais funcional. Obrigada por toda a dedicação e seriedade.

Não poderíamos deixar de agradecer, por fim, à Comissão CPDA 40 Anos que foi quem, ao longo de todo o processo, tocou o barco e carregou o piano nas condições mais adversas. Andréa, Ariane, Betty, Cátia, Fabrício, Letícia, Marcelo, Mirna, Rafael, Renata, Sandro, Sílvia, Junior e Natália: sem vocês nada disso seria possível! Expressamos aqui toda a nossa gratidão.

Sumário

Apresentação CPDA 40 Anos

Memórias e Trajetórias Acadêmicas: o rural como objeto de reflexão e de vida	11
Karina Kato, Socorro Lima e Biancca Scarpeline de Castro	

Memoriais

Prefácio de Germán Palacio	29
Memorial de Hector Alimonda	33
Prefácio de Beatriz Herédia	53
Memorial de Nelson Giordano Delgado	61
Prefácio de Carlos Eduardo Frickmann Young	219
Memorial de Peter May	223

Apresentação – CPDA 40 anos

Memórias e Trajetórias Acadêmicas: o rural como objeto de reflexão e de vida

A publicação “Memórias e Trajetórias Acadêmicas: o rural como objeto de reflexão e de vida” é fruto da comemoração dos 40 anos do Programa de PósGraduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Nesta ocasião professores, alunos(as) e ex-alunos(as) do Programa compuseram a Comissão CPDA 40 Anos que tinha a incumbência de organizar e realizar uma série de atividades, entre 2016 e 2017, em celebração aos 40 anos do programa. Essas atividades culminaram na realização do evento “CPDA 40 Anos (1976-2016) - Diálogos Multidisciplinares sobre o Rural Contemporâneo: questão agrária, políticas públicas e identidades latino-americanas” (Rio de Janeiro, 30 de novembro e 01 e 02 de dezembro de 2016). O conjunto de atividades planejadas visava à realização de um balanço da trajetória do CPDA, procurando avançar na reflexão sobre o seu papel na consolidação do rural como objeto de reflexão das Ciências Sociais.

A fim de fazer jus à pluralidade do CPDA, a Comissão CPDA 40 Anos foi constituída buscando contemplar a diversidade de olhares que, ao longo de sua trajetória, caracterizaram o CPDA. Foi composta por professores(as) do Programa, por alunos(as), por ex-alunos(as) e por alunos(as) de graduação bolsistas de pesquisas ligadas ao CPDA. Adicionalmente, buscou-se alcançar, sempre que possível, a representatividade regional que é marca do seu quadro de discentes e docentes. Após muitas conversas e consultas, a Comissão foi composta pelos seguintes integrantes, aos quais já agradecemos formalmente por toda a

dedicação: Karina Kato (presidente da Comissão, ex-aluna e docente do CPDA/UFRRJ); Andrea Rente (ex-aluna, UFOPA - PA); Ariane Brughnara (aluna, CPDA/UFRRJ); Betty Rocha (ex-aluna, IM-UFRRJ - RJ); Biancca Scarpeline de Castro (ex-aluna, ICSA/UFRRJ - RJ); Cátia Grisa (ex-aluna, UFRGS - RS); Fabrício Teló (aluno, UFF e CPDA/UFRRJ); Letícia Chechi (aluna, PGDR/UFRGS); Marcelo Miná Dias (ex-aluno, UFV - MG); Mirna Oliveira (ex-aluna, AATR); Rafael de Andrade (ex-aluno, CNPq); Renata Milanês (aluna, CPDA/UFRRJ); Sandro Leão (ex-aluno, UFOPA - PA); Silvia Zimmermann (ex-aluna, Unila - PR); Socorro Lima (ex-aluna, UFF-Campos); Valdemar Wesz (ex-aluno, Unila - PR); Natália dos Santos Monteiro (bolsista, UFRRJ); Bruna Toniolo (bolsista, UFRRJ). A Comissão, formada no final de 2015, operou por meio de subcomissões temáticas e de reuniões virtuais operativas voltadas para o planejamento das atividades comemorativas. Aproveitamos o momento para agradecer ao professor Nelson Giordano Delgado (CPDA/UFRRJ) que, desde o início, foi um entusiasta e incentivador do trabalho da Comissão, bem como à Coordenação do Programa (na época representada pelas docentes Fátima Portilho e Claudia Schmitt) que nos deu ampla liberdade e apoio na realização dessa empreitada.

As celebrações dos 40 anos do Programa, dentre as quais se inserem a publicação dos dois volumes desse livro e a realização do seminário comemorativo, atestam que a Comissão conseguiu refletir uma das principais marcas (e riquezas) do CPDA: sua diversificada rede de alunos(as), ex-alunos(as) e parceiros(as). Conforme relembra Cesco et al (2013) os programas de pós-graduação (dentre os quais o CPDA) não podem ser compreendidos em sua completude se não considerarmos o leque de formações dos seus professores, alunos e parceiros; as suas preocupações de pesquisa; e as relações que se estabelecem entre os mesmos nos diferentes momentos de sua história. Repensar o CPDA nos tempos atuais, logo, impunha à Comissão um grau de sensibilidade que permitisse contemplar e combinar diferentes olhares e interpretações, nem sempre convergentes, sobre essa trajetória de 40 anos e, ao mesmo tempo, compor um quadro que servisse de base para a reflexão coletiva do Programa não apenas sobre seu passado, mas principalmente sobre caminhos e perspectivas futuras.

As origens do CPDA datam de julho de 1976. Foi fruto de um Convênio assinado entre o Ministério da Agricultura e a Escola Interamericana de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Deste convênio se originou o Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, bem como surgiu a sigla que conservamos até hoje: CPDA. Naquele momento era o primeiro centro de pós-graduação (Mestrado) de desenvolvimento agrícola do Brasil, o que lhe permitiu influenciar e contribuir com o pensamento e a produção acadêmica sobre o papel da agricultura no desenvolvimento do país. Importante ressaltar que já naquele momento estava presente no Programa a preocupação com o equilíbrio entre a formação conceitual e instrumental. Ou seja, já nesses momentos iniciais, no CPDA, tinha-se a preocupação com a construção de um curso que, além das atividades de ensino, permitisse a realização de pesquisas e de atividades de extensão que possibilitassem avançar no entendimento da complexidade do mundo agrícola -e, em parte, rural- brasileiro.

Nessa caminhada de 40 anos muitas mudanças ocorreram, o que foi transformando pouco a pouco o CPDA. O Programa saiu da FGV e do Horto Florestal, se vinculou à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1984), teve sua sede estabelecida no centro do Rio de Janeiro, passou a oferecer curso de Doutorado (1995), viabilizou a realização de inúmeros projetos de pesquisa e teve parcerias estabelecidas com diferentes organizações sociais, movimentos sociais e instituições acadêmicas, nacionais e estrangeiras (LIMA, 2007). Mais de mil alunos(as) passaram pelo CPDA nesse período (1976 a 2016, sendo 321 no doutorado e 739 no mestrado), com um crescimento significativo da participação das mulheres no quadro discente (RENTE et al, 2007; KATO e MONTEIRO, 2016). A origem desses alunos se mostrou bastante diversificada, também, contemplando alunos oriundos de todas as regiões do país e estudantes provenientes de outros países da América Latina (Colômbia, Argentina, Peru etc.), Europa (França, Portugal etc.) e África (Moçambique etc.). Ademais, se no início os mestrandos estavam quase sempre atrelados a órgãos governamentais, realçando o papel do CPDA na formação de quadros para o serviço público, com o passar dos anos, o Programa

passou a formar muitos pesquisadores e professores para universidades públicas e privadas e quadros para movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

Os temas estudados também apresentaram mudanças importantes ao longo desses anos, refletindo, de um lado, o esforço contínuo do CPDA e do seu quadro docente para se atualizar e, de outro, a permanente renovação dos marcos teóricos aplicados no campo dos estudos rurais e no entendimento das novas dinâmicas que perpassam o rural contemporâneo. O foco no desenvolvimento agrícola foi cedendo espaço para reflexões sobre desenvolvimento rural e para as interrelações entre os processos de desenvolvimento, agricultura e sociedade, afastando-se de leituras setoriais do rural e priorizando perspectivas multidimensionais e interdisciplinares. Desde 2004, nesse processo, os temas sociais e ambientais foram ganhando mais destaque em detrimento a leituras mais setoriais do desenvolvimento rural (CESCO et al, 2013).

Uma dimensão importante das transformações pelas quais o CPDA vem passando está relacionada com o seu quadro docente. Ao longo dessa caminhada mais de 70 professores passaram pelo CPDA. Atualmente, o Programa vivencia um momento decisivo de transição geracional, com a aposentadoria de muitos professores e a chegada de novos docentes. A incorporação de novos professores ao Programa leva-o necessariamente a se repensar, renovar e, em muitos casos, reforçar certos referenciais e campos temáticos que o orientam e definem institucionalmente. Os próximos anos, portanto, serão momentos decisivos na consolidação e renovação do CPDA, e serão repletos de mudanças e continuidades.

No que concerne à conjuntura atual, novos desafios são esperados. Assim como na sua origem, em meio à ditadura militar-empresarial, as celebrações de 40 anos do Programa se deram em tempos sombrios, após o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff (31 de agosto de 2016) e a subida ao poder do governo de Michel Temer com legitimidade bastante duvidosa. Num quadro de acentuada crise política, econômica e institucional, o novo governo se apressou em implementar mudanças nas instituições voltadas ao desenvolvimento rural, nas políticas sociais e nas regulações sobre os recursos naturais, com grandes

impactos nos campos temáticos de atuação do CPDA. Após um curto período de tempo com rápidas e importantes inovações nas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural¹, o cenário nacional atual acena para mudanças nas prioridades das políticas públicas e para um processo acelerado de desmonte das estruturas de Estado voltadas para a promoção da agricultura familiar e o desenvolvimento rural. Soma-se a isso o fortalecimento da visão produtivista da agricultura brasileira e uma menor sensibilidade do governo para as questões sociais e ambientais. Dentre essas mudanças, a mais radical e simbólica, talvez, tenha sido a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 13 de maio de 2016. Foi nessa conjuntura, enfrentando uma grande e longa greve das universidades federais (de técnicos, docentes e discentes), que as celebrações dos 40 anos do CPDA foram realizadas.

Mas se a conjuntura atual acirra as disputas, ela também abre oportunidades para a conformação de novas alianças em prol da construção coletiva de pautas políticas mais democráticas e progressistas. Nesse sentido, emerge como oportunidade e desafio a construção de alternativas: seja no âmbito do mercado, na relação estabelecida entre Estado e sociedade e na relação sociedade-natureza. Ganha urgência a concentração de esforços na construção e no debate de modelos alternativos que superem e revertam a crescente mercantilização da vida, da água,

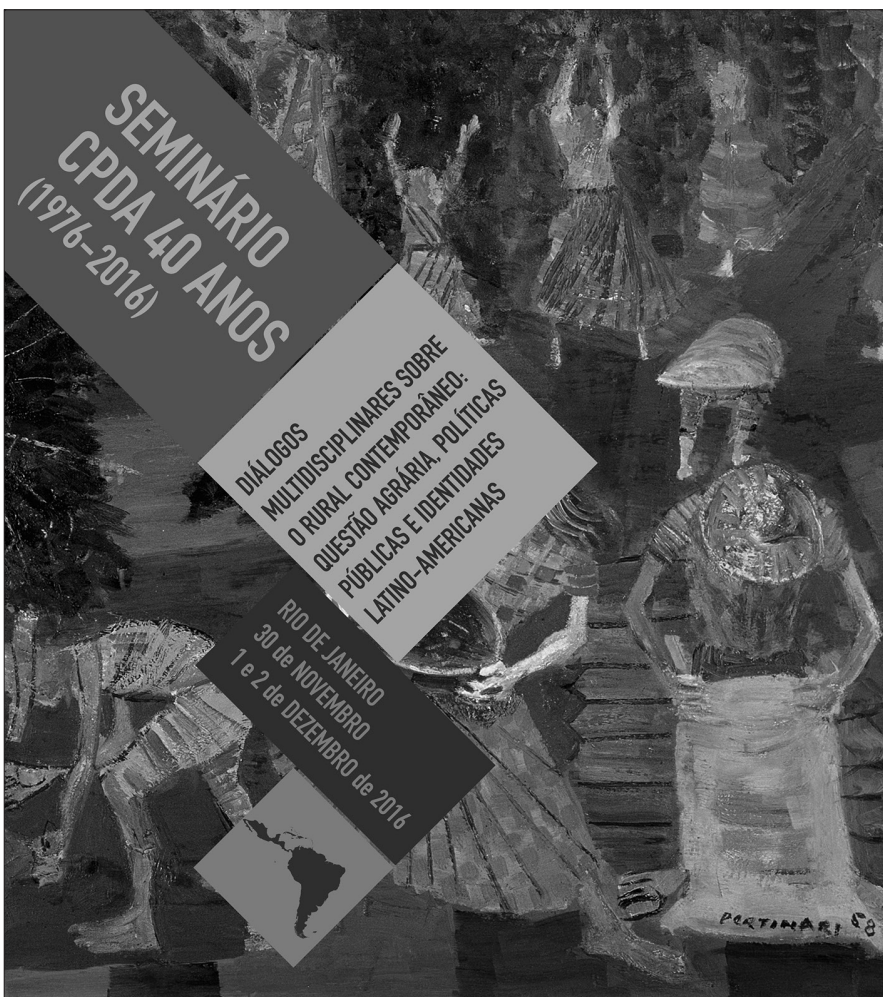
.....

¹ Esse período criativo e inovador se deu, em parte, como resultado da chegada de um governo de esquerda ao Executivo o que proporcionou uma maior permeabilidade das agências estatais aos movimentos sociais e sindicatos ligados à agricultura familiar. Foram ampliados nesse período também, os espaços participativos, possibilitando uma maior interação Estado e sociedade civil organizada, como o Consea, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) e as conferências setoriais. Um dos reflexos dessa nova configuração foi a multiplicação de quadros normativos e políticas específicos para a agricultura familiar, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais. Foram criados nesse período: Programa Garantia Safra, 2002; Programa Nacional de Habitação Rural (Minha Casa, Minha Vida Rural), 2003; Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), 2003; Programa Aquisição de Alimentos (PAA), 2003; Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), 2004; Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), 2007; Programa Territórios da Cidadania (PTC), 2008; Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, 2011; Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM Bio), em 2008; Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae, alterado com a Lei no 11.947, de 16/6/2009), 2009; Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), 2012 entre outros.

da terra e da natureza e que apontem para novos caminhos de “desenvolvimento”. A atual conjuntura político-econômica brasileira, marcada por uma grave crise institucional e de representação no campo político e do avanço do pensamento conservador, logo, reserva ao CPDA/UFRRJ, um papel importante na ampliação e qualificação de espaços de debate plural sobre o meio rural, na renovação da atualidade da questão agrária no Brasil e no alargamento das reflexões sobre o desenvolvimento.

As atividades planejadas no âmbito da celebração de 40 anos da trajetória do CPDA/UFRRJ foram:

1. Atualização do mapeamento dos egressos do CPDA/UFRRJ (iniciado em 2006, na ocasião da celebração dos 30 anos do Programa) com o objetivo de apresentar um retrato atual do CPDA/UFRRJ no Brasil e no mundo, obtido a partir da trajetória dos estudantes que passaram pelas nossas salas de aula.
2. Seminário “CPDA 40 Anos (1976-2016) - Diálogos Multidisciplinares sobre o Rural Contemporâneo: questão agrária, políticas públicas e identidades latino-americanas”, que além de mesas expositivas contou com a apresentação e discussão de artigos em cinco Grupos de Trabalhos temáticos. O Seminário, como não poderia deixar de ser, foi encerrado com uma grande festa em celebração aos 40 anos do Programa.
3. Vídeo institucional que recupera a trajetória do CPDA ao longo desses 40 anos contendo depoimentos e impressões de professores(as), ex-professores(as), estudantes, ex-alunos(as), funcionários(as), ex-funcionários(as) e parceiros(as).
4. Livros com os memoriais dos professores titulares do CPDA, quais sejam, Nelson Delgado (CPDA/UFRRJ); Maria José Carneiro (CPDA/UFRRJ); Luiz Flávio (CPDA/UFRRJ); Renato Maluf (CPDA/UFRRJ); Peter May (CPDA/UFRRJ); e Hector Alimonda (CPDA/UFRRJ). Esses memoriais foram escritos e defendidos por cada um desses professores na



**SEMINÁRIO
CPDA 40 ANOS
(1976-2016)**

**DIÁLOGOS
MULTIDISCIPLINARES SOBRE
O RURAL CONTEMPORÂNEO:
QUESTÃO AGRÁRIA, POLÍTICAS
PÚBLICAS E IDENTIDADES
LATINO-AMERICANAS**

**RIO DE JANEIRO
30 de NOVENO
1 e 2 de DEZEMBRO de 2016**

Organização



Realização



Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em "Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade"
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



Apoio



Cartaz de divulgação do Seminário CPDA 40anos, tendo como plano de fundo, pintura de Cândido Portinari.

Título: Colheita de Café - Data: 1958 - Técnica: Pintura a óleo / madeira - Dimensões: 60 x 73 cm

Direito de reprodução gentilmente cedido por João Cândido Portinari

ocasião de realização do Concurso para Professor Titular da UFRRJ ao longo de 2016. O livro “Memórias e trajetórias acadêmicas: o rural como objeto de reflexão e de vida” (volumes 1 e 2) será apresentado a seguir.

Como textos analíticos e acadêmicos, cada um desses seis memoriais reconstrói uma dimensão importante do rural contemporâneo e do complexo campo de interrelações estabelecidas entre desenvolvimento, agricultura e sociedade. As agendas de pesquisa construídas por cada um desses docentes ao longo dos anos, apresentadas nos memoriais aqui publicados, revelam uma rica caminhada na reflexão dos processos sociais e culturais, econômicos, políticos e ambientais que atravessam o mundo rural contemporâneo e que o caracterizam. São, portanto, importantes trabalhos acadêmicos de reflexão e de construção de problemas de pesquisa relacionados ao desenvolvimento rural e ao papel do rural no desenvolvimento nacional. Como memória e exercício de reconstrução de uma trajetória pessoal, esses testemunhos ilustram a riqueza e a não linearidade do percurso profissional e intelectual destes professores e pesquisadores. Ao mesmo tempo que revelam seus esforços na produção de conhecimento e no aprimoramento da sua reflexão sobre o rural, associados à contínua reafirmação do seu compromisso com uma educação pública de qualidade, essas trajetórias apontam também para as investidas contínuas de cada um desses intelectuais na consolidação institucional do CPDA como um programa de excelência (LIMA, 2007). A história do Programa, assim, jamais pode estar dissociada da trajetória desses professores que passaram pelo CPDA e que deixaram suas marcas na ossatura institucional do Programa.

Para nos, organizadoras, está suficientemente claro que a seleção, divisão e agregação de textos impõem ao leitor uma interpretação e classificação prévia dessas obras, derivadas do olhar que lançamos sobre as mesmas. A forma como uma publicação é organizada, portanto, é capaz de realçar (e ao mesmo tempo esconder) questões, de enfatizar certas temáticas e de formatar expectativas nos leitores que se aventurarem a explorar esses textos. E isso é uma grande responsabilidade, na medida em que nem sempre esses direcionamentos e realces

correspondem àqueles objetivados pelo autor original no momento de redação. Sendo assim, como organizadoras da obra, desde já assumimos nossa responsabilidade nessa empreitada e nos desculpamos pelas inúmeras alternativas que poderíamos seguir, mas que acabamos deixando de lado.

A fim de organizar a publicação, optamos por dividi-la em dois volumes (1 e 2), tendo em vista o grande volume das obras a serem publicadas. O ordenamento dos textos procurou, sempre que possível, atender ao critério de afinidade temática, tratando de articular num mesmo volume textos que apresentavam interfaces e maiores possibilidades de diálogo. No Volume 1 agrupamos os memoriais de Luiz Flávio de Carvalho Costa, de Renato Jamil Maluf e de Maria José Carneiro. Guardadas as especificidades, esses memoriais dialogam na sua permanente tentativa de problematização e de investigação das múltiplas dinâmicas sociais, políticas e econômicas que se desenrolam no meio rural contemporâneo. Cada um à sua maneira, esses autores procuraram, de distintas perspectivas teóricas e metodologias, avançar no entendimento dos variados papéis que a agricultura, em particular a agricultura familiar, tinha na conformação do território, na constituição de padrões de exploração de recursos naturais, na produção de alimentos e, enfim, na conformação de padrões de desenvolvimento mais ou menos justos, democráticos e sustentáveis. Dois prefácios inauguram a obra, após essa breve apresentação da Comissão CPDA 40 Anos. O primeiro é de autoria da professora doutora, ex-Reitora e ex-aluna do CPDA Ana Dantas (2013-2017); o segundo é de autoria da professora doutora Eli de Fátima Napoleão de Lima e do professor doutor Roberto Moreira, ambos do CPDA/UFRRJ.

Luiz Flávio de Carvalho, do CPDA/UFRRJ, nesse memorial, faz um esforço contínuo de reinterpretação de sua trajetória acadêmica a partir da reunião de inúmeros fragmentos de espelhos quebrados e da busca e consulta a diversificados documentos escritos e não escritos. Ao recuperar sua carreira acadêmica, aventurando-se por uma viagem riquíssima de exploração de novas teorias e metodologias de pesquisa, Luiz nos conduz à sua cidade natal. O texto, ao mesmo tempo, nos mostra a importância do seu trabalho para a renovação dos estudos

regionais e para a valorização das imagens (em especial da fotografia) e dos bens culturais na pesquisa social, abrindo portas para novas aventuras intelectuais e de pesquisa. Procurando compreender de forma mais concreta as dinâmicas e as relações sociais que atravessam o meio rural contemporâneo, Maria José Teixeira Carneiro (CPDA/UFRRJ) apresenta ao leitor uma rica aquarela, cujas pinceladas vão revelando a importância de conceitos e categorias como família, camponês, comunidade, território, pluriatividade, multifuncionalidade, políticas públicas entre outras na compreensão das dinâmicas sociais do “rural contemporâneo”. Chama atenção a incrível sensibilidade da autora para olhar para o rural a partir de diferentes lentes teóricas, para se municiar dos debates teóricos para interpretar processos locais e para denunciar os riscos atrelados a visões economistas e mercadocêntricas que informam sistemas classificatórios e de análises utilizados para se pensar o desenvolvimento. O memorial de Renato Sérgio Jamil Maluf, por sua vez, procura problematizar a partir de distintas e criativas entradas (agricultura familiar, comercialização agrícola, abastecimento alimentar, segurança alimentar e nutricional, soberania alimentar, direito humano à alimentação, multifuncionalidade, mudanças climáticas, cooperação internacional entre outras) o lugar dos alimentos (bens alimentares) e da alimentação (modos de apropriação dos alimentos) no desenvolvimento dos países e na construção de sociedades mais justas, democráticas e igualitárias.

Muito embora os memoriais constituintes do Volume II, não deixem de esmiuçar e considerar as raízes e os territórios nos quais se desenrolam os processos mais concretos, chama atenção a facilidade com a qual esses autores mobilizam e incluem a dimensão internacional na reflexão dos processos sociais, econômicos, políticos e ambientais presentes no rural contemporâneo. Neste Volume, após a apresentação da Comissão CPDA 40 Anos, agrupamos os memoriais defendidos pelo professor doutor Nelson Giordano Delgado, com prefácio da professora doutora Beatriz Herédia (Programa de Pós-Graduação de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro); pelo professor doutor Hector Alimonda (*in memoriam*, com prefácio do professor

doutor Germán Alfonso Palacio Castañeda da Universidad Nacional de Colombia); e pelo professor doutor Peter Herman May (prefácio de autoria de Carlos Eduardo Frickmann Young do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Nelson Giordano Delgado (CPDA/UFRRJ) traça em seu memorial uma rica e nada entediante trajetória, que combinou preocupações e desafios institucionais, de construção do CPDA como um centro acadêmico interdisciplinar e crítico comprometido com a realização de pesquisas e com a formação de quadros qualificados, com a realização de inovadoras e densas pesquisas que procuravam problematizar o meio rural, seus caminhos de desenvolvimento e as formas de inserção do país no sistema internacional. Chama atenção nesse resgate a importância dada à construção e à sustentação de pontes que interligam distintas dimensões e perspectivas. Sua trajetória intelectual revela uma notável capacidade na elaboração de narrativas e de leituras teóricas consistentes sobre o rural, capazes de interligar processos locais (desenvolvimento local, desenvolvimento rural) com processos globais (economia política do sistema mundial, negociações comerciais na agricultura, espaços de participação e articulação transnacionais), trabalhando de forma inovadora as escalas. Ao mesmo tempo, sua vida acadêmica e pessoal revela sua grande habilidade na construção de pontes entre as atividades acadêmicas e não acadêmicas, por meio da criação de mecanismos e laços que permitem a constante vinculação entre as intervenções públicas e a reflexão acadêmica (e a incorporação das agendas tratadas em diversas arenas públicas, da sociedade civil e do Estado nas atividades acadêmicas). São pontes como essas, portanto, que impedem que a Universidade se feche em si mesma e que a colocam no centro da reflexão e na busca de caminhos para o desenvolvimento humano no Brasil. Peter Herman May (CPDA/UFRRJ), por sua vez, centrou sua trajetória na busca do conhecimento e na construção de teorias críticas voltadas para a construção de alternativas de integração entre o meio ambiente e o desenvolvimento, convergentes com a erradicação da fome e a melhoria dos padrões de vida no mundo. Ao romper com a miopia

das Ciências Econômica em reconhecer a importância dos limites biofísicos da natureza, Peter May teve um papel central no CPDA ao trazer para o Programa novas perspectivas de tratamento da questão ambiental e ao fazer parte do lançamento de um novo movimento científico transdisciplinar (hoje já consolidado e reconhecido): a Economia Ecológica. Há cerca de um ano, Hector Alimonda, professor do CPDA/UFRRJ, nos deixou (15 de junho de 1949 - 3 de maio de 2017). Hector demonstrou de forma assertiva em seu memorial como a vida pessoal e a acadêmica e a conjuntura política se entrelaçam e se retroalimentam definindo nossos caminhos. Sua trajetória foi profundamente marcada pelo Golpe Militar na Argentina, em 1976 e pela perseguição que o levou a adotar o Brasil e o CPDA como espaço a partir do qual refletir os processos de desenvolvimento latino-americanos. O docente desempenhou um importantíssimo papel na consolidação da Ecologia Política no Brasil e na América Latina e teve um papel ativo na construção de perspectivas críticas que buscavam uma integração regional (e internacional) capaz de reforçar as possibilidades de desenvolvimento solidário entre os países, com transparência e participação democrática. Sentimos imensamente a sua falta: nos momentos de festa e nos debates conceituais.

A grosso modo, todos os memoriais nos revelam os incansáveis esforços desses docentes em tensionar os limites disciplinares para construir narrativas e leituras teóricas interdisciplinares mais próximas da complexidade da realidade observada. A teoria e a análise acadêmica, assim, deixam de ser um objetivo em si mesmo e passam a ser um instrumento para entendimento da realidade, para a intervenção e para a construção do futuro. O caminhar desses docentes e o papel ativo que cada um deles teve na construção do CPDA nos indicam, não apenas tudo o que já foi feito, mas o que ainda está por vir, nos sugerindo o lugar e o papel que o CPDA deve assumir na conturbada e sombria conjuntura atual. É com esse objetivo e munidas de um sentimento de gratidão para com esses mestres, profissionais e colegas que organizamos a publicação que aqui orgulhosamente apresentamos. Além de registrar e valorizar a memória do CPDA, esperamos que essas trajetórias diversificadas e bonitas sirvam de

inspiração e alimento para mentes jovens e maduras comprometidas com a construção de um Brasil mais democrático, mais justo e mais digno. Desejamos a todos(as) uma boa e prazerosa leitura.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2016.

Karina Kato

Socorro Lima

Biancca Scarpeline de Castro

Bibliografia:

CESCO, Susana; MOREIRA, Roberto José; LIMA, Eli de Fátima Napoleão de. Interdisciplinaridade, entre o conceito e a prática um estudo de caso. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 29, n. 84, p. 57-71, Feb. 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092014000100004&lng=en&nrm=iso>. access on 12 Oct. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092014000100004>.

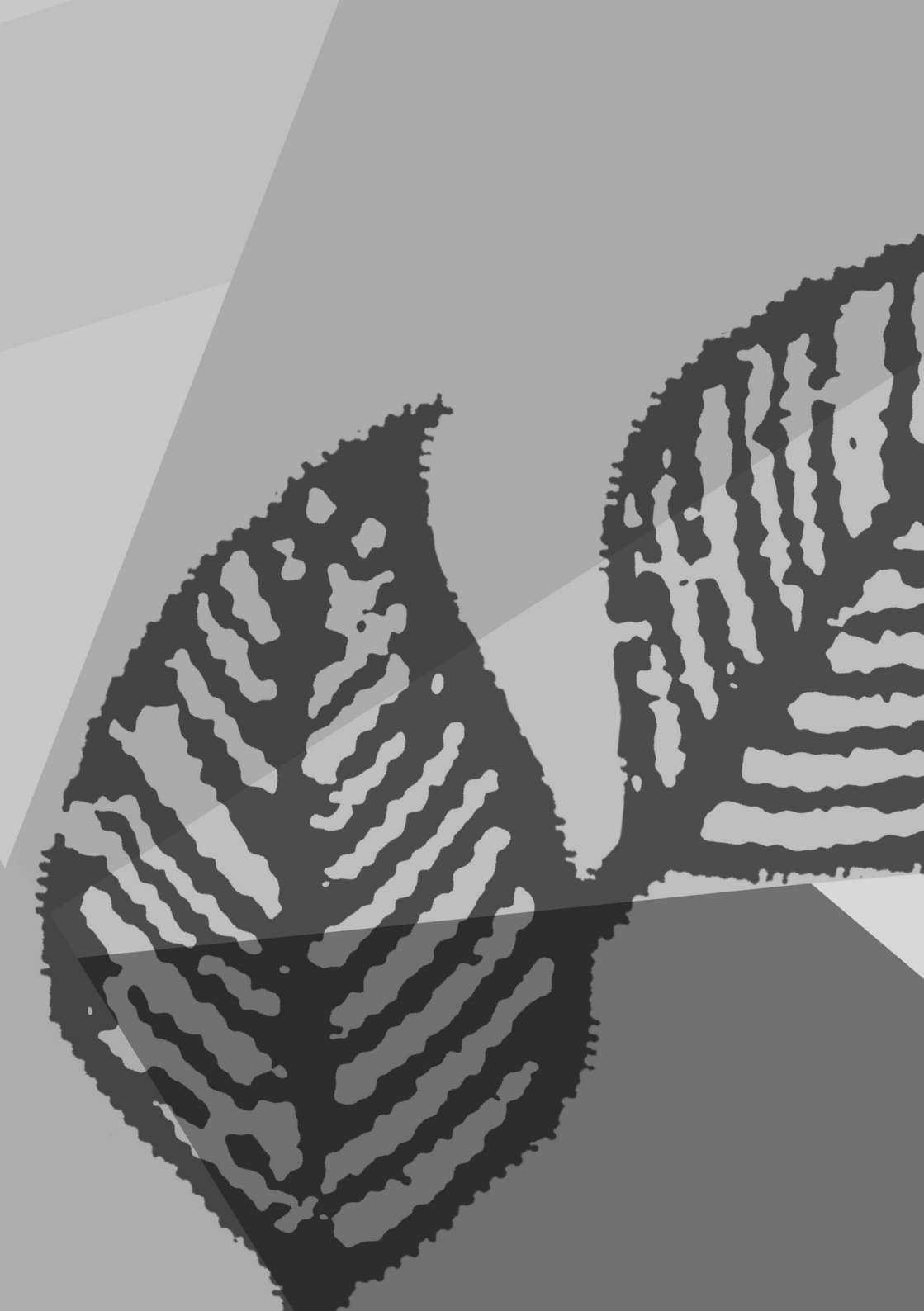
OLIVEIRA, Marcos Marques de. CPDA: 31 anos de Desenvolvimento Agrícola. *Agrolink*. 26/02/2008. Disponível em: <http://www.agrolink.com.br/colunistas/ColunaDetalhe.aspx?CodColuna=2919>

LIMA, Eli Napoleão de. CPDA 30 Anos: um quadro histórico. Seminário Comemorativo "Temas e Áreas de Pesquisa em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade:

Trajetórias e perspectivas & I Encontro de Ex-alunos e Alunos do CPDA. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 13 a 15 de Junho de 2007. Disponível em: http://r1.ufrrj.br/cpda/ruralidades/arquivos/arquivos_producao/36_ARQ.pdf

RENTE, A. S. G.; KATO, K. Y. M.; LIMA, M. S. B. de. Relatório Final do Banco de Dados dos Egressos do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro: CPDA, 2007.

LEITE, S. LIMA, E. N. (org.) KATO, K. Y. M. e ALENCAR, M. C. (colaboradoras). CPDA 30 Anos: desenvolvimento, agricultura e sociedade. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: EDUAR, 2010.





Héctor Alimonda

PROFESSOR TITULAR DO CPDA/UFRRJ

HOMENAJE A HÉCTOR ALIMONDA

Algunos historiadores se inclinan por mostrar las continuidades entre unas épocas y otras, mientras que otros resaltan las rupturas y los saltos cualitativos. Si Héctor fuera el narrador, tal vez diría que su vida intelectual asociada a la Ecología Política fue el producto del desarrollo de trabajos e investigaciones previas que finalmente desencadenaron en sus contribuciones en este ámbito interdisciplinario del conocimiento. Desde mi punto de vista, esta línea de trabajo es, quizás, su aporte más interesante al pensamiento crítico y des-colonial de América Latina. Se trata de una contribución que invita a fusionar la ecología política y la historia ambiental, por lo que lo considero un mejoramiento cualitativo, una maduración o un salto adelante con respecto a su trabajo anterior.

Por cierto, conocí a Héctor a raíz de un evento en Panamá co-organizado conjuntamente por él, a nombre del grupo de Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) que lideraba en esa época y que se llamaba Ecología Política y por Guillermo Castro-Herrera, a nombre de la Ciudad del Saber. Reunieron un grupo selecto de latinoamericanos que contribuyeron a la producción de una primera obra colectiva de ecología política, editada por Héctor, y que se llamó *Los tormentos de la materia*. En adelante, logró producir varios libros, entre ellos, *La colonización de la naturaleza. Ecología política y minería en América Latina*, los cuales no solamente han contribuido a construir el cuerpo de la Ecología Política Latinoamericana, sino a conformar una potente red de investigadores en temas ambientales desde perspectivas políticas, siempre ampliándose a nuevos participantes y a jóvenes en trance de Maestría y Doctorado entusiasmados por esta perspectiva crítica.

La historia de Héctor tiene rasgos comunes con jóvenes intelectuales del Cono Sur y Brasil, abrumados desde los años sesentas por la cascada de golpes militares que defendían regímenes que pretendían prolongar la historia de

oligarquias agroexportadoras que dominaron estos países desde el siglo XIX, y habían continuado durante el siglo XX, tendiendo a transformar estos regímenes oligárquicos en “burocrático-autoritarios”, en expresión que acuñó Guillermo O’Donell. De abuelos italianos, franceses y austríacos, migrantes al sur de la provincia de Buenos Aires, pudo crecer en sus estudios de sociología, enriquecido por los aportes de jóvenes intelectuales que se enfrentaban con la complejidad del marxismo de Gramsci. Frente a los proyectos de los regímenes burocrático-autoritarios, se trataba de recuperar las múltiples y proteicas formas de las resistencias nacionales y populares. Pasadas algunas décadas, hay que reconocer una penosa simetría con aquella época en los conflictos entre el macro desarrollismo extractivista y la diversidad bio-cultural de nuestros países.

En sus intentos de cualificarse en estudios de posgrado en esa época de destinos comunes sin fronteras, Héctor fue desarrollando el núcleo supranacional de sus intereses intelectuales, que desbordaban a la Argentina, lo acercaban a Brasil y lo irían convirtiendo en latinoamericano. Efectivamente, viajó de Argentina a Chile para realizar estudios en la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), justo antes del golpe militar de 1973 contra Salvador Allende. Esta situación le haría regresar a su tierra argentina donde hubiera podido permanecer, si no fuera por el golpe militar tres años después, lo que le hizo preferible refugiarse en Brasil, con apoyo de FLACSO. Esta situación le permitió enrolarse en la Universidade de Sao Paulo, USP, doctorándose en Ciencia Política. Su trabajo de doctorado le permitió analizar comparativamente la economía política del Estado oligárquico argentino y brasileño desde fines del siglo XIX y la década parteaguas de 1930. Propongo que estas experiencias que oscilaron entre Argentina, Chile y Brasil, configuraron el núcleo de su interés y capacidad de análisis que desbordaron a su Argentina natal y lo convirtieron poco a poco en un latinoamericanista. Ese camino hacia el desarrollo de ideas que tejen la imaginación de una comunidad más amplia hace comprensible que, en algún momento de trabajo académico, haya dedicado tiempo a publicar una pequeña biografía del peruano José Carlos Mariátegui, emblema intelectual de un marxismo adecuado a nuestras realidades. En adelante, no sólo el grupo de

Trabajo de Clacso de Ecología Política fue latinoamericanista, sino que Héctor aprovechó estancias académicas y realizó visitas que se reflejan en sus escritos en Ecuador, Guatemala, Colombia y Panamá, entre otros. Recientemente, al tiempo que presta atención a los desarrollos de las vicisitudes del crecimiento de Brasil, ha fortalecido los vínculos académicos que lo conectan a su tierra natal, Argentina.

En su búsqueda de Independencia económica, cultural, política e intelectual, siempre malograda o insuficientemente lograda frente al dominio imperial, movimientos intelectuales y artísticos en Latinoamérica han tratado de recuperar sus raíces, a veces en su pasado pre-ibérico, sobretodo cuando los rizomas indígenas son todavía muy fuertes. Otros latinoamericanos no pueden acudir a ellas tan fácil o, evidentemente, porque su historia de larga duración ha transformado potente, pasional y visceralmente pueblos y cordilleras, genes y plantas, animales y espíritus, climas equinociales, tropicales y templados. La idea de hacer parte de un mundo específico, Latinoamérica, como una versión cultural, tiene que incorporar y transitar por sus climas y biodiversidad, por lo que ella es reconstruida no de una manera distanciada, en una cierta versión de la ciencia, ni reconstruida como un asunto de control tecnológico, sino acompañada y fusionada en su **cultu-(natu)raleza**. Héctor Alimonda ha ayudado a dar carácter a esta re-novada búsqueda, emparentándose con el proyecto Modernidad/Colonialidad, como partícipe de su desarrollo en las ideas de Aníbal Quijano, Arturo Escobar y otros. Desde otra óptica, Héctor ha contribuido haciendo énfasis en la necesidad de incorporar la historia ambiental a este esfuerzo en el cual nos ha invitado a muchos. Se trata de un nuevo intento de forjar una renovada identidad latinoamericana. Allí, Héctor y yo nos hemos acercado, disolviendo distancias generacionales. Una conclusión radical derivada de la crítica al reciente neo-extractivismo sería la siguiente: la naturaleza Latinoamérica sigue siendo percibida como una naturaleza a dominar y explotar, a menos que logremos reconstruir y dar nuevo sentido a nuestras relaciones con las redes de la vida que nos sostienen. Esta sería una admonición que resulta de la perspectiva de Héctor y de sus trabajos.

El aporte de Héctor a la construcción de redes de pensamiento latinoamericano cobra mayor importancia en su carrera académica, como orientador y entusiasta animador de hombres y mujeres jóvenes embebidos en la necesidad de forjar una nueva referencia regional latinoamericana que desborda las identidades nacionales, recuperando su historia ambiental y su análisis eco-político. Esas redes, de manera inadvertida, ayudan a gestar amores, cuando latinoamericanos, hombres y mujeres se enrolan en programas que ofrecen otros países. México y Argentina han sido frecuentemente países de referencia para latinoamericanos. Brasil, más recientemente, ha tenido un fuerte magnetismo para que otros latinoamericanos vayan a estudiar en sus programas de post-grado. Por ello, también debería decirse que Héctor no simplemente ha trabajado y dedicado su tiempo con “alma, vida y sombrero”, como diría un famoso joropo, al CPDA, sino más allá, que Héctor ha formado escuela de pensamiento eco-político desde Río de Janeiro. No siempre uno se da cuenta, por lo que no sobra que alguien se lo diga.

Leticia, Trapecio Amazónico Colombiano, 14 de Diciembre de 2016

Germán Palacio,

Memorial

“La memoria de una nación pequeña no es menor que la
memoria de una nación grande”
“Sólo alguien que escribe un diario está en condiciones de
entender el diario de otro”

Franz Kafka, Diários

O achado casual, nestes últimos dias, de uma resenha sobre os “Diários” de Franz Kafka, me serve como álibi para afrontar, ao mesmo tempo, a estabelecida ansiedade e o vácuo na frente da página em branco; a súbita insegurança ao ter que abordar uma narrativa autobiográfica, pautada pelo eixo condutor da minha trajetória acadêmica. E tem aí duas referências que apontam ao objetivo de dar começo a este memorial.

Parece que Kafka abre seus diários com uma reflexão sobre a “memória pequena” (que, segundo o resenhista, foi confundida por Deleuze e Guattari com “uma literatura menor”). Trata-se do caso da cultura judaica de Praga, particularidade inserida em um contexto cultural maior e especialmente autor-referenciado; essa circunstância, porém, não diminuía em nada a sua significação e pertinência. Parece-me ter aqui uma boa homologia que se aproxima dos lineamentos estruturais de uma autobiografia acadêmica. Do ponto de vista da história intelectual de uma época, nenhuma trajetória é menor – todas podem ser estrategicamente relevantes, até (especialmente) quando denotam o avesso das trajetórias institucionais. E Kafka, que se insere na tradição cultural judaica de Praga, escreve pontualmente em alemão, a língua dominante. Uma ambiguidade que beira uma infidelidade, ou até uma traição.

Já na segunda sentença, Kafka aponta a uma relação de cumplicidade entre autor e leitor, referência que, claro está, não vai passar despercebida para os que lerão este memorial. Em perspectiva minimalista, estaríamos frente a uma

invocação das marcas que as trajetórias intelectuais encobrem nas histórias pessoais. Porém, se o arraçoado se defronta com o campo infinito da literatura (e também da historiografia), a acrobacia kafkiana aponta nada menos que à constituição de uma verdadeira Biblioteca de Babel, na qual as cumplicidades ou até confabulações entre autores/leitores, muitas vezes secretas ou inesperadas, vão-se multiplicando inumeráveis e se reconfigurando, se reconformando incessantemente. Pode-se supor, claro, que esse clássico festival de bruxas que implica a literatura se reproduz (ou se introduz?) muito particularmente no espaço das ciências sociais. Peço que este memorial seja lido assumindo a radical ambiguidade (e os vasos comunicantes) que subjazem a diferentes corpus de escrita formalizada.

Entendo que o sentido deste memorial é demonstrar a coerência de uma trajetória intelectual, regida por uma vocação e marcada por anos de dedicação. Portanto, prefiro não repetir informações que estão incluídas no currículo Lattes. Assim, o resultado é breve, mas espero que resulte intenso e convincente.

DADOS BIOGRÁFICOS PRÉ-UNIVERSITÁRIOS

Nasci em Punta Alta, cidade portuária vizinha da capital regional, Bahia Blanca, ao sul da Argentina. Transição entre o pampa úmido e o seco, e deles com a Patagônia, muito vento, buzinas noturnas de navios de guerra, marinheiros e trabalhadores dos estaleiros indo e vindo de bicicleta, praias lamacentas de baía em planície. Já adulto vim saber que foi ali onde Charles Darwin achou fósseis que forneceram importantes insumos para o desenvolvimento da sua teoria da evolução. Voltando lá, comprovei que gerações mais afortunadas do que a minha puderam crescer visitando um pequeno museu de ciências naturais, apoiado por uma sociedade científica londrina. Eu nasci no meio do primeiro governo peronista, circunstância que marcou profundamente os destinos da minha geração, incluindo, naturalmente, nossos referenciais políticos e intelectuais. Prefiro me poupar de maiores explicações.

Meu avô, genovês, era o ilustre Luigi Alimonda, patrão do rebocador “Querandí”. Meu pai, Francisco Luis Alimonda, era mecânico de aviões e grande pescador. Faleceu sendo segundo oficial maquinista de um transporte de trens pelo rio Paraná. Minha mãe, Dora Esther Lacombe, era filha de linhagens do Basco francês (meu avô chegou à cidade como chefe da estação) e austro-húngara; mulher sensível e com fome de boa cultura. Meu irmão, Eduardo Luis, era muito maior do que eu e foi oficial da Marinha. Foi um grande estímulo para meus hábitos de leitura e fantasias aventureiras.

Uma oportuna miopia me salvou de abordar a carreira de oficial da Marinha, continuando uma tradição familiar que parecia inescapável, e que quem sabe poderá vir desde o almirante Andrea Doria e a batalha de Lepanto. Mesmo assim, tive formação de elite no Colégio Naval, o que, entre vantagens e desvantagens, me levou a morar em Buenos Aires.

Aí tem um acontecimento que me parece poder ser destacado. Minha vocação se vinculava com leitura e escrita, o que me levou a estudar Jornalismo como primeira opção. Desisti depois de um ano, insatisfeito com o nível e os conteúdos do curso. Mas acho que certas marcas dessa vocação primeira continuaram me acompanhando. Privilegiar o estilo direto na escrita e na leitura (também para os meus alunos), a preocupação com a contemporaneidade, mas também com a formação histórica desse presente, uma atitude política e ao mesmo tempo compromissada, mas mantendo um distanciamento crítico que sempre me pareceu imprescindível...

FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA

Em 1968 fui aprovado no exame de ingresso para o curso de Sociologia na conturbada Facultad de Filosofía y Letras da Universidad Nacional de Buenos Aires. Eram os tempos da ditadura militar instaurada em 1966, presidida pelo general Juan Carlos Onganía, que ambicionava instaurar um regime de décadas, modelo Franco. Esse sonho quase monárquico acabou depois de uma sucessão de

insurreições populares (Cordobazo, Rosariazo) e do surgimento de pluralidade de guerrilhas, que convenceram a outros generais de que melhor seria despachar a Onganía para o pijama de aposentado e convocar as eleições de 1973.

O golpe militar tinha provocado a crise do modelo de sociologia da modernização implantado pelo fundador da carreira, o professor Gino Germani (exilado anti-fascista italiano), com forte referencial da sociologia norte-americana e ênfase na formação metodológica. Afrontei então um curioso panorama acadêmico notoriamente fragmentado entre professores que proclamavam com orgulho em sala de aula sua vinculação com o serviço de inteligência da Força Aérea ou com o catolicismo conservador, um pequeno núcleo de destaque de professores marxistas, em geral em chave gramsciana, e um terceiro setor que tentava revalorizar a experiência peronista e fornecer para ela um arcabouço teórico, que implicava uma revisão da especificidade dos processos políticos latino-americanos e suas interpretações (líamos profusamente os autores latino-americanos, o que sintonizava, também, com o *boom* da literatura continental desses anos). Dos primeiros, lembro-me do professor Bruno Piccione, que desenvolvia o curso de Introdução à Filosofia. Italiano, tinha sido discípulo de Heidegger. Presumo que era exilado fascista e resultava algo assim como a contraposição do seu Gino Germani. Passei o curso inteiro com angústia induzida pelo *Das-ein* e o *ser-para-a-morte*, que estragaram meus 18 anos, mas que tiveram a virtude de me afastar para sempre da filosofia especulativa e da angústia existencial (note-se que no último ano do Colégio Naval já tínhamos lido Dostowiesky, Camus e Sartre, eu tinha em todo caso uma base de boa literatura existencialista que me vacinou contra a aridez heideggeriana). Entre os professores marxistas (“Cátedras 29 de mayo”, pela data do Cordobazo) destacava a figura carismática de Juan Carlos Portantiero, dirigente da Juventud Comunista e precoce ensaísta, quem a meados dos anos sessenta tinha protagonizado uma cisão no Partido e estava à procura de novos referenciais, que em grande parte passavam pelas leituras de Gramsci. As chamadas “Cátedras Nacionais”, que tentavam construir genealogias nacional-populares latino-americanas, em sintonia com os tempos que se viviam no país e na região, estavam conduzidas pelo sacerdote jesuíta

Justino O'Farrell, crítico personagem acusado de esquerdista pelos professores da comunidade de informações e de direito pelo grupo marxista. Tivemos uma formação forte em economia, que poderia até levar ao economicismo, mas que era compensada pelas reflexões nacional-populares e o marxismo gramsciano. Dessa formação me ficaram os referenciais teórico-políticos acompanhantes de toda a minha vida acadêmico-intelectual, e que, acho, posso sintetizar como a necessidade de analisar a realidade latino-americana a partir da determinação da sua especificidade, valorizando especialmente para essa empresa ferramentas teórico-metodológicas vindas de um marxismo renovado (e que incluíam o marxismo latino-americano, o “marxismo ocidental” e as releituras pós-stalinistas do próprio Marx).

Formei-me em 1972 como Licenciado em Sociologia, em uma mesa de exame especial que compartilhei com o colega Jorge Taiana, filho de quem no ano seguinte viria a ser Ministro de Educação da Nação. Quero fazer uma referência a ele para exemplificar sinteticamente os destinos da minha geração. Jorge Taiana ficou preso, junto com seu pai, durante sete anos e meio na ditadura que começou em 1976. Com a volta da democracia, foi deputado, membro da Corte Interamericana de Direitos Humanos, ativo embaixador em Guatemala durante o processo dos Acordos de Paz nesse país, Ministro de Relações Exteriores nos governos de Néstor e Cristina Kirchner e é atualmente Presidente do Parlamento do Mercosul.

POR UMA TRILHA PROFISSIONAL NO TEMPO DAS TREVAS

Sendo estudante, comecei a trabalhar em eventuais trabalhos de pesquisa do Instituto Nacional de Estadística y Censos (IBGE argentino). Em 1970 fui designado para reforçar as atividades do VI Censo Nacional de Población, ficando responsável por uma área rural da província de Santiago del Estero.

Ainda estudante, assumi atividades docentes no Departamento de Sociologia, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional de Buenos Aires, primeiro

como ajudante de segunda categoria (com o professor César Sánchez Aizcorbe, um outro jesuíta) e, uma vez formado, como ajudante de primeira categoria (com Ricardo Sidicaro, nacional-marxista).

No primeiro semestre de 1973 tornei-me funcionário da Dirección de Acción Social, na província de San Luis. A partir do segundo semestre desse ano fui designado professor do Departamento de Humanidades da Universidad Nacional del Sur, voltando assim à Bahia Blanca, minha terra natal. Ministrei cursos de Sociologia Argentina e de Sociologia do Subdesenvolvimento. Fiz um curso de especialização em Economia Regional, ministrado por uma geração de economistas e historiadores de primeiro nível acadêmico (José Carlos Chiamonte, Alejandro Rofman, José Luis Coraggio etc.). Em fevereiro de 1975, estando a Universidad del Sur sob intervenção, meu contrato como professor não foi renovado.

Em abril de 1973, já radicado em San Luis, viajei até Santiago de Chile e fiz minha inscrição como candidato ao Mestrado da Facultad Latino-americana de Ciencias Sociales (FLACSO), sendo aprovado. Meses depois, o golpe de Estado militar, além de trazer bem mais sérias consequências, provocou a suspensão de atividades da FLACSO. Mas a FLACSO acabou abrindo uma pequena sede em Buenos Aires, onde em 1975 se decidiu desenvolver um Programa Tutorial de Mestrado em Ciências Sociais, onde fui aceito. Éramos onze alunos: quatro argentinos (dos quais fui o único em acabar o curso), quatro brasileiros, uma uruguaia, um chileno (Pancho Rojas, que chegou a ser Secretário General da FLACSO), um paraguaio, uma boliviana e um equatoriano.

Dessa forma, nos tempos dramáticos vividos pela sociedade argentina nos meses anteriores e posteriores ao golpe militar de 1976, me tocou viver uma fase áurea. Era um mestrado de dedicação *full time*, com uma boa bolsa cujo valor era fixado em dólares e com professores do mais alto nível. Emilio de Ipola ministrava Teoria Social, Juan Carlos Portantiero e Guillermo O'Donnell, Teoria Política, Daniel Chudnovsky, Teoria Econômica, e Werner Ackerman, Metodologia.

Nessas circunstâncias, fui atingido pelo signo dos tempos. O Comando do V Corpo do Exército, situado em Bahia Blanca, veio a desenvolver uma perseguição sobre os docentes, discentes e funcionários da Universidad del Sur. Muitos foram presos e outros (meu caso) apareceram nos jornais como foragidos. Tratou-se de um caso de muita ressonância internacional, que foi inclusive acompanhado pela UNESCO. Autorizado pelo diretor do Programa Buenos Aires de FLACSO, Dr. Almino Affonso, decidi vir ao Brasil até ter uma definição da situação. Assim foi como cheguei a São Paulo em agosto de 1976, com recomendações da FLACSO para os professores Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort (quem, de fato, era professor do Programa Buenos Aires de FLACSO). Minha primeira manhã no Brasil foi inaugurada com uma conversa no CEBRAP com o cordialíssimo Fernando Henrique Cardoso, quem me apresentou nada menos que a Chico de Oliveira e me ofereceu todo o apoio necessário. A seguir, tomou o telefone e ligou para Weffort: “Weffort, estou aqui com um aluno da FLACSO que precisa do nosso apoio”, disse, e aí saí de taxi para a USP para encontrar o professor Weffort.

Resumindo este ponto, decidi ficar no Brasil, com a FLACSO mantendo minha condição de aluno, contando com uma bolsa de emergência do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO). Fui recebido na UNICAMP pelo professor Paulo Sérgio Pinheiro e lá completei os créditos que faltavam para meu mestrado de FLACSO. Minha dissertação para a FLACSO foi orientada pelo professor Francisco Weffort e foi uma investigação sobre o processo de formação do Estado Nacional argentino durante o século XIX. Tratou-se de um trabalho na perspectiva dos estudos de “Nation Building”, frequentes à época, mas com uma forte marca de Gramsci, especialmente dos trabalhos deste autor sobre o Risorgimento e a questão meridional na Itália. Foi aprovada por uma banca especial formada pela FLACSO e meu diploma de Maestro en Ciencias Sociales foi expedido pela Secretaria General de FLACSO em San José de Costa Rica, em 1980.

No entanto, tinha feito a seleção para a pós-graduação em Ciências Humanas (área de Ciência Política) na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sendo recebido em orientação pelo professor Lúcio F. Kowarick e me incorporando como aluno em março de 1978. Em novembro de 1982 defendi minha tese, “Paz y Administración” – “Ordem e Progresso” / (Economias exportadoras e formas políticas na Argentina (1880/1916) e no Brasil (1889/1930), auferindo, assim, o diploma de Doutor em Ciências Humanas (Ciência Política) da Universidade de São Paulo.

Minha tese se localiza no espaço teórico de uma ciência política histórico-comparativa. O antecedente referencial mais próximo talvez sejam as colocações de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto sobre as dimensões políticas e sociais do período de economias de exportação nos países com controle nacional do aparelho produtivo. Minha impressão era de que a reflexão das ciências sociais latino-americanas costumava começar suas análises a partir de 1930, com a aparição dos sujeitos sociais “favoritos porque modernos”, como a burguesia industrial e a classe operária. Isso não me convencia muito e eu suspeitava que, na Argentina e no Brasil, o ano de 1930 marcou uma divisória de épocas. Muito da configuração dessa crise e da reconstituição posterior da ordem tem a ver com a continuidade de situações e desafios anteriores.

A tese começa estabelecendo uma situação de comparabilidade entre a Argentina de 1880 e o Brasil de 1889. Em ambos os casos tratava-se de formar um Estado Nacional em um contexto caracterizado pelo estabelecimento de uma economia exportadora com vinculação permanente com o mercado internacional, que tinha como pressupostos: i) a hegemonia política dos setores proprietários dos recursos naturais das regiões exportadoras; ii) políticas ativas dos Estados Nacionais para apoiar a montagem dessas economias de exportação (disponibilização de terras e de força de trabalho imigrante, obras públicas, favorecimento financeiro etc.); iii) certo grau de integração dos diversos blocos de poder regionais em um cenário nacional, onde resulta como ferramenta fundamental um Estado organizado segundo princípios federais, que denominamos “Estado Oligárquico”.

A questão seguinte se coloca a partir de uma perspectiva retrospectiva. O Estado Oligárquico argentino é superado, a partir de 1916, por um regime baseado em uma reforma eleitoral, que permite a incorporação de novos atores políticos, basicamente classes médias urbanas, até então subordinadas e excluídas do sistema político (jogando um papel importante a presença de um importante movimento operário anarquista e socialista). Nesse final do regime, os conflitos regionais entre as diferentes oligarquias perderam importância. Caso oposto parece ser o Brasil: os conflitos regionais têm uma presença de primeira ordem na crise de 1930, e as classes médias urbanas não exercem um papel relevante, a não ser a partir de uma categoria do aparelho do Estado, os tenentes.

A análise passa então a examinar o funcionamento de cada uma das economias exportadoras. A Argentina possui um setor exportador de cereais e carne, com uma capacidade muito grande de adequar seus fatores às mudanças de demanda do mercado internacional. Além disso, o mercado interno desempenha um papel muito importante. O período apresenta grande afluência de imigrantes, com bons salários em termos internacionais e um grau muito considerável de urbanização. As consequências são duas: i) o setor exportador se ajusta sozinho, não precisa da intervenção do Estado, e a mudança política de 1916 não modifica este perfil; ii) a expansão do mercado interno cria alternativas lucrativas para as oligarquias regionais, que se vinculam indiretamente ao auge exportador, diluindo os antigos conflitos.

No Brasil, o protagonismo do café é total durante toda a Primeira República. Como setor produtivo, a cafeicultura não possui elasticidade para se adequar automaticamente às flutuações do mercado, e exige uma política pública federal, a valorização do café, que favorece às oligarquias exportadoras às custas das outras (lembrar que, segundo a Constituição brasileira de 1891, as rendas de exportação ficam com os Estados produtores, pelo que as outras oligarquias nada recebem, e devem sustentar a valorização do café. Na Argentina as receitas por exportação são federais). Por outra parte, as próprias regiões exportadoras abastecem seu próprio mercado interno com produtos que antes vinham de outras

regiões (substituição do açúcar nordestino pelo paulista, por exemplo). A crise de 1930 chega com o acirramento dos conflitos entre oligarquias regionais, com um papel secundário das dissidências de classe média, setores quantitativamente mais limitados do que na Argentina.

Depois de 1930, a restauração conservadora argentina continua com um Estado liberal e a industrialização não dependerá, até a década de 1940 e o peronismo, de políticas públicas ativas específicas. No Brasil, 1930 recebe a herança de uma política ativa como a valorização do café e o Estado começa a se dobrar em esquemas de regulação da produção primária, abrindo espaço para interesses regionais que não os do café. Em 1930 abre-se um outro período de comparabilidade, com diferentes pautas, mas que são provenientes do pré-30.

Lamentavelmente, nunca foi possível publicar esta tese em forma de livro. De fato, em 1982, o interesse mútuo entre os meios acadêmicos brasileiros e argentinos não era tão pronunciado como viria a ser anos depois. E, de fato, até o dia de hoje continua sendo muito escassa a bibliografia comparativa do período pré-1930.

JÁ DOUTOR, NA VOLTA DA DEMOCRACIA

Após o doutorado, acabei sendo incorporado como professor pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) no seu campus na cidade de Marília, onde trabalhei durante três semestres, sendo inclusive chefe do Departamento de Ciência Política e Economia e colaborando no Mestrado em História do campus de Assis. Minhas disciplinas nesse curso de ciências sociais foram Problemas do Estado Moderno e Instituições Políticas Brasileiras. Nesse período obtive a permanência definitiva no Brasil, em virtude de uma anistia outorgada pelo governo Figueiredo.

Na coleção Encanto Radical, da editora Brasiliense, publiquei à época uma pequena biografia de José Carlos Mariátegui, que resultou ser a primeira publicada em língua portuguesa. Essa referência a Mariátegui passou a ser permanente

na minha trajetória intelectual e teve posteriores desdobramentos na forma de publicações e participação em eventos.

Nesses anos— registro com satisfação— fui convocado para assumir a Secretaria Acadêmica do curso de Sociologia da Universidad de Buenos Aires. Resignei esse cargo para ficar na Secretaria de Extensão Universitária e Graduados, na qual trabalhei durante oito meses, no período de reconstrução acadêmica pós-ditadura. Por motivos pessoais decidi permanecer no Brasil, onde estava começando (por fim!) uma carreira acadêmica regular, depois de vários anos de dificuldades (que incluíram uma situação de permanência irregular durante vários anos).

EM 1984, O CPDA

Em outubro de 1984 fui contratado como professor adjunto I no CPDA, que acabava de se transferir para a UFRRJ. Depois de algumas acomodações passei a ministrar a disciplina Políticas do Estado Moderno, além de disciplinas na graduação. Nesta disciplina tentei incorporar a perspectiva de análise comparativa das relações entre tipologias de estruturas agrárias e suas transformações e as formas mais ou menos democráticas ou autoritárias dos sistemas políticos. De fato, eu tinha incorporado esta abordagem a partir do meu curso de Teoria Política no mestrado da FLACSO, ministrado pelo professor Juan Carlos Portantiero. O livro clássico para o tema era o de Barrington Moore Jr, “As origens sociais da ditadura e da democracia”, que Portantiero completava com uma inflexão marxista, incluindo Marx, Gramsci e Trotsky. O professor Michael Hall, na UNICAMP, me levou à leitura da “continuação” do livro de Moore, “Los Estados y las revoluciones sociales”, de Theda Skocpol. Essa linha de reflexão acompanhava as referências às “vias prussianas” e “revoluções passivas” que tanto abundavam à época nos debates brasileiros, e que a “modernização conservadora” de Moore acabou superando.

Lamentavelmente, apesar da minha formação, interesses e vocação latino-americana, não fui incluído no projeto de pós-graduação latino-americana

Vittorio Marrama, onde possivelmente teria podido realizar aportes de alguma significação.

A partir de 1986 começou um novo período nas relações entre Argentina e Brasil: o processo de integração que viria a dar origem ao Mercosul. Junto com o colega John Wilkinson organizei um seminário internacional sobre a dimensão agropecuária deste processo, que estimo ter sido o primeiro evento universitário dedicado a esse tema. Para minha surpresa, um tempo depois recebi uma ligação de São Paulo, da Central Única dos Trabalhadores, em que a colega Silvia Portella me informava do interesse dessa importante referência sindical em acompanhar o processo de integração. Acabei fazendo parte durante anos do corpo de assessoria da CUT sobre este tema, em inúmeras reuniões com representantes sindicais e sociais dos quatro países em questão.

Além desses países, algumas outras experiências internacionais derivaram dali. Em 1990 participei de um seminário em Bruxelas a convite da Fundação Ebert, dedicado a examinar a questão da participação democrática no processo da Comunidade Europeia. Em 1993 ganhei uma bolsa do governo canadense para acompanhar a participação dos sindicatos desse país no processo de formação da North American Trade Association (NAFTA), que deu origem ao meu artigo “Nafta Blues”, publicado na revista Novos Estudos, do CEBRAP. Em 1996 fui convidado a apresentar o tema em reunião sobre América Latina na Universidade de Kobe, no Japão. Outras derivações dessa experiência poderão ser achadas na lista das minhas publicações. A perspectiva da minha participação e elaboração intelectual nesta problemática foi sempre a de assegurar que esses processos de integração internacional viessem a reforçar as possibilidades de desenvolvimento solidário entre os países, e que seus processos de implantação e funcionamento institucional dessem as maiores garantias de transparência e de participação democrática para as sociedades civis.

ATIVIDADES NO PERÍODO CONSIDERADO PARA A PROGRESSÃO A PROFESSOR TITULAR

Atividades acadêmico-administrativas

Só em uma ocasião, no primeiro semestre de 1990, exerci a função de coordenador do CPDA. Na minha breve gestão se conseguiu a autorização para funcionamento nas instalações atuais, na Avenida Presidente Vargas, no centro da cidade. Fui Chefe de Departamento no período 2010/2012, assumindo a representação do curso nas instâncias correspondentes da Rural, e em outras ocasiões fui vice-chefe. Em vários períodos integrei o Colegiado do Curso.

Docência na graduação

Acompanhei o rodízio habitual estabelecido para aulas na graduação, com exceção do período na Chefia de Departamento. Sempre ministrei a disciplina Sociedade e Agricultura no Brasil para alunos procedentes de diferentes cursos. No segundo semestre de 2015 ofereci Ideologia do Moderno no Campo para alunos da Licenciatura em Educação no Campo.

Docência na pós-graduação

Desde 1999 comecei a oferecer a disciplina Teoria Política. Na nova feição acadêmica do CPDA esta disciplina tem o caráter de Fundamental para o Mestrado. Na minha perspectiva, o fulcro desta disciplina, em um curso com as características e a clientela do CPDA, deve consistir em uma problematização das relações assimétricas de poder vigentes e constituídas entre sociedades desiguais e a natureza.

Talvez algo equivalente possa ser dito em relação à outra disciplina pela qual tenho responsabilidade no CPDA desde 2003: História Agroambiental Comparada. Já ficou claro a esta altura a importância que atribuo à perspectiva histórica para a análise dos processos sociais. Neste caso, me parece que a História Ambiental constitui um predicado essencial para a formação de profissionais orientados para uma abordagem interdisciplinar das relações entre a sociedade e a natureza.

Merece também destaque a disciplina Campo e Cidade como Imagens, título “emprestado”, na qual procurei exercitar uma reflexão e treinamento sobre a utilização de imagens na pesquisa sócio-histórica. Foi ministrada quatro vezes entre 2001 e 2007 no CPDA. Além disso, em duas ocasiões ofereci disciplinas sobre essa mesma temática no Doutorado em Ciências Sociais da Universidad de Buenos Aires.

Também no CPDA ofereci disciplinas no formato de Tópicos Especiais e Laboratórios de Pesquisa para os meus orientandos.

Na UFRRJ também atuei como professor no Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária (PPGCTIA). Este programa é a primeira iniciativa de uma pós-graduação binacional entre Argentina e Brasil, com parceria entre a UFRRJ e a Universidad Nacional de Rio Cuarto. No início do programa foi aceita minha proposta de criação de uma área de concentração sobre políticas públicas comparadas, por meio da qual tenho orientado três teses de doutoramento, ministrado disciplinas no Rio de Janeiro e em Rio Cuarto e participado de bancas de teses e reuniões. Fui também coordenador substituto do programa.

Linhas de pesquisa

A partir de 1995, comecei a desenvolver de forma espontânea e assistemática uma atividade dedicada à fotografia de antigas fazendas de café na região do Vale do Paraíba. A então decana de pós-graduação da UFRRJ, professora Ariane Luna Peixoto, tomando conhecimento dessa atividade, me ofereceu um financiamento da FAPERJ para desenvolver um projeto de documentação visual (Projeto Travessia). Esse projeto foi realizado junto com o fotógrafo argentino Luis Martín, um reconhecido profissional. Percorremos o Vale do Paraíba em um veículo da UFRRJ e produzimos um registro valioso não apenas da arquitetura, mas de elementos culturais, paisagísticos, agrícolas etc.

Posteriormente, recebi uma bolsa da Fundação Antorchas, para continuar o desenvolvimento do Projeto Travessia no Brasil e na Argentina. Formei uma

equipe binacional, voltamos ao Vale do Paraíba e trabalhamos nas áreas rurais de Mar del Plata e de Tandil na Argentina. O resultado foram mais de três mil registros fotográficos que foram utilizados em exposições.

Novas demandas impediram continuar com o projeto. Porém, existiram outros condicionantes. Um deles foi a mudança tecnológica representada pela fotografia digital e seus quase ilimitados recursos. Acompanhar esse processo teria implicado para mim uma dedicação que nesse momento me resultou impossível. Outro fator limitante foi a dissolução da equipe, constituída por doutorandos que acabaram seus períodos de disponibilidade.

A mais importante dessas novas demandas foi a proposta, por parte do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, para assumir a coordenação do Grupo de Trabalho em Desenvolvimento e Meio Ambiente, no ano 2000. Solicitei nesse momento a mudança de nome do GT para Ecologia Política, e isso abriu uma nova fase do meu desenvolvimento intelectual e profissional.

Nessa função, promovi a constituição de uma rede latino-americana de pesquisadores e ativistas nesse campo que resultou cada vez mais estratégico. Coube a mim organizar várias reuniões de trabalho em diferentes países da região; organizei quatro livros; estimulei a instalação da problemática da Ecologia Política em diferentes espaços institucionais etc.

Em 2005/06 coordenei uma pesquisa na FLACSO Brasil, encomendada pelo Ministério de Meio Ambiente do Brasil, sobre as instituições financeiras federais brasileiras e o meio ambiente. Essa pesquisa teve como resultado a publicação de um livro, *As instituições financeiras públicas e o meio ambiente no Brasil e na América Latina* (PARREIRA; ALIMONDA, 2006).

Sou pesquisador 2 do CNPq e tive bolsa de produtividade.

Orientações de dissertações e teses

No decorrer destes anos, orientei 16 dissertações de mestrado e 10 de doutorado (entre CPDA e PPGCTIA). Orientei também uma tese de doutorado na

Facultad de Ciencias Sociales da Universidad de Buenos Aires. As áreas temáticas desta produção, naturalmente, não coincidem necessariamente com minhas atividades de pesquisa.

Particpei neste período em inúmeras bancas de tese, não somente no CPDA, mas também em outras universidades, entre as quais a UFF tem um destaque especial.

Atividades internacionais

Além da já consignada atividade no PPGCTIA, coordenei o programa de colaboração entre o CPDA e o Departamento de Economia da Universidad Nacional del Sur, em Bahía Blanca, Argentina, 2011/12.

Em 2001/2002 participei do Programa de Postdoctorado em Política y Cultura em América Latina, oferecido em El Colegio de México. O corpo de professores estava constituído por integrantes do Projeto Modernidade/Colonialidade (Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Edgardo Lander etc.).

Minha maior atividade no âmbito internacional tem sido a coordenação do GT Ecologia Política de CLACSO, já consignada. No momento atual, participo do GT Ecologia Política do Extrativismo, e estou organizando um livro desse GT, a ser publicado por CLACSO no ano próximo. Em várias ocasiões tenho assumido a representação do CPDA nas assembleias de CLACSO.

Tenho participado em inúmeros eventos, especialmente na região latino-americana, e as minhas publicações evidenciam também essa dimensão internacional da minha produção. Em novembro de 2012 ministrei uma conferência sobre a situação latino-americana no Parlamento da Alemanha (Bundestag).

Também tenho desenvolvido no exterior uma atividade intensa de docência de pós-graduação. Na Argentina, ofereci cursos de pós-graduação nas Universidades Nacionais de Buenos Aires, Córdoba, Mar del Plata, del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Rio Cuarto, del Sur, Quilmes e Catamarca. Ofereci também cursos de pós-graduação na FLACSO Guatemala, no Instituto de

Estudios Ambientales e no campus Amazonia da Universidad Nacional de Colômbia, na Universidad de Panamá, na Universidad Andina (Ecuador).

No momento atual, tenho recebido por terceira vez uma bolsa Raíces do Ministerio de Ciência y Tecnología da Argentina. Em função dessa bolsa, estou preparando cursos de Ecologia Política que irei ministrar nos doutorados da Universidad Nacional de Cuyo y Nacional de La Plata.

Integro o Comité Acadêmico do Instituto de Estudios Ecologistas, Ecuador. Tenho oferecido cursos via internet no campus virtual de CLACSO sobre História Ambiental e Ecologia Política, e no Programa Latino-americano de Educación a Distancia sobre Agricultura Latino-americana.

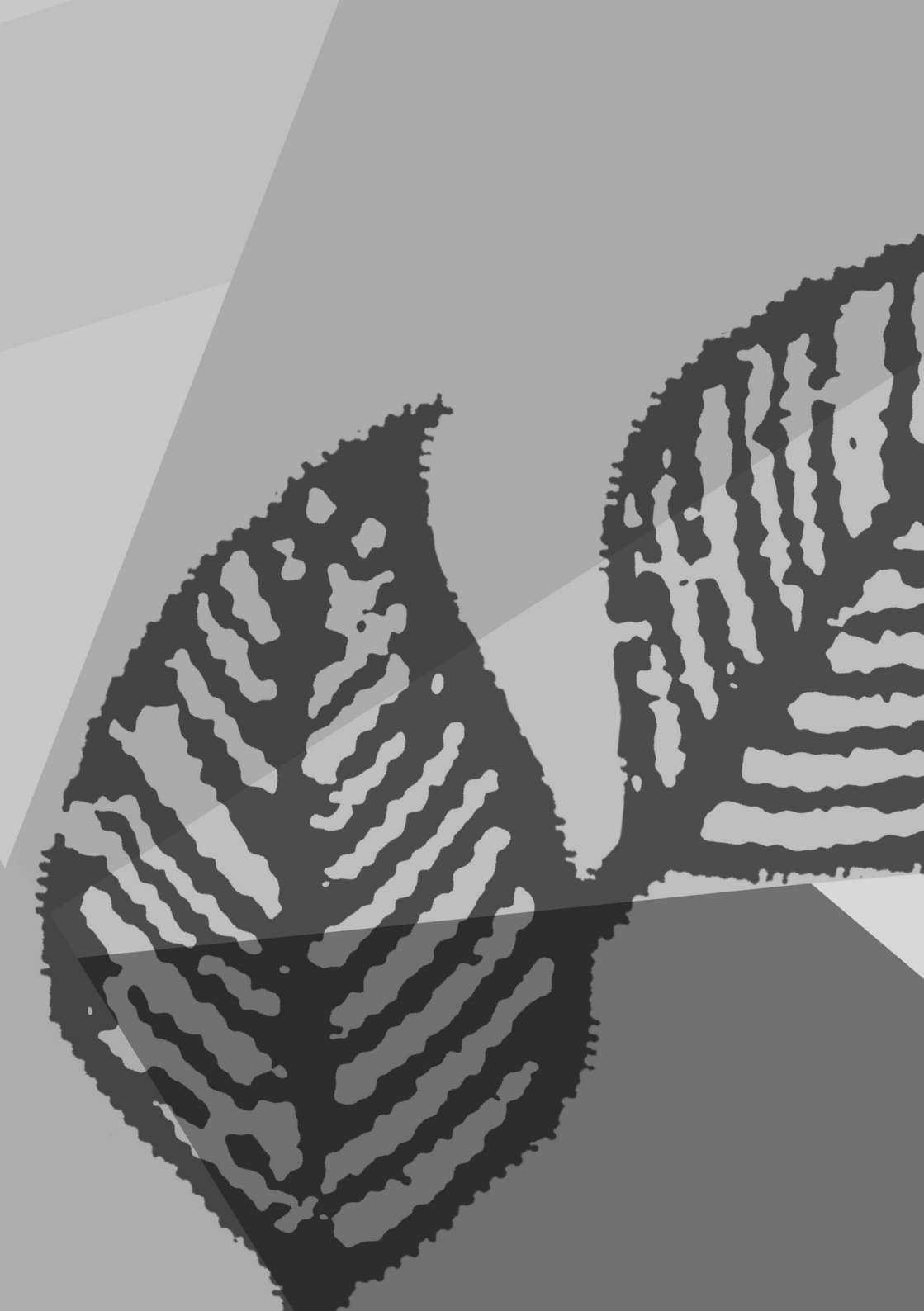
De 2003 a 2005 fui pesquisador nível internacional da FLACSO. Sou consultor externo do CONICET (Consejo Nacional de Investigaciones en Ciência y Tecnología), Argentina, e da Comisión Nacional de Acreditación, Chile.

Outras informações sobre publicações, campos de atuação e temáticas estudadas, conforme dito anteriormente, encontram-se disponíveis em meu currículo Lattes.

Referências

ALIMONDA, H. "Paz y Administración" – "Orden e Progreso": economias exportadoras e formas políticas na Argentina (1880/1916) e no Brasil (1889/1930). 1982. [s.n.]. Tese (Doutorado em Ciências Humanas - Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

PARREIRA, C.; ALIMONDA, H. (orgs.). Instituições financeiras públicas e o meio ambiente no Brasil e na América Latina. Brasília: FLACSO/Abaré, 2005. 280 p.





Nelson Giordano Delgado

PROFESSOR TITULAR DO CPDA/UFRRJ

MEMORIAL DO PROFESSOR DOUTOR NELSON GIORDANO DELGADO

Um memorial é uma peça acadêmica que tem como eixo a trajetória e a produção intelectual do autor e, como tal, é a reconstituição atual de um percurso de vida profissional. Prefaciá-lo impõe alguns desafios para quem o realiza, pois de fato fica confrontado a várias possibilidades, devendo fazer escolhas que nem sempre conseguem expressar a riqueza do material exposto e aquilo que o autor escolhe ressaltar. Mesmo levando em conta esses riscos, optei por focar em alguns dos pontos que considero fundamentais no memorial para Professor Titular apresentado pelo Professor Doutor Nelson Delgado, enfatizando aspectos que o autor deixou dito de forma indireta ou, ainda por outras razões que incluem até a modéstia, não enfatizou.

Ao mesmo tempo em que o prefácio é um desafio, fazê-lo me provoca por outro lado uma grande alegria, pois tenho a sorte de ter conhecido Nelson Delgado nos momentos iniciais de construção de sua trajetória acadêmica e a da Instituição que ele iria dirigir e com a qual contribuiria tão fortemente para torná-la o que é hoje, permitindo-me falar não apenas formalmente sobre o mesmo.

Para aqueles que acompanharam a trajetória do Professor Nelson Delgado desde os anos 1970, seja pessoalmente ou ainda através da leitura do memorial, não ficam dúvidas de que sua trajetória profissional e a história do CDPA estão de tal modo imbricadas que resulta às vezes difícil separá-las. Observa-se uma coerência entre a trajetória acadêmica, a produção científica do autor, e a história de crescimento da Instituição CPDA. Isso se torna ainda mais evidente quando se analisa ao longo do tempo as temáticas que são objeto de reflexão do autor, por um lado, e os cursos oferecidos pelo CPDA, assim como uma grande parte da produção docente e discente da Instituição, por outro. Nesse sentido, a opção do autor por uma apresentação cronológica de sua análise sobre determinados

temas facilita a compreensão sobre sua trajetória em termos de reflexão e trabalho de pesquisa. Por isto é possível afirmar que, não poucas vezes, a trajetória do CPDA e a trajetória de Nelson se confundem. O diálogo e o trabalho conjunto com diversos colegas do CPDA em cursos e projetos coletivos fazem com que a Instituição e o autor se alimentem mutuamente nessa troca.

O lugar de destaque do autor do memorial não se deu por acaso. O Professor Nelson foi o primeiro coordenador do curso de Mestrado, localizado no Horto Florestal, e foi ele quem reformulou um curso que até então tinha a intenção de ser multidisciplinar, mas que era, de fato, apenas um curso de economia com uma única disciplina de História da Agricultura. Foi durante a gestão de Nelson Delgado que este passou a ser um Mestrado multidisciplinar. É importante assinalar a preocupação permanente de Nelson e dos primeiros colegas que se juntaram a ele (menciono Paulo Beskow e Ivan de Otero Ribeiro, entre outros, que não cito apenas para evitar esquecimentos injustos) de pensar o campesinato, em particular, e a agricultura em geral, a partir de uma visão multidisciplinar. Essa preocupação inicial permanece e caracteriza o CPDA até hoje, constituindo uma de suas especificidades. Desde o início, em 1976/1977, quando Nelson Delgado assumiu a direção, ele e seus colegas reuniram historiadores, sociólogos, economistas, economistas rurais, e antropólogos que constituíam e continuam constituindo seu corpo de professores.

A liberdade que os professores convidados, entre os quais me incluo, tiveram de fazer parte do curso foi uma marca do trabalho de Nelson. Diferentes perspectivas teóricas de trabalho e de concepção dos modos de perceber os problemas, provenientes em parte de formações profissionais diferentes, não foram obstáculo algum para o trabalho conjunto e a convivência prazerosa desses diversos colegas. Ao contrário, elas eram consideradas enriquecedoras para o projeto que estava sendo iniciado.

Seu caráter multidisciplinar fez consequentemente do curso um projeto interinstitucional. Um exemplo disso foi a constituição do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura (PIPSA). Esse projeto financiado pela

Fundação Ford foi elaborado e dirigido pelo CPDA e construído com forte influência de Nelson, quem conduziu a gestão acadêmica e a negociação financeira, conseguindo viabilizá-lo. As reuniões do PIPSA, realizadas em diferentes universidades, reuniram pesquisadores com diversas formações e vínculos institucionais em diferentes grupos de trabalho que incluíam a agroindústria, políticas públicas, pequenos produtores etc. e que tinham como objetivo a reflexão e discussão das temáticas que marcaram o final dos anos 1970. Esse diálogo entre acadêmicos e agentes (técnicos) de diferentes agências governamentais e da sociedade civil foi uma marca importante para o avanço da discussão sobre as políticas públicas e as diferentes categorias de trabalhadores rurais (pequenos produtores em geral).

A experiência e participação em projetos coletivos é uma marca presente na história de vida intelectual do autor do memorial. Essas experiências são inúmeras e constantes ao longo do tempo, desde o início de sua carreira até hoje.

O CPDA começou cedo a trabalhar em grandes projetos. O primeiro, coordenado por Nelson Delgado, foi o Projeto de Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira (Persagri), em 1978. Dele participaram os professores, A.C. Castro, A.C. Nogueira, M.Y. Linhares, F.C. Teixeira da Silva, J.P. Wilken, M. M. Moura e P. Beskow. Esse projeto foi pioneiro, constituindo-se no primeiro balanço da situação da agricultura brasileira, assinalando os impactos da introdução naquele momento, das grandes lavouras de soja e produtos ligados à indústria. Ao mesmo tempo se assinalavam políticas públicas totalmente diferenciadas segundo as regiões, para os setores denominados “modernos”, beneficiando zonas de produção de soja, em detrimento de outras regiões (e culturas), estabelecendo enormes diferenças ao longo do país. A esse primeiro projeto se somaram muitos outros ao longo das décadas até a criação, em 2005, do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA). É um projeto guarda-chuva que contempla diferentes projetos e reúne diversos professores e alunos(as) do CPDA.

Analisando as políticas públicas sobre o meio rural brasileiro, tema que conta com uma abundante bibliografia, o memorial de Nelson Delgado atrai o leitor ao

oferecer uma sistematização consistente das mesmas. Ao mesmo tempo em que se trata de um texto inovador, nesse sentido, também é novo na forma de abordagem.

A produção do autor ao longo de sua trajetória revela uma opção clara, a de deixar de lado os sistemas classificatórios e avaliativos tão freqüentes nos estudos sobre o tema, para tentar observar e entender as questões impostas pelo Estado ao longo do tempo, especificamente nas últimas quatro décadas, e expressadas nas diferentes políticas públicas e em suas implicações sobre os atores sociais aos quais se aplicam.

Nelson é um dos acadêmicos que mantém uma preocupação constante em integrar a reflexão acadêmica à intervenção nas políticas públicas que atingem as populações sobre as quais o conhecimento é produzido, e o faz divulgando as políticas públicas sobre as quais reflete teoricamente junto aos atores sociais aos quais as mesmas se destinam. Como afirma: “Estes textos (...) para o meio rural (...) ressaltando que o objetivo da luta dos movimentos sociais não deveria ser a democratização da revolução verde ou do modelo dominante de modernização, mas a sua superação e substituição por um novo modelo de desenvolvimento rural mais equitativo social e economicamente e enraizado no compromisso, ético, cultural e técnico-científico, de preservar a natureza”.

Assim, tanto a participação em projetos originados na reflexão acadêmica, como aqueles de intervenção direta, feitos por solicitação de diferentes entidades da sociedade civil, especialmente organizações não governamentais, constituíram parte fundamental de sua produção e foram relevantes na formação dos(as) alunos(as). Ao mesmo tempo, essa atuação direta com os grupos sobre os quais trabalha serviram de base para a reflexão teórica. Muitos desses trabalhos foram realizados na forma de projetos e consultorias nacionais e internacionais, desenvolvidos em parceria com vários colegas da própria Instituição e de fora.

A participação em diferentes níveis seja através de consultorias, discussões sistemáticas em seminários acadêmicos nacionais e internacionais, e a criação do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA), no CPDA, são

apenas alguns dos exemplos dessa preocupação. Assim, retomando suas palavras: “presente nas discussões sobre agricultura e indústria e nos debates da época, na introdução do capitalismo no campo, na chamada modernização conservadora e na discussão sobre agroindústria como modelo que representava essa modernização”, Nelson não caiu na armadilha de pensar que a mudança tecnológica provoca mudanças nas relações sociais dominantes no campo. Ou seja, nunca viu a tecnologia como mecanismo de transformação social. Nesse sentido, a presença constante da pequena produção, e suas características econômicas e políticas, constituem a base de fundo de seus estudos, especialmente na análise das políticas públicas dirigidas ao setor.

É interessante assinalar o repertório de termos e conceitos utilizados em seu memorial para se referir aos grupos sociais com os que trabalha. O uso que o autor faz dos termos tais como camponês, campesinato, pequenos agricultores, assim como as atividades que realizam e os definem como agricultura familiar, entre tantos outros, e as mudanças nas denominações em diferentes momentos, fornece uma periodização que brinda o leitor com elementos reveladores das diferenças econômicas e disputas políticas que estão em jogo no uso dos mesmos ao longo do tempo. Essa reflexão fornece elementos que permitem um rastreamento do leque de questões e das diferentes concepções em jogo no uso desses conceitos que, não poucas vezes, são utilizados como sinônimos sem perceber as implicações que isto tem.

À experiência de trabalho e de reflexão nas mais diversas regiões do país e à experiência com análises regionais no âmbito do MERCOSUL, soma-se ainda a experiência de trabalho e de reflexão sobre a agricultura europeia e as políticas ali desenvolvidas, sobre a Política Agrícola Comunitária (PAC), sobre a política norte-americana e sobre o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, em inglês), assim como a investigação acerca dos impactos que estas têm sobre nossos países, tanto em nível nacional como em nível local. Todas elas fazem com que a perspectiva analítica de Nelson seja especialmente rica e inovadora.

Essa experiência internacional esteve muito ligada, embora não unicamente,

à criação da área de concentração em Planejamento e Políticas de Desenvolvimento Agrícola e Rural na América Latina e o Caribe, ‘Vittorio Marrama’, que através do intercâmbio com pesquisadores europeus, de cursos e de seminários orientados também para um público de alunos(as) latino-americanos(as), permitiu introduzir questões e problemas até então pouco analisados, favorecendo o surgimento de uma internacionalização precoce e pioneira do CPDA. Essa experiência tem em Nelson seu articulador fundamental.

É interessante assinalar que Nelson se caracteriza pelo diálogo sistemático com colegas e alunos(as) e isto se reflete numa produção que geralmente envolve outros professores(as) do CPDA e de fora, tornando os projetos que coordena e dos quais participa uma produção coletiva.

Essa longa experiência de trabalho em diferentes níveis faz com que as formulações de Nelson estejam embasadas na análise de realidades empíricas e é a partir delas que dialoga com a produção existente. Não poderíamos nunca caracterizar seu trabalho como uma análise de conjuntura ou uma reflexão sem pesquisa, ou ainda como produção de ensaios sobre os temas com que trabalhou.

É precisamente desde esses trabalhos de pesquisa que o autor dialoga e discute com as formulações de outros economistas e estudiosos das temáticas ligadas ao lugar do Estado na elaboração de políticas públicas para os setores agrícolas mais diversos.

Sua reflexão em torno do objeto de estudo e a dedicação na análise da agricultura e das políticas públicas para o setor, sem dúvida, contribuíram para o crescimento da própria Instituição. Os temas tratados, muitas vezes de forma conjunta com colegas e alunos(as), como já foi mencionado, abriram frentes de pesquisa que tornaram a Instituição um espaço de reflexão própria no debate atual sobre os temas colocados em nível global, nacional e local, que constituem uma das marcas do CPDA.

Finalmente, considero que os elementos que constituem a trajetória acadê-

mica que culminam com o presente memorial só realçam o lugar do Professor Doutor Nelson Delgado na comemoração dos 40 anos do CPDA.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2016.

Beatriz Maria Aladia de Herédia

Memorial

INTRODUÇÃO

Decidi iniciar a descrição de minha trajetória acadêmica e profissional neste memorial dizendo da segunda metade da década de 1970, quando ingressei no então Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola (CPDA) da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. A partir daí fiz uma periodização que inclui, separadamente, as décadas de 1980 e de 1990, e os anos 2000 até hoje (final de 2015). Em minha perspectiva, esta é uma periodização adequada das atividades acadêmicas e não acadêmicas realizadas deste então.

Como será mostrado a seguir, na segunda metade dos anos 1970 e o início dos 1980 foi um período totalmente tomado, profissionalmente, pelas atividades vinculadas ao desenvolvimento da pesquisa e do ensino no CPDA, buscando definir, com o grupo de professores do Centro e seus colaboradores, um perfil mais acadêmico e interdisciplinar para essas atividades, tendo em vista sua proposta institucional originária.

Nos anos 1980, os estudos e pesquisas sobre as condições e as perspectivas econômicas, políticas e sociais do meio rural no país estiveram bastante influenciados pelos condicionamentos impostos pelo ajustamento externo a que foi submetida a economia brasileira em função da dívida externa, e também pelo exame e a reflexão sobre as consequências da modernização conservadora impulsionada pelo governo militar nos 1970. Neste sentido, voltei-me para temas como a modernização da agricultura, o cooperativismo empresarial no sul do país, as políticas públicas para a agricultura – incluindo as políticas diferenciadas para o segmento que hoje chamamos de agricultura familiar – e para o início das investigações sobre as relações entre a economia e a agricultura nessas duas décadas, marcadas por comportamentos econômicos e políticos tão diversos.

A década de 1990, explorada mais adiante, foi marcada por três elementos que orientaram nossas atividades acadêmicas e não acadêmicas no período: (i) a compreensão da crise da dívida externa na década anterior e seus desdobramentos, em especial, as relações entre a política macroeconômica e a agricultura; (ii) o crescente interesse pelas questões internacionais relativas à agricultura, como exemplificam os temas do Mercosul, do GATT, da OMC, das políticas agrícolas na Europa e nos Estados Unidos, o que, no caso do CPDA (agora entendido como um curso de pós-graduação na UFRRJ), foi potencializado pela criação da área de concentração ‘Vittorio Marrama’ no mestrado; e (iii) o ressurgimento do tema do local e do desenvolvimento local, expresso principalmente por um interesse crescente no desenvolvimento rural e nas políticas públicas descentralizadas para o meio rural. Em meu caso, uma atividade acadêmica fundamental na década de 1990 foi a elaboração de minha tese de doutorado (defendida em 2000), que tratou precisamente de um tema internacional.

Nos anos 2000, dando continuidade à trilha aberta anteriormente, duas dimensões temáticas foram privilegiadas – a do global e a do local –, ambas tratando das questões rurais e agrícolas, mas não se reduzindo a elas. Em relação à temática do global, destaco meu envolvimento com o tema da economia política do sistema mundial, da OMC e das negociações comerciais em agricultura, e do Fórum Social Mundial e seus desdobramentos. No que diz respeito ao local, dei continuidade à preocupação relativa às políticas públicas para o desenvolvimento rural e para os atores sociais envolvidos em diferentes tentativas de gestão deste desenvolvimento – agora com a ênfase posta na abordagem territorial do desenvolvimento rural, especialmente após a criação do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura no CPDA e a instituição das políticas públicas territoriais de desenvolvimento rural pelo primeiro Governo Luiz Inácio Lula da Silva no país. As temáticas do global e do local foram complementadas por atividades de ensino e pesquisa sobre as políticas macroeconômicas, as políticas setoriais para o rural e as relações entre agricultura e economia e também por uma miscelânea de outras atividades relacionadas.

Observando retrospectivamente este grande conjunto de atividades desenvolvidas em todo o longo período considerado, não tenho qualquer pretensão de ter feito contribuições significativas para o avanço do conhecimento acadêmico nas temáticas tratadas. O que reivindico, sim, é a qualidade do esforço feito para construir “pontes” entre as atividades acadêmicas e não acadêmicas nestes temas, de modo que as intervenções públicas foram alimentadas pela reflexão acadêmica e a urgência dos temas traçados nas diversas arenas públicas, da sociedade civil e do Estado, foi trazida para consideração nas atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e publicações. Acho que mantive uma razoável coerência nessa pretensão.

Chamo a atenção, portanto, que o memorial vai descrever e refletir sobre um conjunto diversificado de atividades de ensino e orientação, pesquisa, publicações, palestras e seminários, nacionais e internacionais, que foi efetuado tanto no âmbito acadêmico quanto no público (principalmente das organizações da sociedade civil, do Estado e de organismos internacionais).

Por fim, o memorial encerra com a listagem das referências bibliográficas utilizadas em sua elaboração, que incluem minhas publicações, publicações minhas com outros parceiros e colegas – nas quais, por uniformidade de citação neste texto, coloquei primeiro meu nome, mesmo quando isto não ocorre na publicação original –, relatórios de pesquisa em que participei ativamente na elaboração, dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas por orientandos, e publicações de outros autores mencionadas no texto.

I. SEGUNDA METADE DOS ANOS 1970-INÍCIO DOS 1980

Minha vida acadêmica começou efetivamente com o ingresso no Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola (CPDA) da Escola Interamericana de Administração Pública (EIAP) da Fundação Getúlio Vargas em 1977, que oferecia, então, o Curso de Mestrado em Desenvolvimento Agrícola (CMDA)¹. Ele foi precedido por um período de dois anos (1975-1976) no Departamento de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp), onde, além de ter ministrado disciplinas na Graduação e dado aulas no Mestrado de Economia, participei de duas pesquisas que iniciaram meu envolvimento acadêmico com a temática da agricultura e do meio rural, e cujos resultados e aprendizagem tiveram repercussão posterior na estruturação /reformulação do curso e do programa de pesquisas do CPDA/EIAP.

Como mencionado, o Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola possuía originalmente um curso de mestrado, com características que se pretendiam interdisciplinares, embora predominasse considerável ênfase em disciplinas da economia, e um programa de pesquisa em História da Agricultura Brasileira, coordenado pela Profa. Maria Yedda Linhares. Os grandes desafios acadêmicos iniciais do CPDA/EIAP, no final dos anos 1970, foram a transformação do curso de mestrado em uma direção mais efetivamente multidisciplinar no campo das ciências sociais e a ampliação do programa de pesquisa para além da história da agricultura brasileira, sem detrimento desta, dada sua enorme originalidade e importância acadêmica naquele momento histórico².

.....

¹ Fui chefe de centro do CPDA (na nomenclatura da FGV) durante o período 1978-1981. O curso de mestrado do CPDA transferiu-se em 1982 da Fundação Getúlio Vargas para o Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sendo conhecido hoje como Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, mantendo a mesma sigla CPDA.

² Para uma apresentação dos desafios, obstáculos e soluções encontradas na evolução do CPDA em sua busca por um programa de pós-graduação e de pesquisa interdisciplinares nas ciências sociais, ver, por exemplo, Delgado (2010a), Lima (2010), Moreira (2002; 2010) e outros ensaios publicados em Lima; Leite (2010).

Um ponto de partida fundamental para os estudos sobre a agricultura e o mundo rural brasileiros neste período foi o intenso processo de modernização da agricultura ocorrido na década de 1970 e promovido pelo governo da ditadura militar, em um contexto de abertura da agricultura brasileira para o exterior e de internalização do que se chamou, à época, de complexo agroindustrial, tanto a jusante como a montante da agricultura. Esta intensa transformação do meio rural brasileiro ficou conhecida na literatura da época como “modernização conservadora” da agricultura, tendo em vista suas características de exclusão social e de concentração, tanto regional (no Centro-Sul do país) como de produtores (os grandes e médios) e de produtos (a soja e outros produtos de exportação e matérias-primas para a indústria).

Entender a complexidade desse processo, suas características e consequências econômicas, sociais, culturais e políticas, tornou-se uma obsessão dos pesquisadores de diferentes áreas das ciências sociais no período. No que me diz respeito, as pesquisas realizadas na Unicamp em 1975 e 1976³, das quais fui um dos coordenadores, ao elaborar uma ampla regionalização da agricultura brasileira, já permitiram perceber algumas das características do processo de modernização em curso, bem como sua considerável heterogeneidade em termos regionais e de processos produtivos, produtos e grupos sociais afetados. Através de estudos de caso realizados principalmente nas regiões Nordeste e Sul do país foi destacada a existência de um mosaico socioeconômico de diferentes formas e relações de produção no meio rural.

Essa experiência de pesquisa na Unicamp, associada à riqueza da multiplicidade de vivências acumulada pelos outros professores e pesquisadores da equipe do CPDA à época, foi importante para as discussões sobre a diversificação do programa de pesquisa do Centro e para a definição de algumas temáticas fundamentais que servissem para orientar a ampliação do programa de pesquisa e a reformulação do curso de mestrado⁴.

.....
³ Publicadas em Relatório Incra/Unicamp (1975; 1976).

⁴ Orientei duas dissertações de mestrado neste período: Rocha Filho (1980) e Araújo (1980).

Neste sentido, e seguindo um caminho trilhado, de uma forma ou de outra, por grande parte dos pesquisadores do campo das ciências sociais neste período, o esforço empreendido para compreender os processos econômicos e sociais subjacentes e explicativos da modernização da agricultura brasileira na década de 1970 foi iniciado no CPDA, não sem algum pioneirismo, em 1978, com a realização do Projeto de Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira (Persagri), um projeto coletivo coordenado pelos professores permanentes do Centro àquela época e constituído por três grandes segmentos de investigação:

- (1) Os Esquemas Explicativos – Análise Historiográfica, que constituiu um amplo balanço das macrointerpretações existentes sobre o rural brasileiro, com base em autores reconhecidos como construtores de visões e de interpretações sobre a agricultura e o meio rural do século XVI ao século XX.
- (2) A Abordagem Regional da evolução recente e da situação atual da agricultura brasileira, realizada através da constituição de equipes de pesquisadores da rede de parceiros do CPDA, supervisionadas por professores da equipe central, que produziram relatórios individuais sobre as regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste.
- (3) A Síntese das Tendências da Agricultura Brasileira, elaborada coletivamente pela equipe central do CPDA⁵, tendo como inspiração e ponto de partida os relatórios das regiões e dos esquemas explicativos, mas concebido com uma estrutura diversa dos anteriores, pois centrou-se na tentativa de definir as categorias de análise utilizadas (como produção capitalista e não capitalista e suas diferentes formas de manifestação etc.) e de identificar as principais tendências recentes e transformações em curso na agricultura do país. Esta síntese foi publicada em CPDA/ EIAP/FGV (1979).

⁵ Participaram desta equipe os professores e pesquisadores Ana Célia Castro, Antônio Carlos Nogueira, Francisco Carlos Teixeira da Silva, José Pereira Wilken Bicudo, Margarida Maria Moura, Maria Yedda Leite Linhares, Nelson Giordano Delgado e Paulo Roberto Beskow.

Os principais resultados desta investigação, que apontavam para a caracterização do processo de desenvolvimento da agricultura brasileira nas décadas de 1950-1970, foram sintetizados nas conclusões de CPDA/EIAP/FGV (1979).

1. A crescente dependência da agricultura à indústria, que se manifestava, de forma simplificada, (i) na mercantilização da atividade produtiva agrícola, acompanhada pela tendência à especialização das unidades de produção, à fragilização de sua autossuficiência e ao aumento da dependência de suas decisões de fatores externos à unidade produtiva; (ii) na intensa modernização da agricultura brasileira a partir da segunda metade dos anos 1960, que tornou o processo produtivo agrícola cada vez mais dependente da utilização de máquinas e insumos industriais, embora não tenha provocado alterações de monta na estrutura fundiária, a não ser no sentido de reforçar a tradicional concentração da propriedade e do uso da terra no país; (iii) no alargamento da participação da agricultura como campo de aplicação para os capitais industriais (investimentos especulativos em terra e no controle da produção, do beneficiamento e da comercialização dos produtos agropecuários), impondo a necessidade de investigar o setor agrícola como um elemento do circuito de reprodução do capital industrial. Enfatizava-se, no entanto, que esse processo de subordinação da agricultura à indústria tinha, por um lado, intensidade bastante desigual, tanto do ponto de vista regional quanto dos produtos afetados, e, por outro, estava sendo viabilizado estrategicamente pela intervenção do Estado, através principalmente das prioridades estabelecidas pela política econômica do governo militar (em particular, a política de crédito rural).
2. O processo de desenvolvimento do capitalismo no campo⁶, que se expressa através da dependência progressiva da agricultura à indústria,

.....
⁶ Falava-se à época, em grande parte da literatura sobre o tema, inclusive no Persagri, em “penetração do capitalismo no campo”.

transforma a agricultura brasileira, no entanto, de forma bastante diferenciada. Esta tendência manifesta-se, então, pela presença de diversas formas capitalistas de produção, que foram, de modo simplificado, assim identificadas: (i) situações em que há investimento de capital produtivo nas atividades agrícolas pelo capital industrial, através da verticalização da produção agroindustrial, de modo que as esferas agrícola e industrial ficam submetidas diretamente ao mesmo capital. Essa forma de agroindústria está acompanhada, usualmente, de intensificação técnica da agricultura, proletarianização da força de trabalho (sob a forma de trabalho temporário) e centralização e concentração de capital e terra na produção agrícola, ocorrendo um processo de acumulação de capital tanto na agricultura quanto na indústria; (ii) casos em que a agroindústria não produz sua matéria-prima (o capital não investe na produção agrícola), a qual é fornecida por pequenos produtores proprietários e tecnificados, utilizando basicamente trabalho familiar. A agroindústria controla o processo produtivo agrícola, com transferência de excedente econômico da agricultura para a indústria; (iii) situações em que a subordinação da agricultura à indústria verifica-se através da organização da produção agrícola por cooperativas empresariais que beneficiam e/ou comercializam produtos agrícolas de alto valor comercial (destinados à indústria doméstica ou às exportações). A produção é realizada por pequenos produtores associados às cooperativas, com predominância do trabalho familiar suplementado ocasionalmente por trabalho assalariado. Caracterizam-se pela tendência à verticalização agroindustrial, com produção agrícola tecnificada e ocorrência de acumulação de capital, particularmente sob a forma de concentração da terra; (iv) casos em que a produção é organizada por capitalistas agrícolas proprietários ou arrendatários de terra, com intensificação do uso de meios de produção industrial e de investimentos no processo produtivo, além do predomínio do trabalho assalariado temporário, substituindo o antigo trabalhador permanente, morador no estabelecimento. Essas transformações

acompanham a especialização em culturas comerciais em detrimento das alimentares, e acentuam a dependência dessa forma de produção ao capital mercantil-industrial, dada sua necessidade de complementar a disponibilidade de crédito para a produção e a comercialização; (v) situações em que o capital comercial, associado a grandes proprietários fundiários, domina as atividades agrícolas, usualmente em localidades em que as relações campo-cidade não são intensas, os meios de transporte são precários e os produtores diretos não são proprietários da terra: áreas de “fronteira agrícola”, com predominância de posseiros e áreas antigas, caracterizadas por estrutura fundiária rígida e muito concentrada, com presença acentuada de parceiros.

3. A permanência da pequena produção agrícola não capitalista⁷, tanto em regiões menos afetadas pela modernização (Nordeste) quanto nas regiões onde foi mais intensa (Sudeste e Sul). As principais explicações apresentadas para esse fenômeno, que gerou muita controvérsia nos debates acadêmicos e políticos da época, foram, de forma sintética e simplificada, as seguintes: (i) sua continuidade ou recriação deveu-se, em certas áreas, ao fato de que funcionava como um reservatório de força de trabalho, que se assalariava nos períodos de pico de uma demanda basicamente sazonal e com predominância do trabalho temporário (volante); (ii) com a expansão da demanda por produtos alimentares associada à urbanização e os estímulos à especialização da produção capitalista em produtos de exportação ou destinados à indústria – além do tabelamento dos preços dos produtos alimentares – a pequena produção não

.....
⁷ Note-se que o conceito de pequena produção tem um estatuto teórico, que justificava seu emprego, como é analisado na própria síntese do Persagri. Em muitos círculos acadêmicos, entretanto, havia preferência pelo uso dos conceitos de camponato e de camponês. Não se utilizava ainda com frequência o conceito de agricultura familiar, que se generalizou na década de 1990. Conjunturalmente, os termos pequena produção e produtores de baixa renda eram empregados também para caracterizar os agricultores camponeses devido às censuras do governo militar, que vetavam ou criavam constrangimentos para o uso, em relatórios que circulavam em agências governamentais, dos termos camponês ou camponato.

capitalista ganhou importância no fornecimento de produtos agrícolas de alimentação destinados à população trabalhadora, urbana e rural, do país; (iii) tradicionalmente, a pequena produção não capitalista assumiu um papel relevante na abertura de novas áreas, nas chamadas regiões de “fronteira agrícola”, atuando como um reservatório de terras para a produção capitalista que delas se apropria através da titulação privada e da expropriação dos posseiros⁸; e (iv) esteve também associada a situações nas quais o capital industrial controla o processo produtivo, mas não investe diretamente na atividade agrícola, partilhando riscos com os pequenos produtores, sem que esses conservem sua autonomia nas decisões relativas ao processo produtivo.

É importante destacar que essas conclusões do Persagri, que enfatizaram a abordagem metodológica da modernização da agricultura brasileira na década de 1970 como um processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, cuja manifestação se dá através da crescente subordinação da agricultura à indústria e que acontece de forma bastante desigual, difundindo formas de produção capitalistas, configurações do mercado de trabalho rural e padrões técnicos diversos em todo o país, mantendo e recriando formas de produção não capitalistas, representaram um verdadeiro programa de pesquisa para o CPDA na década de 1980, do qual participaram os professores, pesquisadores e estudantes e ele associados. Um programa de pesquisa que foi complementado, logo a seguir, com outros temas fundamentais, que não tinham sido tratados prioritariamente no Persagri, como, por exemplo, (i) a ação do Estado no meio rural e as políticas públicas a ela associadas e (ii) as diferentes dimensões (inclusive financeira) que passaram ou continuaram a fazer parte da questão fundiária no Brasil.

.....

⁸ Na década de 1970 foi marcante, por outro lado, um fenômeno que a literatura denominou de “fechamento” da fronteira agrícola, pois representou um processo de antecipação da ocupação privada das terras pelo capital industrial e/ou por grandes proprietários de terra, que passaram, em muitos locais, a adiantar-se à economia dos posseiros na tomada das áreas novas.

II. Década de 1980

No que me diz respeito, o caminho de investigação e de reflexão aberto pelo Persagri teve continuidade, ao longo da década de 1980, em quatro direções, que mesclaram atividades de pesquisa, de ensino e de cooperação com organizações não governamentais, agências governamentais e organismos internacionais⁹.

(1) A análise de experiências de cooperativismo empresarial, implementadas na década de 1970, em função da grande expansão da produção de soja e de trigo, como culturas de verão e de inverno em determinadas áreas de colonização europeia, especialmente no Rio Grande do Sul e no Paraná, envolvendo diferentes tipos de agricultores, pequenos, médios e grandes, capitalizados ou não, associados a essas cooperativas e produzindo de forma mecanizada em áreas que viraram monoculturas de soja (e de trigo, em menor escala) neste período. Outra característica fundamental do cooperativismo empresarial vigente na época foi sua enorme dependência da política e dos empréstimos largamente subsidiados do governo federal. Estes viabilizaram no sul do país, especialmente no Rio Grande do Sul, a expansão da capacidade instalada dessas empresas com base no endividamento, o que as levou a crises e falências quando as facilidades da política governamental foram grandemente afetadas na década de 1980.

A abordagem metodológica utilizada nessas pesquisas e publicações foi desenvolvida na dissertação de mestrado de Maria Benetti, orientada por mim, defendida em 1981 e publicada pela Fundação de Economia e Estatística do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (BENETTI, 1982). Em um estudo bastante original, Benetti (1982) analisa a evolução de um tipo particular de empreendimento, a cooperativa de trigo e soja, e sua transformação em grande empresa comercial e industrial, tomando como objeto empírico o

.....
⁹ Devo registrar que neste período, de maio de 1987 a agosto de 1988, reduzi minha carga horária na universidade para 30 horas e trabalhei na Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) do então Ministério de Ciência e Tecnologia, em especial na avaliação da política de fomento e de recursos para o desenvolvimento científico. Registros dessa experiência aparecem em Delgado, Silva, Malcher, Dantas (1987) e Delgado & Klein (1988).

cooperativismo de trigo e soja do Rio Grande do Sul exemplificado, em particular, pela Cotrijuí, uma cooperativa criada no final dos anos 1950 e que passou por este extraordinário processo de transformação na década de 1970.

Alguns pontos importantes resultaram desta análise e deste debate, dos quais posso simplificarmente destacar: (i) os produtores rurais típicos dessas cooperativas, os “granjeiros”, que lideraram seu processo de transformação, eram empresários individuais privados que buscavam a valorização de seus capitais; (ii) as cooperativas de comercialização, que foram criadas com o apoio governamental à política de substituição de importações de trigo nos anos 1950, tiveram inicialmente um caráter basicamente defensivo, na tentativa de reter no setor rural os lucros gerados na atividade produtiva; (iii) no entanto, os objetivos desses produtores eram bem mais complexos: progressivamente foram tratando de estender as atividades das cooperativas na direção da diversificação de suas atividades, que passaram a abranger a produção, o beneficiamento, a comercialização e, finalmente, a industrialização dos produtos agrícolas. Seus objetivos não eram apenas defensivos, mas visavam à sua transformação de produtores em comerciantes e industriais; (iv) isto foi possível com a explosão da soja na década de 1970, amparada por intensa proteção governamental, de modo que muitas cooperativas (como foi o caso da Cotrijuí) transformaram-se em “multicooperativas”, ou seja, empreendimentos complexos, que desempenham múltiplas funções e atuam em muitos mercados e regiões geográficas; (v) neste processo, essas cooperativas tornam-se centros autônomos de acumulação de capital, nas diferentes esferas onde atuam, o que não necessariamente exige a expropriação dos agricultores, mas sim a autonomização dessas cooperativas (seu corpo dirigente e técnico) do produtor e do conjunto de associados, de modo a decidir com independência sobre os destinos do lucro gerado na multicooperativa como um todo¹⁰; (vi) uma característica fundamental do processo de

.....

¹⁰ Note-se que, embora a cooperativa não tenha sido necessariamente expropriadora do excedente dos agricultores associados, esse processo de autonomização provavelmente limitou a capacidade de acumulação de capital das unidades de produção rurais, com consequências futuras relevantes para o setor.

expansão da multicooperativa foi o papel assumido pelo Estado na sustentação do rápido crescimento verificado, através do fornecimento de créditos públicos abundantes e subsidiados, descolando, de forma importante, o ritmo frenético da expansão dos investimentos das possibilidades internas de valorização de capital da empresa. O crescimento do investimento deu-se à base de um enorme endividamento externo, que seria fatal e levaria à crise deste modelo de cooperativas na década de 1980, com a crise da economia, do Estado e de sua capacidade de financiamento público.

Tendo essa abordagem como ponto de partida, dei continuidade ao estudo do cooperativismo empresarial do sul do país através de orientações de dissertações de mestrado¹¹, participação em dois projetos de pesquisa vinculados à FECOTRIGO (Federação das Cooperativas de Trigo do Rio Grande do Sul) e ao IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo do Estado do Paraná)¹² e de um artigo oriundo da pesquisa feita no Paraná (DELGADO, 1983)¹³.

Neste artigo, que analisou, no período 1969-81, o crescimento e a capitalização da Cocamar, uma multicooperativa do Paraná, chegamos a algumas conclusões que podem ser mencionadas de forma simplificada: (i) a segunda metade da década de 1970 foi o período de maior crescimento da cooperativa, que se transformou em uma multicooperativa em 1979; (ii) o esforço de crescimento foi financiado tanto por recursos próprios quanto por empréstimos subsidiados contraídos junto aos bancos oficiais; (iii) não obstante a importância do endividamento externo, ele foi menos intenso e mais equilibrado do que ocorreu no caso da Cotrijuí; (iv) também na Cocamar, como no exemplo da Cotrijuí, a visão de que a capitalização da cooperativa deveu-se a uma espécie de “acumulação primitiva” feita com base na expropriação dos associados, comum à época

.....
¹¹ Castoldi (1988) e Basso (1990).

¹² Cujos resultados apareceram em duas publicações: IPARDES (1983) e Benetti; Franz (1988).

¹³ Além de intervenções feitas no II e III Seminário Regional Sul de Pesquisa Cooperativista - PICOOP, promovidos pela FECOTRIGO, OCERGS, FIDENE/UNIJUI respectivamente em 1983 e 1985.

em determinados círculos acadêmicos e políticos, mostrou-se insustentável; (v) entretanto, também como no caso da Cotrijuí, o processo de crescimento e de capitalização implementado pela Cocamar implicou, necessariamente, que se tornasse um centro autônomo de acumulação de capital, com duas consequências importantes: ela se transformou em uma grande organização empresarial, atuando qual uma grande empresa capitalista, e a participação dos associados no controle das decisões sobre a estrutura da organização e sobre sua forma de crescimento foi progressivamente esvaziada; (vi) por fim, a discussão dos impasses e do futuro do cooperativismo empresarial nos levou a ressaltar que o fenômeno era indissociável das características do desenvolvimento capitalista da agricultura nos anos 1970 (modernização conservadora, regime político autoritário, subordinação à indústria e às estruturas oligopolistas dos mercados, internalização do sistema agroalimentar dos países capitalistas avançados, entre outras) e que deveria encontrar formas de equacionar as questões relativas ao apoio da política pública ao setor, à composição do corpo de associados e sua posição no processo de tomada de decisões acerca dos rumos da cooperativa, e às formas de integração da agricultura brasileira ao sistema agroalimentar mundial.

(2) O início de um estudo mais sistemático sobre o Estado e as políticas públicas para a agricultura, um tema fundamental não tratado suficientemente na pesquisa do Persagri, e que se tornou um campo prioritário em minha trajetória desde então, desdobrando-se, progressivamente, em diversas direções e dimensões. As atividades de pesquisa, ensino, palestras e cooperação com outras instituições privilegiaram a análise da experiência brasileira de intervenção do Estado na agricultura e no meio rural, a importância de políticas agrícolas diferenciadas para a produção não capitalista, a retomada da discussão da reforma agrária no contexto da política pública e um diálogo com organizações não governamentais e de trabalhadores e pequenos agricultores sobre a relevância para sua ação política e propositiva de uma compreensão da importância, das características e das dimensões envolvidas na formulação e na implementação das políticas públicas para o meio rural.

(2.1) Em relação à análise da experiência brasileira, o estudo mais relevante que realizei nos anos 1980 foi Delgado (1988), que mapeia e analisa o tratamento da agricultura nos planos de desenvolvimento do Governo Federal em um amplo período de tempo que vai de 1963 até 1985. Esse período abarcou do Plano Trienal elaborado por Celso Furtado, no último governo democrático da década de 1960 (o do presidente João Goulart) até o III Plano Nacional de Desenvolvimento (1980-85) do último governo da ditadura militar, que antecedeu a democratização institucional do país a partir de 1985¹⁴.

Uma primeira observação ressaltada por este trabalho é a de que esses vários planos elaborados até a metade da década de 1980 não tinham todos a mesma estatura enquanto projetos abrangentes e coerentes de intervenção estatal, refletindo, por um lado, a visão diferenciada dos grupos técnico-burocráticos que os formulam sobre o significado e a relevância do planejamento como instrumento de intervenção do Estado na economia e, por outro, a potência ou impotência do Estado brasileiro para enfrentar os problemas diagnosticados e implementar as prioridades estabelecidas nas diferentes conjunturas políticas e econômicas a que se referem. Desta forma, muitos planos não são implementados, ou o são apenas em parte, como consequência de conflitos que se agudizam na sociedade, no próprio Estado ou no sistema interestatal internacional, que acabam redefinindo o conjunto ou a hierarquia de prioridades neles contemplados. São exemplos notáveis dessas observações o Plano Trienal, o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).

Das conclusões do trabalho, relembro as seguintes:

- (i) em todos os planos de desenvolvimento a agricultura ocupa uma posição subordinada à indústria, em função da prevalência da industrialização como motor do crescimento e do desenvolvimento capitalista no país, desde a década de 1950;

.....
¹⁴ São apresentados e analisados os seguintes planos: Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-65); Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), 1964-66; Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), 1968-70; Metas e Bases para a Ação de Governo (1970-72); I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), 1972-74; II PND (1975-79); III PND (1980-85).

- (ii) até o Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-70), a agricultura era, ademais, considerada como um obstáculo à continuidade da industrialização, devido fundamentalmente à predominância do sistema latifúndio-minifúndio que impedia a transformação e a absorção de progresso técnico no setor¹⁵. Embora com ênfases explicativas e políticas diversas, a necessidade de uma reforma agrária para a modernização do setor agrícola brasileiro aparecia como uma proposta estratégica, tanto no Plano Trienal quanto no PAEG;
- (iii) com a derrota do projeto de reforma agrária do Plano Trienal pelo golpe militar de 1964 e com a inequívoca inexistência de apoio na classe dominante para o projeto liberal-conservador de reorganização fundiária do PAEG, afirmou-se, com o PED, a proposta de implementação da modernização da agricultura através da política agrícola (na qual o crédito seria um instrumento prioritário), evitando os riscos políticos de uma reformulação agrária. O deslanche da política de modernização da agricultura ao final nos anos 1960 acompanhou a retomada do crescimento industrial em uma conjuntura internacional favorável, em liquidez e em mercados, que a condicionou e estimulou vigorosamente;
- (iv) a partir da década de 1970 passou a predominar uma maior complementaridade entre industrialização e modernização da agricultura, que se tornaram crescentemente interdependentes em sua dinâmica e em seus impasses, e que tiraram relevância explicativa à ideia da agricultura como obstáculo à industrialização;
- (v) deste momento em diante, estamos na presença de uma economia capitalista integrada setorialmente, pelo menos do ponto de vista de sua matriz produtiva, para a qual passa a ser impossível pensar a agricultura de forma independente do movimento da acumulação industrial, dos

.....

¹⁵ A industrialização era obstaculizada pela não abertura de novos mercados e pela tendência altista dos preços agrícolas, que propagava a inflação, agudizava a crise de abastecimento urbano do início dos anos 1960 e transferia recursos da indústria para a agricultura.

- interesses do sistema financeiro e das tendências e transformações da economia internacional, no que se refere não apenas aos mercados, mas também ao sistema agroalimentar e às mudanças que o influenciam;
- (vi) nos planos governamentais subsequentes ao PED é gritante o reinado da modernização tecnológica como substância incontestada e intocável da estratégia agropecuária, de modo que sua preocupação é consolidar a modernização, garantindo sua continuidade. Por outro lado, a vitória política da modernização conservadora aprofundou a separação radical entre política agrícola e política agrária, esta última, proibida de interferir na rota da modernização, ficando circunscrita à política de colonização das regiões de fronteira ou a uma política social compensatória, que passa a ganhar maior visibilidade com o crescimento dos conflitos sociais no campo e com a progressiva reorganização do movimento sindical-camponês;
 - (vii) com o Metas e Bases e com o I PND, o regime militar passa a expressar uma inquietação, que reapareceria nos planos subsequentes, a respeito do que chamou de integração, considerada em duas dimensões: nacional e social, a primeira tendo a ver com a tentativa de fomentar a modernização no Nordeste e na Amazônia (uma política regional de desenvolvimento) e a segunda com a legitimação política do governo autoritário junto às populações pobres urbanas e rurais (uma política social);
 - (viii) em relação às áreas de “fronteira agrícola”, o discurso sobre a política de integração nacional do governo militar revela, pelo menos até o Governo Geisel, uma “tensão” acerca de seu papel no desenvolvimento capitalista brasileiro oscila entre a concepção de fronteira agrícola como um espaço a ser ocupado economicamente pelo capital (e daí a ênfase na empresa agropecuária) ou como um local privilegiado para a resolução dos conflitos sociais no campo e para o assentamento de mão-de-obra migrante expulsa de outras regiões (e daí a ênfase na política de colonização);

- (ix) no fim dos anos 1970 e início da década de 1980 ocorreu a crise da política de modernização conservadora no país, que acompanhou a crise da economia brasileira nesta década, ao mesmo tempo em que a crise social se agudizou, tendo os conflitos sociais no campo como um de seus componentes importantes. O processo de democratização do país, então em curso, parecia impor a necessidade de retomar o projeto de modernização com a reforma agrária, de modo a reduzir as desigualdades e os conflitos sociais no campo. Nesta conjuntura, levantamos as seguintes questões: dado o nível de integração da agricultura brasileira ao desenvolvimento capitalista nacional e internacional, pode a reforma agrária representar mais do que uma efetiva política compensatória, que objetiva integrar os excluídos, mas sem interferir significativamente no perfil da modernização e nos interesses econômicos (industriais, financeiros, agrários) nela imersos? Ou é factível que a reforma agrária possa influir substancialmente nas características e nos interesses envolvidos na modernização, não apenas integrando os excluídos, mas transformando as próprias formas de integração dos produtores agrícolas às instâncias (produtiva, financeira, comercial etc., inclusive política) dominantes no processo de agroindustrialização?

(2.2) No que se refere ao tema das políticas agrícolas diferenciadas para os pequenos agricultores, o estudo mais importante foi realizado no primeiro semestre de 1989 em colaboração com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) (DELGADO, 1989b)¹⁶. O objetivo da pesquisa foi a sistematização e a análise de duas políticas diferenciadas de desenvolvimento rural do Governo Federal, direcionadas à região Nordeste do país nas décadas de 1970 e 1980: o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do

.....

¹⁶ Este texto foi apresentado e discutido no Seminário sobre “Políticas Diferenciadas de Desenvolvimento Rural na América Latina” organizado e patrocinado pelo Programa de Organização e Administração para o Desenvolvimento Rural do *Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura* (IICA) e pelo *International Development Research Center* (IDRC) e realizado em San Jose, Costa Rica, em abril de 1989.

Nordeste (Polonordeste), implementado nos anos de 1970, e o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste (PAPP), cuja execução iniciou na metade da década de 1980. Essas escolhas se justificaram porque representavam, à época, as duas experiências recentes mais ambiciosas de desenvolvimento rural de pequenos produtores no Brasil: uma em momento de grande crescimento econômico do país, sob regime autoritário, e a outra em uma conjuntura de reestabelecimento da institucionalização democrática, mas de grave crise econômica. Em particular, a relevância do PAPP também estava assentada no fato de que foi um dos primeiros programas de desenvolvimento rural no Brasil que introduziu, embora muito embrionariamente, a questão da participação dos agricultores como um de seus “componentes programáticos”.

Além de incluir um capítulo que discute a evolução da economia e da agricultura brasileiras nas décadas de 1970 e 1980, pretendendo apresentar o contexto macroeconômico e setorial no qual essas políticas diferenciadas foram formuladas e executadas, ensaiando um tema de investigação sobre as relações entre a agricultura e a política macroeconômica que ganharia aprofundamento a partir do fim dos anos 1980, minha pesquisa destacou, em síntese, algumas conclusões e recomendações principais:

- (i) em sua concepção, o PAPP representou um avanço em relação às políticas diferenciadas para os pequenos produtores nordestinos que foram elaboradas anteriormente, devido à inclusão de quatro elementos relevantes para a formulação de políticas diferenciadas para pequenos produtores empobrecidos: (a) clara explicitação do público-meta a ser beneficiado; (b) definição das ações fundiárias como prioritárias, antecedentes e condicionantes das demais ações programáticas; (c) recomendação da administração descentralizada das intervenções governamentais e introdução da participação do público-meta como o eixo integrador das diversas ações e como elemento indispensável ao planejamento, execução, monitoramento e avaliação do programa; e (d) necessidade de

- integração de todas as ações e de todos os recursos dirigidos ao mesmo público beneficiário em um único programa;
- (ii) o reconhecimento das enormes dificuldades que, por razões estruturais, as políticas diferenciadas enfrentam para serem executadas no Brasil, e sua ambiguidade permanente, ou seja, a formulação de propostas ambiciosas e abrangentes em sua concepção e seu inevitável esvaziamento na prática de sua execução, apontam para duas questões principais: os programas de desenvolvimento rural não poderiam desconsiderar nem as condições políticas de sua execução, os embates de forças desiguais e as alianças necessárias à sua viabilização, nem as características do processo de crescimento da agricultura e dos demais setores econômicos onde se inserem, que redimensionam constantemente os papéis e as formas de integração da pequena produção rural;
 - (iii) nesta perspectiva, as políticas diferenciadas deveriam ser um instrumento de fortalecimento político do campesinato, de sua organização e representação, formas democráticas de integração do mesmo ao desenvolvimento econômico, político e social do país, o que significa que devem ser descentralizadas e participativas e possuírem uma política fundiária claramente explicitada e delimitada;
 - (iv) tendo em vista o relativo fracasso da execução do PAPP em relação a seus objetivos originais, foram feitas algumas observações: (a) faltou-lhe sustentação política efetiva, tanto no nível federal quanto no regional; (b) a política fundiária estabelecida pelo programa teve sua capacidade de execução inviabilizada, com o beneplácito do governo federal e do Banco Mundial, ficando reduzida à discriminação de terras e aos projetos de assentamento do governo federal que lhe foram incorporados; (c) a competição corporativa interinstitucional das agências governamentais que fazem parte do programa poderia inviabilizar totalmente sua execução, especialmente quando se considera os componentes setoriais de política agrícola. Como cada agência é um nicho de poder autônomo, com

metodologias próprias e que necessita dos recursos do programa para sua manutenção (que são repassados diretamente a esses organismos), a possibilidade de coordenação e de integração das distintas atividades programadas pelas unidades técnicas estaduais é, em geral, inviabilizada;

- (v) a conjuntura de crise financeira e institucional do Estado, a partir da década de 1980, certamente limitaria a abrangência dos programas de desenvolvimento rural e reduziria significativamente a capacidade de respaldo do governo federal às políticas diferenciadas associadas. Tanto a política macroeconômica quanto o enfraquecimento das políticas setoriais seriam, provavelmente, adversos a políticas diferenciadas ambiciosas, o que se agravaria ainda mais com a crônica desarticulação e contradição entre as políticas agrícola e agrária no país. Nessas condições, seria indispensável delimitar com clareza as prioridades na alocação de recursos, insistir na formulação de arranjos flexíveis e descentralizados e buscar parceiros institucionais que reduzissem a dependência do programa à iniciativa governamental¹⁷.
- (vi) uma inovação importante introduzida pelo PAPP nas políticas diferenciadas, como já mencionado, foi a ênfase na metodologia participativa (articulada com a descentralização administrativa) como o eixo central em torno do qual o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação do programa deveriam ser organizados. No fundamental, no entanto, essa inovação não saiu do papel: não foi operacionalizada a contento para executar o papel de integração das ações setoriais, por razões que muito têm a ver com as resistências das agências executoras setoriais e com a imobilidade e desinteresse da Sudene. Em duas instâncias, no entanto, houve unanimidade nas avaliações de que ocorreram tentativas de operacionalização mais bem-sucedidas: nos comitês e comissões pari-

.....
¹⁷ Pensava aqui nas organizações não governamentais que ganharam importância crescente neste período no país.

tárias municipais, estaduais e regional do programa e no componente de Apoio às Pequenas Comunidades Rurais (APCR);

- (vii) por outro lado, um dos elementos mais problemáticos na concepção e na implementação do PAPP neste período foram os componentes setoriais de política agrícola que faziam parte de sua estrutura programática. Dois condicionantes fundamentais do desempenho desses componentes foram as políticas macroeconômicas e setoriais e a existência prévia de agências autônomas e independentes responsáveis por sua execução. Particularmente deletéria foi, por exemplo, a influência do crédito rural convencional, cujas experiências ou foram inócuas ou geradoras de grande instabilidade na estrutura produtiva dos pequenos agricultores. A sua descontinuidade permanente não permitiu a completude das transformações na organização da produção, que estimulou e ao mesmo tempo desestruturou as condições de sua reprodução ao tornar monetários os seus custos de produção e de subsistência, como foi o caso no Polonordeste. Neste sentido, parecia mais interessante estimular mecanismos que permitissem a participação dos pequenos agricultores na política de preços mínimos do governo federal e que diminuíssem ou neutralizassem a presença dos atravessadores tradicionais no processo de comercialização.

(2.3) Em relação à retomada da discussão da reforma agrária no contexto da política pública e o diálogo com organizações não governamentais e com trabalhadores e pequenos agricultores sobre a relevância para sua ação política e propositiva de uma compreensão da importância, das características e das dimensões envolvidas na formulação e na implementação das políticas públicas para o meio rural, me lembro de dois textos produzidos no final dos anos 1980 (DELGADO, 1990a e b). Estes textos, divulgados pela FASE, foram produzidos com um objetivo claramente didático de divulgar aspectos das políticas públicas para o meio rural entre organizações não governamentais e organizações de trabalhadores rurais.

(3) Vale destacar que na década de 1980 dei início a atividades de pesquisa e de ensino¹⁸ vinculadas à pós-graduação do CPDA e a cursos de especialização promovidos por agências governamentais e por organismos internacionais, que buscavam aprofundar a compreensão das características da economia brasileira nas décadas de 1970 e de 1980 e suas relações com o comportamento da agricultura. Isto era particularmente relevante dado o enorme contraste entre as duas décadas: o grande crescimento econômico dos 1970, que incorporou tanto o chamado “milagre brasileiro” quanto as ambiciosas tentativas de substituição de importações de produtos básicos estimuladas pelo II PND, e os desequilíbrios profundos dos 1980, associados à crise da dívida externa e seus efeitos desestruturadores da capacidade de intervenção governamental e dos indicadores macroeconômicos centrais (como moeda e preços, balança de pagamentos, endividamento externo e interno etc.), que alguns estudiosos caracterizaram como uma “década perdida” para a economia brasileira. Do ponto de vista da agricultura, o contraste também é notável: à modernização conservadora da década de 1970 seguiu-se, nos anos 1980, uma alteração nos principais instrumentos da política agrícola do período anterior, com aperto no crédito rural subsidiado e destaque para a política de preços mínimos, acompanhada pelas desvalorizações na taxa real de câmbio, vinculadas à política governamental de ajustamento à crise externa, o que estimulou um comportamento da agricultura mais favorável do que o da economia como um todo. Ademais, essas análises representaram também o início de um tratamento mais sistemático de um novo tema no debate latino-americano e mundial, cujo aprofundamento ocorreu ao longo da década de 1990, relativo aos condicionantes da política macroeconômica sobre o comportamento da agricultura, reflexo da centralidade que a primeira passou a ter em razão da política de ajuste para viabilizar o pagamento da dívida externa ao longo dos anos 1980.

.....
¹⁸ Também realizei palestras e participei de seminários no Brasil e em outros países da América Latina relacionados aos temas que serão mencionados.

Posso lembrar, a respeito, do oferecimento das disciplinas: “Estratégias de Desenvolvimento Agrícola”, “Agricultura Brasileira I” e “Agricultura Brasileira” no CPDA/UFRRJ em 1980, 1983 e 1985, respectivamente; “Economia Brasileira: Desenvolvimento Urbano e Rural” no I, III e IV Curso Internacional de Desenvolvimento Rural e Abastecimento Alimentar Urbano no Centro de Estudos para o Planejamento do Abastecimento e Desenvolvimento Econômico (IPARDES-PROCADES-PNUD/FAO/CEPAL) da Secretaria do Planejamento/IPARDES do Governo do Estado do Paraná em 1982, 1985 e 1986; “Economia Brasileira e Desenvolvimento Agrícola” no II, III, IV, V e VI Curso Internacional de Planejamento e Desenvolvimento Rural Integrado realizado pela Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC) do Governo do Estado da Bahia e pelo PROCADES (PNUD/FAO/CEPAL) em 1982, 1983, 1984, 1985 e 1986; “Estrutura e Desempenho da Economia Brasileira” no Curso de Pós-Graduação em Financiamento e Programação do Desenvolvimento Econômico patrocinado pela SUFRAMA e coordenado pelo Departamento de Economia e Análise da Faculdade de Estudos Sociais da Universidade Federal do Amazonas em 1984; e “A Modernização da Agricultura Brasileira nos Anos 70” no Curso sobre A Agricultura Brasileira no Contexto da Crise - Perspectivas, oferecido pelo CPDA/UFRRJ e patrocinado pela EMBRAPA/CPATSA (Petrópolis/PE), em 1985.

Produzi também um *paper* (DELGADO, 1989a) de caráter didático e que foi aproveitado em Delgado (1989b), sobre a evolução e as relações entre economia e agricultura nos anos 1970 e 1980. Ademais, orientei dissertações no CPDA/UFRRJ relacionadas aos temas da modernização da agricultura, relações agricultura-indústria, pequena agricultura mercantilizada e agricultura camponesa: Paula (1983), Fleischfresser (1984), Naidin (1985) e Graziano (1986).

(4) Por fim, o debate sobre o que se chamou, à época, de “tecnologias alternativas” ao padrão tecnológico do modelo dominante de modernização do campo e que representou um embrião indispensável para o aprofundamento da crítica deste modelo, e a construção de uma proposta alternativa. Este debate foi

promovido e estimulado basicamente pelas organizações não governamentais, tendo como objetivo aprofundá-lo e levá-lo para dentro, por assim dizer, das lutas sociais no campo, incorporando-o às agendas das organizações dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais e dos movimentos sociais no campo, tendo em vista pressionar a política pública governamental em uma conjuntura na qual a democratização do regime político brasileiro aparecia como irreversível. Ademais, esse movimento ganhou força com o espraiamento da crítica à chamada revolução verde, tanto externa como internamente, destacando seus efeitos socialmente excludentes e ambientalmente destrutivos, convencendo progressivamente os movimentos sociais de que o objetivo de sua luta não deveria ser a democratização da revolução verde ou do modelo dominante de modernização, mas a sua superação e substituição por um novo modelo de desenvolvimento rural mais equitativo social e economicamente e enraizado no compromisso, ético, cultural e técnico-científico, de preservar a natureza. Na década de 1990 essas expectativas de mudança ganharam expressão, em uma intensa disputa conceitual e política, através dos diferentes significados atribuídos ao conceito de desenvolvimento sustentável e da interpretação mais radical incorporada na proposta de agroecologia.

Este caminho de “troca”, por assim dizer, entre a pesquisa acadêmica e a intervenção pública acompanhou, de alguma forma, minha trajetória acadêmica até hoje. Na década de 1980 pode ser assinalada a colaboração com organizações não governamentais como a AS-PTA, IBASE e FASE, seja através de palestras sobre a modernização da agricultura, suas características, a busca de modelos alternativos de desenvolvimento rural, e a relevância do entendimento desses temas para as lutas sociais no campo, bem como de ensaios escritos para serem discutidos por um público de ONGs e de organizações de trabalhadores e agricultores rurais, como exemplificam os textos em Delgado (1985a e b) e Delgado; Grzybowski (1986).

III. DÉCADA DE 1990¹⁹

Alguns eventos ocorridos na década de 1980 e principalmente ao longo da década de 1990 marcaram, de forma bastante significativa, o ambiente intelectual e político no período e foram decisivos para explicar o caminho que segui nos anos 1990. Assim sendo, busquei fazer interagir a produção acadêmica (escritos, aulas, orientações de alunos, palestras e participação em seminários) com a intervenção no espaço público, nacional e internacional, através da colaboração com organizações não governamentais (ONGs e movimentos sociais), agências governamentais e organismos internacionais, num tipo de atuação que caracterizaria minha trajetória profissional desde a década de 1970 até hoje.

O primeiro desses eventos foi a crise da dívida externa dos anos 1980, que atingiu, particular e decisivamente, a economia e a sociedade brasileiras. Para os economistas que se interessavam pela questão agrícola no país, a análise do ajustamento da economia à crise externa e de seus efeitos sobre o comportamento do setor agrícola foi um tema que ganhou grande relevo a partir da segunda metade da década. As razões do porquê de os agregados agrícolas terem sido afetados de forma diferente – e, aparentemente, de modo mais favorável do que os industriais – e as consequências do ajustamento sobre as condições econômicas e sociais no meio rural foram indagações que estimularam a reflexão desses analistas e deram relevo ao tema das relações entre ajuste macroeconômico à crise externa, política econômica e agricultura nas pesquisas, no debate político e nas salas de aula.

A criação do Mercosul em março de 1991, por um lado, a predominância e a adoção progressiva do receituário neoliberal em todo o mundo e o aprofundamento da abertura comercial unilateral da economia brasileira na década de 1990, por outro, iriam estimular, ainda mais, a análise e a discussão das condições e dos efeitos da internacionalização da nossa agricultura – em particular de sua integração comercial com os países do Cone Sul – sobre as condições

.....
¹⁹ Nesta década fiquei de licença das atividades acadêmicas na UFRRJ no período 1997-1999 para a realização do doutorado.

econômicas e sociais do meio rural e da agricultura familiar, as políticas agrícola e fundiária, e as estratégias empresariais do que progressivamente viria a ser chamado de agronegócio.

O segundo evento importante foi a realização da Rodada Uruguai do GATT, iniciada em setembro de 1986 e concluída em abril de 1994, e cujos resultados principais, do ponto de vista dos interessados na agricultura, foram a substituição do GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*) pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e a aprovação de um Acordo sobre Agricultura, resultado da primeira tentativa abrangente, no pós-guerra, de enquadrar a agricultura nos princípios e nas regras do GATT.

Os impasses nas demoradas negociações do Acordo Agrícola, os conflitos comerciais entre Estados Unidos e a então Comunidade Econômica Europeia, a pressão norte-americana pela liberalização dos mercados agroalimentares, o futuro das políticas agrícolas protecionistas dos países industrializados, e as características do Acordo e seus efeitos sobre o comércio mundial e as condições econômicas e sociais dos países mais pobres foram assuntos que mobilizaram, durante esse período, os estudiosos da agricultura em todo o mundo – em especial os economistas – aos quais se somaram as preocupações, no Brasil, com os efeitos do Acordo sobre a agricultura, a agricultura familiar, a agroindústria, o meio rural em geral e o Mercosul.

No âmbito do CPDA/UFRJ, um acontecimento que exerceu bastante influência sobre mim, no sentido da incorporação da temática internacional e sua repercussão sobre a análise da agricultura, foi a criação no mestrado, em 1989, da área de concentração em “Planejamento e Políticas de Desenvolvimento Agrícola e Rural na América Latina e o Caribe”, ‘Vittorio Marrama’, sob o patrocínio da FAO/Roma e da Cooperação Técnica Internacional do Governo Italiano²⁰.

.....

²⁰ Fui coordenador acadêmico do ‘Vittorio Marrama’ no CPDA e membro de seu Comitê Científico no período 1988-1992. Juntamente com o Prof. Guillermo Palacios participei de todas as reuniões preparatórias para a definição da estrutura acadêmica e institucional do ‘Vittorio Marrama’, realizadas na FAO em Roma, com a participação de representantes do *Centro di Specializzazione e Ricerche*

Essa área foi implementada através da colaboração de professores italianos e latinoamericanos com os docentes do CPDA, destinada a um público de estudantes de diferentes países da América Latina e do Caribe, e tratando de temas que considerávamos, então, de comum acordo, relevantes para o entendimento das agriculturas latino-americana e mundial na década de 1990²¹.

Além de ter viabilizado a participação e a interação de um grupo extremamente instigante e diversificado de alunos, o ‘Vittorio Marrama’ permitiu a incorporação na pós-graduação do CPDA de temáticas pouco desenvolvidas, à época, nos cursos de economia rural no Brasil, tais como a agricultura europeia, as políticas agrícolas nos países industrializados – em particular a política norte-americana e a Política Agrícola Comunitária (PAC) –, o protecionismo agrícola, os impasses e as perspectivas do GATT, entre outras. Essa experiência acadêmica resultou na internalização de uma ampla bibliografia sobre esses temas e estimulou o desenvolvimento de uma perspectiva mais latino-americana e internacional no tratamento das questões agrícola e agrária na pós-graduação do CPDA. Além disso, as discussões em torno dessa ampla temática internacional deixaram claro para os professores que atuavam nas Áreas de Concentração ‘Vittorio Marrama’ e “Desenvolvimento e Agricultura” que não era mais possível entender o comportamento e as perspectivas da agricultura brasileira sem um correto entendimento do que estava acontecendo – e, esperava-se, que iria ocorrer – com o sistema agroalimentar, as políticas econômicas, e o regime comercial internacional.

Minha inserção nessa problemática internacional foi favorecida, ademais, com a possibilidade de passar dois meses como professor visitante na *Facoltà*

Economico-Agrarie per il Mezzogiorno de Portici (Italia), de FAO-ESP (Roma) e de FAO/PROCAPLAN (Buenos Aires). Ademais, como consultor externo de FAO/PROCAPLAN estive em missões de trabalho para a formação da rede acadêmico-institucional de apoio ao mestrado internacional em San José (Costa Rica), México, Havana e junto à Comissão de Estudos Agrários do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) em Santiago do Chile e em Buenos Aires.

²¹ Os objetivos, a estrutura acadêmica, as potencialidades e as dificuldades de implementação do ‘Vittorio Marrama’ foram sistematizadas e analisadas em Delgado (1996b).

di Economia “Federico Caffè” da Terza Università degli Studi de Roma, no final de 1994²², e com a posterior organização e coordenação, ao lado do Prof. Giovanni Anania da Universidade da Calábria, do seminário internacional realizado pelo CPDA sobre “Questões Agroalimentares e Experiências de Integração Regional e Sub-Regional Após a Rodada Uruguai do GATT. União Europeia, Mercosul e Nafta: Confronto de Experiências”, em maio de 1995, no Rio de Janeiro, como resultado da colaboração com os professores italianos em torno do ‘Vittorio Marrama’ e da própria estadia na Itália, onde iniciamos a preparação do seminário.

O terceiro evento que gostaria de destacar tem sua singularidade própria, mas está relacionado aos dois anteriores, especialmente à crise do Estado nacional e à ascensão do neoliberalismo. Trata-se do ressurgimento do tema do local e, em particular, da ideia de desenvolvimento local. Em parte, esse ressurgimento está associado às consideráveis dificuldades enfrentadas pela economia e pela capacidade de intervenção do Estado nacional a partir da crise da dívida externa e frente a uma nova conjuntura internacional na qual a globalização dos mercados, dos capitais, das empresas e dos fluxos financeiros tornou-se determinante dos movimentos do sistema mundial.

Na verdade, a forma assumida pela globalização foi possível graças à derrocada do regime internacional, financeiro e comercial de Bretton Woods nos anos 1970 e 1980 e à crise, na década de 1980, dos Estados socialista, do bem-estar social e desenvolvimentista – onde foram depositadas muitas das esperanças de redução das desigualdades de renda, riqueza e poder entre os países e as classes sociais no pós-Segunda Guerra Mundial. Ademais, isso ocorreu em uma conjuntura política internacional pressionada pela retomada da hegemonia norteamericana e por um movimento de restauração conservadora liberal, que deu

.....
²² Nesta oportunidade fui professor do workshop sobre “Economia Brasileira no Pós-Guerra” oferecido no Corso di Dottorato in Istituzioni, Agricoltura e Politiche per lo Sviluppo Economico do Dipartimento di Economia Pubblica da Facoltà di Economia da Università di Roma, “La Sapienza” (12 horas), de 30 de novembro a 15 de dezembro de 1994.

novos contornos a ideias dominantes no século XIX: *laissez-faire*, mercado autorregulado, redução considerável da capacidade regulatória e intervencionista do Estado, acompanhados da eliminação ou enfraquecimento da proteção social ao trabalho assalariado, que embasou a conquista fundamental do Estado do Bem-Estar Social, a partir de um amplo movimento que se originou na segunda metade do século XIX e que Polanyi (2000) caracterizou como contramovimento espontâneo de proteção social²³.

No caso brasileiro, a redescoberta do local esteve associada tanto aos processos de descentralização das atividades governamentais e da relação entre Estado e sociedade, que acompanharam a democratização política do Brasil a partir da metade da década de 1980, como à ascensão ao poder do pensamento e da política neoliberais, com sua intenção explícita de redefinir o papel do Estado na sociedade e de alterar completamente o padrão de relações Estado e mercado predominante na economia brasileira a partir da década de 1950. Trata-se de um exemplo daquilo que Dagnino (2002) caracterizou como “convergência perversa” de projetos sociais e políticos diversos ocorrida neste período.

Assim, o surgimento, com muita força retórica, da ideia de desenvolvimento local – como o espaço possível e desejável para onde a “energia desenvolvimentista” deveria ser canalizada – refletiu, por um lado, a crença no esvaziamento da capacidade intervencionista do Estado nacional, cuja atuação deveria ficar restrita, quase exclusivamente, à obtenção e à preservação do equilíbrio macroeconômico (em especial fiscal e monetário), e, por outro, o propósito de aprofundamento do processo de democratização da sociedade através da criação de espaços públicos de participação descentralizados, como parte de uma nova institucionalidade que visava a preencher o vazio existente entre a sociedade

.....

²³ Castel (2010) caracteriza este período como o da sociedade salarial, “quando a sociedade se constitui ao redor de um contínuo de posições salariais que são ao mesmo tempo diferentes e estão estruturalmente relacionadas entre si, pois formam parte de um mesmo conjunto interdependente” (p. 19). A lógica do “compromisso social” do capitalismo industrial, segundo o autor, está baseada na inclusão dos membros da sociedade em coletivos, sendo o Estado do Bem-Estar Social “a instância do coletivo por excelência” (p. 23).

civil e a autoridade estatal, tentando ampliar o conceito de público e favorecer a partilha de poder das agências estatais com os atores da sociedade civil, especialmente em uma conjuntura política em que, não obstante a impossibilidade de acesso ao governo federal, proliferaram governos progressistas em vários municípios do país (de modo que, neste período, “local” foi, em grande parte, sinônimo de “município”).

Minhas atividades acadêmicas e de colaboração com organizações públicas, não governamentais e governamentais, nacionais e internacionais, foram orientadas, então, na década de 1990 para o entendimento da complexidade de questões envolvidas nos três conjuntos de temas mencionados acima, tendo em vista aprofundar sua análise e refletir sobre as possibilidades e formas de intervenção pública sobre elas. Com desdobramentos adicionais, esses três conjuntos de temas continuam a fazer parte até hoje de meus interesses, tanto nas atividades acadêmicas quanto nas não acadêmicas²⁴.

(1) As atividades relativas aos temas da política macroeconômica e agricultura nos anos 1980, do ajuste estrutural, agricultura e políticas agrícola e agrária na década de 1990, bem como os relativos ao Mercosul e seus efeitos sobre o meio rural e o sistema agroalimentar brasileiros, foram desenvolvidas em pesquisas, publicações, ensino, orientação de dissertações, palestras e participações em seminários (no país e no exterior) e também em colaborações com organizações não governamentais, com agências governamentais e com organismos internacionais.

(1.1) Em relação ao ensino na pós-graduação do CPDA, houve um avanço neste período na concepção e na estruturação das disciplinas sobre formulação de políticas setoriais para a agricultura – já buscando incorporar as

.....
²⁴ Passei a fazer parte também, na década de 1990, do Conselho Editorial de algumas revistas acadêmicas nacionais, como é o caso de: *Revista de Economia* da Universidade Federal do Paraná (desde 1996), *Estudos Agricultura e Sociedade* do CPDA/UFRJ (desde 1995), *Ensaio FEE* da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (desde 1980 até 2014).

condicionalidades impostas pelas políticas macroeconômicas e enfatizar os determinantes da política agrícola na linha de autores como De Janvry (1983) e Petit (1989) – incentivado, em particular, pela Área de Concentração ‘Vittorio Marrama’. Assim, lecionei, algumas vezes com a participação de outro colega, as seguintes disciplinas: “Tópico Especial em Políticas Públicas para a Agricultura” (1990), “Formulação e Análise de Políticas Agrícolas” (1990, 1993, 1995), “Políticas Públicas para a Agricultura” (1991, 1992, 1996) e “Estado e Política Agrícola” (40 horas/aula, do Curso de Especialização Lato Sensu do CPDA em Desenvolvimento e Política Agrícola no Brasil, 1991). Dei continuidade também à disciplina “Economia Brasileira” (1992, 1994), que aprofundava o interesse no estudo da agricultura, tendo como referência os movimentos cíclicos da economia brasileira no pós-guerra²⁵.

Algumas dissertações orientadas por mim e defendidas na década de 1990 trataram de diferentes aspectos dessas temáticas, no Brasil e em outros países da América Latina (em função do ‘Vittorio Marrama’): Kohls (1991), Lifschitz (1992), Barceinas (1992), Guevara (1994), Pedreira (1994), Cribb (1994), Ramirez (1995), Sabbato (1997), Magallanes (1997), Palza (1998), Reyes (1999).

Fora do CPDA, fui professor, no âmbito das temáticas indicadas acima, nos cursos: Formulação e Análise da Política Agrícola, promovido por Contag, FAO e CPDA/UFRRJ (1993); Curso de Especialização em História Agrária da Amazônia (disciplina “Ideologia do Desenvolvimento e Industrialização, 60 horas/aula), Departamento de História da UFA (1995); Curso de Especialização em Administração e Desenvolvimento Rural (disciplina “Economia do Desenvolvimento”, 12 horas/aula), Departamento de Estudos Agrários, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), 1996; Workshop sobre “Política Econômica e Agricultura” (20 horas/aula) na

.....
²⁵ Embora o envolvimento dos professores do CPDA nesta época fosse basicamente com a pós-graduação, lecionei a disciplina de História Econômica Geral do Curso de Economia da UFRRJ em 1994 e 1995.

Facultad de Ciencias Agrarias, Universidad Nacional de Rosario, Argentina (1997), onde fui professor visitante.

Entre as conferências e palestras realizadas nestes temas, indico: “O contexto macroeconômico e as transformações recentes da agricultura e da indústria agroalimentar do Cone Sul” no Workshop Internacional sobre Recursos Naturais e Sustentabilidade Agrícola, *Programa Cooperativo para el Desarrollo Tecnológico Agropecuario del Cono Sur* (PROCISUR)/IICA e CNPDA/EMBRAPA. Jaguariúna (SP), 1993; a participação como convidado acadêmico no Workshop sobre Complexo Agroindustrial do “Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira” patrocinado pela UNICAMP/IE, UFRJ/IEL, Fundação Dom Cabral e FUNCEX, São Paulo, ABIMAQ/SINDIMAQ, 1993; “Política Comercial Externa” na I Conferência Estadual de Segurança Alimentar do Rio de Janeiro, Comitê Rio da Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, Rio de Janeiro, UERJ, 1994; “Avances en la enseñanza de políticas agrícolas”, Seminário Internacional “Jornadas REDCAPA 1996”: “La educación superior en economía rural y desarrollo sostenible”, REDCAPA, CPDA/UFRRJ e Projeto Itália/FAO, Rio de Janeiro, 1996; “Agricultura brasileira nos anos 90”, Fórum de Estudos Estratégicos da UERJ/FEA-UFRJ, Rio de Janeiro, 1997; “La Relación entre la Macroeconomía y las Políticas Agrícolas”, *Workshop Internacional sobre Capacitación en Análisis de Cadenas Agroalimentarias y Macroeconomía/Políticas Agrícolas en América Latina*, FAO/REDCAPA, Rio de Janeiro, 1988; “O Mercosul e a evolução do regime comercial internacional: impasses e perspectivas”, Simpósio G – Blocos Econômicos Regionais e Políticas Agrárias (Mercosul, NAFTA e PAC-União Europeia), X Congresso Mundial de Sociologia Rural e XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rurais, Rio de Janeiro, 2000.

(1.2) Uma das primeiras incursões que fizemos nos temas do ajuste estrutural da economia, da liberalização comercial e da integração econômica regional, tendo como referência o caso do Mercosul e seus efeitos sobre a agricultura e as cadeias agroindustriais não apenas do Brasil, mas também da Argentina, Uruguai e Paraguai, foi viabilizada em uma pesquisa sobre o Mercosul realizada em 1994

para o IBASE e que contou com a participação dos pesquisadores e professores Jorge Romano, Lena Lavinias e Renato Maluf. Essa colaboração gerou algumas publicações no Brasil e no exterior ao longo da década de 1990: Delgado, Lavinias, Maluf, Romano (1991, 1992, 1994a, 1994b, 1996a). Foi complementada por dois ensaios posteriores que elaboramos sobre desdobramentos desses temas, um publicado em Delgado (1994a) e o outro publicado em espanhol (DELGADO, 1995a) e em português (DELGADO, 1995b).

O ponto de partida na análise do Mercosul foi duplo. Primeiro, consideramos o Mercosul como um bloco regional periférico em dois sentidos: por um lado, por não ser composto, nem liderado, por países industriais desenvolvidos e, por outro, porque seu potencial de crescimento autônomo e autossustentado estava consideravelmente limitado pelos graves desequilíbrios internos e externos que incidiam, à época, sobre seus países membros. Neste sentido, tínhamos interesse em questionar qual era o significado da constituição de um tal bloco periférico, quando se busca identificar e levar em conta as estratégias dos atores sociais envolvidos (agências estatais, representações de agricultores, agroindústrias) nos diferentes países, seus pontos de conflito e de convergência, que condicionam a harmonização das políticas públicas nacionais relativas ao setor agroalimentar.

Segundo, e relacionado com o primeiro, explicitávamos dois tipos de questões: em que medida a adoção de políticas de liberalização comercial é um estímulo importante para o aprofundamento e a generalização do processo de modernização da agricultura e do complexo agroalimentar nos países considerados? Em que medida a integração econômica regional representava uma alternativa para a crise dos anos 1980 ou supunha a sua resolução para ser implementada?

Entre os diferentes resultados a que chegamos nessas análises, vamos sublinhar aqui apenas alguns.

- (i) O Mercosul não representou a primeira tentativa de integração econômica entre os países latino-americanos. Antes dele foram criadas a ALALC (1960) e a ALADI (1980) que representaram experiências em

geral malsucedidas, expressando, no essencial, a vontade dos Estados nacionais. No final dos anos 1980, ganhou nova força o propósito de constituir um mercado comum entre os países do Cone Sul como desdobramento de programas de cooperação econômica firmados entre os países na metade da década (1986). Ademais, frente ao aumento das dificuldades de participação dos países da região no comércio internacional e de formulação de alternativas nacionais de desenvolvimento, os governos nacionais recolocaram a integração regional como um componente importante de sua estratégia para enfrentar esses obstáculos.

- (ii) Em nossa opinião, uma das características mais importantes do processo de integração do Mercosul, no entanto, foi a mudança da condição do Estado, que passou de ator líder da formação do mercado comum para uma posição secundária de legitimador e ratificador das iniciativas dos atores privados. Essa situação explica-se pela crise do próprio Estado e do modelo de industrialização historicamente prevalecente na região e pelas transformações em curso na economia capitalista mundial, de modo que as possibilidades e as características da integração passaram a estar predominantemente determinadas pelas estratégias de reestruturação dos capitais internacionais e locais. Avançando nessa direção, constatamos que uma diferença importante da iniciativa de integração do Mercosul em relação às experiências anteriores foi a crescente apropriação do processo de integração por atores sociais privados, particularmente as empresas agroindustriais e os grandes produtores agropecuários com atuação em âmbito regional, que se valeram dessas iniciativas como oportunidades de reestruturação produtiva e de ganhos de competitividade capazes de favorecer sua inserção no mercado internacional. Neste sentido, sugerimos que estávamos diante de um novo padrão de integração regional, com um caráter econômico acentuadamente segmentado e setorializado, com efeitos mais significativos sobre setores e territórios específicos do que sobre o conjunto das economias nacionais.

- (iii) Consideramos, portanto, os atores sociais com “capacidade de iniciativa” como os sujeitos da integração econômica regional, de modo que esta estimula um novo processo de diferenciação dos atores sociais fundado na distribuição desigual de sua capacidade de iniciativa no processo de integração. Resulta, como possibilidade, o rearranjo de um amplo conjunto heterogêneo de atores socioeconômicos que não têm capacidade de intervir nos rumos da integração regional, a seu favor, o que lhes exige a reformulação de suas condições de reprodução e de expansão. Neste conjunto podem estar incluídos desde cooperativas, empresas agroindustriais e grandes proprietários rurais até médios e pequenos agricultores familiares. A hipótese que levantamos a respeito é que a capacidade de reação desses grupos não é homogênea e depende, em boa medida, (a) do grau de verticalização das cadeias produtivas em que estão inseridos, (b) de suas condições econômicas – financeiras, tecnológicas, de mercado, entre outras – para viabilizar a reestruturação produtiva, e (c) de seu acesso às políticas públicas já existentes e que venham a ser implementadas no marco da integração. Como consequência, muito provavelmente os médios e pequenos produtores familiares não integrados a cadeias agroindustriais seriam os mais negativamente afetados por esse processo segmentado de integração econômica.
- (iv) A caracterização do Mercosul como um bloco regional periférico destaca, por outro lado, as dificuldades existentes para que os vínculos econômicos vitais dos países da região com os países centrais sejam atenuados de forma relevante, mantendo, ao contrário, o peso proporcionalmente muito superior das relações extrabloco e ampliando os obstáculos à harmonização das políticas nacionais requerida para a completude do bloco regional. O que não exclui, entretanto, a possibilidade de definição conjunta de níveis de preferência entre os países da região, nem o estabelecimento de graus de proteção frente a outros países.

- (v) Nossa pesquisa sugeriu que a dinâmica do processo de integração tinha efeitos espaciais bastante nítidos, criando novos padrões de territorialização e de desterritorialização das atividades econômicas em função das mudanças na definição dos interesses regionais e na divisão inter-regional do trabalho. Era provável, portanto, o surgimento de uma nova espacialização produtiva, decorrente tanto da maior mobilidade do capital quanto das distintas formas que assumia. Por exemplo, processos de fusão nos setores mais oligopolizados, ampliados pelas possibilidades de superação das fronteiras nacionais, seriam estimulados, provocando efeitos a montante significativos, como o deslocamento espacial das redes de fornecedores industriais, antes predominantemente nacionais. As regiões de fronteira dos quatro países, em especial da Argentina e Brasil, seriam as inicialmente mais afetadas por este movimento, especialmente nos setores agrícola e agroindustrial, para o que contribuía o caráter marcadamente setorializado da integração regional, de modo que algumas regiões rurais do Sul do Brasil e os agricultores familiares aí localizados, mesmo quando tecnificados e articulados à agroindústria, passariam a ser fonte importante de preocupação tendo em vista sua capacidade de reestruturação produtiva frente à dinâmica setorial do Mercosul. De qualquer modo, concluímos que os efeitos da integração seriam bastante heterogêneos tanto do ponto de vista dos padrões de territorialização como dos processos de diferenciação social intrarregional resultantes, dependendo, em grande medida – mas não apenas –, dos interesses e das estratégias dos atores sociais com “capacidade de iniciativa”.

(1.3) Outra frente de investigação tratou da temática da política macroeconômica do ajuste à crise da dívida externa nos 1980 e seus efeitos sobre a política agrícola e o desempenho da agricultura no Brasil (DELGADO, 2000c, 2009, 2008). Ademais e ligado a esses temas, fiz uma breve incursão na fundamentação teórica da crítica neoliberal à intervenção do Estado, com base nas teorias da

regulação (STIGLER, 1971) e da *rent-seeking* (KRUEGER, 1974), que explicam as “falhas do Estado” – de acordo com essa concepção – necessariamente resultantes da intervenção estatal na economia (DELGADO, 2008).

O texto Delgado (2009), que foi publicado pela primeira vez em 2001, teve sua primeira versão circulada em 1998 (DELGADO, 1998a). Seu objetivo original foi fundamentalmente didático: eu sentia falta de um tratamento mais sistemático da questão em português, que definisse conceitualmente categorias e relações entre indicadores e variáveis empregadas usualmente nas análises do tema, feitas principalmente pelos economistas.

Iniciei o texto discutindo as razões tradicionais (e predominantes até os anos 1980) apresentadas pelos economistas (na maior parte de tradição keynesiana) para a intervenção do Estado na agricultura, que estão usualmente relacionadas com as particularidades existentes no setor – expressas através dos conceitos de inelasticidade – preço da oferta e inelasticidade – renda da demanda por produtos agrícolas (*in natura*) – que condicionam a atuação dos agentes econômicos, introduzindo imperfeições e falhas no funcionamento dos mercados agrícolas e gerando resultados que distorcem a distribuição intersetorial da renda e do emprego na economia, prejudicam o abastecimento alimentar doméstico e provocam consequências sociais e econômicas indesejáveis do ponto de vista econômico e social.

Neste raciocínio, as “falhas” do mercado são corrigidas através de políticas públicas desenhadas para essa finalidade, de modo que a intervenção do Estado na agricultura tem uma longa tradição (que remonta ao imediato pós-Segunda Guerra Mundial). O seu objetivo básico tem sido regular os mercados agrícolas, garantindo preços e rendas para os agricultores, estimulando o crescimento da produção doméstica, administrando o conflito potencial entre agricultores e consumidores, de modo que o abastecimento alimentar urbano não seja comprometido pela escassez de oferta e por preços internos excessivamente elevados.

Com base na leitura de que a elasticidade-renda da demanda por produtos agrícolas *in natura* é inelástica – de modo que a demanda agregada por esses produtos aumenta proporcionalmente menos do que a renda nacional –, a intervenção estatal deveria assumir um caráter protecionista da agricultura frente à maior competitividade de outros setores da economia doméstica (com particular referência ao setor industrial, nesta época) e mesmo da agricultura internacional. A partir desta leitura, seguem duas consequências: (1) a crescente industrialização da produção agrícola e a diferenciação de produtos a ela associada podem ser interpretadas como uma estratégia para tornar a demanda por produtos agropecuários mais elástica em relação à renda; e (2) a existência de um verdadeiro dilema de longo prazo de política econômica, na medida em que um setor agrícola no qual o crescimento da renda dos agricultores estimule um comportamento da oferta de produtos que responda às exigências da evolução da economia, em decorrência das políticas de estabilização de preços e de suporte ou aumento da renda dos agricultores, exige a continuidade da política protecionista, com custos orçamentários crescentes e a consequente inviabilização progressiva da própria política agrícola protecionista²⁶.

A partir da década de 1980, com o aumento dos conflitos entre Estados Unidos e Europa em matéria agrícola, com o agravamento do dilema da política protecionista acima mencionado e com o ressurgimento do pensamento liberal e antikeynesiano, as discussões sobre política agrícola nos países centrais passaram a ser dominadas pela consideração, quase única, das imperfeições e distorções que a intervenção do Estado provoca nos mercados e na renda agrícolas (as “falhas do Estado”), rejeitando com veemência a ideia da intervenção do Estado como um corretivo para as “falhas do mercado” ou para as possíveis especificidades da atividade produtiva agrícola, tal como prevalecia na era keynesiana.

.....

²⁶ Pois, na linguagem dos economistas, a neutralização do mecanismo de mercado transforma a curva de demanda por produtos agrícolas de inelástica em quase perfeitamente elástica, de modo que as receitas e as rendas dos agricultores passam, na situação protecionista, a variar diretamente com a produção (aumentando com sua elevação), incentivando continuamente a tendência à superprodução, à queda de seus preços no mercado internacional e à manutenção, cada vez mais onerosa, da política protecionista.

Feita essa discussão, o texto avançou para a caracterização e a análise das formas de intervenção do Estado na agricultura, com destaque para dois tipos de política econômica: a política macroeconômica e a política setorial. Defini, por um lado, os objetivos da política macroeconômica, sua composição (a combinação das políticas fiscal, monetária, comercial e cambial) e o significado de conceitos indispensáveis para a sua compreensão, destacando que, por seu caráter abrangente, ela pode afetar direta e indiretamente todos os setores da economia, inclusive o agropecuário: seja neutralizando ou inviabilizando as políticas para o setor, seja contendo uma política setorial implícita, independentemente da existência ou não de uma política nacional explícita²⁷. Por outro lado, explorei o significado da política setorial e destaquei três tipos principais de política econômica para o meio rural: a política agrícola, a agrária ou fundiária e a política diferenciada de desenvolvimento rural. Chamei a atenção também para o conceito de política agrícola ativa, que defini como a existência, dentre as políticas econômicas governamentais, de uma política setorial para a agricultura que contém instrumentos e mecanismos específicos e que se distingue claramente da política macroeconômica. No caso brasileiro, argumentei (com mais detalhes na parte final do texto) que o crescimento do produto agropecuário a taxas elevadas em todo o período do pós-guerra esteve associado não apenas ao crescimento da demanda privada, doméstica e/ou internacional, e aos efeitos da política macroeconômica, mas à existência de uma política agrícola ativa em todo o período.

Na parte final do texto, discuti tanto as características do ajuste da economia brasileira à crise externa quanto a política macroeconômica do ajuste e seus efeitos sobre a agricultura. Em relação ao primeiro tema, principiei comentando a

.....

²⁷ Por exemplo, no primeiro caso, uma política monetária de contração da disponibilidade de moeda na economia e de elevação das taxas de juros reais tenderá a inviabilizar a operação de uma política de crédito rural e, no segundo caso, uma política macro que reduza o crescimento da renda real e do consumo interno e, ao mesmo tempo, desvalorize continuamente a taxa de câmbio real tenderá a tornar os bens agrícolas comerciáveis (*tradables*) mais rentáveis do que os não-comerciáveis (*nontradables*) independentemente da existência ou não de uma política agrícola explícita de estímulo à produção de bens exportáveis ou de substituição dos importáveis.

importância central e múltipla do Estado no chamado “modelo de industrialização por substituição de importações”, embora reconhecendo a insuficiência desse modelo para caracterizar satisfatoriamente a industrialização brasileira durante o período que vai, grosso modo, da Grande Depressão na década de 1930 até o início da década de 1980, e que se situa entre as duas grandes crises externas que afetaram a economia no século XX. É indiscutível que a política macroeconômica esteve voltada vigorosamente para o favorecimento da industrialização neste modelo, com muitos analistas destacando seu caráter penalizador da agricultura – especialmente através da política de valorização da taxa de câmbio. Esse aspecto, no entanto, deve ser tratado com mais complexidade e cuidado, no caso brasileiro, além de que o PIB agrícola cresceu, em média, à taxa de 4-4,5% ao ano no período – tanto em fases de vigoroso quanto de fraco crescimento industrial – e a agricultura nunca foi um obstáculo à continuidade da industrialização do país, ao contrário do que ocorreu em outros países²⁸. Em suma, foi implementada, embora de forma desigual no período, uma política agrícola ativa e não apenas compensatória (à política macro), no sentido de que definiu instrumentos e incentivos específicos direcionados à modernização setorial.

As condições de articulação, de financiamento e de continuidade desse padrão de crescimento econômico interromperam-se bruscamente a partir do início da década de 1980 como decorrência da crise da dívida externa e suas diferentes formas de manifestação: a impossibilidade de acesso ao mercado internacional de crédito combinada com a vertiginosa elevação da remessa de juros por conta do aumento das taxas internacionais; a profunda crise institucional e financeira do Estado; e a extraordinária escalada inflacionária. A economia brasileira foi, então, obrigada a ajustar-se, em curtíssimo prazo, à profundidade da crise externa, e a colocar em prática uma política macroeconômica que resultasse

.....
²⁸ O melhor estudo sobre a penalização da agricultura feito na época, Oliveira (1984a e b), assinala que a agricultura teria sido penalizada nos períodos de mais intensa expansão industrial (1956/61 e 1967/73), mas que a discriminação atingiu principalmente os pequenos agricultores e os trabalhadores rurais, com as elites agrárias sendo compensadas através de diversos instrumentos de política, como crédito e importações subsidiadas, isenções de impostos etc.

na eliminação ou na notável redução do déficit em transações correntes do balanço de pagamentos, através da obtenção de grandes superávits na balança comercial. O resultado foi a adoção de uma política macroeconômica recessiva, acompanhada por desvalorizações expressivas da taxa de câmbio, com o objetivo de promover um deslocamento de recursos da produção de não comerciáveis para comerciáveis – de modo que a possibilidade de retomada do crescimento econômico passasse a depender do comportamento do mercado externo e não mais do mercado interno – e buscando viabilizar uma significativa transferência de recursos financeiros para o exterior, por meio da obtenção de superávits na balança comercial, da transferência de renda dos assalariados através da inflação e do crescente desequilíbrio financeiro do setor público.

O texto encerra analisando, com exemplos retirados do caso brasileiro, (1) os três tipos fundamentais de política que vão ser articulados pela política macroeconômica, tendo em vista a redução do déficit em transações correntes e o ajustamento à crise externa: (i) as políticas de redução da demanda agregada doméstica, através do manejo das políticas fiscal e monetária, (ii) as políticas de substituição nas despesas, por meio das políticas comercial e cambial (onde o conceito de taxa de câmbio real ganha relevância estratégica), e (iii) as políticas financeiras, que visam a interferir diretamente nos fluxos de entrada e saída de capitais. E (2) as interações possíveis entre política macroeconômica e política agrícola e os efeitos da primeira sobre a última, tanto no que diz respeito às políticas de redução da demanda quanto às de substituição na despesa agregadas.

Dadas as incertezas existentes no período, concluí o ensaio afirmando que “embora a política macroeconômica não tenha comprometido sistematicamente a adoção de uma política agrícola ativa no Brasil nas últimas décadas, a experiência do final dos anos 1980 e do início dos 1990 parece indicar que a agudização da inflação e o fracasso das políticas de estabilização começaram a impor limites crescentes às possibilidades de dar seguimento à política ativa, ao tornar inviáveis as políticas de crédito, de preços mínimos e tecnológica, que foram – junto com a política cambial nos 1980 – seu sustentáculo principal. Isso significa que,

a partir da década de 1990, a conquista da estabilidade macroeconômica passa a ser um pressuposto e, ao mesmo tempo, uma restrição importante à continuidade da política agrícola ativa no país, a qual deveria estar concentrada nas novas (e também velhas) questões que estão sendo postas pela necessidade de melhoria na distribuição da renda e da riqueza, pela abertura comercial do país, e pela integração econômica com os países do Cone Sul, através do Mercosul” (DELGADO, 2009: 50-51).

No texto Delgado (2008) fiz um breve excuroso sobre a crítica neoliberal à intervenção do Estado, representada pelas teorias da regulação econômica e da *rent-seeking*, respectivamente as versões das Universidades de Chicago e de Virgínia do neoliberalismo, que complementa a discussão anterior²⁹. Destaco aqui algumas observações deste texto.

- (i) Em uma economia capitalista, a alocação de recursos na produção de bens e serviços e sua distribuição entre os consumidores pode ser realizada através de mecanismos existentes em duas esferas: o mercado e o Estado. Consequentemente, há, no capitalismo, uma tensão permanente entre mercado e Estado, que é intensificada, na esfera política, pela democracia. Para o aspecto que nos interessa no texto, essa tensão se manifesta ideologicamente em uma questão historicamente recorrente: a intervenção estatal beneficia ou prejudica o bem-estar social e o dinamismo econômico no capitalismo? Sua resposta tem sido um verdadeiro e fundamental divisor de águas na economia e na política modernas.
- (ii) No período do pós-Segunda Guerra Mundial, como decorrência dos desastres da “era da catástrofe” (HOBBSAWM, 1995), prevaleceu, até a década de 1970, a concepção da inevitabilidade da regulação estatal dos mercados, tanto em função da necessidade de proteção social das populações (especialmente trabalhadoras), expressa na economia do bem-estar

.....
²⁹ Foi escrito originalmente em 1998 (DELGADO, 1998), embora só tenha sido publicado em 2008.

social, como das “falhas” de funcionamento dos mercados, que produzem distorções significativas na alocação de recursos e na distribuição do produto e da renda gerados na economia. Ao longo dos anos 1970, com a crise política e econômica do capitalismo mundial, que se reflete no colapso gradativo da hegemonia do keynesianismo no pensamento econômico dominante, ressurge, com força crescente, a concepção de que a interferência estatal é nociva ao funcionamento da economia e ao bem-estar geral. Essa reconstrução é empreendida tendo como base o pressuposto de que os mercados competitivos são sempre eficientes, se autorregulam e autorreproduzem, e, mesmo quando falham, são capazes de corrigir suas imperfeições melhor do que o Estado, cuja interferência sempre provoca transferências de renda entre os agentes econômicos participantes, que necessariamente causam distorções, desperdícios e reduções no bem-estar econômico geral. Assim, para esta concepção, conhecida desde então como neoliberalismo, as ineficiências na alocação de recursos e na distribuição do produto e da renda no capitalismo não são explicadas pela existência de “falhas de mercado”, mas sim pela presença de “falhas do Estado ou do governo”.

- (iii) A postura central comum tanto à teoria da regulação econômica (Stigler, 1971) como à da *rent-seeking* (Krueger, 1974; Buchanan, Tollison, Tullock, 1980) é a de que a intervenção do Estado ou qualquer intervenção política na economia é um mal, é inimiga do bem-estar geral: “o mercado aloca recursos para todos os usos mais eficientemente do que as instituições políticas. O processo democrático é defeituoso e o Estado é uma fonte de ineficiência”. Ele nem “precisa fazer qualquer coisa para que as ineficiências ocorram: basta a mera possibilidade de que possa vir a fazer qualquer coisa” (Przeworsky, 1995: 26).
- (iv) Outra ideia comum às duas teorias é a de que toda ação governamental resulta em uma transferência de renda entre os agentes econômicos, de modo que sempre existem ganhadores e perdedores em qualquer inter-

venção estatal. Entretanto, o caráter distintivo deste jogo é dado pela afirmação de que os custos dos perdedores são sempre maiores do que os benefícios dos ganhadores, de modo que a sociedade como um todo sai sempre prejudicada devido à existência de transferências de renda³⁰. Além disto, a tentativa de captura, por parte dos grupos de interesse privados, das rendas ou quase-rendas (institucionais) criadas pela ação governamental impõe custos à sociedade como um todo sob a forma de enormes desperdícios de renda real potencial³¹.

- (v) Partindo da hipótese fundadora de que tanto no mercado quanto no processo político os atores econômicos e sociais (grupos de interesse, políticos, burocratas) agem movidos por interesses individuais e egoístas, as teorias da regulação econômica e da *rent-seeking* tendem a fazer comparações entre as escolhas e as tomadas de decisões dos indivíduos no processo político democrático e no mercado. Essas teorias supõem que ambos são análogos e comparáveis como processos institucionais – devido à característica básica de ênfase na competição por interesses econômicos, neles encontrada – e que podem, portanto, ser analisados com o mesmo instrumental teórico desenvolvido originalmente para o estudo dos mercados. A conclusão a que chegam é, então, a da inferioridade do processo político em relação ao mercado como lugar de revelação das preferências soberanas dos indivíduos racionais, de modo que as decisões políticas criam sempre mais distorções e desperdícios do

.....
³⁰ Segundo essas teorias, o ponto de equilíbrio da economia após a intervenção estatal vai ser sempre inferior ao ponto de equilíbrio sem ela.

³¹ Para essas teorias, as rendas ou quase-rendas institucionais são rendas 'falsas', geradas 'artificialmente' por meio da intervenção do Estado e não rendas 'reais', que surgem no sistema de preços em funções de variações na oferta e na demanda de recursos produtivos ou de produtos (pois resultam de processos que aumentam a produção e criam valor na economia, ao contrário das 'falsas' que não aumentam o produto, nem geram novos valores na economia). São exemplos dessas rendas ou quase-rendas institucionais: subsídios monetários diretos; controles sobre bens substitutos e complementares; regulação de preços e tarifas; controle da entrada de competidores em indústrias e ocupações (STIGLER, 1971); tarifas, licenças de importação, restrições quantitativas, salário mínimo, tetos sobre taxas de juros (KRUEGER, 1974); entre outros.

que as tomadas no mercado, e o Estado é um mecanismo ineficiente de alocação de recursos e de distribuição de bens e serviços. Como corolário deste dogma da utopia liberal, segue a conclusão radical de que a política (e em especial a democrática, poderíamos acrescentar) é um empecilho fundamental ao funcionamento do mercado.

- (vi) Apesar da retórica reacionária expressa pelas teorias neoliberais e sem necessidade de aceitar suas conclusões extremas e dependentes de pressupostos irrealistas e insustentáveis sobre o comportamento dos mercados, não há por que negar que chamam a atenção para um problema importante relativo à problemática da intervenção do Estado no capitalismo: o de que a política estatal tende a gerar rendas ou quase-rendas institucionais de que os grupos privados buscam apropriar-se por meio de mecanismos de pressão política que levam a ineficiências alocativas, desperdícios de recursos e distorções na distribuição da renda e da riqueza sociais. Ou seja, não basta considerar apenas as razões que, em princípio, justificam a intervenção do Estado: é preciso estar igualmente atento às distorções que a ação estatal pode provocar na alocação de recursos e no desempenho da economia.
- (vii) Para terminar, destaco um argumento desenvolvido por Przeworsky (1995): uma característica comum às teorias neoliberais é que o Estado, seu alvo predileto, nunca é definido, descrito e analisado com mais profundidade, as instituições políticas recebem quase nenhuma atenção e a política é encarada como praticamente a mesma em qualquer regime, seja ele democrático ou ditatorial. Na verdade, a política e o processo político são, para a visão neoliberal, problemas desagradáveis, na teoria e na prática. A forma conveniente de considerá-los foi trazer o processo político para o âmbito da economia e da teoria da escolha racional, construindo uma analogia completa entre ele e o mercado, e tratá-los da mesma forma e com o mesmo instrumental analítico. Nessa analogia, essas teorias contrastam um mercado “perfeito” (com autoequilí-

brio instantâneo, preferências individuais fixas e endógenas e decisões tomadas individualmente e sobre assuntos específicos) com um processo político “imperfeito”, no qual as decisões são infrequentes, universais, simultâneas e incluem a participação de desinteressados. Construído o argumento dessa forma, a conclusão só pode ser única: é o processo político que constitui, em uma economia capitalista, o desperdício. Como sintetiza Przeworsky (1995: 35): “na “teoria da regulação” (...) o processo político é no fundo visto como inferior ao mercado por causa de suas imperfeições. Na teoria da *rent seeking society* (...) não há espaço para a política: a política é simplesmente um desperdício”. Com essas conclusões, esses economistas acabam revelando sua inclinação pela “desconsideração ou completa rejeição do processo democrático”³².

(2) Um outro conjunto importante de atividades que começou a ser desenvolvido na década de 1990 e teve continuidade nas seguintes diz respeito a diferentes dimensões da temática do desenvolvimento local, do desenvolvimento rural e das iniciativas de políticas públicas a eles direcionadas. Como uma das características de minha trajetória profissional, este conjunto de atividades englobou ensino (no CPDA e fora dele), pesquisa, palestras e participações em seminários nacionais e internacionais e colaborações com agências governamentais, organizações não governamentais e organismos internacionais.

(2.1) Provavelmente as minhas primeiras experiências de reflexão relacionadas à temática do desenvolvimento local e às políticas públicas fizeram parte de uma colaboração com o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) no período 1992-1994, em Rio Branco, no Acre, no auge da discussão em torno da proposta sobre Reservas Extrativistas e no esforço de capacitação e de fortalecimento institucional, propositivo e político do Conselho. Desta cooperação, entre outras

.....
³² Diante dessas conclusões, Przeworsky (1995:34), com fina ironia, mas também com bastante atualidade, faz a pergunta e dá a resposta neoliberal: “O que deveriam fazer então os governos? Resposta: estaríamos melhor se eles simplesmente fizessem sem serem influenciados o que fariam sendo influenciados. E como poderiam saber o que fazer? Eles deveriam ouvir os economistas”.

atividades, posso mencionar: elaboração de um pequeno texto não publicado sobre comercialização nos seringais (DELGADO, 1993); professor do Curso de Extensão em Viabilidade e Gestão das Reservas Extrativistas, ministrado, em Rio Branco (de 26-31 de julho de 1993), para técnicos e lideranças do CNS e patrocinado por FAO/PROCAPLAN, CPDA/UFRRJ e CNS; conferência sobre “A economia brasileira e a questão agrária hoje”, promovida pelo Conselho Nacional dos Seringueiros e pela CUT, em Rio Branco, em 09 de abril de 1992.

Outra experiência marcante no início das reflexões e elaborações sobre políticas públicas e desenvolvimento local/rural esteve associada à participação, no período de 1998 a 2004, em missões de avaliação, algumas vezes como chefe da missão, do Programa de Viabilização de Espaços Econômicos para Populações de Baixa Renda – Prorenda – Tipologia 1, área rural (ou Prorenda Rural, como era mais conhecido) da Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ)³³. Tratava-se de um programa com uma proposta de desenvolvimento rural local, implantado especialmente em estados do Nordeste e do Norte do país, em colaboração com secretarias dos governos estaduais, embora meu primeiro contato com o Prorenda Rural e com a GTZ tenha ocorrido em uma análise sobre aspectos de sua implementação no Rio Grande do Sul.

Esse primeiro contato aconteceu por solicitação do Núcleo de Animação Terra e Democracia, formado por um consórcio de ONGs brasileiras (FASE, CEDI, AS-PTA, IBASE, IECLB, INESC), que, em 1994, a pedido de ONGs alemãs, encomendou uma análise da implantação do Prorenda Rural no Rio Grande do Sul com a finalidade de subsidiar sua participação no diálogo com as organizações que faziam parte da cooperação teuto-brasileira dirigida ao campo³⁴. Neste sentido, fizemos um levantamento, sistematização e discussão das opiniões e análises feitas por atores sociais envolvidos no estado com o Prorenda

.....
³³ Nesta parte comentarei apenas a cooperação realizada até 2000. A dos anos seguintes será apresentada mais à frente.

³⁴ Na verdade, o Núcleo solicitou avaliações do Projeto Prorenda em dois estados: no Rio Grande do Sul, realizada por mim, e em Pernambuco, pelo Prof. Jorge Romano, do CPDA/UFRRJ.

Rural (especialmente os da sociedade civil), a respeito de três questões centrais do programa: (a) a melhoria das condições de renda das populações beneficiadas; (b) o espaço da participação e o fortalecimento da população local como sujeito da ação política; e (c) as mudanças na atuação do Estado estimuladas pela existência do programa³⁵. O relatório desta investigação apareceu originalmente em Delgado & Romano (1994), complementado por Delgado (1994b), e foi finalmente publicado em Delgado & Romano (1995).

Em função do impacto que este relatório teve tanto nas ONGs participantes, como entre técnicos da GTZ, passei a ser convidado pela Cooperação Técnica Alemã para participar em missões de avaliação da implementação do Prorenda Rural em alguns estados do país, no final da década de 1990³⁶, como Rio Grande do Sul (chefe da missão, 1998), Ceará (chefe da missão, 1999), Pará e Bahia (2000), o que permitiu uma interessante e diversificada visão acerca das condições de operacionalização e dos resultados do programa em diferentes contextos territoriais e socioeconômicos, com capacidade de intervenção e de articulação de políticas públicas por parte de agências e de gestores dos governos estaduais bastante diversa e com a presença de atores sociais rurais e públicos beneficiários extremamente diferenciados.

Esta colaboração refletiu-se (i) na elaboração de relatórios dessas missões, em particular Delgado (2000a e b), (2) na participação como professor dos módulos (40 horas cada) “Conselhos Municipais e Desenvolvimento Rural Sustentável” e “Política Pública e Conselho de Desenvolvimento Municipal” do Curso de Formação de Assessores de Conselhos Municipais de Desenvolvimento, promovido pela GTZ, Prorenda Rural – PE, e Projeto Renascer – Unitec – Prorural, Carpina e Recife (PE), agosto e novembro de 2000; (iii) em palestra sobre “Tendências no campo - o contexto das intervenções da Cooperação Internacional”

.....
³⁵ O projeto piloto do programa iniciou em 1990 nas regiões do Vale do Cai, do Litoral Norte e em assentamentos de reforma agrária no município de Santiago, no noroeste do estado.

³⁶ A colaboração com a GTZ em torno do Prorenda Rural continuará no início dos anos 2000, como será indicado mais adiante.

no Painel sobre “Novos Caminhos no Meio Rural e o Aporte da Cooperação Internacional” no Seminário Internacional “Terra e Democracia. Em busca de novas bases para a Cooperação Internacional, à luz da experiência alemã-brasileira”, promovido pelo Núcleo de ONGs Terra e Democracia e pela EZE (Associação Evangélica de Cooperação e Desenvolvimento), realizado no Rio de Janeiro em 08 de dezembro de 1995, e que redundou em um breve texto (DELGADO, 1996a).

(2.2) Um marco importante na investigação e na reflexão iniciais sobre os temas do desenvolvimento local, desenvolvimento rural, atores sociais e políticas públicas foi a oportunidade que tive (em parceria com o Prof. Jorge Romano do CPDA/UFRRJ) de participar na pesquisa internacional *PTW - Policies that Work for Sustainable Agriculture and Regenerating Rural Economies* promovida e coordenada pelo *International Institute for Environment and Development* (IIED), com sede em Londres, Grã-Bretanha. Essa participação foi viabilizada pelo convite da ONG brasileira AS-PTA, com a qual eu tinha uma colaboração já consolidada, que fazia parte da rede de instituições internacionais que compunham o projeto do IIED, na condição de única organização brasileira participante (e a segunda da América Latina, juntamente com Bolívia).

O projeto cobria estudos de caso bastante diversos em diferentes continentes (África, Ásia, América Latina, Europa, Oceania e América do Norte), que deveriam investigar situações nas quais as políticas ou os experimentos públicos realizados teriam tido ‘sucesso’ tanto para viabilizar experiências de agricultura sustentável quanto para regenerar economias rurais deterioradas ambientalmente e empobrecidas econômica e socialmente. Tinha como pressuposto a expectativa de que essas experiências não fossem vistas de uma perspectiva homogeneizante e unificadora, o que seria impossível, mas que pudessem cobrir um amplo espectro, tanto do ponto de vista socioeconômico quanto geográfico ou territorial (local, regional, nacional).

Com essa perspectiva, o projeto buscava articular a análise de sistemas agrários com a análise de atores (*stakeholders*) do sistema de políticas públicas,

tendo como base a participação ativa dos agricultores. A articulação entre atores sociais, sistemas agrários e arenas de políticas públicas foi considerada como um requisito central para a construção – com a participação ativa dos conjuntos de *stakeholders* envolvidos – de políticas públicas alternativas que favorecessem o desenvolvimento de uma agricultura sustentável e as condições de regeneração das economias rurais.

Apesar da riqueza do enfoque proposto, grosseiramente sumarizado aqui, não é difícil imaginar que a extrema diversidade de situações e casos escolhidos nos diversos continentes dificultou enormemente a compatibilização das metodologias utilizadas, do mesmo modo que as dificuldades de definir com clareza o significado do conceito de políticas ‘bem-sucedidas’, em tal babilônia, prejudicou consideravelmente as possibilidades de comparação dos diferentes estudos de caso e de seus resultados obtidos. Isso, no entanto, não impediu que o projeto apresentasse uma grande riqueza de experiências analisadas, a qual, por si só, possibilitou o enorme aprendizado obtido com a participação no projeto.

No caso do PTW-Brasil, a AS-PTA escolheu para investigação uma experiência de desenvolvimento rural local em Rebouças, um município do centro-sul do Paraná, em função de uma convergência de fatores não aleatórios: as características socioambientais da região (predominância da pequena produção familiar, singularidades do Sistema Faxinal, preservação da mata atlântica); a crescente organização dos agricultores e a progressiva incorporação de uma proposta de desenvolvimento rural sustentável (desenvolvida sob iniciativa da própria AS-PTA, que tinha esta região como uma de suas áreas de atuação); e a eleição de uma liderança expressiva do movimento sindical para o governo da prefeitura local, com uma plataforma que enfatizava a organização dos produtores em torno de uma proposta de desenvolvimento rural sustentável e que conseguiu a maioria decisiva dos votos dos pequenos agricultores do município.

Meu envolvimento com esse projeto foi de abril de 1997 a julho de 1999. Neste período estive em dois *workshops* internacionais coordenados pelo IIED e congregando os participantes do projeto: um em Londres, de 07 a 10 de outubro

de 1996, de lançamento do projeto e de primeiro contato entre os prováveis participantes, e outro na África do Sul, de 23 a 27 de fevereiro de 1998, onde o andamento e os primeiros resultados do projeto foram apresentados e discutidos. Como desdobramento posterior, estive, com colegas da AS-PTA, no X Congresso Mundial de Sociologia Rural e XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rurais, realizado no Rio de Janeiro de 30 de julho a 5 de agosto de 2000, em uma discussão sobre “Políticas Públicas e Participação para a Agricultura Sustentável: Lições da Experiência de Rebouças, Paraná, Brasil”.

O produto principal de minha colaboração no Projeto PTW foi a elaboração, em parceria com o Prof. Jorge Romano, do relatório da pesquisa de campo realizada no município de Rebouças (DELGADO; ROMANO, 1999a), publicado em Delgado e Romano (1999b). Posteriormente, foi publicado, em inglês, um texto baseado no relatório dessa pesquisa (DELGADO; ROMANO; ALMEIDA; PETERSEN; TARDIN; MAROCHI, 2001).

Sinteticamente, destaco alguns elementos principais contidos em Delgado e Romano (1999b).

- (i) A participação dos atores locais foi um aspecto central na metodologia utilizada na pesquisa, que foi composta de quatro fases. Uma ‘fase preliminar’, onde, em primeiro lugar, a equipe da pesquisa delimitou o significado dos principais conceitos utilizados (agricultura sustentável, políticas públicas, atores ou *stakeholders*) e formulou uma proposta de pesquisa; em segundo lugar, apresentou e discutiu esta proposta com diversos atores locais, incorporando suas expectativas e interesses, tais como expressos nos debates. Foi criado um ‘grupo de referência’ da pesquisa com atores representativos do executivo e legislativo locais, lideranças comunitárias e de associações de produtores e membros do escritório local da AS-PTA, tendo como objetivo acompanhar todas as fases da pesquisa.

Na ‘primeira fase’ da pesquisa foi construída uma tipologia de produtores, com base em um zoneamento agroecológico e no desenho do perfil dos principais sistemas agrários existentes, incluindo a identificação dos interesses, da trajetória social e das expectativas dos agricultores. A base de dados utilizada foi obtida através de entrevistas e da documentação existente. O objetivo da ‘segunda fase’ foi a elaboração do perfil das políticas públicas e dos principais atores sociais existentes na região. E a ‘terceira fase’ buscou delinear, junto com o grupo de referência, um perfil de políticas públicas alternativas para o desenvolvimento rural sustentável de Rebouças, a partir da interação do perfil dos sistemas agrários – incluindo os interesses, demandas e proposições dos atores locais – com o perfil das políticas públicas implementadas. As propostas elaboradas foram discutidas não apenas com o grupo de referência mas também com grupos mais amplos de *stakeholders* nos níveis municipal e regional e, então, encaminhadas às autoridades municipais.

- (ii) Caracterização do município de Rebouças e de seus principais sistemas agrários e construção de uma tipologia de agricultores familiares, que incluiu cinco categorias principais (cada uma contemplando uma importante diferenciação interna entre os agricultores): produtores de milho e feijão; produtores de erva-mate; produtores de soja; fumicultores; e integrados a agroindústria.
- (iii) Trajetória da experiência de Rebouças. Sua reconstrução foi assentada em dois elementos: a reorganização e a renovação do movimento sindical dos trabalhadores rurais com a democratização do país a partir de 1985 e o trabalho experimental da AS-PTA com comunidades de agricultores da região e seu esforço de sensibilização das lideranças locais para o modelo agroecológico de desenvolvimento da agricultura familiar.

A partir daí, a trajetória da experiência de Rebouças pode ser sintetizada, de forma rápida, da seguinte maneira: (1) o ponto de partida foi a existência de um sindicalismo combativo em busca de “proposta

alternativa de ataque” (na expressão do prefeito eleito à época); (2) já havia um conjunto bem-sucedido de experiências com comunidades de agricultores que apontava para o surgimento de alternativas tecnológicas ao modelo de modernização dominante: os bancos de sementes e outras experiências, além da predisposição da AS-PTA de sensibilizar as lideranças sindicais para a sua importância e significado político e econômico; (3) o “cruzamento” das duas instituições permitiu que os pequenos agricultores identificassem os bancos de sementes incentivados pela AS-PTA como bancos de sementes “do sindicato”; (4) o desdobramento dessa identificação foi a abertura de um campo de trabalho propositivo para o sindicato com o apoio a uma proposta que associava a agricultura agroecológica, alternativa ao modelo vigente, e a preocupação com a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais; (5) essa proposta ocupou um lugar relevante na plataforma eleitoral da “chapa do sindicato” no Partido dos Trabalhadores, candidata à prefeitura de Rebouças; (6) essa chapa conseguiu vencer as eleições municipais em 1996 e assumiu a prefeitura do município.

- (iv) A nova gestão iniciou em janeiro de 1997. Nos dois primeiros anos desta administração – que foi o período de tempo considerado na pesquisa – houve muitas frustrações de expectativas, ao mesmo tempo em que foram implementadas algumas políticas concretas. De qualquer forma, em nossa opinião, a vitória eleitoral reforçou o peso da temática da sustentabilidade da pequena agricultura familiar na agenda das políticas públicas nos municípios da região e contribuiu, como uma espécie de caixa de ressonância didática, para a discussão das condições indispensáveis para que essa agenda de políticas públicas fosse implementada de forma mais efetiva e participante na região. Além disso, representou uma importante experiência de aprendizagem na arena das políticas públicas, não apenas para os membros do governo local, mas para todos os atores sociais locais.

Entre as razões que explicam as frustrações geradas no período pela experiência de Rebouças, sugerimos: (a) as terríveis complicações econômicas enfrentadas pela agricultura regional desde a safra 1994/95 (excesso de chuvas, dificuldades de comercialização, em particular no caso do feijão, piora da situação econômica dos fumicultores, mudanças nas políticas do governo federal na década, piora do endividamento bancário dos pequenos agricultores, enfraquecimento do movimento de agricultores na região); (b) ocorreu em Rebouças um exemplo do clássico ‘substituísmo’ das organizações representativas dos agricultores (em particular do sindicato) pelo poder executivo municipal, uma vez eleitos os sindicalistas para a prefeitura; (c) excesso de expectativa depositada pelas organizações da sociedade civil e pelo movimento local de trabalhadores rurais na capacidade e na vontade da “chapa do sindicato” para promover uma experiência alternativa de desenvolvimento rural no centro-sul do Paraná. Em relação a essa falta de capacidade e de vontade da nova administração para provocar mudanças, chamamos a atenção para a existência de três fatores que poderiam ter caráter explicativo: a grande carência de quadros; a fraqueza das organizações pró mudança existentes e de sua capacidade de liderança; e a extrema dificuldade de compatibilizar o que se pode chamar de “tempo dos movimentos sociais”, ávido de mudanças profundas que devem ser desencadeadas o mais rapidamente possível, e o “tempo da política oficial”, lento e com um ritmo muito sensível às alterações de conjuntura e aos *trade-offs* entre o curto e o longo prazos.

- (v) Concluimos o texto com a apresentação do conteúdo de algumas políticas públicas alternativas direcionadas a diferentes tipos de agricultores familiares identificados com a utilização da metodologia mencionada no item (i) acima. Os tipos considerados foram: agricultores sem-terra que residiam no faxinal e arrendavam terra de estranhos; agricultores sem-terra que moravam no faxinal e arrendavam terras de familiares;

pequenos produtores de milho e feijão, proprietários de pior condição; pequenos produtores de milho e feijão, proprietários de melhor condição; pequenos produtores de milho e feijão mecanizados; e agricultores integrados produtores de leite. Note-se que, em consonância com a metodologia utilizada, as propostas alternativas foram construídas com a participação ativa dos atores considerados na pesquisa. Seus conteúdos surgiram, inicialmente, nas reuniões com o grupo de referência do projeto, nos momentos em que foram discutidos os resultados da análise dos sistemas agrários identificados e dos *stakeholders* do sistema de políticas públicas.

(2.3) Resta mencionar, por fim, outro importante trabalho de pesquisa em que participei nesta década, em colaboração com uma equipe de pesquisadores montada pelo IBASE, que foi a investigação para a avaliação dos programas Proger, Proger Rural e Pronaf, em um convênio firmado pelo IBASE com o Ministério do Trabalho, cuja duração foi de abril de 1998 a junho de 1999. A pesquisa abrangeu oito estados (Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Roraima) mais a Região Metropolitana de São Paulo (para avaliação do Proger). Fiz parte da equipe central do projeto na condição de supervisor da avaliação desses programas no Rio Grande do Sul, cuja equipe estadual foi composta pelos pesquisadores Alberto Bracagioli, Domingos Armani e Luiz Fernando Fleck.

A pesquisa esteve baseada em um plano amostral elaborado para cada estado, a partir do universo de beneficiários de cada um dos três programas, e foi complementada por entrevistas realizadas com atores locais e instituições/organizações pertinentes em regiões selecionadas, por sua importância na aplicação de cada programa, nos oito estados considerados. De modo geral, além da definição do plano amostral a ser utilizado e das entrevistas a serem feitas, a investigação consistiu na coleta e análise dos dados e dos resultados obtidos em relação à atuação dos atores locais e das agências e organizações (por exemplo, cooperativas, bancos etc.) envolvidos na atuação dos três programas, tendo em vista a obten-

ção de conclusões acerca de seu impacto sobre os beneficiários dos programas e de recomendações futuras decorrentes do processo de avaliação. A pesquisa gerou um relatório geral e nove relatórios específicos para os estados e a região metropolitana de São Paulo. Participei na redação dos relatórios IBASE (1999a e 1999b), sendo que o último teve seu conteúdo resumido em IBASE (1999c).

(2.4) Enfim, o interesse crescente nas temáticas do desenvolvimento local, desenvolvimento rural, atores sociais e políticas públicas, alimentado pelas atividades de pesquisa e assessoria acima comentadas, incidiu também sobre minha participação como professor no mestrado do CPDA/UFRRJ, através de um processo de experimentação que envolveu outros professores – à época, Nora Presno e Jorge Romano (que continuou sendo, posteriormente, um parceiro essencial neste campo) – e alunos interessados e envolvidos com essas temáticas, o que levou à criação (algumas vezes em caráter provisório e experimental) de novas disciplinas e tópicos especiais, até a consolidação de uma disciplina permanente ao longo dos anos 2000 (que comentarei posteriormente)³⁷.

Assim, foram oferecidos na segunda metade da década de 1990, no âmbito da pós-graduação do CPDA, três Tópicos Especiais (de 30 horas/aula) que pretendiam explorar em caráter provisório o tratamento destas temáticas, todos em colaboração com o Prof. Jorge Romano: sobre Grupos de Interesse, Ação Coletiva e Formulação de Políticas e sobre Monitoramento e Avaliação de Experiências de Desenvolvimento Rural Sustentável, ambos no segundo semestre de 1995; e sobre Grupos de Interesse, Ação Coletiva e Formulação de Políticas II, no primeiro semestre de 1996. Fora do CPDA, cabe mencionar: a disciplina (45 horas) de Desenvolvimento Rural e Políticas Públicas do I Curso de Especialização para Técnicos da EMATER-RS: Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, promovido pela EMATER/RS, CPDA/UFRRJ, e REDCAPA, 1999; e a Coordenação Acadêmica do Curso de Atualização à Distância em Agri-

.....
³⁷ Algumas dissertações de mestrado orientadas por mim e defendidas neste período já tangenciavam essas temáticas. É o caso de: Tobar (1995), Sandino (1995), Parente (1996) e Chuquín (1997).

cultura Familiar, Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural, organizado por REDCAPA, CPDA/UFRJ e PROCODER-IICA, 2000.

(3) Na década de 1990 começou, como já foi indicado, meu interesse pelos temas relativos aos regimes internacionais de comércio, ao comportamento do comércio agrícola mundial, às políticas agrícolas dos países centrais e o protecionismo a elas associado, e às negociações comerciais internacionais em matéria agrícola, inicialmente no âmbito do GATT e, a partir desta década, no da Organização Mundial do Comércio (OMC). Como afirmei anteriormente, foram marcantes para o envolvimento com essas temáticas a experiência da Área de Concentração ‘Vittorio Marrama’ do mestrado do CPDA e a atenção despertada, tanto acadêmica quanto politicamente, pela Rodada Uruguai do GATT, iniciada na metade dos anos 1980, sob o impulso dos conflitos comerciais entre Estados Unidos e (a então) Comunidade Econômica Europeia, do predomínio crescente e avassalador do pensamento neoliberal, e da globalização financeira associada à retomada da hegemonia norte-americana no sistema mundial.

Como nos outros temas mencionados anteriormente, meu envolvimento nessas temáticas foi acadêmico e político, o que se expressou na realização de pesquisas acadêmicas, oferta de disciplinas na pós-graduação do CPDA e fora dela, participação em conferências e palestras, orientação de dissertações de mestrado³⁸, e colaboração com organizações não governamentais, agências governamentais e organismos internacionais, em um esforço que culminou na elaboração de minha tese de doutorado defendida em 2000.

(3.1) Uma oportunidade para tratar do tema da inserção da agricultura brasileira no sistema agroalimentar mundial surgiu no período de janeiro a maio de 1997, devido à minha colaboração para o Núcleo de *Agribusiness* do Projeto

.....
³⁸ Foi defendida nesse período uma dissertação de mestrado da qual fui orientador, Reyes (1999), que se enquadra nas temáticas internacionais referentes a acordos e blocos comerciais regionais.

RS 2010 da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser e da Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional da Secretaria da Coordenação e Planejamento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Nesta oportunidade elaborei um texto que foi posteriormente publicado em uma das revistas da FEE (DELGADO, 1997b) e que trata da inserção do “macro-setor agrícola” brasileiro³⁹ no sistema agroalimentar mundial a partir da década de 1970. Para tanto, o texto apresenta uma caracterização sumária da evolução do comércio agroalimentar mundial nas décadas de 1970 a 1990, bem como das transformações ocorridas no sistema agroalimentar nos anos 1980, para analisar, então, a evolução da estrutura e da composição da pauta de exportações agroindustriais do Brasil desde a década de 1970 até 1996.

Com base nas estatísticas de comércio exterior disponíveis, o artigo já indica, entre outras considerações, uma mudança de tendência no destino das exportações agroindustriais brasileiras, que iria se acentuar na próxima década, com o notável incremento das importações chinesas de *commodities*: enquanto no início dos 1990 o destino dessas exportações estava concentrado na União Europeia (56% do valor total) e nos Estados Unidos (20%), na média do triênio 1994-96, embora continue elevada, essa concentração se dilui consideravelmente – com a União Europeia recebendo 42% do total e os Estados Unidos 9% –, com o aumento progressivo da importância relativa do Mercosul (desde 1991), da China (a partir de 1994) e da África (desde 1992). Os principais produtos exportados foram farelo de soja (30% do valor total), suco de laranja, café em grão e soja em grão, que totalizaram cerca de 70% do valor total das exportações agroindustriais do Brasil. Terminamos o texto chamando a atenção para alguns aspectos que deveriam ser considerados na construção de cenários para o “macro-setor agrícola” do país e sua inserção no sistema agroalimentar internacional.

.....

³⁹ Incluindo agropecuária, extrativismo vegetal, beneficiamento de produtos agropecuários, agroindústrias de primeiro e segundo beneficiamento (o que corresponde, grosso modo, à classificação tradicional das exportações agropecuárias em produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados) mais as indústrias produtoras de insumos, máquinas e equipamentos para a agropecuária e para as agroindústrias. Esta definição está baseada em Leite (1996).

(3.2) Outro momento muito importante para o tratamento dessas temáticas foi proporcionado por minha participação, no período de março de 1997 a março de 1998, no Projeto CPDA – Programa de Ensino e Pesquisa em Reforma do Estado (CNPq, CAPES, FINEP e MARE), coordenado pela Profa. Ana Célia Castro. Aproveitamos a oportunidade para avançar na pesquisa sobre o GATT, a Rodada Uruguai de 1986 e o novo Acordo sobre Agricultura produzido pela Rodada, depois de intensas negociações que envolveram principalmente os Estados Unidos e a União Europeia⁴⁰. No contexto do Programa, tratamos destes novos elementos como condicionantes externos de qualquer reforma do Estado no Brasil, tema presente na agenda do então Governo Fernando Henrique Cardoso, instigado pelo pensamento neoliberal predominante na década de 1990, e que despertou considerável controvérsia no período. Nosso interesse concentrava-se, especialmente, nas considerações desses condicionantes externos à reforma do Estado à luz de sua influência sobre a forma e a capacidade de intervenção do mesmo em relação à agricultura, em dimensões que diziam respeito, por exemplo, à política agrícola, à liberalização dos mercados, ao protecionismo e às possibilidades de consolidação do Mercosul.

Meu envolvimento com o Programa de Reforma do Estado teve claramente dois momentos que merecem ser lembrados. O primeiro foi a participação no Seminário Internacional sobre “Instituições e Desenvolvimento Econômico. Uma Perspectiva Comparativa sobre a Reforma do Estado”, organizado pelo Programa de Ensino e Pesquisa em Reforma do Estado do CPDA/UFRRJ, com o apoio do NUSEG/UERJ e o patrocínio da CAPES, IPRI-Itamarati e CNPq, realizado no Rio de Janeiro de 12 a 14 de novembro de 1997. Neste seminário apresentei um texto (DELGADO, 1997a) elaborado para ser uma comunicação sobre o andamento da pesquisa que estávamos realizando.

.....

⁴⁰ Como desdobramento deste processo de pesquisa, aproveitei para escrever uma resenha de um livro de Silvia Ostry sobre o sistema internacional de comércio no pós-Guerra Fria, que me foi muito útil neste período (Delgado, 1998c).

O início desse texto chama a atenção sobre a importância desempenhada pelo Estado após a Segunda Guerra Mundial, tanto nos países centrais quanto nos periféricos, tanto no protagonismo do Estado do Bem-Estar Social quanto nas tentativas de desenvolvimento econômico nacional (sem falar, obviamente, nas experiências socialistas em curso). A partir dos anos 1980, com a eclosão da dívida externa, a debacle do socialismo e a crise do keynesianismo e do desenvolvimentismo ganham importância o pensamento neoliberal e a influência do FMI e do Banco Mundial nos programas de estabilização e de “ajustamento estrutural” dos países endividados. Com isso, foi recolocado em questão o papel desempenhado pelo Estado na sociedade e, em especial, no desenvolvimento econômico e a problemática da “reforma do Estado” passou a ocupar um lugar preponderante no debate intelectual e político no Brasil e em outros países em desenvolvimento na América Latina e fora dela.

Além de reconhecer que a discussão da reforma do Estado no Brasil estava impregnada pela tensão entre os requisitos de eficiência e de equidade – cuja compatibilização não é trivial, embora não sejam necessariamente totalmente inconciliáveis – e de destacar as implicações do foco em um desses polos, resalto que nossa pesquisa sobre reforma do Estado circunscrevia o objeto a duas instâncias delimitadas: ao campo temático da agricultura e ao que se poderia chamar de condicionantes externos da reforma.

Em relação ao campo temático, assinalo que meu interesse fundamental era com a política agrícola. O ponto de partida era a constatação de que o modelo de política agrícola ativa predominante no Brasil nas décadas de 1970 e 1980 entrara progressivamente em colapso com a crise da economia nos 1980, com a redemocratização política a partir de 1985 e o surgimento de novos atores e novas arenas de decisão, com as experiências de programas de estabilização postos em prática na segunda metade dos anos 1980 e no início da década de 1990 (aí incluído o Plano Real), e com os acordos internacionais, seja no nível do GATT ou do Mercosul, que cada vez mais restringiam os graus de liberdade da política nacional e inviabilizavam a utilização de alguns instrumentos de política setorial

que ocuparam um lugar de destaque no modelo autárquico anterior – como, por exemplo, as políticas de crédito subsidiado e de preços mínimos.

Parecia claro naquele momento que a política agrícola também sofria das mesmas indefinições e incertezas pelas quais passava a política de desenvolvimento econômico nos novos tempos de especulação financeira globalizada e desenfreada e de hegemonia neoliberal. Na verdade, nada comparado a um novo modelo de política setorial estava sendo implementado para a agricultura brasileira, além dos intentos de reduzir progressivamente a intervenção estatal em várias áreas, e apresentei algumas razões que pareciam confirmar essa afirmação.

Por fim, terminei a comunicação informando que a investigação estaria concentrada nos condicionantes externos à reforma do Estado, focando três elementos: (a) a reforma das políticas agrícolas nos Estados Unidos e na União Europeia, a partir da segunda metade dos anos 1980 e, principalmente, nos 1990; (b) os efeitos do Acordo Agrícola da Rodada Uruguai do GATT (de abril de 1994); e (c) as tendências do mercado internacional de *commodities* agrícolas no final do século XX.

O segundo momento importante de minha participação neste Programa de Pesquisa foi a conclusão do relatório sobre os condicionantes externos da reforma do Estado em agosto de 1998 (DELGADO, 1998b). O objetivo do texto foi, como anunciado na comunicação de pesquisa já mencionada, discutir o GATT e o Acordo sobre Agricultura da Rodada Uruguai, entendidos como condicionantes externos à reforma do Estado no setor agrícola no Brasil. Neste sentido, o texto fez um esforço de apresentar um grande pano de fundo da evolução da normativa e das principais características do GATT desde sua criação em 1947, enfatizando a relação entre GATT e agricultura, ou seja, sobre como evoluiu a tentativa de regular internacionalmente as relações comerciais agrícolas entre os países. A apresentação finaliza com a análise da Rodada Uruguai, iniciada em setembro de 1986, e, em especial, do Acordo sobre Agricultura dela resultante.

O texto foi estruturado da seguinte forma. Há um capítulo inicial que trata da reorganização da ordem econômica internacional no pós-guerra, contexto em que surge o GATT, bem como de sua concepção e evolução no período 1950 a 1970 e do tratamento dispensado à agricultura pelo mesmo. Especial atenção foi dada à importância da hegemonia dos Estados Unidos, das negociações entre norte-americanos e britânicos, e da guerra fria, para o entendimento da reorganização do sistema mundial de comércio no imediato pós-guerra e para o fracasso na criação da ITO (*International Trade Organization*). Um capítulo seguinte analisa as transformações e os impasses do comércio internacional de produtos agrícolas nos anos 1980 e o agravamento dos conflitos entre Estados Unidos e Comunidade Econômica Europeia. O terceiro capítulo apresenta uma visão geral dos acordos multilaterais aprovados na Rodada Uruguai e das características da recém-criada Organização Mundial do Comércio, para destacar alguns aspectos que singularizam essa rodada no contexto histórico das rodadas do GATT. Por fim, foi analisada a estrutura do Acordo sobre Agricultura, que se organiza em torno de três questões que se tornaram extremamente polêmicas e dominaram os debates neste campo na década de 1980: as barreiras não tarifárias, o acesso aos mercados domésticos e os subsídios às exportações⁴¹.

(3.3) É indiscutível que o texto dos *Condicionantes Externos* foi uma primeira aproximação ao tema de minha tese de doutorado, elaborada em 1999 e na primeira metade de 2000 e defendida neste último ano, e representou um momento decisivo para a consolidação da escolha de seu objeto. Entretanto, a proposta inicial de tese, submetida à banca do exame de qualificação do doutorado em junho de 1999, era demasiado ambiciosa, propondo considerar, além da análise do regime comercial de Bretton Woods propriamente dito, a crise desse regime ao longo dos anos 80 e os antecedentes e os resultados da Rodada Uruguai, entre os quais a criação da OMC e seu significado e o Acordo sobre Agricultura e seus efeitos sobre o sistema mundial de comércio. Embora uma versão preliminar

.....
⁴¹ Relacionadas aos chamados três “pilares” do Acordo sobre Agricultura da OMC: acesso a mercados, apoio interno e subsídios à exportação.

desses capítulos já estivesse desigualmente contida no texto dos *Condicionantes Externos*, não foi muito difícil perceber que a proposta era excessiva, tendo em vista o tempo programado para a conclusão e a defesa da tese.

Deparei-me, então, com duas possibilidades. Uma teria sido direcionar a investigação para uma análise dos conflitos comerciais na década de 1980 e da iniciativa dos Estados Unidos para recuperarem sua hegemonia no sistema econômico mundial; dos antecedentes da Rodada Uruguai; da evolução das negociações durante a Rodada (que demorou cerca de oito anos) e das principais questões envolvidas; do significado da criação da OMC e de seu papel na liberalização comercial e na chamada “*deeper integration*” dos países e dos setores (velhos e novos) de atividade econômica; e da estrutura do Acordo sobre Agricultura, seus efeitos sobre o protecionismo agrícola dos países industrializados e seu papel na proposta norte-americana de liberalização não restringida do comércio agrícola mundial.

No entanto, ao contrário desta possibilidade bastante sedutora, a tese encaminhou-se para o sentido histórico oposto, para o imediato pós-guerra, em uma tentativa de considerar a gênese, as características institucionais, a estrutura normativa, e o significado do que chamei, em uma tradição acadêmica bem estabelecida, de regime comercial internacional de Bretton Woods⁴². E isto por algumas razões.

Em primeiro lugar, pela convicção arraigada de que o presente é história e, portanto, de que a compreensão da conjuntura do sistema econômico mundial no final do século XX, e suas perspectivas futuras, depende do entendimento do contexto histórico, do significado e das características das propostas formuladas para reorganizar o capitalismo internacional no imediato pós-guerra e que, não obstante as difíceis condições econômicas existentes naquele momento, levaram

.....

⁴² Partindo do conceito de regime internacional de Krasner (1983), usualmente aceito na literatura acadêmica, defini regime internacional para o comércio como um conjunto de princípios, normas, regras e procedimentos que visa a regular e coordenar a ação de cooperação dos governos e das políticas governamentais em relação ao sistema mundial de comércio.

a um crescimento sem precedentes da economia internacional até a década de 1970, inclusive nos países periféricos. Ademais, a crise do regime financeiro e comercial associado a esse tipo de reorganização do capitalismo e as iniciativas dos Estados Unidos para retomarem sua hegemonia econômica na década de 1980 abriram caminho para o ressurgimento das propostas de liberalização não restringida das finanças e do comércio internacionais, que tinham sido desmoralizadas pelas catástrofes ocorridas a partir da Primeira Guerra Mundial e ficaram muito distantes das propostas que surgiram das negociações do pós-guerra.

Em segundo lugar, o regime internacional para o comércio mundial que resultou das negociações entre norte-americanos e britânicos teve uma particularidade marcante, que surpreende os que se interessam em compreendê-lo. Ao contrário do que aconteceu com o regime financeiro, não foi possível criar uma organização internacional para regular o regime comercial, não obstante os grandes esforços que foram feitos, num período de pelo menos seis anos, para obter um consenso, sob liderança dos Estados Unidos, para a elaboração de uma normativa que estabelecesse os princípios, normas, regras e procedimentos que deveriam reger o comércio mundial desde então. Embora a Carta da ITO tenha sido redigida e aprovada, a criação da organização foi definitivamente abandonada em 1950, e o regime internacional para o comércio passou a ser administrado através do GATT, que tinha sido concebido apenas como um tratado comercial auxiliar da ITO (a ser utilizado apenas nas negociações tarifárias), mas que acabou tornando-se a única instituição existente no regime comercial, sem nunca ter adquirido o status de uma organização internacional *de jure*.

As razões que explicam a não criação da ITO e a importância inesperada adquirida pelo GATT, e o entendimento das particularidades, da aparente fragilidade e do significado do regime comercial internacional resultante foram interrogações que estimularam e balizaram a pesquisa sobre a gênese, as características institucionais, a normativa, e o significado do regime internacional de Bretton Woods para o comércio mundial, que se tornou o objeto da tese. Com isso, o interesse inicial quase exclusivo na agricultura foi superado, dando lugar

a uma consideração mais abrangente do objeto de estudo. Na verdade, segundo minha interpretação, é impossível entender a posição tão singular ocupada pela agricultura no regime internacional de Bretton Woods para o comércio mundial, sem elucidar a gênese, a normativa e o significado desse regime.

O regime internacional de Bretton Woods foi construído a partir das negociações entre Estados Unidos e Grã-Bretanha, iniciadas em 1941, para a formulação de uma proposta consensual de reorganização, financeira e comercial, do sistema econômico internacional do pós-guerra. Tendo como ponto de partida a desestruturação da ordem econômica liberal do século XIX, promovida pela debacle, no período entreguerras, do padrão-ouro e do tipo de relação Estado-mercado que o sustentava, a proposta resultante tentou conciliar, sob liderança e iniciativa dos Estados Unidos, as exigências norte-americanas de multilateralismo e liberalização comercial com as demandas britânicas de autonomia relativa das políticas econômicas domésticas, tendo em vista a obtenção e a manutenção de níveis elevados de emprego e de renda nas economias nacionais.

Neste sentido, o regime financeiro estabelecido em 1944, com a criação do FMI e do Banco Mundial, ao mesmo tempo em que advogava a eliminação das barreiras impostas ao comércio pelo uso de restrições cambiais, defendia a adoção de um sistema de taxas de câmbio fixas e o controle dos movimentos de capitais, acoplados à disponibilidade de financiamento de curto e de médio prazos para impedir que os países passassem por crises demasiado agudas ou por desequilíbrios estruturais em seus balanços de pagamentos. E a moeda que viabilizaria esse sistema de pagamentos internacionais seria o dólar, ancorado numa espécie de padrão monetário ouro-dólar (uma vez derrotada a proposta original de Keynes de utilização de uma moeda supranacional, o *bancor*, para a realização dos ajustamentos que viessem a ser necessários nos balanços de pagamentos dos países).

Do ponto de vista comercial, o regime internacional de Bretton Woods pretendeu promover o multilateralismo, a não discriminação e a liberalização comerciais no sistema mundial de comércio no pós-guerra, sujeitas às

restrições impostas pela necessidade de manejar as políticas econômicas domésticas de acordo com objetivos nacionais não necessariamente coincidentes com a proposta de liberalização externa, como era evidentemente o caso da manutenção do pleno emprego nas economias domésticas. A oposição ao liberalismo econômico era praticamente generalizada fora dos Estados Unidos, durante o período de negociação do regime comercial. Assim, a proposta do que chamei de regime comercial internacional de Bretton Woods acabou, na prática, sendo desenhada para coordenar a cooperação entre os países no sentido da obtenção de uma liberalização restringida do comércio mundial, a única compatível com políticas econômicas nacionais autônomas. Consequentemente, segundo nossa argumentação, a normativa da ITO e do GATT vão precisamente refletir esse compromisso de liberalização comercial restringida, que vai caracterizar o período até a década de 1970 e viabilizar, entre outros fatores, o elevado crescimento das economias nacionais e do comércio mundial nesta era também conhecida como a “idade de ouro” do capitalismo.

Minha tese foi organizada em três capítulos mais as conclusões, que irei apresentar brevemente a seguir. O primeiro capítulo descreve a gênese do regime comercial internacional de Bretton Woods, localizada nas negociações entre Estados Unidos e Grã-Bretanha no período 1941-48, a partir de proposições formuladas pelos chamados “planejadores” do pós-guerra, nos dois lados do Atlântico, que conduziram a maior parte dessas negociações. A negociação comercial foi muito mais difícil e demorada do que a financeira (talvez também menos urgente), polarizada inicialmente entre as questões do multilateralismo, da liberalização e da não discriminação comerciais, por um lado, e da relação entre comércio e emprego e a manutenção de sistemas de preferência tarifária e de restrições comerciais para ajustar o balanço de pagamentos, por outro. Posteriormente, complicou-se ainda mais com a participação dos países subdesenvolvidos nas conferências preparatórias da Carta da ITO e sua ênfase nas relações entre comércio e desenvolvimento econômico. A iniciativa das negociações, no entanto, esteve sempre do lado norte-americano, que defendeu insistentemente

a necessidade de criação da ITO. O capítulo acompanha as negociações em torno das propostas norte-americanas de Carta da ITO de 1945 e 1946, da criação do GATT em 1947 e da aprovação da Carta de Havana em 1948. Termina, então, com uma discussão acerca da progressiva perda de importância da ITO para o governo norte-americano com o advento da guerra fria.

O capítulo dois inicia com apresentação e análise detalhadas da estrutura da Carta de Havana (construída para ser a normativa da ITO), de suas disposições normativas em favor da liberalização comercial e das inúmeras exceções incluídas que autorizavam o não cumprimento dessas obrigações. A Carta de Havana projeta uma organização internacional para o comércio poderosa, com uma abrangência normativa que, embora se concentre na política comercial, inclui capítulos que tratam da relação do comércio com o emprego e com o desenvolvimento econômico, do comércio estatal, das práticas empresariais restritivas, e dos acordos intergovernamentais sobre commodities. Por fim, a Carta de Havana sugere também os procedimentos que devem reger a estrutura de funcionamento da ITO e os mecanismos de resolução de conflitos comerciais entre seus membros. A normativa definida na Carta de Havana é, portanto, a base do sistema de obrigações-exceções que, depois do fracasso da ITO, será preservado, de forma bem mais simplificada, no Acordo Geral do GATT. A segunda parte do capítulo trata das razões que levaram à não criação da ITO. Neste item destacam-se as convergências e as divergências existentes entre os “planejadores” norte-americanos e britânicos nas negociações; sua subestimação das dificuldades econômicas e políticas do mundo do imediato pós-guerra; e os erros de avaliação cometidos pelos “planejadores” norte-americanos em relação à magnitude do esforço de reconstrução europeia e à intensidade da deterioração das relações entre Estados Unidos e União Soviética e do advento da guerra fria. As razões do fracasso da ITO são consideradas, então, no novo contexto da guerra fria, que estabelece sua falta de urgência política e sua irrelevância (como de todas as instituições do regime de Bretton Woods) para a reconstrução europeia – esta, sim, uma tarefa política fundamental.

O terceiro capítulo analisa o segundo componente do regime comercial de Bretton Woods, o GATT, que, de um tratado auxiliar, tornou-se paradoxalmente, com a não criação da ITO, a única instituição existente neste regime. As características principais da normativa do GATT são apresentadas, bem como as principais exceções às obrigações existentes. A primeira parte do capítulo encerra com uma análise da evolução dos procedimentos para resolução de controvérsias e da questão do desenvolvimento econômico no GATT. O desenvolvimento econômico e a agricultura foram as grandes omissões do GATT, de modo que a segunda parte do capítulo trata mais sistematicamente das razões para a exclusão da agricultura das obrigações do Acordo Geral e do tratamento dado a ela nas rodadas do GATT, de Genebra-1947 a Tóquio (1973-79).

Por fim, o capítulo de conclusões faz um esforço para costurar os principais resultados alcançados de forma relativamente independente nos três primeiros capítulos. Discute, então, o significado do regime comercial internacional de Bretton Woods, enfatizando elementos como a hegemonia dos Estados Unidos, a presença da guerra fria, a mudança ocorrida no imediato pós-guerra nas relações entre Estado e mercado, o fim da ITO e a suficiência do GATT para a liberalização comercial restringida implementada até a década de 1970, e as características e limites desse tipo de liberalização comercial. Destaca, por fim, a inviabilização do regime comercial de Bretton Woods com as medidas econômicas, políticas, e militares postas em prática pelos Estados Unidos para recuperarem sua hegemonia na década de 1980, com base em um projeto de aprofundamento da integração internacional entre países e setores da atividade econômica, que pressupõe, como componente essencial, o rompimento com o compromisso keynesiano da liberalização restringida prevalecente, de uma forma ou de outra, até a década de 1970.

IV. ANOS 2000 ATÉ HOJE

As atividades realizadas nos anos 2000, até o momento, representaram dobramentos e a consolidação da trajetória iniciada na década de 1990, tanto do ponto de vista acadêmico quanto no âmbito da intervenção pública. Esta, aliás, é uma característica marcante, por assim dizer, de nossa trajetória em todo o período coberto por este memorial: a constante interação entre a intervenção pública e a atividade acadêmica, de modo que a primeira seguidamente atualizou a segunda em termos de temas publicamente relevantes (e mesmo urgentes) e a segunda deu mais consistência e fundamentação analítica e propositiva às iniciativas relacionadas à intervenção pública. De forma simplificada, duas dimensões temáticas foram privilegiadas neste período: a do global e a do local, muito de acordo, aliás, com problemáticas que ganharam grande evidência acadêmica e política, especialmente na primeira década do novo século.

Em nossa perspectiva, a consideração e a forma de abordagem do global foram influenciadas pela investigação feita para a tese de doutorado e pela amplitude de temas que a tese abriu para investigação e docência, em especial os relacionados à fase do capitalismo mundial iniciada nas décadas de 1980 e 1990, a intensificação dos conflitos econômicos internacionais (com nossa atenção voltada principalmente para a agricultura), a rediscussão do sistema interestatal mundial e a ampliação das desigualdades de poder entre as nações, a OMC e as negociações agrícolas internacionais, incluídas aí as questões do protecionismo e da liberalização comercial, a globalização econômica e cultural, a questão ambiental e a reconstrução da problemática do desenvolvimento econômico nacional e internacional, entre outros temas relevantes.

Esta dimensão foi intensificada, ademais, por minha participação, relativamente intensa – tanto da perspectiva da reflexão quanto da militância intelectual – nas atividades do Fórum Social Mundial, especialmente em estreita colaboração com a ONG brasileira IBASE. Essa experiência possibilitou uma observação mais cuidadosa da esfera da sociedade civil e de sua atuação, propostas e limitações no nível mundial, ao tentar construir uma referência em contraponto a um sistema

de poder baseado na concorrência e complementaridade ou na dominação e dependência (de acordo com os casos considerados) dos Estados-nação e das empresas transnacionais. A colaboração com organizações não governamentais atuantes no país (como ActionAid Brasil, Rebrip, Fundação Böll) estendeu-se também ao acompanhamento, análise e assessoramento a organizações representativas dos agricultores familiares e a agências governamentais, no início do Governo Lula, em relação às negociações agrícolas em torno da Alca e do Acordo União Europeia-Mercosul (ambos inviabilizados pelo governo brasileiro), que culminou com minha participação na Conferência Ministerial da OMC em Cancun, em 2003, acompanhando a ONG ActionAid Brasil e figurando como *adviser* da delegação brasileira.

Na perspectiva do local, continuei o esforço de docência e de pesquisa nas áreas de desenvolvimento local e de políticas públicas para o desenvolvimento local, com ênfase progressiva nas questões referentes aos espaços públicos locais de participação, à governança e à participação dos atores sociais na formulação e na implementação das políticas públicas. Foram úteis nesta direção as avaliações realizadas de políticas públicas de âmbito local, em colaboração com o IBASE, e a continuidade de missões de avaliação de programas locais da Cooperação Técnica Alemã (GTZ), ambas referidas a experiências existentes em diferentes estados e regiões do país.

Um enorme e decisivo impulso à pesquisa sobre experiências de políticas públicas para o desenvolvimento local foi dado pela criação no CPDA do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA) em 2005, no qual participei desde o início. No âmbito do OPPA passamos a considerar a problemática do desenvolvimento local não mais da perspectiva do município (tal como foi predominante na década de 1990), mas do território, como conceito analítico e como unidade de planejamento orientadores da reflexão teórica e prática sobre as políticas públicas para o desenvolvimento rural local. Esta trajetória foi viabilizada através de uma intensa parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), iniciada em 2006, a partir

da criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) no Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), no primeiro Governo Lula, tendo em vista refletir, subsidiar criticamente e aprimorar as ações governamentais e dos diferentes atores sociais envolvidos na formulação e na implementação da Política de Desenvolvimento Rural direcionada para os territórios rurais criados em todo o país pela SDT/MDA, como unidades privilegiadas para a operacionalização de suas políticas públicas. Grande parte de meu envolvimento com a temática do local no período recente esteve associada às pesquisas, publicações, docência, palestras e participação em seminários sobre políticas públicas e desenvolvimento territorial rural, realizadas, em grande parte, de forma associada com a equipe de professores, pesquisadores e assistentes de pesquisa do OPPA/CPDA.

(1) Em relação à temática do global, cabe destacar que, uma vez defendida a tese, fui coordenador, na pós-graduação do CPDA, da Área de Estudos Internacionais Comparados, criada para dar continuidade à área internacional Vittorio Marrama, tentando à época estender aquela experiência na pós-graduação para estudantes africanos de língua portuguesa. A coordenação foi de agosto de 2000 a março de 2001, pois não foi possível viabilizar a continuidade desta área de docência e pesquisa.

(1.1) Na docência do CPDA (mestrado e doutorado), passamos a oferecer, a partir de 2001, disciplinas que contemplassem as temáticas internacionais relativas a comércio, mercado, políticas agrícolas e governabilidade no sistema mundial. Neste sentido, fui professor responsável pelas seguintes disciplinas: IH 1573 - Tópico Especial em Estudos Internacionais Comparados: Comércio Internacional e Instituições, 60 horas/aula (3 créditos), no 2º semestre de 2001; IH 1573 - Tópico Especial em Relações Internacionais Comparadas: A Questão da Governabilidade no Sistema Mundial, 60 horas/aula (3 créditos), 1º semestre de 2002; IH 1536 – Comércio Internacional e Mercados Agrícolas, 60 horas/aula (3 créditos), 1º semestre de 2002; e IH 1542 – Política Agrícola em Economias Abertas, 60 horas/aula (3 créditos), 2º semestre 2002.

No 1º semestre de 2004 ofereci pela primeira vez a disciplina IH 1536 – Economia Política do Regime Internacional, 60 horas/aula (3 créditos), que passou a ser incluída no conjunto das disciplinas denominadas fundamentais (que acompanha a disciplina obrigatória e o conjunto das consideradas específicas de uma linha de atuação) do doutorado do CPDA, e que continuou a ser oferecida por mim até o 1º semestre de 2015. Esta disciplina foi tratada, desde então, como a principal disciplina na temática do global/internacional oferecida pelo CPDA, com o objetivo de refletir, de forma interdisciplinar, sobre as relações entre economia e política, Estado e mercado, capitalismo e democracia em diferentes regimes que caracterizaram o capitalismo mundial desde o século XIX. Tal como está estruturada atualmente, seu conteúdo contempla, em linhas gerais: (i) a discussão de autores clássicos que tratam da distinção entre vida material, economia de mercado e capitalismo (Braudel), da sociogênese do Estado (Elias, Bourdieu) e de Estado e esfera pública burguesa (Habermas); (ii) Polanyi, o século XIX e a análise crítica da utopia do mercado autorregulável; (iii) Keynes e a reconstrução do capitalismo no pós-guerra; (iv) o regime internacional de Bretton Woods: economia e política; e (v) o neoliberalismo e o regime internacional da globalização financeira: economia e política.

Adicionalmente, participei em 2003 de duas experiências docentes realizadas em Portugal sobre temas relativos ao GATT e à OMC. Lecionei duas vezes o Módulo VII - Comércio Internacional: GATT e OMC (21 horas/aula) do Curso sobre Comércio Internacional Vinícola (203 horas/aula) promovido por Profiforma, Gabinete de Consultoria e Formação Profissional de Coimbra, União Europeia – Fundo Social Europeu, e Agro – Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas de Portugal e realizado, em julho, na Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, em Ponte de Lima, e, em novembro, na Escola Superior Agrária de Coimbra⁴³.

.....

43 Para a realização desta atividade docente obtive o Certificado de Aptidão Pedagógica de Formador em Portugal, concedido, para o período de dois anos, pelo Ministério da Segurança Social e do Trabalho de Portugal, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Sistema Nacional de Certificação Profissional (outubro de 2003).

(1.2) Duas atividades sobre a temática do global que realizei no início dos anos 2000 (no período do primeiro Governo Lula) e que tiveram desdobramentos importantes em termos de pesquisa, publicações, palestras e participações em conferências nacionais e internacionais, assessoramento de agências governamentais e de organizações de agricultores familiares, e colaboração com organizações não governamentais foram a participação, como representante do CPDA, no Grupo de Agricultura da REBRIP (Rede Brasileira pela Integração dos Povos), em 2003, e a coordenação do Projeto “Economia Política das Relações Internacionais e Agricultura”, em 2003 e 2004, com o objetivo de compreender e monitorar as negociações internacionais em agricultura, promovido pelo CPDA/UFRRJ, ActionAid Brasil e Grupo de Agricultura da REBRIP.

Ambas estiveram estreitamente relacionadas ao tratamento de temas internacionais candentes no início do primeiro Governo Lula, especialmente a pressão dos Estados Unidos para a assinatura de um acordo de livre comércio das Américas, ALCA e da União Europeia pelo fechamento de um acordo semelhante com o Mercosul, e a preparação da V Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Cancun, México, em setembro de 2003, onde se esperava uma duríssima negociação no tema do comércio agrícola internacional, no âmbito da Rodada Doha da OMC. Embora a pauta agrícola de negociação internacional do governo fosse indiscutivelmente construída pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e por lideranças e representações institucionais do agronegócio brasileiro, houve, neste momento, uma intensa mobilização de organizações representativas dos agricultores familiares em torno desses acordos e da preparação da Conferência da OMC, com a assessoria de organizações não governamentais (ActionAid Brasil, Oxfam, Fundação Böll, REBRIP, INESC, entre outras) e de algumas instituições universitárias (como o CPDA), com o objetivo de intervir, de alguma forma, no processo de negociação, melhorando sua compreensão sobre a problemática internacional envolvida e sua capacidade de formulação de propostas. Sem dúvida, pela primeira vez, os negociadores do Itamaraty foram estimulados a considerar a existência e os

interesses dos agricultores familiares brasileiros nas discussões preparatórias ocorridas em diferentes instâncias institucionais naquele momento.

Contribuiu significativamente para isso a atuação de Miguel Rossetto como ministro do MDA naquela oportunidade⁴⁴. Em maio de 2003, o Grupo de Trabalho em Agricultura da REBRIP, a ActionAid Brasil e a Oxfam Brasil organizaram em Brasília, o seminário “Negociações Agrícolas Internacionais, Agricultura Familiar e Segurança Alimentar”, no qual participamos ativamente, com a presença de representantes do Itamaraty e do MDA e de organizações não governamentais participantes da REBRIP⁴⁵. O objetivo central do seminário foi abrir uma oportunidade de diálogo dos membros do Grupo de Agricultura da REBRIP com representantes do Itamaraty e, principalmente, do MDA, visando a garantir maior presença dos interesses da agricultura familiar nas arenas existentes de negociações internacionais.

Como resposta a este movimento, o Ministro Rossetto instalou, neste mesmo mês, um Grupo de Trabalho sobre Negociações Internacionais e Agricultura Familiar no MDA, sob sua presidência, criando um espaço público não oficial de discussão e de diálogo entre o MDA e organizações e movimentos sociais de agricultores familiares (CONTAG, CUT Rural, FETRAF, MST, MPA) e ONGs (ActionAid Brasil, Oxfam Brasil, REBRIP) para viabilizar o monitoramento do processo de negociações então em curso na ALCA, no Acordo Mercosul-União Europeia e na OMC, da perspectiva dos interesses da agricultura familiar. Participei neste Grupo de Trabalho, que foi um marco importante na época e manteve-se ativo até a Conferência Ministerial da OMC em Cancun, como representante do CPDA/UFRRJ e do grupo de agricultura da REBRIP.

.....
⁴⁴ Além da presença de Celso Amorim no Ministério de Relações Exteriores e, portanto, como chefe da delegação brasileira nessas negociações, que incentivou o diálogo da equipe técnica do Itamaraty com ONGs e representações de agricultores familiares.

⁴⁵ Para uma contextualização mais detalhada deste momento e das iniciativas de articulação política que foram viabilizadas, em torno das negociações agrícolas internacionais, vide Delgado (2007a).

Os membros do grupo deram suporte às atividades da representação do MDA nas discussões realizadas, no âmbito do governo federal, para subsidiar a posição brasileira nas negociações da ALCA e do Acordo União Europeia-Mercosul, apoiando o fortalecimento da Assessoria Internacional do MDA e seu envolvimento, inédito, nas negociações internacionais. Neste contexto participei como um dos representantes do GT de Agricultura da REBRIP, na Primeira Reunião Temática (Agricultura) do Comitê de Representantes Governamentais sobre a Participação da Sociedade Civil da ALCA e da XXII Reunião do SOC/ALCA, promovida pelo Ministério de Relações Exteriores do Brasil em São Paulo, Fundação Memorial da América Latina, em junho de 2003.

Ademais, em um evento de considerável repercussão, o grupo de trabalho organizou, em agosto de 2003, em Brasília, juntamente com o Ministério de Relações Exteriores, o Seminário Internacional sobre Agricultura Familiar e Negociações Comerciais, com a presença de 15 ministros da Agricultura e/ou Desenvolvimento Rural da América Latina, Caribe, África e Ásia, e cerca de 100 organizações da sociedade civil de diversas regiões. Neste evento foi aprovada a chamada *Carta de Brasília*, afirmando a necessidade de proteção da agricultura familiar e de adoção de políticas públicas de desenvolvimento rural nos países participantes (DELGADO, 2007a).

O projeto “Economia Política das Relações Internacionais e Agricultura”, que coordenei no período de 2003-4, e que esteve intimamente associado à atividade anterior, teve como objetivo acompanhar, no âmbito do Grupo de Trabalho em Agricultura da REBRIP, as discussões sobre a agricultura brasileira e os processos de negociação internacional estabelecidos no âmbito do Itamaraty, bem como acompanhar e subsidiar as discussões entre a sociedade civil organizada e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, mencionadas acima. Na verdade, este projeto permitiu a alimentação das organizações da sociedade civil com reflexões e publicações sobre os temas tratados nas negociações comerciais e sobre as experiências vivenciadas em diferentes arenas de negociação até a V Conferência Ministerial da OMC.

Entre os principais trabalhos que resultaram do esforço feito em torno deste projeto, mesmo quando publicados posteriormente, considero relevante mencionar Delgado e Soares (2004), Delgado (2007a) e Delgado (2010b), além de Delgado e Maluf (2002), que foi escrito anteriormente, mas que subsidiou as discussões realizadas no contexto do projeto. Algumas palestras que realizei em 2003/05 estiveram associadas às temáticas abordadas pelo projeto: na Mesa Redonda sobre “Consequências das regras da OMC para a agricultura orgânica no Brasil” no Encontro sobre “Qual o futuro da produção orgânica brasileira frente ao comércio internacional?” promovido pela Associação dos Produtores Orgânicos (APO)/CNPq/CATI, Campinas/SP, julho de 2003; na Mesa sobre “Negociações comerciais versus agricultura sustentável” do Seminário Internacional Comércio Agrícola no Cone Sul promovido pelo Programa Cone Sul Sustentável e organizado pelo Projeto Brasil Sustentável e Democrático e pela REBRIP, com o apoio da Fundação Heinrich Böll, Rio de Janeiro, outubro de 2004; na Mesa sobre “Regime de comércio e descolonização no Pós-Guerra” (palestra sobre “Regime de comércio internacional no Pós-Guerra”) da Semana de Humanidades organizada pelo Instituto de Humanidades da Universidade Candido Mendes-UCAM, Rio de Janeiro, Auditório Darcy Ribeiro, outubro de 2005.

(1.3) As atividades na temática das negociações comerciais internacionais neste período foram completadas com minha participação, como *adviser*, na delegação brasileira na V Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio realizada em Cancun, México, de 10 a 14 de setembro de 2003. Esta possibilidade foi viabilizada através do projeto acima mencionado e de minha participação no Grupo de Trabalho sobre Negociações Internacionais e Agricultura Familiar no MDA. Esta foi uma experiência das mais estimulantes, pois me permitiu acompanhar a atuação da equipe da ONG ActionAid e ter acesso aos *briefings* da delegação brasileira, inclusive com a presença dos ministros Celso Amorim, Roberto Rodrigues (MAPA) e Miguel Rossetto, além de vivenciar o frenesi de reuniões, discussões públicas e fofocas que caracterizam este tipo de evento.

Como se sabe, a V Conferência Ministerial começou com posições muito radicais por parte dos Estados Unidos e da União Europeia, no sentido de impor uma pauta de negociações comerciais muito dura e muito nociva aos interesses dos países em desenvolvimento: como se dizia na época, na Rodada do Desenvolvimento de Doha, Estados Unidos e União Europeia tentaram impor, conjuntamente, uma pauta de negociações vigorosamente antidesenvolvimentista. Um dos destaques principais desta Conferência foi a atuação do grupo de países em desenvolvimento, conhecido como G20, que, sob liderança da delegação brasileira (na verdade, do Ministro Celso Amorim), se opôs e conseguiu neutralizar as reivindicações norte-americanas e europeias, inviabilizando a conferência, que foi encerrada sem que qualquer acordo multilateral pudesse ser concluído⁴⁶.

A grande estrela da Conferência foi, portanto, o G20, e muitas interrogações surgiram sobre suas características, poder de barganha no cenário mundial e habilidade para manter unidade de ação em um grupo tão heterogêneo e para formular propostas capazes de avançar as negociações agrícolas da Rodada Doha em direções mais adequadas aos interesses dos países em desenvolvimento. Com o grande interesse despertado pelo G20 em todo o mundo, fui procurado pela Fundação Heinrich Böll para realizar uma investigação que permitisse uma melhor compreensão do potencial e das perspectivas do grupo, o que foi feito em 2004 e 2005 com a colaboração de Adriano Campolina Soares, de quem orientei a dissertação de mestrado sobre o G20, defendida em 2004 no CPDA (SOARES, 2004), e com quem já havia colaborado no Grupo de Agricultura da REBRIP, no Grupo de Trabalho do MDA e na própria Conferência de Cancun (vide, por exemplo, Delgado e Soares, 2004).

O resultado desta pesquisa foi a publicação pela Fundação Böll do texto Delgado e Soares (2005), que também foi disponibilizado on-line em versões em inglês e espanhol. O texto foi escrito com base em bibliografia sobre o tema das

.....
⁴⁶ Em agosto-setembro de 2003, o G20 era integrado pelos seguintes países: África do Sul, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Filipinas, Guatemala, Índia, México, Paquistão, Paraguai, Peru, Tailândia e Venezuela.

negociações agrícolas internacionais, em documentos da OMC e de organizações não governamentais, em entrevistas com atores relevantes e na vivência e nas anotações feitas pelos autores não apenas na Conferência de Cancun, mas em outros eventos ocorridos em diferentes arenas de negociação comercial internacional.

O texto sobre o G20 foi estruturado em cinco partes principais: (i) antecedentes da criação do G20, (ii) as origens do G20, (iii) a Conferência Ministerial e o G20, (iv) o G20 depois de Cancun (acompanhamos a agenda detalhada de negociação do G20 até a VI Conferência Ministerial da OMC em Hong Kong, em março de 2005), e (v) comentários finais.

Vamos destacar quatro elementos contidos nos comentários finais, que servem para ilustrar brevemente algumas das considerações feitas: (a) a grande novidade trazida pelo G20 foi a possibilidade de sua própria criação, ou seja, da formação de um bloco de países em desenvolvimento capaz de influenciar o rumo das negociações internacionais em uma área central como a agricultura e enfatizando a retomada da questão do desenvolvimento econômico – ‘calcanhar de Aquiles’ das negociações comerciais internacionais no pós guerra –, quando, para muitos analistas e políticos internacionais, essa possibilidade era considerada impossível ou desnecessária depois da globalização financeira e da restauração conservadora associada ao neoliberalismo; (b) o G20 saiu de Cancun como um importante *player* nas negociações agrícolas internacionais, que os Estados Unidos tentaram inicialmente destruir no imediato pós-Cancun, mas que depois passaram a tolerar como um ator da Rodada Doha; (c) o ponto de inflexão em relação ao G20 mais importante no pós-Cancun foi a aprovação em Genebra do chamado *framework*⁴⁷ de julho de 2004 como base para a obtenção de um texto de “modalidades”⁴⁸ agrícolas para orientar as negociações, em 2005,

.....

⁴⁷ Os *frameworks* são documentos que apresentam os componentes gerais que, na visão das partes envolvidas, devem orientar as negociações e não possuem metas numéricas.

⁴⁸ As “modalidades” são documentos que apresentam as regras que deverão orientar uma negociação e contêm objetivos e metas numéricos e não numéricos. Definem a metodologia e os objetivos da negociação, bem como a abrangência e a intensidade do processo, e a forma e a profundidade dos resultados a serem obtidos.

na VI Conferência Ministerial da OMC em Hong Kong. Este documento foi alvo de intensas críticas por parte das ONGs de desenvolvimento internacionais, tendo sido considerado mais favorável aos interesses dos países desenvolvidos em aspectos cruciais⁴⁹. Em particular, Brasil e Índia foram muito criticados por sua decisão de participar das negociações feitas em um grupo muito restrito de países – que incluía Austrália, Estados Unidos e União Europeia, além dos dois –, onde a proposta de *framework* para Hong Kong teria sido previamente formulada; e (d) a partir daí intensificaram-se as dúvidas sobre a disposição do G20, particularmente de Brasil e Índia, para viabilizar sua articulação com outros grupos de países em desenvolvimento que possibilitasse uma atuação relativamente coordenada dos diversos países e blocos do Sul, expectativa que tinha sido criada em função da atuação do G20 em Cancun.

Logo depois da Conferência de Cancun fui convidado para participar no *I Encuentro Internacional de Periodistas Agrarios y Rurales* organizado pelo *Foro Rural Mundial* do País Vasco, e realizado na Sede do Congresso, Foru Plaza, em Guernica, Espanha em novembro de 2003. Fiz parte deste encontro como palestrante no tema “Una visión desde el modelo de la soberanía alimentaria” e como debatedor na Mesa Redonda: “El papel de la OMC en el debate proteccionismo-libre cambismo”, ambos na 2ª Jornada (14 de novembro) chamada de “Los medios de comunicación ante la globalización y el proteccionismo agrario”. Além de entrevista para uma rádio de Bilbao sobre a Conferência Ministerial da OMC em Cancun, publiquei também um breve artigo no Boletim do *Foro Rural Mundial* (DELGADO, 2003a)⁵⁰.

.....
⁴⁹ Como, por exemplo, as concessões feitas em Caixa Azul, acesso a mercados e produtos sensíveis, além de que os compromissos em relação ao algodão e a produtos especiais, essenciais para muitos países em desenvolvimento, foram considerados relativamente débeis e pouco concretos. Para mais detalhes ver Delgado e Soares (2005).

⁵⁰ Voltei ao tema da continuidade da Rodada Doha em dois boletins publicados pelo Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA) do CPDA/UFRRJ (um deles publicado também no site eletrônico da revista *Carta Maior*): Delgado (2007b) e Delgado e Kato (2009).

Em função da elaboração e da repercussão do texto sobre o G20, fui convidado pela Fundação Heinrich Böll para participar em alguns eventos correlatos. O mais importante deles foi o Congresso Anual Interdisciplinar da ADLAF (Associação Alemã de Pesquisa sobre América Latina) 2005 sobre o tema “*El Brasil en América Latina: Interacciones, Percepciones, Perspectivas*” realizado na *Akademie der Diözese Rottenburg-Stuttgart* em Weingarten/Oberschwaben, Alemanha, em novembro de 2005. Fui, nesta ocasião, conferencista da Plenária Inaugural sobre o tema “*Ambiciones de Brasil como Potencia Regional*”. Ademais, dei uma palestra sobre “O papel do G20 no comércio mundial”, patrocinada pela Fundação Böll, na Universidade de Kassel, Alemanha, também em novembro de 2005, e participei como comentarista e debatedor da “Consulta Regional da América do Sul do *Ecofair Trade Dialogue*. Diálogo para um Comércio Internacional Agrícola com Justiça e Sustentabilidade”, organizada pela Fundação Böll, *Misereor IHR Hilfswerk* e *Science Centre North Rhine-Westphalia*, Curitiba (PR), em agosto de 2006.

No rastro dos resultados da Conferência de Cancun e da relevância que ganhou na atuação dos países em desenvolvimento a reivindicação, bastante antiga, que remonta pelo menos à década de 1970, de um tratamento especial e diferenciado nas negociações comerciais internacionais, escrevemos, em 2004, em colaboração com Adriano Campolina Soares e Jorge Romano, um texto para o *United Nations Development Program* (UNDP) defendendo a relevância do tratamento especial e diferenciado para o fortalecimento da agricultura familiar e o combate à pobreza no Brasil (DELGADO; SOARES; ROMANO, 2004). O texto foi organizado de uma forma que (i) destaca o caráter dual da agricultura brasileira, suas origens históricas e a importância da agricultura familiar, apesar do predomínio da agricultura patronal, (ii) examina o comportamento do comércio exterior agrícola no período 1990-2003, e (iii) analisa a questão do tratamento especial e diferenciado no contexto brasileiro, destacando as notificações brasileiras na OMC e a importância da questão tanto para os pilares de apoio doméstico (principalmente representado pelo Pronaf) como de acesso a

mercados (no caso, o aumento das importações agrícolas no período) dos produtos da agricultura familiar e indicando os distintos posicionamentos existentes no país a respeito.

(1.4) Por fim, cabe assinalar mais algumas atividades realizadas que se enquadram na temática do regime internacional de comércio e das negociações comerciais em agricultura e seus desdobramentos sobre a questão do desenvolvimento econômico. Primeiro, além da dissertação de Soares (2004), orientei as dissertações de Esteves (2007) e Mengel (2011) e a tese de Sarmiento (2008). Segundo, uma palestra realizada na Cidade do México em novembro de 2006 sobre “*Negociaciones comerciales internacionales y agricultura familiar en el Gobierno Lula*” na “*Cuarta Mesa: Estrategias campesinas frente al cambio global*” do Seminário Internacional “*Reformas del Estado, Movimientos Sociales y Mundo Rural en el Siglo XX en América Latina*”, organizado pela *Cátedra Interinstitucional Arturo Warman*, Colégio de México, CIESAS e UNAM. O texto em que se baseou a palestra foi publicado posteriormente no México, em Delgado (2010b), e no Brasil, em Delgado (2007a), já mencionado.

Terceiro, houve a palestra sobre “Efeitos dos biocombustíveis sobre as negociações comerciais internacionais e os atuais impasses predominantes na OMC” na “Mesa 3: Equilíbrios geopolíticos e negociações internacionais” do Workshop Internacional sobre Externalidades da Agroenergia. Estudos Prospectivos do Brasil e da França promovido pela Embaixada da França e pelo CIRAD (*Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique Pour le Développement*), Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, Palácio Universitário da Praia Vermelha, novembro de 2007; e coordenação da “Mesa 1 – Segurança Alimentar e Biocombustíveis: Questões Pendentes na Agenda Internacional” do Seminário Internacional Segurança Alimentar e Segurança Energética: Estratégias da Expansão da Produção de Alimentos e de Biocombustíveis na Europa e no Brasil realizado por CPDA/UFRRJ, *L'École des Hautes Études en Sciences Sociales*, CRBC/EHESS (Paris), *Maison des Sciences de l'Homme*, Ano França Brasil 2009, Rio de Janeiro, BNDES, outubro de 2009.

E quarto, realizamos, em junho de 2011, uma conferência em Buenos Aires, Argentina, no *Instituto de Altos Estudios Sociales* (IDAES) da *Universidad Nacional de San Martín* (UNSAM) sobre “Negociações comerciais internacionais em agricultura: origens, instituições e impasses atuais”.

(1.5) É preciso registrar ainda, nesta temática ampla do que estou chamando de global, minha intensa colaboração com o IBASE, neste período, em torno do Fórum Social Mundial (FSM) e seus desdobramentos, tanto em termos da mobilização da sociedade civil em diferentes regiões do mundo, em particular na América Latina, como da explicitação de sua crítica ao neoliberalismo e à globalização hegemônica e sua tentativa de formular propostas alternativas à ordem (política, econômica, militar, social, cultural) internacional a eles associada⁵¹. Três atividades foram importantes nesta colaboração: (i) membro da coordenação da equipe de sistematização do Fórum Social Mundial de Porto Alegre em 2003; (ii) participante da delegação do IBASE, organizador e palestrante em mesas de debates no Fórum Social Mundial da Índia em 2004, em Fóruns Sociais regionais e em outros fóruns internacionais da sociedade civil de 2004 a 2007; e (iii) um dos supervisores do Projeto Agenda Pós-Neoliberal 2003-2005, implementado pelo IBASE e parceiros.

- (i) Em 2002, a Secretaria Executiva do Fórum Social Mundial instituiu um processo de sistematização do FSM de Porto Alegre/RS, realizado de 24 a 27 de janeiro de 2003, e a ser executado pelo IBASE, com o objetivo de obter um registro detalhado de todas as principais iniciativas existentes naquele Fórum, que permitisse aos militantes, estudiosos, interessados e à Secretaria Executiva uma exaustiva visão de conjunto do evento, tendo em vista a percepção de seus avanços e limitações com o intento de melhorar a metodologia empregada na gestão e na implementação

.....
⁵¹ Cabe ressaltar que a estreita colaboração com o IBASE já vem de décadas anteriores, como indiquei, e nos anos 2000 não se reduz às atividades relacionadas à temática do global, como será visto mais adiante.

dessas atividades. O resultado do trabalho de sistematização foi a publicação da *Coleção Fórum Social Mundial 2003* em cinco volumes, os quatro primeiros dedicados às principais atividades realizadas – conferências, painéis, atividades autogeridas e mesas de diálogo e controvérsia, respectivamente – e o quinto registrando uma pesquisa sobre o perfil dos participantes do FSM (SECRETARIA INTERNACIONAL DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2003).

Fui convidado pela Direção do IBASE para fazer parte da coordenação da equipe de sistematização, no período de novembro de 2002 a maio de 2003, com mais intensa participação, evidentemente, no período de realização do FSM. Além de colaborar nas atividades prévias de organização e de definição da metodologia de implementação da sistematização, coube-me particularmente o trabalho de sistematização do “Eixo 1 – Desenvolvimento democrático e sustentável” das atividades de painéis, que compunham os eventos planejados de forma concertada pelo conjunto de redes, coalizões, campanhas, movimentos e organizações da sociedade civil mundial participantes do Fórum. Foi considerada a face pública do Fórum, na qual se explicitavam as grandes questões, propostas e estratégias dos atores sociais organizados⁵². O Eixo 1 foi composto por sete painéis e sua sistematização foi orientada pelo seguinte roteiro: questões enfocadas, propostas/estratégias, atores identificados, divergências, pontos emergentes e observações/comentários⁵³. Além dos painéis do Eixo 1, elaborei também a sistematização da “Segunda Mesa de Diálogo e Controvérsia: Estamos diante de uma grande crise

.....

⁵² Os outros eixos em que se agruparam os painéis no FSM 2003 foram: Eixo 2 – Princípios e valores, direitos humanos, diversidade e igualdade; Eixo 3 – Mídia, cultura e alternativas à mercantilização e à homogeneização; Eixo 4 – Poder político, sociedade civil e democracia; e Eixo 5 – Ordem mundial democrática, luta contra a militarização e contra a guerra.

⁵³ Os painéis do Eixo 1 foram os seguintes: Painel 1 – Resgatando a soberania econômica através do cancelamento das dívidas e do controle de capitais; Painel 2 – Economia solidária; Painel 3 – OMC: a caminho de Cancun; Painel 4 – Pleno emprego e re-regulação do trabalho; Painel 5 – Pelo direito às cidades; Painel 6 – Por outra economia: subsidiaridade, localização, devolução, reprodução; Painel 7 – Para além de Johannesburgo: propriedade, controle e gestão da biodiversidade, água e energia.

econômico-financeira. Que crise é esta? Que alternativas existem?”, que fez parte do conjunto de atividades definido como Mesas de Diálogo e Controvérsias, cujo objetivo foi, neste FSM, confrontar visões e propostas de delegados e delegadas do Fórum com parlamentares e representantes de partidos políticos, governos e organizações do sistema ONU. A sistematização do Eixo 1 foi publicada como capítulo 1 (p. 15-45) do Volume II – Painéis e a da Segunda Mesa apareceu no Volume IV – Mesas de Diálogo e Controvérsia (p. 29-50) da *Coleção FSM 2003*. O trabalho de sistematização foi encerrado com uma retribuição feita às organizações participantes no Seminário de Sistematização do Fórum Social Mundial 2003, patrocinado pelo IBASE, Secretaria Executiva e Comitê Internacional do FSM, no Rio de Janeiro, em maio de 2003, no qual participei como palestrante.

Ter tomado parte, de forma tão envolvente, nesta experiência de sistematização do FSM de 2003, que me permitiu conhecer o processo “por dentro”, por assim dizer, estimulou a mim e ao Prof. Jorge Romano do CPDA/UFRRJ a realizarmos uma reflexão mais fina do mesmo, utilizando informações obtidas através desse exercício de sistematização. Essa reflexão resultou em um texto escrito em abril de 2003 (DELGADO; ROMANO, 2003), que foi traduzido para o inglês e publicado em livro (DELGADO; ROMANO, 2005). A publicação em português, em livro, ocorreu posteriormente (DELGADO; ROMANO, 2007).

O título original de 2003 (*O Fórum Social Mundial: Espaço de Tradução da Diversidade para a Mobilização Social*) resumia quatro aspectos que nosso texto buscava enfatizar como característicos, do ponto de vista propositivo, do Fórum Social Mundial: era concebido (idealmente) como um espaço de encontro da enorme diversidade de atores da sociedade civil mundial que buscava valorizar essa diversidade através de sua tradução (e não de qualquer imposição hegemônica de singularidades) para a mobilização social conjunta. Num certo sentido, muito do fascínio

despertado pelo FSM vinha dessa proposição (presente em sua Carta de Princípios) tão distinta da experiência histórica predominante na luta pela viabilização de propostas alternativas à ordem econômica, social e política do capitalismo mundial.

Com essa perspectiva orientadora, nosso ensaio foi dividido basicamente em duas partes. A primeira apresenta as características do FSM como evento, como processo e como fato social no campo dos chamados “novos” movimentos sociais, herdeiros da tradição de radicalismo libertário que se reconfigurou, na segunda metade do século passado, com as mobilizações de 1968 em todo o mundo. E a segunda, procura “adentrar” no FSM de Porto Alegre buscando destacar algumas de suas características principais, através da comparação dos três Fóruns realizados até então, em 2001, 2002 e 2003, a partir da apresentação detalhada e da análise dos eixos temáticos definidos em cada um deles e das principais atividades consensuais – no sentido de que são estabelecidas no âmbito do Conselho Internacional e congregam os grandes atores sociais organizados que aderem ao FSM – em que são abordados: as conferências nos Fóruns de 2001 e 2002 e os painéis em 2003. Como tentativa de explorar um pouco mais o esforço de avançar pelo “interior” do FSM, com o fim de explicitar mais concretamente sua multiplicidade e complexidade, escolhemos o “Eixo 1 – Desenvolvimento Democrático e Sustentável” do Fórum de 2003, que tínhamos sistematizado na atividade realizada com o IBASE, selecionando os painéis sobre “OMC e comércio internacional”, “Dívida Externa” e “Economia Solidária” para um exame mais detalhado e sua comparação com as informações correspondentes para o FSM de 2002, onde aparecem como conferências individuais no “Eixo 1 – A produção de riquezas e a reprodução social”. Encerramos o texto com comentários finais que destacam (a) o novo estilo de articulação de coalizões antissistêmicas representado pelo FSM, não obstante ser um herdeiro do legado de 1968, (b) os diversos significados que podem ser

dados à concepção do FSM como um espaço de tradução, e (c) a importância fundamental da construção da memória do FSM e, portanto, da sistematização das diferentes atividades desenvolvidas em seu processo.

- (ii) Minha colaboração com o IBASE na temática do global teve continuidade com a participação em outros Fóruns Sociais e em atividades correlatas do Projeto Agenda Pós-Neoliberal 2003-2005, patrocinado pela Fundação Rosa Luxemburgo (alemã), com a parceria de ActionAid Brasil, Articulación Feminista Marcosur, Attac Brasil e Planeta Porto Alegre, e do qual fui um dos supervisores.

Primeiro, estive na delegação do IBASE no IV Fórum Social Mundial, realizado em Mumbai, Índia, de 16 a 21 de janeiro de 2004, onde organizei e coordenei a mesa de debates sobre “O enfrentamento da ordem internacional unilateral” do Ciclo de Seminários sobre a Agenda Pós-Neoliberal: Fazendo Outro Mundo Possível. Fui, posteriormente, delegado do IBASE no Fórum da Sociedade Civil realizado durante a UNCTAD XI (Décima Primeira Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento), no Pavilhão Oeste do Parque de Exposições do Anhembi, São Paulo, em junho de 2004. Nesta oportunidade, organizei e coordenei a mesa de debates “Repensando a relação entre desenvolvimento e comércio de uma perspectiva pós-neoliberal” do Ciclo de Seminários sobre a Agenda Pós-Neoliberal: Fazendo Outro Mundo Possível.

A seguir, fui delegado do IBASE no *Primer Foro Social de las Américas* em Quito, Equador, em julho de 2004, organizando e coordenando a mesa de debates “Mas allá de las fronteras: migraciones, pueblos indígenas y región” do IV seminário do Ciclo de Seminários sobre a Agenda Pós-Neoliberal: Fazendo Outro Mundo Possível. Em novembro de 2004 estive no *Foro Social Chileno* (Eje Integración Latinoamericana y Tratados de Libre Comercio: Chile en el Concierto Mundial), em Santiago, onde organizei, coordenei e fui expositor da mesa de debates

“Regionalismo en América Latina: integración de los pueblos o integración de capitales?” do V seminário do Ciclo de Seminários sobre a Agenda Pós-Neoliberal: Fazendo Outro Mundo Possível. Coordenei, ainda, dois eixos temáticos, “Democratização do poder e da riqueza mundiais” e “Poder e contra-poder”, respectivamente do I e II Seminário Regional da Agenda Pós-Neoliberal: Fazendo Possível um Outro Mundo, organizados pelo IBASE em Rio Bonito/RJ em maio e outubro de 2005. E, por fim, fiz parte da equipe do IBASE no Fórum Social dos Estados Unidos 2007, realizado em Atlanta, em final de junho, início de julho, onde palestrei no Painel Final *“Next Steps: Building a Movement Led by the Poor to End Poverty”*, organizado pela *Poor People’s Economic Human Rights Campaign* (PPEHRC).

Para finalizar, menciono que a colaboração com o Projeto da Agenda Pós-Neoliberal redundou também em duas publicações: uma breve (DELGADO, 2005) e outra que representou o documento final do projeto (DELGADO; OLIVEIRA; LESBAUPIN; MARTINS, 2006), publicado em português, espanhol e inglês. O documento foi elaborado com base em bibliografia sobre o tema e nas contribuições apresentadas pelos diversos e inúmeros palestrantes que participaram nas mesas de debate que constaram dos seminários realizados pelo Projeto (e que não se reduziram às mesas mencionadas acima).

Note-se que o Projeto da Agenda Pós-Neoliberal foi implementado em um momento singular, quando Lula e outros políticos progressistas foram eleitos presidentes em diversos países das Américas e havia uma forte expectativa positiva quanto às possibilidades de construir alternativas políticas e propositivas à hegemonia do neoliberalismo, como a energia e o sucesso do Fórum Social Mundial 2003 pareciam ser indícios não desprezíveis. Assim sendo, o documento elaborado com outros colegas da supervisão do projeto colocava-se, nesta perspectiva, relativamente otimista, buscando adiantar, ainda que modestamente, temas

emergentes e problemas recorrentes que julgávamos relevante levar em conta na construção lenta e trabalhosa de propostas de emancipação mais condizentes com os princípios defendidos pelo FSM.

Neste sentido, o documento trouxe entre seus pressupostos alguns temas que poderiam fazer parte do acúmulo comum indispensável à construção de uma agenda pós-neoliberal: a existência de oposições ao capitalismo demasiado simplificadoras, que mantêm a alienação do fazer em relação ao poder e que impedem o surgimento de indivíduos autônomos e criativos; a multiplicidade de sujeitos sociais novos, uma nova cultura política e novos valores comuns; a crítica ao produtivismo e ao cientificismo e seus efeitos destrutivos sobre a natureza, com o reconhecimento de que a ciência não é necessariamente libertadora; e a reinvenção da democracia, através de diferentes manifestações: reintrodução da política no cotidiano das pessoas, embora negando o individualismo; combinação de igualdade e diversidade, reinvenção da política e resgate da soberania social; coexistência de muitas culturas e de muitos projetos de emancipação; gestação de diferentes espaços de experimentação e de confluência com perspectiva transformadora, de novos modos de organização e convivência humana e de nova geração de direitos coletivos (sociais, culturais, econômicos, ecológicos, dos povos sem Estado etc.).

Ademais, o documento sugere que a confrontação e a superação do neoliberalismo exigem um enorme e trabalhoso esforço de busca de novos paradigmas, pois: as “velhas” respostas e soluções não servem ou não são suficientes; há que reconhecer e superar as desigualdades existentes entre os subalternos; não são as certezas que interessam, mas a decisão de construir estratégias comuns; a mística do “progresso” deve ser substituída pela garantia de igualdade e de preservação da cultura e da natureza; as críticas ao modelo economicista, produtivista e tecnicista de desenvolvimento abriu condições para o reconhecimento da

possibilidade de múltiplas formas de desenvolvimento; os espaços públicos não são necessariamente “lugares” do Estado. Por fim, as reflexões convergem para a consideração de dois “princípios” que as propostas de construção de uma agenda pós-neoliberal ou de superação do capitalismo não têm como fugir: a renúncia a padrões de vida que são inviáveis para toda a humanidade e que acabam sendo privilégios de algumas pessoas, povos e países e redundam em prejuízo para os demais; e a construção de espaços públicos não apenas para o exercício do contrapoder popular na economia, mas também para a construção da economia social, a promoção de serviços públicos, de controle social e de democratização das políticas econômicas estatais, de afirmação da indispensabilidade dos bens públicos e da preservação da natureza.

(2) A outra temática geral em que concentrei grande parte das atividades nos anos 2000 foi a do local, do desenvolvimento, das políticas públicas e das novas institucionalidades criadas para o local, especialmente, mas não apenas, em sua dimensão rural, em um esforço de continuidade, aprofundamento e atualização do que fiz, nessa temática, na década de 1990.

(2.1) Uma primeira referência deve ser feita ao prosseguimento, no início dos 2000, de minha colaboração com a GTZ (cooperação técnica alemã), em particular na avaliação de seu Projeto Prorenda Rural e do Projeto Desenvolvimento Local Sustentável, nome que assumiu após 2003. Participei de quatro missões de avaliação destes Projetos: no Ceará (2001), Pernambuco (2002 e 2003) e Espírito Santo (2003), quando chefei a missão de avaliação e elaborei um relatório dessa avaliação (DELGADO, 2003b). Como desdobramento, fui convidado a cooperar com a Oficina de Planejamento Estratégico do Programa Desenvolvimento Regional no Nordeste do Brasil Voltado para o Combate à Pobreza (Programa do Nordeste) da GTZ, em Igarauçu (PE), novembro de 2004.

A colaboração com a GTZ foi complementada com palestras feitas: (a) na Mesa 4: Desenvolvimento Local e Gestão Pesqueira do I Seminário Brasileiro

de Extensão Pesqueira promovido pelo PRORENDA RURAL-PE (PRO-RURAL/GTZ) e pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) – Mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural (CMARCR), Departamentos de Pesca e de Educação, em Recife (PE), maio de 2001; e (b) sobre “Extensão e Desenvolvimento Local” na Mesa 1 – Desenvolvimento Rural no Nordeste do Brasil do Seminário Nacional sobre Extensão e o Novo Espaço Rural no Nordeste Brasileiro, promovido pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social e pela Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária do Governo do Estado de Pernambuco, Projeto Renascer, Prorenda Rural PE/ Agência Alemã de Cooperação Técnica, e Departamento de Educação Rural da UFRPE, em Recife, novembro de 2002. Dessas palestras resultaram publicações: Delgado (2001, 2003c, 2003d e 2003e).

(2.2) Meu envolvimento em pesquisa na temática do desenvolvimento local e das políticas públicas para o rural prosseguiu, nos anos 2000, com a participação em atividades realizadas em colaboração com o IBASE.

A primeira delas foi o Projeto Piloto de Monitoramento, Avaliação dos Impactos e Recomendações de Ajustes e Aperfeiçoamentos dos Planos Operacionais PRONAF de Fortalecimento do Negócio Familiar Rural nos Estados de Santa Catarina, Espírito Santo, Pernambuco, e Mato Grosso do Sul, viabilizado através de um convênio entre o IBASE e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar (MDA/SAF), cuja duração foi de um ano (julho de 2000 a julho de 2001). O objetivo fundamental do projeto foi a avaliação dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (PMDRs) elaborados em municípios selecionados nos quatro estados escolhidos pelo MDA/SAF, analisando sua consistência e efetividade na condução das ações de desenvolvimento rural nesses municípios. Ademais, o projeto buscou avaliar a capacidade dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs) para orientarem a elaboração dos planos e monitorarem a sua execução. No período considerado, essa avaliação dos PMDRs e dos CMDRs era impossível de ser realizada sem o exame das características e do funcionamento do componente de

infraestrutura e serviços do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o chamado PRONAF Infraestrutura e Serviços, na prática a política pública para o desenvolvimento rural mais diretamente associada aos Planos e Conselhos municipais.

Foi definida uma amostra probabilística de 44 municípios – de um universo de 185 que possuíam, à época, PMDRs nos quatro estados –, onde foram realizadas cerca de 250 entrevistas com informantes qualificados de sete categorias de atores sociais relacionados ao processo de elaboração, gestão e implementação dos PMDRs, ou seja, secretário executivo do CMDR ou seu representante, liderança local da agricultura familiar membro do CMDR, diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), prefeito ou seu representante, liderança feminina local da agricultura familiar indicada pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) estadual, representante do setor produtivo/financeiro no CMDR, liderança local indicada por movimentos de luta pela terra (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST/Pastoral). O relatório final da pesquisa foi elaborado em cinco tomos, um para cada estado e com um tomo inicial que expõe os resultados obtidos para o conjunto dos quatro estados (Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Santa Catarina) (IBASE, 2001). Colaborei na redação dos Volumes I (Conjunto dos Quatro Estados, 100 p.) e V (Santa Catarina, 61 p.).

Participei no projeto como supervisor da pesquisa realizada em Santa Catarina, juntamente com os professores Ademir Cazella e Lauro Mattei, da UFSC, que atuaram como pesquisadores locais. A amostra de Santa Catarina contemplou 12 municípios de um universo de 57 com PMDR, onde foram feitas 62 entrevistas com as sete categorias de atores sociais mencionadas anteriormente. Tendo como referência uma proposta comum a ser seguida para os quatro estados, organizamos o relatório de Santa Catarina da seguinte forma: (1) introdução; (2) caracterização da maneira como a pesquisa de campo foi organizada e executada; (3) situação geral dos PMDRs: caracterização e abrangência dos CMDRs, grau de representatividade, gestão e nível técnico dos PMDRs;

(4) efetividade dos PMDRs: avaliação dos principais benefícios, problemas e sugestões; (5) principais conclusões e recomendações; e (6) referências bibliográficas.

Além dos relatórios mencionados, a pesquisa sobre os PMDRs gerou duas publicações sobre o caso específico de Santa Catarina (DELGADO; CAZELLA; MATTEI, 2002a e 2002b), tratando do Pronaf Infraestrutura e Serviços como uma política pública para a agricultura familiar e discutindo sua gestão social pelos CMDRs, e uma mais geral sobre os planos municipais como “processos sociais” (DELGADO; ROMANO, 2002). Nesta última, fizemos uma revisão dos resultados obtidos pela pesquisa sobre os PMDRs e os CMDRs nos quatro estados e afirmamos a importância de que os PMDRs não fossem considerados apenas instrumentos burocrático-formais, onde sua debilidade era evidente, mas como parte de dinâmicas e processos sociais e políticos que são desencadeados em sua elaboração, execução e monitoramento e que destacam sua relevância para a identificação da complexidade e das dificuldades envolvidas na criação do espaço político e dos mecanismos institucionais que julgávamos indispensáveis para que os atores sociais pudessem encaminhar suas reflexões e propostas de ação sobre três dimensões centrais e indissociáveis do processo de desenvolvimento rural: (1) o empoderamento das comunidades e dos atores sociais locais em sua relação com o Estado, o mercado e outros segmentos da sociedade civil; (2) o desenho de formas de institucionalização adequadas à criação de sinergias positivas nessa relação; e (3) a obtenção de alternativas econômicas concretas que viabilizem, de forma sustentável, a melhoria dos níveis de renda e das condições de vida das comunidades de agricultores familiares.

Em outra colaboração com o IBASE, em 2006, participei como supervisor do Projeto-Piloto PRONAF-Paraná realizado por solicitação da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério de Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA) e que contou, para sua execução, com a parceria da Emater/Paraná. O objetivo do Projeto foi a avaliação dos impactos do PRONAF Crédito na qualidade de vida dos agricultores e suas famílias, nos estabelecimentos e sistemas de produção

agropecuários e na economia local e regional do estado do Paraná. A avaliação concentrou-se nos grupos C, D e de beneficiários do PRONAF, procurando observar e analisar os efeitos do crédito rural, tanto sobre o conjunto quanto sobre cada um desses segmentos da agricultura familiar.

Com um caráter de projeto-piloto, a pesquisa seguiu uma metodologia que combinou diferentes abordagens. Por um lado, valeu-se de amostras estatísticas que permitiram tratar dos impactos do PRONAF sobre as famílias e os estabelecimentos em todo o estado do Paraná, ou seja, possibilitaram expandir os resultados sobre o conjunto da agricultura familiar no Estado. Para tanto, foi utilizada uma amostra de 2.400 beneficiários, na safra 2004/2005, em 144 municípios do Estado, com 800 entrevistas feitas para cada um dos grupos de crédito, o que permitiu o tratamento tanto do agregado como de cada grupo. Por outro, com o intuito de qualificar tais informações, considerando a diversidade da agricultura familiar no estado, foram utilizados dois outros procedimentos. O primeiro consistiu na aplicação de questionários junto a mais de 500 agentes locais – representantes de prefeituras, agentes financeiros, escritórios da Emater e sindicatos de trabalhadores rurais – nos mesmos municípios visitados para a pesquisa com os beneficiários, objetivando aferir a percepção dos agentes entrevistados acerca dos impactos do Pronaf sobre a agricultura familiar e sobre o desenvolvimento local. O outro procedimento consistiu na realização de estudos de caso em três regiões do estado – Vale do Ribeira, Oeste e Sudoeste –, com o intuito de agregar à análise dos impactos do Pronaf sobre a família e os estabelecimentos, a avaliação de seus efeitos sobre as condições de sustentabilidade da agricultura familiar, em regiões nas quais sua inserção é bastante diferenciada.

Tive um envolvimento bastante intenso com a pesquisa em todos os seus componentes, em particular no estudo de caso na região do Vale do Ribeira, incluída a redação do relatório IBASE (2006a), onde a metodologia e os resultados da investigação foram publicados, e da síntese para divulgação das principais conclusões acerca dos impactos do PRONAF no Paraná (IBASE, 2006b).

Por fim, minha colaboração com o IBASE na área temática do local e do desenvolvimento local se completou com a presença no Grupo de Referência Técnico-Científico (GRTC) da II Fase do Projeto “A Cidadania e a Sustentabilidade Socioambiental na Área de Influência do COMPERJ. Construção de Sistema de Indicadores para Monitoramento de Impactos” (Projeto INCID) do IBASE-Petrobras, desde 2014. O Projeto INCID iniciou no final de 2011, tendo como objetivo a construção de um sistema de Indicadores da Cidadania (INCID) a ser desenvolvido para monitorar a qualidade da cidadania no território do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj), composto de 14 municípios do Leste Fluminense, de modo que fosse possível, com legitimidade técnica e política, conferir visibilidade a situações de desigualdade e de exclusão nessa região crítica do estado. Em 2014, o Projeto começou sua segunda fase de atuação.

O GRTC foi criado ainda na primeira fase do INCID, composto de especialistas com experiência em produção de dados e de indicadores e em temáticas relacionadas com direitos de cidadania e sustentabilidade socioambiental de territórios, com o objetivo de dar suporte à equipe permanente do Projeto para o aprofundamento conceitual e metodológico do sistema em construção e para os processos metodológicos desenvolvidos no trabalho de campo. Na segunda fase foram realizados quatro encontros do grupo em 2014 e 2015.

(2.3) Em 2002-2003 estive na equipe de pesquisa do Projeto “Políticas públicas para o desenvolvimento sustentável da agricultura”, chamada CNPq/COAGR-AF 004/2001, linha temática “Atividades rurais não agrícolas, multifuncionalidade e desenvolvimento local”, tipo de projeto “Estudos e diagnóstico”, apresentado pela ONG AS-PTA ao CNPq e coordenado por Jean Marc von der Weid, então um dos diretores da AS-PTA. Seu objetivo foi (a) avaliar os

.....
⁵⁴ Que são: Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Nova Friburgo, Rio Bonito, São Gonçalo, Saquarema, Silva Jardim, Tanguá e Teresópolis.

⁵⁵ Descrevi detalhadamente o Projeto INCID na Parte II de Delgado e Pandolfi (2013).

impactos das políticas e programas públicos (federais, estaduais e municipais) sobre a sustentabilidade da agricultura familiar nos municípios de Lagoa Seca (Paraíba) e Bituruna (Paraná), locais de atuação da AS-PTA, e (b) formular propostas alternativas de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Desta colaboração resultaram a elaboração do relatório final da pesquisa (AS-PTA, 2003), no qual participei, e, indiretamente, a publicação de um texto (DELGADO; BASSO; SILVA NETO, 2003), no qual comparamos duas abordagens para a análise de trajetórias de desenvolvimento rural: uma baseada na consideração privilegiada dos sistemas agrários e dos sistemas de produção, e a outra fundamentada na noção de acesso e de capacitação para o acesso a recursos por parte dos atores sociais existentes (usualmente associada à abordagem das capacidades formulada por Amartya Sen e Martha Nussbaum⁵⁶).

(2.4) Em 2004 fiz parte de uma pesquisa sobre espaços públicos, cidadania e participação social em âmbito local patrocinada pelo Programa Inclusão Social em Políticas Públicas e Planejamento (SIPP) do DFID (Departamento para Desenvolvimento Internacional do Reino Unido), com o apoio do IDS (*Institute of Development Studies*) da Universidade de Sussex, Reino Unido, e de ActionAid Brasil em um Projeto conhecido como “Olhar Crítico sobre participação e cidadania na construção de políticas públicas no Brasil”. Seu objetivo foi criar espaços para reflexão crítica que permitissem às pessoas aprimorarem a percepção sobre questões relacionadas a poder, inclusão, direitos e voz, e relativas à participação e cidadania, partindo de experiências concretas consideradas de participação social.

O projeto iniciou com a oficina “Práticas de Cidadania e Participação – Um Olhar Crítico”, realizada em Olinda (PE), no início de abril de 2003. Na oficina foram escolhidos os diferentes casos a serem considerados para pesquisa de campo e análise no projeto e ficamos responsáveis pelo caso do Conselho Municipal de Saúde de Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, juntamente com Andrea

.....
⁵⁶ Ver, por exemplo, Sen (2011), Nussbaum (2011) e Bebbington (1999).

Cornwall, do IDS da Universidade de Sussex, e com Silvia Cordeiro, da ONG Centro das Mulheres do Cabo. A pesquisa documental (que incluiu o exame das atas do CMS) e as entrevistas e oficinas com os participantes do conselho foram realizadas em Cabo de Santo Agostinho no final de 2003 e primeiro semestre de 2004.

O relatório final da pesquisa (DELGADO; CORNWALL; CORDEIRO, 2004) foi um pouco mais trabalhado e, então, publicado em livro (DELGADO; CORNWALL; CORDEIRO, 2007), além de que uma versão mais condensada desse capítulo foi publicada em inglês (DELGADO; CORNWALL; CORDEIRO, 2006a) e em português (DELGADO; CORNWALL; CORDEIRO, 2006b). Estive, ainda, em um evento final do projeto como palestrante da mesa “A luta por participação e controle social: o caso do Conselho Municipal de Saúde de Cabo de Santo Agostinho (PE)” do Seminário Olhar Crítico sobre Participação e Cidadania, patrocinado por ActionAid Brasil, com o apoio do DFID, do IDS da Universidade de Sussex e da ONG Centro das Mulheres do Cabo, em Recife, março de 2008⁵⁷.

(2.5) No CPDA/UFRRJ, avançamos consideravelmente nos anos 2000 a investigação sobre a temática do desenvolvimento local, que já havíamos iniciado na década de 1990, em diversas dimensões, englobando pesquisa, ensino, orientação de dissertações de mestrado e de teses de doutorado, participação em seminários e mesas redondas, no país e no exterior. Particularmente estimulantes para tanto foram a criação do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA), em agosto de 2005, por um grupo de professores do CPDA, no qual me integro desde então, bem como a colaboração do OPPA com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA-Brasil) na análise e no acompanhamento de diferentes dimensões da política de desenvolvimento territorial do MDA, desde o primeiro Governo Lula. É possível afirmar que, partir do OPPA, nossa unidade de análise do desenvolvimento local, que na década

.....
⁵⁷ Neste contexto de discussões sobre espaços públicos de participação publicamos um outro pequeno texto: Delgado e Limonic (2004).

anterior estava associada basicamente ao município, passou a ser o território, e nosso interesse neste tema passou a concentrar-se na abordagem territorial.

(2.5.1) No ensino da pós-graduação continuei a oferecer disciplinas que permitissem avançar na internalização no CPDA e em seu refinamento dos conteúdos dos temas do desenvolvimento local e rural, bem como das políticas públicas a eles associadas, em uma ótica em que a interação entre o Estado e os atores sociais passou a ganhar cada vez mais relevância no tratamento desses temas. Assim, a disciplina IH 1546 – Tópico Especial em Estado, Atores e Políticas de Desenvolvimento, de 60 horas/aula e 3 créditos, foi lecionada (i) no 1º semestre de 2001, com ênfase no desenvolvimento local (em colaboração com os Profs. Jorge Romano e Nora Presno), (ii) no 2º semestre de 2002, com ênfase na política de desenvolvimento rural (juntamente com o Prof. Jorge Romano), (iii) no 2º semestre de 2002, destacando a análise da formulação e da implementação de políticas públicas rurais, (iv) no 1º Semestre de 2003, tratando do tema das redes sociais e de políticas. A disciplina IH 1565 – Política de Desenvolvimento Rural, de 60 horas/aula e 3 créditos, foi ensinada no 2º semestre de 2001 (com os profs. Jorge Romano e Nora Presno), no 2º semestre de 2002 (com o prof. Jorge Romano) e no 2º semestre de 2003.

A partir do 2º semestre de 2004, a disciplina IH 1565 passou a chamar-se Teoria e Política do Desenvolvimento Local, assumindo um conteúdo programático direcionado diretamente para a análise do desenvolvimento local, e passou a ser oferecida, sem interrupção e na maior parte das vezes, em colaboração com o prof. Jorge Romano, em todos os anos até 2014. Na última vez em que foi oferecida, no 2º semestre de 2014, o conteúdo programático da disciplina estava estruturado em dois grandes eixos: campos temáticos nas análises dos processos de desenvolvimento local e abordagens sobre desenvolvimento local. O eixo do campo temático estava organizado como segue: (i) para começar: olhares para o “desenvolvimento local”; (ii) cultura, identidade e desenvolvimento; (iii) poder e espaço social (Weber, Marx, Arendt/Habermas, Foucault); (iv) esfera pública, espaços públicos e democracia participativa. O eixo das abordagens incluía:

(i) capital social: limites e possibilidades; (ii) capacidades, empoderamento e capitais nas análises dos processos de desenvolvimento local; (iii) novas territorialidades e novos atores sociais; redes e movimentos sociais; concepções de ruralidade e políticas públicas; políticas de desenvolvimento territorial no Brasil. Este conteúdo da disciplina combina análise teórica com exame de experiências concretas e, como ficará mais claro adiante, o aprendizado obtido com a disciplina foi fundamental para a abordagem que utilizamos nas pesquisas sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil, as quais, por sua vez, introduziram novos conteúdos e novos exemplos empíricos relevantes para a disciplina.

No 2º semestre de 2008 e no 1º semestre de 2009, ofereci na pós-graduação as disciplinas IH 1519 – TE PPEAS – Habermas, Ação Comunicativa e Esfera Pública I e II, com carga horária de 60 horas/aula e 3 créditos. Nestas disciplinas analisei basicamente dois livros de Jürgen Habermas: todo Habermas (1991) em 2008 e capítulos de Habermas (1984) em 2009. Dado o crescente interesse dos alunos e, em especial, de alguns orientandos meus do doutorado, à época, com investigação sobre espaços públicos de participação no Brasil (como as conferências sobre segurança alimentar e nutricional e algumas comissões setoriais de políticas públicas no nível local), o objetivo das duas disciplinas foi o de apresentar e discutir as análises de Habermas, em especial sobre esfera pública, ação e racionalidade comunicativas e política e democracia deliberativas, como uma referência importante, tanto em suas potencialidades como em seus limites, na busca de referencial teórico para orientar pesquisas mais analíticas, e não apenas descritivas, sobre esses temas e as experiências empíricas a eles relacionadas.

Além das disciplinas lecionadas na pós-graduação, fui professor de disciplinas oferecidas na graduação da UFRRJ e em outras instituições universitárias ou governamentais com as quais o CPDA colaborou no período aqui considerado: (a) disciplina “Agricultura Familiar, Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural” do Curso de Capacitação para Técnicos da EMATER-RS, “Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural”, promovido por EMATER-RS, CPDA/DDAS/ICHS/UFRRJ e REDCAPA, em Porto Alegre, junho e agosto de 2001;

(b) disciplina IH 505 – Políticas e Projetos de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar, carga horária: 60 horas/aula, 4 créditos, oferecida no curso de graduação da UFRRJ, no 2º semestre de 2001 e no 1º semestre de 2003; (c) módulo “Agricultura Familiar, Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural” do 1º Curso de Capacitação para Técnicos do IDATERRA/MS, promovido por IDATERRA/MS, CPDA/DDAS/ICHS/UFRRJ e REDCAPA, em Campo Grande/MS, julho e novembro de 2001; (d) disciplina “Tópico Especial em Análise dos Processos e das Políticas Públicas de Desenvolvimento Local”, carga horária: 45 horas/aula, 3 créditos, Universidade Federal de Lavras, Departamento de Administração e Economia, Programa de Pós-Graduação em Administração, Convênio PQI DAE/UFLA-CPDA/UFRRJ, Lavras/MG, 2º semestre de 2003; (e) Minicurso (12 horas): Desenvolvimento, Políticas Públicas e Território: Uma Reflexão Introdutória (em colaboração com o Prof. Jorge Romano), promovido pelo Programa PROCAD/CAPES entre CPDA/UFRRJ e PPGAARQ-CCHL/UFPI. Teresina, agosto de 2011.

Por fim, cabe destacar que orientei dissertações de mestrado e teses de doutorado que trataram de diferentes dimensões da temática do desenvolvimento, das políticas públicas, dos atores sociais e dos espaços públicos de participação no âmbito local e que foram defendidas nos anos 2000. Entre as dissertações de mestrado incluem-se: Sofiati (2005), Speranza (2005), Santos (2007), Brandão (2010), Egger (2010), Garcia (2013), Fonseca (2014) e Mascarenhas (2015). Entre as teses de doutorado, temos: Basso (2004), Oliveira (2006), Rodrigues (2007), Zimmermann (2011), Santana (2013), Aquino (2013).

(2.5.2) A criação do OPPA em agosto de 2005 propiciou um espaço de colaboração e de diálogo entre alguns professores do CPDA⁵⁸ que alavancou signi-

.....
⁵⁸ O OPPA iniciou suas atividades com cinco professores do CPDA (entre os quais me incluo), um pesquisador do CIRAD, Philippe Bonnal, então professor convidado do CPDA, e dois professores da UFSC, além de assistentes de pesquisa e alunos do doutorado. Atualmente conta com dez professores do CPDA, com Philippe Bonnal, três professores da UFSC, uma professora da UFRGS, dois professores da UNILA/Foz de Iguaçu e um assistente de pesquisa doutorando do CPDA. Desde sua criação, o coordenador do OPPA é o professor Sergio Leite, do CPDA.

ficativamente meus estudos e pesquisas no campo das políticas públicas para o desenvolvimento territorial, passando o território, como dito anteriormente, a ser a unidade de análise privilegiada para o local.

A primeira atividade de pesquisa do Observatório, no entanto, foi a pesquisa “Análise das Políticas Agrícolas e Agrárias no Brasil com Ênfase no Papel dos *Policy-Makers*”, realizada no período 2005-2007, com apoio de ActionAid Brasil, CNPq e Nead/MDA. O objetivo da pesquisa foi, sinteticamente, explorar os determinantes institucionais e o lugar estratégico dos gestores públicos na formulação e na implementação das políticas agrícolas no Brasil, utilizando como instrumento metodológico principal a realização de entrevistas estruturadas com *policy-makers* previamente escolhidos e dispostos a participar da experiência. Com esse exercício, a equipe de pesquisa pretendeu destacar diferentes dimensões e escalas da formulação e da implementação das políticas públicas, bem como as redes nas quais os gestores estão inseridos, de modo a tentar avançar no entendimento dos determinantes políticos e institucionais das políticas agrícolas no Brasil.

O OPPI definiu seis eixos temáticos principais que poderiam ser contemplados na pesquisa, tentando levar em conta tanto a relevância dos temas como o interesse de seus membros – agrobioenergia, crédito rural, desenvolvimento territorial e sustentabilidade, negociações agrícolas internacionais (principalmente sob minha responsabilidade), reforma agrária, e soberania e segurança alimentar – e convidou gestores públicos importantes dessas áreas para serem entrevistados pelos pesquisadores (em ambiente fechado) e para realizarem palestras abertas ao público, na sede do CPDA. Foi acumulado um grande e rico material de entrevistas que, a par da utilização feita por membros individuais da equipe⁵⁹, não pôde ser totalmente aproveitado e analisado no relatório final da pesquisa (LEITE, 2007). Essas informações estão sendo mais sistematizadas

.....
⁵⁹ Utilizei informações obtidas na entrevista com o então chefe da Assessoria Internacional e de Promoção Comercial do MDA em meu artigo sobre negociações comerciais internacionais e agricultura familiar no primeiro Governo Lula (Delgado, 2007a).

em dois projetos atuais do OPPA, um com a FAPERJ e outro com o CNPq, “Entre Continuidades, Mudanças e Novas Institucionalidades: Políticas Públicas e Meio Rural Brasileiro (2003-2013)”. Note-se que o OPPA, mesmo depois de encerrada esta pesquisa, manteve os seis eixos temáticos definidos e passou, a partir de 2007, a produzir *clippings* e boletins sobre os mesmos⁶⁰.

Em 2005 participei também, agora como consultor, de uma investigação realizada pelo CPDA/UFRRJ para a FAO/ONU, sob a coordenação do Prof. Sérgio Leite, denominada de *What Determines the Policy Impact of Local Negotiations? A Comparative Study in Brazil*, cujo objetivo era analisar os processos de construção e de negociação de políticas públicas para a agricultura no Brasil com base em três estudos de caso: o Programa das Cooperativas de Crédito para a Agricultura Familiar no município de São José do Cerrito, Santa Catarina; o Programa Frutificar e o Plano Nacional de Reforma Agrária em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro; e o Programa de Construção de Um Milhão de Cisternas no município de Tobias Barreto, Sergipe⁶¹. Participei também da revisão e da elaboração de partes do relatório final, que foi disponibilizado em inglês e em português (LEITE et al., 2005a e 2005b).

(2.5.3) Em 2007 começou a parceria do OPPA com o IICA Brasil, que viabilizou o envolvimento do Observatório e o meu com a temática da política pública para o desenvolvimento territorial rural, em uma parceria que se mantém até hoje. Com a perspectiva de realização do II Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial em Salvador/BA, em novembro de 2007, o OPPA foi convidado a preparar um *paper* provocativo para animar os debates do Fórum,

.....
⁶⁰ Escrevi dois destes boletins: Delgado (2007b) e Delgado e Kato (2009).

⁶¹ A equipe regional da pesquisa foi formada por Ademir Cazella (UFSC), Paulo Roberto Alentejano (UERJ) e Eliano A. Lopes (UFSE). A profa. Leonilde Medeiros foi outra consultora da pesquisa. O ponto de partida metodológico da investigação foi a abordagem do desenvolvimento rural pelo então chamado “desenvolvimento territorial participatório e negociado” (PNTD na sigla em inglês), então em voga na Divisão de Desenvolvimento Rural da FAO (ver FAO, 2004). Neste sentido, essa participação foi, talvez, o primeiro trabalho em que começamos a nos aproximar da abordagem territorial para o desenvolvimento local rural.

tratando de questões relevantes para o mesmo – que estavam centradas na problemática da articulação de políticas públicas (dada a diversidade de ações governamentais direcionadas ao “território”, entendido de forma diferente por cada agência do governo) e de atores sociais – como, por exemplo: (i) o que dificulta a articulação de políticas e de instituições no território? (ii) que experiências concretas demonstram a viabilidade e indicam os meios e instrumentos para a efetiva articulação? (iii) que estratégias podem assegurar um grau crescente de articulação institucional no território e de integração das ações voltadas para o desenvolvimento?

A equipe do OPPA que concretizou esta atividade da qual fiz parte elaborou um relatório (DELGADO; LEITE; BONNAL; KATO, 2007), que posteriormente foi publicado em livros (DELGADO; LEITE; BONNAL; KATO, 2008 e 2010)⁶², com base em bibliografia e documentos existentes, complementados por informações obtidas em debates ocorridos em fóruns e conferências realizadas sobre o assunto. O texto, na versão de 2010, está fundamentalmente organizado em torno da consideração, para o caso brasileiro, de três dimensões observadas no uso da abordagem territorial de uma perspectiva de intervenção governamental (e não privada, por exemplo, através de grandes empresas): (a) a territorialização da governança, que busca utilizar a noção de território como um *locus* espacial e socioeconômico privilegiado para implementar processos de descentralização das atividades governamentais e da relação entre Estado e sociedade; (b) a territorialização das políticas públicas, que faz parte do processo de descentralização administrativa das atividades governamentais e que ganhou importância a partir da metade da década de 1980 e início dos anos 1990, no contexto da experiência de confluência da democratização política e a adoção de políticas neoliberais; e (c) a territorialização do desenvolvimento, em que o foco central da análise passa a ser a questão do desenvolvimento sustentável concebido em uma perspectiva territorial, e não apenas a questão da governança descentralizada ou da implementação e do controle social descentralizados de políticas públicas específicas,

.....

⁶² O texto publicado em 2010 foi bastante revisado em relação à versão original.

como nas duas dimensões anteriores. O texto encerra com algumas conclusões sugeridas pelo percurso expositivo utilizado.

No II Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais, coordenado pelo IICA, Fórum DRS (Desenvolvimento Rural Sustentável), Secretaria do Planejamento do Governo da Bahia e MDA, em Salvador/BA, em novembro de 2007 – e que congregou técnicos, gestores e membros de agências governamentais e de organizações da sociedade civil que atuavam em instituições criadas pelas políticas públicas territoriais, federais e estaduais – fez parte da equipe de relatoria do Fórum, que foi apresentada, na plenária final, por mim e pelo Prof. Sergio Leite, e publicada em Delgado, Leite, Bonnal, Kato e Lasa (2008).

(2.5.4) No período 2008-2010, o OPPA deu um verdadeiro salto qualitativo em sua análise da política de desenvolvimento territorial do governo brasileiro – que havia criado, através da SDT/MDA, o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) e, através da Casa Civil da Presidência da República, o Programa Territórios da Cidadania (PTC)⁶³ –, quando continuou sua colaboração com o IICA, através de um amplo programa de investigação dessas políticas e das características, avanços e limitações da formulação e da implementação da abordagem territorial no meio rural brasileiro, em especial em seus efeitos sobre os agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

Esse intenso esforço de colaboração com o IICA, além da pesquisa, incluiu inúmeras atividades que foram desenvolvidas pelos membros do OPPA, que dele participaram, em ensino, palestras e debates em cursos internacionais, jornadas temáticas, seminários internacionais, fóruns nacionais e internacionais, encontros e conferências nacionais, oficinas com gestores públicos, todas relacionadas

.....
⁶³ O PRONAT passou a operar em 2005 e o PTC em 2008. Até 2013 foram criados 165 territórios, sendo 120 vinculados ao PTC (territórios da cidadania) e 45 ao PRONAT (territórios rurais), embora a maioria dos territórios da cidadania tenha surgido originalmente como territórios rurais. Deste total de territórios (165), cerca de 40% estão localizados na Região Nordeste e 20% na Região Norte.

à temática das políticas públicas de desenvolvimento territorial no Brasil, em especial no âmbito do PRONAT e do PTC.

No que diz respeito ao programa de pesquisa, a parceria com o IICA definiu cinco eixos temáticos, a partir dos quais os estudos relativos ao tema do desenvolvimento territorial rural foram elaborados: (1) análise comparativa de políticas públicas de desenvolvimento territorial no Brasil e em outros países (a cargo de Philippe Bonnal - CIRAD); (2) gestão de políticas públicas de desenvolvimento rural no contexto das novas institucionalidades de governança territorial (sob minha responsabilidade - CPDA); (3) modelos e instrumentos de gestão social dos territórios (responsabilidade de Sergio Leite - CPDA); (4) marco jurídico-normativo para o desenvolvimento rural com enfoque territorial (a cargo de Leonilde Medeiros - CPDA); e (5) sistemas de financiamento para projetos territoriais estratégicos de natureza multissetorial (a cargo de Ademir Cazella - UFSC).

Foram produzidos aproximadamente 22 relatórios de pesquisa (intermediários e finais), para o conjunto dos cinco eixos temáticos acima, no período 2008-2010. Em relação ao eixo temático de gestão de políticas públicas de desenvolvimento rural no contexto das novas institucionalidades de governança territorial, elaborei, juntamente com a assistente de pesquisa Silvia Zimmermann, então minha orientanda do doutorado do CPDA e hoje professora concursada da UNILA/Foz do Iguaçu, quatro relatórios finais de pesquisa: Delgado e Zimmermann (2008a, 2008b, 2009 e 2010). O primeiro relatório, de 2008a, tem um caráter mais metodológico e discute as principais características da institucionalidade de governança desenhada nos programas PRONAT e PTC, faz uma breve comparação entre ambos à luz da abordagem dos “três Is” (ideias, instituições e interesses), de Palier & Surel (2005), e sugere alguns “passos metodológicos” a serem seguidos para a investigação das institucionalidades territoriais.

Os relatórios de 2008b, 2009 e 2010 são estudos de caso feitos em três territórios da cidadania muito diversos entre si: Borborema/PB, Noroeste Colonial/RS e Baixo Amazonas/PA, respectivamente. Para sua elaboração foram utilizados

documentos oficiais, estudos acadêmicos, informações estatísticas disponíveis e principalmente entrevistas realizadas nos territórios com atores governamentais, da sociedade civil e empresariais que, de alguma forma, participavam ou tinham visões qualificadas sobre a institucionalidade territorial e seu funcionamento, especialmente sobre o colegiado territorial (CODETER), e sobre as políticas públicas existentes. De modo geral, em cada um dos territórios foi feito um esforço para compreender: (i) a caracterização socioeconômica do meio rural e da estrutura de poder prevalente; (ii) as experiências políticas, sociais e institucionais locais que precederam a criação do território e que influenciaram a sua conformação institucional; (iii) as características assumidas pela institucionalidade territorial, suas potencialidades e limites; (iv) os atores sociais participantes na institucionalidade e na gestão da política pública territorial, com destaque para a consideração dos projetos territoriais apresentados e aprovados pelo colegiado territorial; e (v) a existência ou não de protagonismo social no território e as características assumidas pela dinâmica institucional no mesmo.

Com base no relatório sobre o território (rural e da cidadania) da Borborema, na Paraíba, publiquei um artigo (DELGADO, 2009-2010) que analisa as relações entre sociedade civil e Estado e a existência (ou não) do que chamo de protagonismo social no território, entendido como “o processo através do qual determinados atores sociais existentes no território agem coletivamente como portadores da abordagem territorial e como impulsionadores principais da implementação tanto da institucionalidade como do desenvolvimento territorial” (DELGADO; ZIMMERMANN, 2010: 48). Note-se que nos três territórios estudados, concluímos que em dois deles, Borborema e Baixo Amazonas, foi possível observar a presença de protagonismo social territorial, conduzido principalmente por um ator da sociedade civil, no primeiro caso, e por um ator estatal, no segundo. Para o território Noroeste Colonial, nossa conclusão foi da inexistência de protagonismo social no período em que realizamos a pesquisa, pela falta de atores que liderassem hegemonicamente a implementação da institucionalidade territorial e que fossem capazes de construir uma proposta de

desenvolvimento rural para a região e de atrair a composição de uma base social e política significativa de apoio à proposta.

Neste período de 2008-2010 estive em alguns fóruns, seminários, workshops nacionais e internacionais sobre a temática da governança e das políticas públicas territoriais, muitos deles como parte da colaboração OPPA-IICA em curso. Isso incluiu: (a) apoio acadêmico e relatoria (na plenária final) do III Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial: Modelos e Instrumentos para Gestão Social dos Territórios, realizado e coordenado pelo IICA/Fórum DRS, pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Governo do Estado do Ceará e pelo MDA/Governo Federal, com o apoio acadêmico do OPPA, em Fortaleza (CE), novembro de 2008; (b) palestra sobre institucionalidades territoriais, na apresentação dos estudos desenvolvidos pelo OPPA em parceria com o IICA, promoção CONDRAF e SDT/MDA, Brasília, abril de 2009; (c) palestra na Jornada Temática – Novas institucionalidades no contexto das políticas públicas de desenvolvimento territorial sustentável no Brasil do Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável e Territórios Rurais: Desafios para a Ação Pública (Evento chancelado pela Coordenação Binacional do Ano da França no Brasil), organizado pela UFCG, CIRAD (França), UC-Fundação Universidade Camponesa, IICA e Fórum DRS. Campina Grande (PB), setembro de 2009; (d) apoio acadêmico e palestra no Painel 2: Gestão de Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial e suas Relações com as Novas Institucionalidades de Governança Social do IV Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial: Pensando o Futuro das Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial, realizado e coordenado pelo IICA, Fórum DRS e Secretaria de Estado do Planejamento, Habitação e do Desenvolvimento Urbano do Governo de Sergipe, com apoio acadêmico do OPPA. Aracaju (SE), novembro de 2009⁶⁴.

.....

⁶⁴ Nos livros que foram editados pelo IICA com o material apresentado no III e no IV Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial aparecem dois textos em que tive participação: Delgado, Leite, Bonnal, Cazella, Medeiros, Kato e Lasa (2008) e Delgado (2010c), respectivamente.

Participamos, ainda, neste período, de mais dois seminários de caráter mais acadêmico falando sobre a mesma temática geral. Foram palestras nos temas: (a) “Políticas públicas, desenvolvimento territorial e atores sociais: descentralização, governança e novas formas de articulação no meio rural brasileiro” no Painel 446, PPP-5285, *Local Politics and Policy. Latin American Studies Association (LASA) 2009 Congress: Rethinking Inequalities*. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica (PUC), junho de 2009; e (b) “Gestão de Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Contexto das Novas Institucionalidades” no Workshop Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial Rural: Resultados de Pesquisa, promovido pelo Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA) do CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, maio de 2010.

Em novembro de 2009, em Aracaju/SE, e novembro de 2010, em Recife/PE, o IICA, Fórum DRS e secretarias dos governos estaduais de Sergipe e Pernambuco promoveram o I e II Curso Internacional de Atualização Conceitual em Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial, com o apoio acadêmico do OPPA/CPDA/UFRRJ, destinados a gestores públicos e membros de colegiados territoriais de todo o Brasil e a técnicos e representantes de organizações da sociedade civil de países latino-americanos, envolvidos e/ou interessados na abordagem territorial para o desenvolvimento rural. Em ambos os cursos fui professor do tema “Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial no Contexto das Novas Institucionalidades. Questões Conceituais”.

Por fim, minha colaboração junto ao IICA no período 2008-2010 redundou também na publicação, em 2011, de um livro, organizado pelo Prof. Sergio Leite e por mim (Delgado e Leite, 2011a), que condensou os principais estudos realizados pelos pesquisadores do OPPA sobre a experiência de desenvolvimento territorial rural no Brasil, iniciada em 2003 pela SDT/MDA, tendo como referência os cinco eixos temáticos que orientaram a elaboração dessa investigação (análise comparada de políticas públicas, gestão social do território, novas institucionalidades territoriais, financiamento de projetos territoriais estratégicos e marco jurídico-normativo para os territórios). Pode-se, provavelmente, afirmar

que a publicação deste livro se tornou uma referência importante para os estudiosos, gestores públicos e representantes de organizações da sociedade civil interessados nas características, nos avanços e nos limites da implementação no Brasil da abordagem territorial das políticas públicas de desenvolvimento rural.

Neste livro, compartilmos a redação de dois capítulos. Um, Delgado, Bonnal, Cazella (2011), sobre questões metodológicas referentes ao estudo do desenvolvimento territorial rural, e outro, Delgado e Leite (2011b), sobre gestão social e novas institucionalidades territoriais, que concentra análises e resultados obtidos nos estudos feitos sobre esses dois eixos temáticos. Os dois textos foram também publicados em revistas acadêmicas, depois de feitas as adaptações, inclusive dos títulos, convenientes: o primeiro em uma revista espanhola (DELGADO; BONNAL; CAZELLA, 2012) e o segundo na revista *Dados* (DELGADO; LEITE, 2011c).

(2.5.5) A colaboração do OPPA com o IICA relativa à investigação da abordagem territorial no meio rural brasileiro continuou no período de 2011-2012, incluindo agora o tema da pobreza rural na discussão da política territorial através da pesquisa “Aperfeiçoamento das Políticas Públicas de Enfrentamento da Pobreza Rural na Perspectiva Territorial”, da qual participei como um de seus pesquisadores sêniores. Seu objetivo central foi analisar as interfaces entre a implementação de políticas de desenvolvimento territorial e os processos de enfrentamento da pobreza no meio rural. Em síntese, buscou-se examinar a existência ou não dessas interfaces, as formas que assumem e o grau de efetividade que alcançam, caso existam, e as razões de sua inexistência ou da debilidade de seus mecanismos de articulação, no caso oposto. Para tanto, foram selecionados seis territórios da cidadania para investigação: Meio Oeste Contestado/SC, Irecê/BA, Sertão Ocidental/SE, Serra Geral/MG, Território Indígena Raposa Serra do Sol e São Marcos/RR e Sudeste Paraense/PA.

Os resultados desta investigação foram publicados pelo IICA, em 2013, em dois volumes da Série Desenvolvimento Rural Sustentável (LEITE, 2013a

e 2013b)⁶⁵. No primeiro volume concentraram-se as análises mais gerais, cobrindo o desenho de um marco analítico para o estudo do tema da pobreza e de sua articulação com a abordagem territorial, a atualização das políticas de desenvolvimento territorial rural no país, uma visão geral sobre os projetos e ações contidos no PRONAT e no PTC, os procedimentos metodológicos utilizados para a seleção dos seis estudos de caso da pesquisa, a caracterização e a evolução da pobreza nos seis territórios, a governança e os projetos nos territórios escolhidos, e as ações e políticas no processo de gestão do PTC, com referência aos estudos de caso. Neste volume escrevi dois capítulos em colaboração com colegas da pesquisa: Delgado e Leite (2013), que atualiza a experiência das políticas territoriais de desenvolvimento rural no Brasil, incluindo uma análise do Plano Brasil Sem Miséria Rural, com as informações disponíveis na época (além das obtidas em entrevistas feitas com gestores governamentais), e questiona as possíveis interfaces entre os programas sociais e as políticas territoriais; e Delgado e Grisa (2013), no qual, a partir dos estudos de caso realizados, discutimos a institucionalidade e a governança nos territórios rurais de identidade (PRONAT) e nos territórios da cidadania (PTC) e problematizamos os projetos territoriais usualmente aprovados e sua interface com o enfrentamento da pobreza rural. Este último texto foi revisado e publicado em uma revista acadêmica (DELGADO; GRISA, 2014).

O segundo volume apresenta os resultados da investigação feita nos seis territórios selecionados. Esses territórios foram visitados por membros da equipe da pesquisa, que coletaram documentos, estudos acadêmicos, informações estatísticas disponíveis e entrevistaram atores relevantes tanto do Estado como da sociedade civil. De modo geral, os estudos de caso foram estruturados visando a abarcar três elementos principais que permitissem a elaboração de comparações entre eles (apresentadas no volume I): a caracterização socioeconômica do território; a análise da governança territorial; e a análise da eficiência das políticas públicas de desenvolvimento territorial e o enfrentamento da pobreza

.....
⁶⁵ Uma grande síntese desses resultados foi publicada em uma revista acadêmica, Zimmermann et al. (2014).

rural. Neste volume também escrevi dois capítulos em parceria com membros da equipe com os quais fiz trabalho de campo nos territórios: Delgado e Lasa (2013) sobre o Território da Cidadania de Irecê/BA e Delgado, Lopes, Grisa (2013) sobre o Território da Cidadania do Sertão Ocidental/SE.

No contexto da cooperação com o IICA, colaborei como professor no III Curso Internacional de Atualização Conceitual em Gestão Social do Desenvolvimento e no IV Curso Internacional de Atualização Conceitual e Intercâmbio de Experiências em Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial, promovidos pelo IICA, tal como acontecera nos dois primeiros. O III Curso Internacional foi realizado em Montevidéu, Uruguai, em julho de 2011, com chancela do *Ministerio de Ganaderia, Agricultura y Pesca* e da *Oficina de Planificación y Presupuesto* da Presidência da República do Uruguai. Juntamente com o Prof. Sergio Leite, dei aula sobre os temas: (i) evolução das concepções de desenvolvimento rural; emergência dos conceitos de nova ruralidade, sustentabilidade e territorialidade; (ii) concepção de políticas públicas e desenvolvimento sustentável dos territórios rurais; novas institucionalidades; (iii) articulação de políticas públicas e atores sociais para a gestão dos territórios. O IV Curso Internacional foi realizado em Salvador/BA, em outubro do mesmo ano, com promoção do IICA, Fórum DRS e Governo do Estado da Bahia. Fui professor dos temas: (a) concepção de políticas públicas e desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e novas institucionalidades: questões conceituais; (b) articulação de políticas públicas e atores sociais para a gestão dos territórios: questões conceituais (com o Prof. Sergio Leite). Também fui responsável por uma introdução sobre concepções de inclusão socioproductiva no “Painel: Inclusão socioproductiva dos atores territoriais”.

Assim como anteriormente, no período de 2011-2012, estive presente em fóruns e seminários relacionados à problemática do desenvolvimento territorial e também com as concepções de ruralidade, que serão o próximo tema de investigação da parceria com o IICA em 2013. Na cooperação com o IICA, fui palestrante: (a) na 23ª Jornada Temática do Fórum DRS intitulada “Novas políticas

de desenvolvimento territorial”, em Brasília, abril de 2011; e (b) no “Módulo I: Concepções de ruralidade no ambiente mundial” do VII Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial: Dinâmicas Rurais Contemporâneas no Brasil e Políticas Públicas, promovido pelo IICA, Fórum DRS e Governo do Estado do Ceará, em Fortaleza, novembro de 2012. Também fui palestrante do tema “Novas Ruralidades e Agenda de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural no Brasil” da Mesa Redonda I, presidida pelo então Ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, no Seminário de Planejamento Estratégico do Ministério de Desenvolvimento Agrário, Brasília, dezembro de 2012.

Em atividades mais acadêmicas, fui palestrante sobre os temas: (a) “As políticas de desenvolvimento territorial no Brasil: entre novas institucionalidades e protagonismo dos atores” na “Mesa 2: A Emergência dos Novos Arranjos Institucionais em Políticas Públicas Rurais: Desafios em Curso” do Seminário Internacional sobre Políticas Públicas, Atores e Agricultura no Brasil: Desafios e Possibilidades em Jogo. OPPA/CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, novembro de 2011; (b) “Política de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil” no “Painel 5: O papel da agricultura familiar no desenvolvimento rural sustentável nos próximos 10 anos” do 50º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER): Agricultura e Desenvolvimento Rural com Sustentabilidade. Auditório SOBER 50 anos, Campus de Goiabeiras da UFES, Vitória/ES, julho de 2012; e (c) fez parte da Mesa Redonda “Políticas Públicas e Novas Ruralidades” no II Simpósio Regional de Desenvolvimento Rural promovido pelo Grupo de Pesquisa sobre Transformações no Mundo Rural (GEPRU) do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia (NPGeo) da Universidade Federal de Sergipe, Aracaju (SE), agosto de 2012.

(2.5.6) Por fim, no período 2012-2013, o OPPA concretizou mais uma colaboração com o IICA, desta vez através do Projeto “Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil: Implicações para as Políticas Públicas”. A motivação do projeto foi o reconhecimento da predominância danosa, inclusive nas estatísticas oficiais, de uma visão equivocada do rural, que o define simplesmente como um

resíduo do urbano. E seu objetivo foi, então, o de afirmar a heterogeneidade e a complexidade do rural brasileiro através da construção de uma tipologia atualizada dos espaços rurais, que tivesse como ponto de partida os avanços conceituais sobre os temas da ruralidade e da territorialidade que já tinham sido alcançados em diferentes âmbitos – universidades, agências governamentais gestoras de políticas públicas e movimentos sociais – e que tentasse avançar significativamente no entendimento propositivo dessa abordagem para a ampliação do debate sobre o lugar e a importância dos espaços rurais brasileiros e de suas implicações para a formulação e a implementação de políticas públicas de desenvolvimento adaptadas à sua complexidade.

A pesquisa iniciou em março de 2012, sob a coordenação geral da Profa. Tânia Bacelar da UFPE, e foi executada por uma equipe interdisciplinar, com pesquisadores oriundos de diferentes universidades⁶⁶, inclusive do OPPA/CPDA, cuja participação no Projeto Ruralidades foi coordenada por mim.

A pesquisa foi dividida em três partes. Na primeira, foram realizados estudos sobre o estado da arte dessa temática no Brasil, com análise dos alcances e limitações das metodologias aplicadas para a caracterização e a tipificação dos espaços rurais. Na segunda, foram examinadas as concepções metodológicas que embasam as tipologias de ruralidades produzidas por agências multilaterais e organismos internacionais. A junção dessa análise com as realizadas na primeira fase permitiu a formulação das bases conceituais e metodológicas para a construção da tipologia dos espaços rurais brasileiros, levando em consideração a diversidade regional em suas várias dimensões (política, econômica, social, cultural e ambiental). A segunda fase foi, ademais, ampliada pela realização de estudos de caso sobre concepções de ruralidade e de políticas públicas para o rural em países selecionados da América Latina e da Europa. E a terceira fase consistiu na montagem da proposta de tipologia e na sua validação junto às agências públicas e às organizações da sociedade.

.....

⁶⁶ Da equipe fizeram parte os professores e pesquisadores Maria de Nazareth Baudel Wanderley (UFPE), Arilson Favareto (UFABC), Jean Bitoun (UFPE) e Livia Bezerra (UFCG).

O OPPIA foi convidado pelo IICA para responsabilizar-se pela elaboração de estudos que compuseram a segunda fase da pesquisa, embora tenha se envolvido nas discussões que marcaram o projeto desde seu começo. A equipe do OPPIA responsabilizou-se, então, por dois estudos: (i) a caracterização e análise das tipologias de ruralidade construídas em agências multilaterais e em organismos internacionais selecionados; e (ii) a investigação comparativa das concepções e tipologias de ruralidade predominantes e suas implicações sobre as políticas públicas para o rural em alguns países da América Latina e da Europa. O conjunto desses estudos foi considerado o eixo internacional de pesquisa do projeto brasileiro.

Com o desenrolar da pesquisa internacional e com o interesse que o IICA demonstrou por ela, o eixo internacional acabou ganhando uma dimensão consideravelmente superior à prevista originalmente, transformando-se em uma pesquisa específica, que demandou um esforço de trabalho e de tempo bem superior ao imaginado no início do projeto.

A participação da equipe do OPPIA no eixo internacional resultou na elaboração de três relatórios de pesquisa: Delgado, Leite, Schmitt, Grisa, Kato, Wesz Jr. (2012a, 2012b e 2013a). O relatório inicial, Delgado et al. (2012a), apresentou nossa proposta de pesquisa para o eixo internacional. Nele foram indicados (i) os organismos internacionais e agências multilaterais que a equipe decidiu selecionar para o exame das concepções de ruralidade empregadas e das tipologias construídas e para as aproximações possíveis entre concepções e tipologias, por um lado, e políticas públicas para o rural, por outro; (ii) o perfil inicial do estudo comparativo sobre os sete países escolhidos pelo IICA – Chile, Costa Rica, Equador, Uruguai (América Latina), Espanha, França e Holanda (Europa) – ressaltando sua estrutura, questões-chave a serem respondidas e

.....
67 Note-se que o OPPIA também se responsabilizou por um eixo de pesquisa sobre os marcos jurídicos das concepções de rural e de urbano no Brasil, com uma equipe composta por Leonilde Medeiros, Mariana Quintans e Silvia Zimmermann, que não será apresentado aqui. O eixo internacional do projeto – estudos (i) e (ii) acima mencionados – foi implementado por uma equipe composta por Catia Grisa, Claudia Schmitt, Karina Kato, Sergio Leite, Valdemar Wesz Junior e coordenada por mim.

modelo de análise a ser utilizado; e (iii) o termo de referência que foi enviado aos consultores internacionais contratados pelo IICA para a confecção dos estudos de caso dos países individuais.

O relatório intermediário do eixo internacional do Projeto, Delgado et al. (2012b), apresentou a caracterização e a análise crítica das tipologias de ruralidade elaboradas por agências multilaterais e organismos internacionais, dos quais foram selecionados: OCDE, União Europeia, CEPAL, RIMISP (Centro Latino-Americano para o Desenvolvimento Rural), Banco Mundial e FAO/ONU. A relevância desse estudo reside no fato de que essas agências e organismos internacionais, em especial a OCDE, passaram a ter influência crescente sobre os países na definição do que seja o novo paradigma de rural e de como abordam as relações entre o urbano e o rural, especialmente diante das transformações ocorridas no rural, a partir dos anos 1990, na Europa.

O relatório final da pesquisa (DELGADO et al., 2013a) incluiu a análise comparativa dos estudos de caso realizados para os sete países selecionados. Três foram as principais dificuldades para a elaboração do mesmo: (a) os sete países foram escolhidos pelo IICA e não por meio de critérios metodológicos previamente estabelecidos para facilitar tal comparação; (b) por mais que se tenha feito um grande esforço para complementá-las, as evidências utilizadas foram as produzidas pelos estudos de caso realizados pelos consultores internacionais; e (c) não foi simples construir um quadro de referência que permitisse a comparação pretendida. Assim, não foi possível avançar, mesmo que precariamente, no sentido de uma comparação do tipo “América Latina” e “Europa”, e mesmo a comparação entre os países latino-americanos teve de ser realizada com extremo cuidado. De qualquer modo, o escopo da comparação foi delimitado: a evolução das concepções de ruralidade e de tipologias do rural em cada país e suas implicações para a formulação e a implementação de políticas públicas. E buscou-se ser pragmático na realização do estudo, não seguindo esquemas rígidos e inflexíveis de interpretação, ainda que uma extensa bibliografia tenha sido consultada.

Tivemos como ponto de partida (i) um quadro de referência para a análise apresentado nas seções 1 e 2 (“Ruralidade e políticas públicas: do setorial ao local?” e “Análise comparada, trajetórias de políticas e transformações no meio rural: uma aproximação aos contextos europeu e latino-americano”), que estabeleceu a periodização a ser seguida em todo o estudo: 1950-1980, 1980-1990, 1990-2000 e após 2000, e (ii) os estudos de caso dos países⁶⁸.

No relatório, o tratamento de cada país foi apresentado em quatro seções adicionais, obedecida a periodização mencionada: (1) a diversidade do campo político e econômico, políticas públicas e ruralidade: os estudos de caso do Chile, Costa Rica, Equador, México e Uruguai; (2) a diversidade do campo político e econômico, políticas públicas e ruralidade: os estudos de caso da França, Holanda e Espanha; (3) concepções e tipologias de ruralidade nos países selecionados e implicações para as políticas públicas; e (4) considerações finais em busca de uma síntese comparativa. O relatório foi concluído com a inclusão das referências bibliográficas utilizadas e com um anexo sobre a caracterização socioeconômica do espaço rural nas regiões e nos países selecionados, com base em informações estatísticas oficiais (em geral de organismos internacionais) coletadas em relação a aspectos demográficos, econômicos, fundiários, produtivos e de incidência da pobreza, entre outros.

Os dois últimos relatórios de pesquisa descritos acima foram adaptados e publicados em livro pelo IICA como Delgado, Leite, Schmitt, Grisa, Kato, Wesz Jr (2013b e c)⁶⁹.

Como nas colaborações anteriores, o Projeto Ruralidades teve desdobramentos tanto em ensino quanto em fóruns e congressos. Assim, participei como professor do tema “Ruralidade, políticas públicas e desenvolvimento sustentável

.....
⁶⁸ Esses estudos foram realizados por: Chile: Alex Barril García; Costa Rica: Rafael A. Díaz Porras; Equador: Luciano Martínez Valle; México: Rafael Echeverri Perico; Uruguai: Diego E. Piñeiro; Espanha: José Emilio Guerrero Ginel; França: Philippe Bonnal; Holanda: Sabine de Rooij.

⁶⁹ Neste livro o IICA incluiu um CD com os relatórios dos estudos de caso dos sete países redigidos pelos consultores internacionais contratados.

dos territórios. As novas institucionalidades e o enfrentamento da pobreza rural na abordagem territorial” (4 horas/aula) do Módulo 2: Novas Institucionalidades, Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas do V Curso Internacional de Atualização Conceitual e Intercâmbio de Experiências em Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial organizado pelo OPPA/CPDA/UFRRJ, IICA e Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável, em Recife/PE, novembro de 2013. E como palestrante do tema “Análise comparativa dos resultados dos estudos de caso sobre ruralidade na América Latina e na Europa” do Painel 1 – Introdução ao Tema – Por que promover um debate estruturado sobre espaços urbanos e rurais, suas tipologias e políticas?” no VIII Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial: Ruralidade, Diversidade e Políticas Diferenciadas, organizado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Ministério do Desenvolvimento Agrário e Governos dos Estados do Ceará, Paraíba e Pernambuco, em Campina Grande (PE), novembro de 2013.

Tenho que mencionar, ainda, duas palestras relativas aos temas território e ruralidade. Uma no painel “Trajetória da política territorial de desenvolvimento rural sustentável e solidário no Brasil e o cenário futuro” do I Encontro Nacional de Colegiados Territoriais (EnREDE Nacional), promovido pela Rede Nacional de Colegiados Territoriais (RNCT) e SDT/MDA, em Salvador/BA, em maio de 2014. E a outra, mais acadêmica, no Painel 3: Heterogeneidades rurais e suas implicações para o desenvolvimento do país (composto por Rodolfo Hoffmann/ESALQ, Tania Bacelar/UFPE, Steven Helfand/UCR-USA e por mim) do 52º Congresso da SOBER: Heterogeneidade e suas Implicações no Rural Brasileiro, Universidade Federal de Goiás (UFG), Centro de Cultura e Eventos Prof. Ricardo Freua Bufaiçal, Goiânia/GO, julho de 2014.

Por fim, em 2015, tive um texto, escrito em colaboração com Sergio Leite, publicado em livro da Série Estudos Rurais da Editora da UFRGS (DELGADO; LEITE, 2015). Neste capítulo tratamos da política territorial de desenvolvimento rural no Brasil, inaugurada pela SDT/MDA em 2003, com o PRONAT,

e reforçada em 2008 com o lançamento do Programa Territórios da Cidadania (PTC). Resgatamos, inicialmente, os antecedentes desta política localizados no Pronaf Infraestrutura e Serviços do Governo Fernando Henrique Cardoso, destacando suas características, originalidades e limitações. Discutimos, então, aspectos mais recentes da operacionalização do PRONAT e do PTC e levantamos algumas questões relativas aos desafios, limites e alcances dessas iniciativas de política pública, tentando analisar sua performance à luz do contexto institucional e dos processos que marcaram essa experiência de política pública, relativamente recente.

(2.5.7) Em 2013 foi aprovado para o OPPA/CPDA/UFRRJ um projeto do edital CAPES-COFECUB-2012 intitulado “Território, Pobreza e Políticas Públicas. Uma Abordagem pela Territorialização”, congregando professores brasileiros e franceses de programas de pós-graduação em seus países, e que foi renovado em 2015. No lado brasileiro, além do OPPA/CPDA, que coordena a parte brasileira, participam programas de pós-graduação da Universidade de Santa Catarina. No lado francês figuram programas de pós-graduação como o UMR (Unidade Mista de Pesquisa) Art Dev (Atores, Recursos, Territórios no Desenvolvimento), que coordena o lado francês e está sob tutela da Universidade de Montpellier 3, do CNRS (*Centre National de Recherche Scientifique*) e do CIRAD (*Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement*), além de professores e pesquisadores da Universidade de Perpignan.

A ideia central do projeto foi de promover o intercâmbio entre professores, pesquisadores e estudantes de pós-graduação brasileiros e franceses em torno da relação existente entre os processos de territorialização da ação pública e os processos socioeconômicos que influenciam os fenômenos de pobreza e de exclusão social. O projeto de pesquisa está centrado na interface entre a construção de um projeto territorial e as dinâmicas sociais, valendo-se do exame das características da pobreza e da exclusão social e dos resultados das políticas públicas no Brasil e na França.

Do ponto de vista da pesquisa, o projeto comporta dois eixos distintos e complementares. O primeiro (mais trabalhado pela equipe francesa) considera a relação territorialização e pobreza/exclusão como um objeto de pesquisa em si. Trata-se de compreender os fatores que, dentro de cada um dos contextos examinados, incidem sobre a evolução da pobreza e da exclusão social, modificando algumas de suas características. Partindo da mesma interface, o segundo eixo (mais explorado pela equipe brasileira) centra-se nas políticas públicas e na ação coletiva. A ênfase foi posta na construção de tipologias de intervenção e na aprendizagem dos ensinamentos dessas experiências, a fim de pensar nos desdobramentos possíveis e em recomendações de políticas. Nos dois casos, observações empíricas e reflexões metodológicas estarão intimamente associadas, no intuito de constituir uma base sólida voltada ao acúmulo de conhecimento sobre o tema e à formação de mestres, doutores e jovens pesquisadores em geral.

Como professor participante do projeto, estive na primeira missão de trabalho brasileira, de 20 dias, em Montpellier e em Paris, no período de 01-20 de outubro de 2014. Dentre as atividades realizadas – contatos com os professores franceses do projeto, visita às instituições participantes e a experiências de política territorial na região próxima a Montpellier, pesquisa bibliográfica nas bibliotecas dos institutos e universidades – quero destacar duas em particular. A primeira, em Montpellier, foi a conferência sobre “*La Politique de Développement Territorial au Brésil*”, organizada por UMR ART-Dev, CIRAD, Montpellier I, CNRS e realizada no Amphi 319, UFR Sciences Économiques, espace Richter, Montpellier, em 08 de outubro. Nesta conferência apresentamos os traços fundamentais da política territorial de desenvolvimento rural no Brasil, tal como representada pelo PRONAT e o PTC, destacando seus avanços, limites e perplexidades. Foi interessante, nos debates, contrastar a experiência brasileira com a francesa e a de outros países africanos e árabes, dada a presença de estudantes desses países na plateia.

A segunda atividade esteve relacionada à preparação do Workshop do Projeto CAPES-COFECUB que foi realizado em novembro de 2014, no Rio de Janeiro.

Nesta oportunidade, tivemos reuniões de trabalho em Montpellier, com os professores franceses Philippe Bonnal e Christian Poncet, ambos da UMR Art dev, para discutir os conteúdos dos textos que foram apresentados por eles e por nós, no Workshop do Rio de Janeiro. O texto que apresentei, escrito em colaboração com Catia Grisa (DELGADO; GRISA, 2014), foi quase totalmente redigido durante a estada em Paris, e buscou sistematizar e refletir, tanto metodológica quanto empiricamente, sobre temas e questões investigados no contexto da longa colaboração desenvolvida com o OPPA e o IICA após 2005, sobre a qual já discorri. Este texto está sendo revisado para publicação, em francês e português, em livro que coletará as contribuições feitas neste Workshop e que será organizado por Sergio Leite, Geneviève Cortes, Philippe Bonnal e por mim.

(3) Há uma terceira temática que teve continuidade ao longo dos anos 2000 e que diz respeito às políticas macroeconômica e setorial, em especial às relações entre economia e agricultura e/ou meio rural no Brasil. Como é comum à minha trajetória desde o final dos anos 1970 e está profundamente ligado às características da instituição acadêmica a qual pertenço durante todos esses anos, minha atuação em relação a esta temática incluiu atividades de ensino, de pesquisa, de colaboração com agências governamentais, organizações não governamentais e organismos internacionais, bem como a participação em seminários e conferências nacionais e internacionais. Dessas atividades, como nas outras temáticas que tratamos e em todos os períodos que estamos considerando no memorial, resultaram publicações de diversas ordens e destinadas a diferentes públicos.

(3.1) No ensino, embora meu comprometimento tenha sido consideravelmente maior com os temas do global e do desenvolvimento local, como mostrei anteriormente, tive algum envolvimento com disciplinas relacionadas à temática macro e setorial na UFRRJ, tanto na graduação do ICHS quanto na pós-graduação do CPDA. Fui professor responsável das seguintes disciplinas: (a) IH 1542 – Política Agrícola em Economias Abertas, carga horária: 60 horas/aula, 3 créditos. CPDA, 1º semestre de 2001. Foi oferecida em colaboração com o Prof. Vicente Palermo na Área de Concentração em Estudos Internacionais Comparados,

que se procurou na época consolidar, mas infelizmente não teve continuidade. (b) DAE-808 – Organizações, Estado e Sociedade, carga horária: 60 horas/aula, 3 créditos. Universidade Federal de Lavras, Departamento de Administração e Economia, Programa de Pós-Graduação em Administração, 1º semestre de 2004. Fez parte do Convênio PQI DAE/UFLA-CPDA/UFRRJ. (c) Teoria Política, carga horária: 20 horas/aula, ministrada no Curso de Qualificação para ingresso no Doutorado Interinstitucional entre o Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade do ICHS/UFRRJ e a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus/BA, em maio de 2008. (d) IH 502 – Sociedade e Agricultura no Brasil, turma 03, oferecida pelo DDAS/ICHS ao curso de graduação da UFRRJ. Carga horária: 4 créditos, 2º semestre de 2005. (e) IH 513 – Introdução à Sociologia das Sociedades Agrárias, carga horária: 30 horas/aula, 2 créditos, oferecida pelo DDAS/UFRRJ ao curso de graduação no 1º semestre 2008, 2º semestre 2009 e 2º semestre 2011.

Orientei alguns estudantes do CPDA que defenderam teses de doutorado neste período, tratando de assuntos relacionados à temática geral da política macroeconômica e agricultura/rural e da política setorial e o comportamento e a composição do setor agrícola: Luzzi (2007), Marques (2007), Grisa (2012), Silva (2012) e Mengel (2015).

(3.2) Em relação às atividades de pesquisa nesta temática, combinei investigações mais curtas ou de duração média, com o objetivo de produzir um texto para publicação, com investigações de fôlego mais longo (de mais de um ano), que implicaram inclusive a realização de pesquisas de campo e de estudos de caso.

(3.2.1) Uma primeira atividade de pesquisa que deve ser mencionada foi a colaboração no Projeto “Promessas e Perigos da Liberalização do Comércio Agrícola. Lições da América Latina”, realizado pelo *Global Development and Environment Institute* (GDAE) da *Tufts University*, Estados Unidos, em 2007. Este projeto incluiu cinco países: Argentina, Bolívia, Brasil, El Salvador e México, com o objetivo de investigar, em contextos econômicos e sociais muito diversos, as consequências da liberalização do comércio ocorrida desde as décadas

de 1980/90 sobre o comportamento da agricultura como um todo e, particularmente, sobre as condições de reprodução econômica e social do campesinato ou da agricultura familiar na América Latina.

Fui convidado para elaborar um estudo sobre o Brasil, o que foi feito fundamentalmente através de conhecimento já acumulado, estudos e pesquisas existentes e informações estatísticas disponíveis. No texto que resultou deste trabalho, Delgado (2007c), concentrei as evidências factuais e a análise na experiência brasileira de liberalização comercial nas décadas de 1980 e 1990 e suas consequências sobre a agricultura, em particular sobre a agricultura familiar. O texto ficou assim estruturado: (i) o ajuste da economia brasileira à crise externa na década de 1980; (ii) a política de abertura comercial da segunda metade da década de 1980 e do início dos anos 1990; (iii) os efeitos da política macroeconômica da década de 1980 e da política de liberalização comercial dos anos 1990 sobre a agricultura, em especial sobre a agricultura familiar; e (iv) alguns comentários finais sobre o tema desenvolvido. Em 2011, este *paper*, com pequenas adaptações, foi publicado em livro sobre políticas agrícolas (DELGADO, 2011).

O GDAE da Universidade de Tufts, juntamente com o *Washington Office on Latin America* (WOLA), publicou um *policy report*, em inglês, espanhol e português (neste caso, com a coedição de ActionAid Brasil) sobre a pesquisa realizada na América Latina, com sínteses dos estudos de caso feitos nos países, conclusões e recomendações (PÉREZ; SCHLESINGER; WISE, 2008). Ademais, organizou um painel “*The Promise and the Perils of Agriculture Trade Liberalization in the Americas*” no Congresso de 2009 da *Latin American Studies Association* (LASA): Repensando as desigualdades, realizado no Rio de Janeiro, na PUC, em junho de 2009, do qual participei como expositor e debatedor.

(3.2.2) No final de 2008, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CONDRAF), um espaço público de participação entre representantes da sociedade civil e de órgãos governamentais para acompanhar e discutir as políticas públicas de desenvolvimento rural formuladas e implementadas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), convidou-

me a escrever um texto sobre o papel e o lugar atuais do rural no desenvolvimento nacional a ser apresentado e debatido em sua 35ª Reunião Ordinária programada para o início de 2009. Esta atividade fazia parte de uma estratégia mais ampla do CONDRAF, elaborada no rastro do sucesso de sua 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (1ª CNDRSS), realizada em Olinda/PE, em junho de 2008, de sensibilizar a sociedade e as agências governamentais para a importância do rural na sociedade brasileira, afrontando a ideia de seu progressivo desaparecimento e advogando a formulação e a operacionalização de uma nova visão de desenvolvimento rural para o Brasil (expressa no lema da 1ª CNDRSS: “por um Brasil rural com gente”).

A partir das resoluções da 1ª CNDRSS, o CONDRAF elaborou uma proposta de Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR), que foi aprovada em fevereiro de 2010. De acordo com Mattei (2010), o Conselho definiu uma agenda prioritária de trabalho até o final de 2011, na qual se sobressaíam duas atividades: a elaboração de Projeto de Lei, a ser debatido no Congresso Nacional, para a instituição de uma Política Nacional de Desenvolvimento Rural, e a promoção de um amplo debate da PDBR com o conjunto da sociedade brasileira, tanto para divulgar suas proposições como para legitimá-las. Tanto o texto sobre o papel e o lugar do rural (DELGADO, 2009b) como a organização posterior de uma coletânea de artigos (DELGADO, 2010d) tinham como objetivo, por parte do Conselho, alimentar, de forma mais qualificada, o debate em torno do PDBR nas agências governamentais e nas organizações da sociedade civil envolvidas com o rural.

Em Delgado (2009b) fiz uma extensa revisão do papel e do lugar ocupado pelo rural na política econômica implementada no Brasil em um longo período de tempo, que vai da década de 1950 até o segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, sugerindo que este papel não é fixo, mas tem sido adaptado, em primeiro lugar, para responder aos estímulos do mercado externo ou para enfrentar as crises recorrentes do balanço de pagamentos, via aumento das exportações, e,

subsidiariamente, para dar conta do abastecimento alimentar interno, em uma economia caracterizada por salários de base tradicionalmente reduzidos.

Ademais, o comportamento da relação economia e agricultura não se explica por uma conduta inevitável e fatalista das chamadas “forças econômicas”, mas decorre do tipo de governança predominante internamente – a existência ou não de um ambiente democrático mostrou-se decisiva em certos períodos – e da correlação de forças políticas nos planos nacional e internacional, dos quais dependem as escolhas de política econômica (ou a falta de opções em determinadas conjunturas), as características assumidas pelo crescimento econômico, e os grupos sociais que serão favorecidos ou penalizados pelo comportamento da economia e da agricultura. Nossa hipótese neste ensaio é de que a década de 1990 foi decisiva para demarcar os termos em que a disputa se faz na sociedade brasileira em relação ao futuro das relações entre economia e agricultura – sobre o papel da agricultura na economia – e sobre a apropriação e o significado do Brasil rural e do desenvolvimento rural.

De forma esquemática, este ensaio foi estruturado da seguinte maneira: (i) uma introdução estabelecendo as hipóteses utilizadas e os caminhos escolhidos de interpretação; (ii) a modernização conservadora da agricultura na década de 1970; (iii) o ajustamento doméstico à crise externa nos anos 1980; (iv) A década de 1990. A “confluência perversa” de dois projetos contraditórios: projeto neoliberal e agronegócio e projeto democratizante, reforma agrária e novo modelo de desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar; (v) O Governo Lula: oportunidades abertas para o projeto democratizante e continuidades do projeto neoliberal. O CONDRAF e os conceitos de rural e de desenvolvimento rural: tentativa de aproximação; e (vi) breves comentários finais sobre obstáculos, desafios e oportunidades para avançar na concepção e na implementação do processo de desenvolvimento rural no país.

O texto, com algumas reformulações, inclusive de título, foi publicado em um livro acadêmico como Delgado (2010e). Ademais, foi debatido na 35ª Reunião Ordinária do CONDRAF, em Brasília, onde fui palestrante, em março de 2009,

do “Painel: O papel do rural no desenvolvimento nacional”, da II Parte: Brasil Rural em Debate. Esta palestra deu origem a outra, “O lugar do rural no desenvolvimento do Brasil”, feita em Florianópolis/SC, em outubro de 2009, no X CONFASER (Congresso Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil) realizado e organizado pela FASER e pela FAPER.

A coletânea que organizei e que saiu em livro do CONDRAF reuniu ensaios que tratavam de temas relativos à caracterização do “novo rural”, dos “novos atores sociais” e das “novas políticas públicas”, todos com o intuito de abrir o debate sobre características relevantes do que muitos autores já vinham chamando de “nova ruralidade”, a complexidade e a diversidade que revelam e o *mix* de políticas públicas que demandam. Artigos de pesquisadores importantes nos temas foram incluídos no livro, como Maria de Nazareth Baudel Wanderley, Alfredo Wagner, Edna Castro, Renato Maluf, pesquisadores do OPPA/CPDA, entre outros. Escrevi a introdução do livro (DELGADO, 2010f), que incluiu ainda o texto escrito originalmente para o CONDRAF (DELGADO, 2010g) e um texto escrito anteriormente com outros colegas do OPPA sobre política territorial (DELGADO; LEITE; BONNAL; KATO, 2010).

Tive também uma participação, a pedido do CONDRAF, nos trabalhos de apoio à realização da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (2ª CNDRSS), que ocorreu em Brasília em dezembro de 2013. Assim, embora meu nome não apareça, fui o principal redator do documento básico da Conferência, o Documento de Referência (CONDRAF, 2013a), ponto de partida dos trabalhos realizados na mesma, a partir de discussões com a Secretaria Executiva do CONDRAF e das proposições apresentadas pelo MDA e por organizações da sociedade civil para os eixos temáticos em torno dos quais os debates na Conferência foram estruturados⁷⁰. Elaborei também (sem autoria

.....
⁷⁰ Foram sete os eixos temáticos definidos: (1) Desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e fortalecimento da agricultura familiar e agroecologia; (2) Reforma agrária e democratização do acesso à terra e aos recursos naturais; (3) Abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e promoção da qualidade de vida; (4) Gestão e participação social; (5) Autonomia das mulheres; (6) Autonomia e emancipação da juventude rural; e (7) Promoção do etnodesenvolvimento.

indicada) um outro documento da Conferência (CONDRAF, 2013b), que, a partir de sistematizações feitas previamente, organiza uma síntese, por tema, das proposições resultantes dos debates feitos em cada eixo temático, sugerindo, na medida do possível, avanços obtidos e desafios a serem enfrentados.

(3.2.3) Em 2010 fui convidado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário a fazer parte da delegação brasileira, presidida pelo então ministro Guilherme Cassel, à *International Conference on Dynamics of Rural Transformation in Emerging Economies*, organizada pelo MDA do Brasil, o *Department of Rural Development and Land Reform* da África do Sul, o *Development Research Center of the State Council* (DRC) da República Popular da China e o *Rimisp-Latin American Center for Rural Development* do Chile, sediada pela *Planning Commission* do Governo da Índia e pelo *Institute for Human Development* da Índia, e realizada na *National Academy of Agricultural Sciences*, Nova Délhi, Índia, em abril de 2010. Outros professores e pesquisadores do CPDA/UFRRJ e de outras universidades do país foram também convidados a fazer parte da delegação brasileira.

Para este evento elaborei o texto Delgado (2010h), a partir de Delgado (2009b), que foi apresentado no Grupo 3.1: Agricultura e Alimentação da Seção Temática Paralela 1 da *International Conference on Dynamics of Rural Transformation in Emerging Economies*, acima mencionada. Este texto foi posteriormente publicado em Delgado (2012a).

(3.2.4) Em 2011 e 2012 publiquei mais três textos: Delgado, Leite e Wesz Jr (2011), Delgado e Oliveira (2011) e Delgado (2012b). O primeiro sobre financiamento rural, retirado de um texto mais amplo (DELGADO; LEITE; WESZ JÚNIOR, 2010), sobre a performance do setor rural brasileiro, especialmente a relacionada à produção agrícola, tendo em vista os resultados das políticas públicas implementadas no período 2003-2009; o segundo sobre economia solidária; e o terceiro, um verbete sobre *commodities* agrícolas escrito para o *Dicionário da Educação do Campo* da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz.

(3.2.5) Em 2009, a coordenação do OPPA/CPDA foi procurada pelo então Diretor da Petrobras Biocombustível (PBio), Miguel Rossetto, ex-ministro do MDA no primeiro Governo Lula, com a proposta de realização de uma ampla pesquisa que permitisse analisar e avaliar as consequências socioeconômicas da política brasileira do biodiesel sobre os agricultores familiares, produtores principalmente de mamona, no semiárido nordestino e do norte de Minas Gerais, nas áreas de atuação das usinas da PBio. Após cerca de dois anos de tramitação, o projeto apresentado foi finalmente aprovado (envolvendo também o CENPES da Petrobras) e a pesquisa iniciou efetivamente em fevereiro de 2011.

A investigação foi intitulada “Bioenergia, Agricultura Familiar e Políticas de Desenvolvimento: impactos socioeconômicos da produção de biodiesel nas regiões de influência da Petrobrás” e a equipe de pesquisa foi composta de quatro coordenadores (Sergio Leite, Nelson Delgado, Georges Flexor e Alberto Di Sabatto) mais uma pesquisadora e três auxiliares de pesquisa, alunos do doutorado do CPDA à época. A equipe de pesquisa foi complementada pela inclusão de coordenadores regionais, localizados em estados com regiões do semiárido compreendidas pelas áreas de atuação da Petrobras: Ceará, Bahia, norte de Minas Gerais, Sergipe e Rio Grande do Norte (além de Pernambuco).

O objetivo da pesquisa foi caracterizar e avaliar os impactos sociais, econômicos e institucionais da instalação e da operacionalização, pela PBio, de unidades de produção industrial de biodiesel e da criação de uma cadeia produtiva correspondente em três estados do país: Bahia, Ceará e Minas Gerais. Tendo em vista construir uma perspectiva abrangente e comparativa dos impactos socioeconômicos, institucionais e ambientais da atuação da empresa nos três estados, o foco da pesquisa foi encaminhado para duas direções principais. A primeira tratou de analisar os impactos da presença e da atuação das usinas de produção de biodiesel (situadas em Candeias/BA, Quixadá/CE e Montes Claros/MG) sobre os processos produtivos e as condições de vida dos agricultores familiares que participavam da cadeia produtiva desenvolvida e que foram cadastrados pela empresa, em cada uma de suas regiões de atuação.

Nessa perspectiva, a pesquisa privilegiou duas dimensões em particular: (i) o exame das condições de sustentabilidade dos processos produtivos e das dinâmicas socioeconômicas que os agricultores familiares cadastrados pela empresa passaram a vivenciar e influir; e (ii) a avaliação das condições de inclusão social desses processos e dinâmicas desencadeados ou estimulados pela instalação e operação da cadeia produtiva desenvolvida. Para analisar essa última dimensão, foi necessário considerar não apenas os agricultores familiares cadastrados, mas o universo de agricultores familiares de cada uma das regiões consideradas.

A segunda direção seguida foi investigar os impactos da instalação e da operação das unidades de produção de biodiesel sobre o desenvolvimento local, ou seja, sobre os processos de desenvolvimento das regiões de atuação da empresa nos três estados: Bahia, Ceará e Minas Gerais.

Os instrumentos metodológicos utilizados pela pesquisa foram, de modo geral, (a) definição de uma abordagem metodológica básica para a avaliação de impactos socioeconômicos; (b) realização de *surveys* exploratórios – através de levantamento de informações existentes, visitas a campo e entrevistas com atores previamente escolhidos, em regiões específicas – de interesse para a construção da análise dos impactos tanto sobre os agricultores familiares como sobre o desenvolvimento local; (c) elaboração de um questionário e de um plano amostral para o levantamento, por meio de entrevistas, das características socioeconômicas, ambientais, organizacionais e de condições de vida dos agricultores participantes e dos possíveis efeitos da política sobre os mesmos (foi construída também, para controle, uma contra-amostra com agricultores familiares não participantes do programa); (d) digitação dos questionários, construção da máscara de entrada de dados e dos planos tabulares e tratamento das informações coletadas pelas entrevistas; (e) realização de novos *surveys* para investigar os possíveis impactos da política do biodiesel sobre os atores e as organizações locais e sobre alguns aspectos relevantes para o desenvolvimento local (consolidação e estabilização dos mercados etc.); e (f) construção de uma base de dados da produção acadêmica (teses, dissertações, livros, artigos etc.) sobre o tema do biodiesel e da agricultura familiar.

A pesquisa foi finalizada em 2014 e produziu seis produtos (relatórios) intermediários, tratando das diferentes etapas desta fase da pesquisa, tendo em vista os objetivos perseguidos e os instrumentos metodológicos utilizados (LEITE; DELGADO; FLEXOR; SABATTO, 2011-2013)⁷¹. Note-se que o conteúdo desses relatórios foi discutido sistematicamente com técnicos da PBio e do CENPES em reuniões realizadas para tal. O Produto 07 (LEITE; DELGADO; FLEXOR; SABATTO, 2014), de abril de 2014, é o relatório final da pesquisa, apresentando sinteticamente os principais resultados, análises e conclusões da mesma (contidos de forma extensa nos produtos intermediários)⁷².

De forma sintética, o Produto 07 foi estruturado de acordo com os seguintes capítulos: (1) atuação da Petrobras e da PBio na produção de biodiesel no semiárido brasileiro; (2) produção, comercialização e renda nos estabelecimentos familiares vinculados ao programa, nas áreas de atuação das usinas de Quixadá/CE, Candeias/BA e Montes Claros/MG; (3) indicadores sintéticos sobre a performance dos agricultores e suas correlações: entre capacidades, riscos e oportunidades; (4) caracterização socioeconômica dos agricultores e seus estabelecimentos: observações sobre os dados da amostra e da contra-amostra; (5) condições de vida dos agricultores familiares envolvidos com a produção de biodiesel nas áreas selecionadas pelo estudo; (6) o contratado, sua relação contratual e seus juízos avaliativos; (7) impactos externos da atuação da PBio: análise transversal nas áreas de atuação das três usinas; (8) à guisa de conclusão; e (9) referências bibliográficas.

Ainda durante 2014, a PBio mostrou interesse em dar continuidade à pesquisa, agora para investigar a mudança instituída em sua forma de atuação com os agricultores familiares participantes do programa do biodiesel. No início do mesmo, destacava-se, entre seus objetivos o de inclusão socioeconômica dos

.....
⁷¹ As datas de cada um desses produtos são as seguintes: Produto 01 – junho 2011, Produto 02 – agosto 2011, Produto 03 – março 2012, Produto 04 – agosto 2012, Produto 05 – março 2013, Produto 06 – setembro de 2013.

⁷² Foi elaborado um resumo executivo do Produto 07 com cerca de 20 p.

agricultores familiares do semiárido, produtores de mamona, de modo que o programa foi considerado como uma oportunidade de melhoria das condições de renda e de vida desses agricultores. Com os problemas enfrentados em sua execução no período 2008-2012, alguns deles bem documentados pela pesquisa realizada pelo OPPA, a PBio decidiu modificar sua forma de atuação, a partir da safra 2013/14, privilegiando agora a relação com um conjunto menor de agricultores familiares, aqueles com maior produtividade e mais “vocacionados” à produção comercial de mamona, ou seja, preferiu operar com um grupo “seleto”, “diferenciado” de agricultores familiares do semiárido nas áreas de atuação das três usinas existentes. Esses agricultores selecionados estão situados no que chamou de Polos de Produção⁷³. Na safra 2013/14 existiam 18 Polos de Produção (cerca de 80% dos quais concentrados na produção de mamona) com 2.100 agricultores familiares (aparentemente, a *crème de la crème* desses agricultores) recebendo assistência técnica diretamente fornecida pela Petrobras (outra inovação introduzida pelo novo modelo de atuação).

Em 2014 foi iniciada, então, a segunda fase da pesquisa com a PBio, com término previsto para o fim de 2016. Nesta fase, a equipe conta com quatro coordenadores (Nelson Delgado, Karina Kato, Georges Flexor e Alberto di Sabatto)⁷⁴, dois assistentes de pesquisa, alunos do doutorado do CPDA e da UFF, e quatro coordenadores regionais, responsáveis pelo trabalho de aplicação dos questionários em agricultores familiares selecionados de polos de produção existentes na Bahia, Ceará e norte de Minas Gerais e pela organização dos *surveys* que serão realizados nesses polos de produção.

O objetivo desta fase da pesquisa é de investigar a efetividade propositiva e operacional do novo modelo de atuação da Pbio e observar suas consequências

.....

⁷³ Segundo a PBio, o objetivo da criação dos Polos de Produção foi o de adensar e limitar a atuação comercial da empresa a esses polos, definidos, segundo ela, por critérios técnicos, agrônômicos, logísticos e estratégicos, visando a concentrar esforços e racionalizar custos operacionais. Os critérios utilizados na definição dos polos incluíram: aptidão dos solos, histórico de chuvas, análise de desempenho, concentração de agricultores e estudo logístico.

⁷⁴ Karina Kato substituiu Sergio Leite na equipe de coordenação a partir de setembro de 2015.

sobre as condições socioeconômicas e sobre a sustentabilidade dos agricultores familiares. Este modelo está baseado na ideia de construção de um processo de integração de agricultores familiares selecionados à empresa, com o pressuposto, bastante forte, de que o sucesso do processo de integração garantirá tanto o aumento da renda dos agricultores quanto a fidelização de sua relação com a empresa no tocante ao escoamento/comercialização da produção obtida. Por outro lado, o sucesso do processo de integração, tal como proposto, parece depender pelo menos: (i) da seleção dos agricultores que foi realizada (com agricultores que já tinham um compromisso prévio com a produção de mamona e com a obtenção de rendimentos físicos de produção mais elevados); (ii) do apoio técnico oferecido, direta ou indiretamente, pela PBio para transformar a agricultura familiar; e (iii) da capacidade da empresa de estimular experiências de pesquisa e desenvolvimento de oleaginosas e garantir o escoamento/comercialização da produção de mamona, em condições e com preços competitivos em relação aos demais comercializadores (tradicionais e modernos) existentes nas regiões/estados selecionados.

Assim sendo, questões alusivas à assistência técnica, relações contratuais, seleção dos agricultores, modelo de referência do padrão tecnológico perseguido, práticas produtivas e geração de renda nas propriedades familiares ganharão especial destaque para pensar os limites, os avanços e os desafios da política em curso, bem como para analisar as condições de sustentabilidade socioeconômica e técnica do modelo de integração proposto.

Os instrumentos metodológicos utilizados são semelhantes aos empregados na primeira fase, embora sejam aplicados em um contexto que inclui um número menor de agricultores selecionados⁷⁵: (a) desenho de um quadro analítico de referência; (b) construção do questionário a ser aplicado aos agricultores familiares e do plano amostral da pesquisa: foram selecionados na amostra três polos de

⁷⁵ Na primeira fase da pesquisa, foram selecionados cerca de 800 agricultores familiares na amostra e 200 na contra-amostra. Na segunda fase, foram sorteados 200 agricultores familiares, 150 recebendo assistência técnica direta (distribuídos nos 3 polos selecionados) e 50 assistência técnica indireta (o que ocorre apenas no polo de Monsenhor Tabosa/CE).

produção – Monsenhor Tabosa/CE, Morro do Chapéu/BA e Matias Cardoso/MG –, que congregam cerca de 50% dos agricultores que recebem assistência técnica direta da Petrobras; (c) digitação dos questionários, construção da máscara de entrada de dados e dos planos tabulares e tratamento das informações coletadas pelas entrevistas; (d) realização de *surveys* nos três polos de produção escolhidos para colher informações dos e sobre os técnicos que prestam assistência técnica direta aos agricultores “integrados” e sobre a visão dos representantes das três usinas da Petrobras e de outros atores sociais relevantes acerca do funcionamento do modelo e de seus efeitos sobre os agricultores participantes.

Esta fase da pesquisa já produziu um relatório intermediário (Produto 08), em junho de 2015, e estão previstos mais dois relatórios até o final da pesquisa.

(3.2.6) A partir de agosto de 2013 passei a fazer parte do Grupo Permanente de Análise de Conjuntura (GPAC) do Ministério de Desenvolvimento Agrário criado pelo então Ministro Pepe Vargas através da Portaria No. 71 de 21 de agosto de 2013. O GPAC tem sido viabilizado através de um convênio do MDA/NEAD com o OPPA/CPDA e durante 2013 e 2014 realizou reuniões mensais periódicas, com os pesquisadores convocados pela portaria ministerial – oriundos do OPPA, de outras universidades e de organizações especializadas em temas relevantes para o Grupo – e membros do escalão superior do MDA e de outros ministérios convidados a participar.

O objetivo do GPAC é fornecer subsídios técnicos em temas relativos às políticas macroeconômica, agrícola e de formação e regulação de preços no âmbito nacional e internacional e às dinâmicas e relações de interdependência entre as atividades rurais e urbanas, considerados indispensáveis para a qualificação da atuação do MDA na formulação e implementação de estratégias de desenvolvimento rural. O convênio que mantém o GPAC prevê a construção de um Banco de Dados Online, a publicação periódica de boletins ou textos de conjuntura e a realização de reuniões mensais do Grupo em Brasília. Além de ter estado presente em quase todas as reuniões do GPAC, escrevi também, em

parceria, um boletim sobre o tratamento do seguro agrícola na *Farm Bill* norte-americana de 2014 (DELGADO; LEITE; KATO, 2014).

(3.2.7) Por fim, participei de seminários, simpósios e oficinas, nos anos 2000, sobre temas que se enquadram na temática mais geral que estou expondo aqui. Assim, fui palestrante/expositor nos seguintes assuntos e eventos: (a) “A importância estratégica da agricultura familiar no processo de desenvolvimento rural sustentável” na Oficina de Nivelamento Conceitual sobre a Política Nacional de ATER promovida pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério de Desenvolvimento Agrário, Vitória (ES), outubro de 2004; (b) “Análise histórico-crítica dos modelos convencionais de desenvolvimento rural e agricultura” na Semana de Agroecologia do Maranhão promovida pelo Programa de Pós-Graduação em Agroecologia do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério de Desenvolvimento Agrário, São Luís (MA), abril de 2005; (c) 2ª Mesa: “Estratégias de Desenvolvimento Sustentável para a Agricultura Familiar” do Seminário sobre Comércio Internacional, Desenvolvimento e Agricultura Familiar, organizado pela Fetraf-Brasil, Deser e Fundação Heinrich Böll, Curitiba/PR, agosto de 2006; (d) “Análise do Programa Nacional de Financiamento da Agricultura Familiar – Pronaf: desafios e perspectivas” na II Etapa do Seminário sobre Sistemas Agroflorestais e Pronaf Florestal promovido pela AOPA (Associação de Agricultura Orgânica do Paraná), Curitiba/PR, agosto de 2006; (e) “Políticas públicas de participação social no Brasil” no Workshop sobre “A análise das políticas públicas agrícolas e rurais num contexto de transformação da agricultura: desafios, conceitos e práticas de pesquisa” organizado pelo CPDA/UFRRJ, em colaboração com o CIRAD (*Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement* – França), e com o apoio da Embaixada da França no Brasil e do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Rio de Janeiro, novembro de 2006.

Em continuidade: (f) “Governança e Implementação de Políticas para a Agricultura e o Meio Rural” no Seminário Internacional “Desafios Atuais das Políticas Públicas para o Meio Rural: Sustentabilidade, Agricultura e Segurança Alimentar”, realizado pelo CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, agosto de 2008; (g) na Mesa 2: “Os Impasses do Desenvolvimento Rural na Atualidade: Uma Reflexão a Partir das Diferentes Opções em Disputa na Sociedade” do I Seminário Temático de Extensão Rural: “As Transformações do Mundo Rural Contemporâneo e os Desafios para uma Nova Extensão Rural”, realizado pela Área de Extensão Rural do Departamento de Letras e Ciências Sociais da UFRRJ. Seropédica/RJ, outubro de 2008; (h) conferencista e debatedor no Simpósio “O Piauí na Era dos Grandes Projetos: Desenvolvimento, Ruralidades e Dinâmicas Sociais” organizado pelo Programa PROCAD/CAPES entre CPDA/UFRRJ e PPGAARQ-CCHL/UFPI, Teresina/PI, agosto de 2011; (i) na “Mesa 4: Arranjos institucionais, dinâmicas socioprodutivas e jogos políticos: explicando mudanças e continuidades no exercício das políticas públicas” no Seminário sobre Análise das Políticas Públicas na Agricultura Brasileira: Abordagens, Problemas de Pesquisa e Transformações em Curso, realizado por OPPA/CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, outubro de 2012; (j) na Oficina de Indicadores de Produção Inclusiva e Sustentável do Laboratório de Resultados do Programa Petrobras Socioambiental (como convidado e especialista), Rio de Janeiro, Universidade Petrobras, agosto de 2015.

(4) Para concluir esta incursão por minhas atividades nos anos 2000, existem algumas ações acadêmicas, administrativas e de intervenção pública que foram realizadas no período, mas que não se enquadram, *stricto sensu*, nos temas contemplados nas três grandes áreas temáticas indicadas anteriormente e que passo a comentar aqui.

No âmbito das atividades acadêmicas, principalmente no CPDA e na UFRRJ, fui coordenador da Área de Concentração em Desenvolvimento e Agricultura, de agosto de 2000 a 2004, e membro do Colegiado do CPDA de agosto de 2000

a fevereiro de 2008. Participo da Linha de Pesquisa “Políticas Públicas, Estado e Atores Sociais” e também sou membro dos Grupos de Pesquisa do CNPq: “Estado, Atores e Políticas de Desenvolvimento” e “Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura”.

Fui professor responsável pelas disciplinas da pós-graduação: (a) IH 1554 – Estágio de Docência na Graduação, carga horária: 15 horas/aula, 1 crédito. Rio de Janeiro, 1º semestre de 2001 e 2º semestre de 2003; e (b) IH 1546 – Laboratório de Pesquisa em Políticas Públicas, Estado e Atores Sociais, carga horária: 30 horas, 1 crédito, do 1º semestre de 2004 a 2014 (trata-se de uma disciplina dedicada fundamentalmente à orientação das dissertações e das teses dos orientados). Na graduação, lecionei a disciplina TH 510 – História Econômica – T01, Departamento de Economia/Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFRRJ, 4 créditos, 2º semestre de 2014.

Em abril de 2014 fui convidado para proferir a aula magna “Os desafios acadêmicos da interdisciplinaridade” no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Fui palestrante no “Seminário Comemorativo dos 30 Anos do CPDA. Dialogando entre as Ciências Sociais: Desenvolvimento Agricultura e Sociedade”, realizado no Rio de Janeiro, em junho de 2007, estando presente em dois eventos: na mesa-redonda I: CPDA: origens, percursos e atualidade e na mesa do Grupo de Trabalho Políticas Públicas, Estado e Atores Sociais. A palestra na mesa-redonda I foi publicada em Delgado (2010a) no livro organizado a partir do Seminário (LIMA; LEITE, 2010).

Participei, neste período, do comitê editorial das revistas *Ensaio FEE* (Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística), até 2013, *Revista de Economia* (Curitiba, UFPR), *Estudos Sociedade e Agricultura* (Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ) e *Desenvolvimento em Questão* (Ijuí/RS, UNIJUI), e fui um dos organizadores do livro Delgado, Lima e Moreira (2007).

Atuei como *referee*/parecerista das revistas: *Desacatos*, *Revista de Antropologia Social* do Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS) do México; *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* (RBEUR), Rio de Janeiro, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional; *Dados – Revista de Ciências Sociais* (Rio de Janeiro, IUPERJ); *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (RBCS), São Paulo, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS); *Revista de Política & Sociedade* (Florianópolis, Sociologia Política da UFSC); *Revista Sociedade & Estado* (Brasília, Departamento de Sociologia/ICS/UnB); *Mundo Agrário. Revista de Estudios Rurales* (La Plata, Argentina, Centro de Historia Argentina y Americana, Universidad de la Plata); *Estudos Sociedade e Agricultura* (Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ); e *IDEAS: Interface em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade* (Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ).

Também fiz parte de duas comissões examinadoras de concurso público de provas e títulos, a primeira como membro titular e a segunda como presidente: (a) para Professor Assistente no setor de Poder, Produção e Moeda no Espaço Internacional, realizado no Núcleo de Estudos Internacionais (NEI)/CCJE/UFRJ, Rio de Janeiro, 04-07 de maio de 2009; e (b) para Professor Adjunto na área de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade do DDAS/CHS/UFRRJ, referente ao Edital 29/2011, designado pela Portaria GR no. 875 de 27 de julho de 2011 do Reitor da UFRRJ, Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2011.

Fora das atividades acadêmicas, destaco o seguinte: (a) presidente do Conselho Administrativo da organização não governamental AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa) de 2000 a 2003; (b) participação nos seminários “Os sentidos da democracia e da participação”, organizado pelo Instituto Pólis, em São Paulo, julho de 2004, e “Formas de participação no Brasil contemporâneo”, organizado pela Fundação Ford no Rio de Janeiro, em setembro de 2004; e (c) elaboração de dois relatórios de avaliação institucional do IBASE, realizadas em 2010 e 2013 (DELGADO, 2010i e DELGADO;

PANDOLFI, 2013); (d) expositor no programa de televisão “Sobre Rochas” do Canal Globosat, “Episódio 13: Oeste Paulista – Terra Roxa e Agronegócio”. Duração: 60 minutos. Gravado em março de 2015.

Referências

1. PUBLICAÇÕES DO AUTOR

DELGADO, Nelson Giordano. Capitalização e crescimento em uma grande cooperativa do Paraná: o caso da Cocamar, 1969-81. **Estudos FEE**, Porto Alegre, 4(1), p. 65-89, 1983.

DELGADO, Nelson Giordano. Tecnologias alternativas para a agricultura: notas para debate. **Boletim do Projeto Tecnologias Alternativas**, Rio de Janeiro, I(2), p. 2-4, outubro/novembro/dezembro 1985a.

DELGADO, Nelson Giordano. Debate sobre tecnologias alternativas. **Proposta**: Experiências em Educação Popular, Rio de Janeiro, FASE, no. 27, p. 73-85, novembro 1985b.

DELGADO, Nelson Giordano et alii. **Programa**: Instrumento Operacional da Política de Fomento da FINEP. Rio de Janeiro, FINEP, mimeo., outubro de 1987, 30 p.

DELGADO, Nelson Giordano. A agricultura nos Planos de Desenvolvimento do Governo Federal: do Plano Trienal ao III PND. In: BENETTI, Maria D. e FRANTZ, Telmo R. (orgs.). **Desenvolvimento e Crise do Cooperativismo Empresarial do Rio Grande do Sul, 1957-1984**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, segunda edição revista e ampliada, 1988, p. 35-111.

DELGADO, Nelson Giordano. **Economia e Agricultura no Brasil nas Décadas de 70 e 80**. Rio de Janeiro, mimeo., abril de 1989a.

DELGADO, Nelson Giordano. **Políticas Diferenciadas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Rio de Janeiro. Relatório realizado para o Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA), mimeo, junho de 1989b, 153 p.

DELGADO, Nelson Giordano. A relevância da política agrícola. **Proposta**: Revista Trimestral de debate da FASE, Rio de Janeiro, ano XIV, nº 44, p. 5-8, maio de 1990a.

DELGADO, Nelson Giordano. Agricultura e reforma agrária no planejamento econômico (1963-1985). **Proposta**: Revista Trimestral de debate da FASE, Rio de Janeiro, ano XIV, nº 44, p. 38-45, maio de 1990b.

DELGADO, Nelson Giordano. **Análise da comercialização nos seringais e nos municípios do Vale do Acre**. Rio Branco, Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), dezembro 1993, 11 p.

DELGADO, Nelson Giordano. O Contexto macroeconômico e as transformações recentes da agricultura e da indústria agroalimentar do Cone Sul. In: PUIGNAU, Juan P.; BUSCHINELLI,

Claudio C.A. (Eds.) **Recursos Naturales y Sostenibilidad Agrícola**. Montevideo: Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura/Programa Cooperativo para el Desarrollo Tecnológico Agropecuario del Cono Sur (IICA/PROCISUR), Diálogo XLII, 1994a, p. 7-15. DELGADO, Nelson Giordano. O Contexto macroeconômico e as transformações recentes da agricultura e da indústria agroalimentar do Cone Sul. **Revista de Economia** (Universidade Federal do Paraná), Curitiba, ano 20, no. 18, p. 107-120, 1994a.

DELGADO, Nelson Giordano. **Observações adicionais sobre o relatório do Rio Grande do Sul no Levantamento de informações sobre o PRORENDA T1 em Pernambuco e no Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1994b, 6 p.

DELGADO, Nelson Giordano. Política activa para la agricultura y Mercosur: observaciones a partir del caso brasileño. In: CLOQUELL, Silvia; SANTOS, Eduardo. **Argentina Frente a los Procesos de Integración Regional**: Los Efectos sobre el Agro. Rosario, Argentina: Ediciones Homo Sapiens, 1995a, p. 179-187.

DELGADO, Nelson Giordano. Política ativa para a agricultura e Mercosul: observações a partir do caso brasileiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, CPDA/UFRJ, n. 4/5, p. 239-249, novembro 1995b.

DELGADO, Nelson Giordano. As bases para um novo modelo agrícola e o papel da cooperação internacional. In: KAISER, Wolfgang (coord.). **Terra e Democracia**: Novas Bases para a Cooperação Internacional. São Paulo/Rio de Janeiro, ABONG/Núcleo de Animação Terra e Democracia, 1996a, p. 60-63.

DELGADO, Nelson Giordano. O Curso "Vittorio Marrama": observações sobre uma experiência eurolatino-americana de mestrado em políticas agrícolas e desenvolvimento rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, CPDA/UFRJ, n° 6, pp. 49-64, julho 1996b.

DELGADO, Nelson Giordano. **Condicionantes externos à reforma do Estado**: o caso da política agrícola no Brasil. Uma comunicação de pesquisa. Trabalho apresentado no Seminário Internacional sobre "Instituições e Desenvolvimento Econômico. Uma Perspectiva Comparativa sobre a Reforma do Estado", organizado pelo Programa de Ensino e Pesquisa em Reforma do Estado do CPDA/UFRJ, com o apoio do NUSEG/UERJ e patrocínio da CAPES, IPRI-Itamarati, e CNPq. Rio de Janeiro, 12 a 14 de novembro de 1997, mimeo, 1997a, 20 p.

DELGADO, Nelson Giordano. Considerações acerca da inserção do Brasil no sistema agroalimentar internacional. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, N. 25(3), p. 147-168, novembro 1997b.

DELGADO, Nelson Giordano. **Política Econômica, Ajuste Externo e Agricultura**. Trabalho apresentado no Seminário Debates CPDA, Rio de Janeiro, mimeo, setembro 1998a, 44 p.

DELGADO, Nelson Giordano. **Condicionantes Externos à Reforma do Estado no Brasil**: O GATT e o Acordo Agrícola da Rodada Uruguai. Projeto CPDA – Programa de Ensino e Pesquisa em Reforma do Estado (CNPq, CAPES, FINEP, MARE), Rio de Janeiro, mimeo, agosto 1998b, 106 p.

DELGADO, Nelson Giordano. Resenha do livro de Sylvia Ostry, *The Post-Cold War Trading System. Who's on First?*. Twentieth Century Fund: University of Chicago Press, 1997, 309 p. **Democracia Viva**, Rio de Janeiro: IBASE, n° 3, p.115-6, julho 1998c.

DELGADO, Nelson Giordano. O Projeto Prorenda Rural do Pará e sua Parceria com o Pronaf e com Outros Programas Governamentais. In: **Relatório Final da Missão de Avaliação da GTZ do Projeto PRORENDA Rural do Pará**, mimeo, março de 2000a, pp. 5-20.

DELGADO, Nelson Giordano. **O Projeto Prorenda Rural da Bahia e os Programas Governamentais de Desenvolvimento Rural do Estado**: Possibilidades de Articulação e de Cooperação. Relatório da Avaliação do Projeto Prorenda Rural da Bahia, mimeo, abril de 2000b, 29 p.

DELGADO, Nelson Giordano. As relações entre a macroeconomia e a política agrícola. Provocações para um debate interrompido. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, CPDA/UFFJ, n° 14, p. 173-180, abril de 2000c.

DELGADO, Nelson Giordano. **O Regime de Bretton Woods para o Comércio Mundial**: Origens, Instituições e Significado. 2000. 454f. Tese (Doutorado), Centro de Pesquisa em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000d.

DELGADO, Nelson Giordano. Desenvolvimento local e extensão rural e pesquisa: reflexões metodológicas, Rio de Janeiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n° 16, p. 62-73, abril 2001.

DELGADO, Nelson Giordano. Reflexões sobre Cancun de uma perspectiva brasileira. **Tierra Nueva** (Boletín Electrónico del Foro Rural Mundial). Gernika, País Vasco, N° 4, p. 11, Outubro 2003a, Disponível em: <<http://www.ruralforum.net>>.

DELGADO, Nelson Giordano. **Relatório do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável da GTZ – Bahia e Espírito Santo**. Rio de Janeiro: GTZ, dezembro de 2003b, 26 p.

DELGADO, Nelson Giordano. Desenvolvimento local e extensão rural e pesquisa: reflexões metodológicas. In: Prorenda Rural - PE (org.). **Extensão Pesquisa**: Desafios Contemporâneos. Recife, Prorenda Rural-PE, 2003c, p. 153-167.

DELGADO, Nelson Giordano. Extensão e desenvolvimento local: em busca da construção de um diálogo. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, RS, UNIJUÍ-RS, Ano I, n° 1, p. 229-237, janeiro/junho 2003d.

DELGADO, Nelson Giordano. Extensão e desenvolvimento local: em busca da construção de um diálogo. In: Prorenda Rural-PE (org.). **Extensão e o Novo Espaço Rural no Nordeste Brasileiro**: Coletânea de Palestras. Recife: Edições Bagaço, 2003e, p. 20-23.

DELGADO, Nelson Giordano. Em busca de outra hierarquia de poder. **Democracia Viva**, Rio de Janeiro, IBASE, Edição Especial: Tornando possível o outro mundo, 25, p. 78-81, janeiro/fevereiro 2005.

DELGADO, Nelson Giordano. Negociações comerciais internacionais e agricultura familiar no primeiro Governo Lula. Avanços e impasses. In: LIMA, Eli Napoleão de; DELGADO, Nelson Giordano; MOREIRA, Roberto José (orgs). **Mundo Rural IV. Configurações Rural-Urbanas**: Poderes e Políticas. Rio de Janeiro/Seropédica-RJ, Mauad X/Editora da UFRRJ, 2007a, p. 171-197.

DELGADO, Nelson Giordano. Novas Expectativas de Retomada da Rodada de Doha da OMC. Será Possível? E Para quê? **Artigos Mensais OPPA**. Rio de Janeiro, Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA/CPDA), N. 8, 3 p., setembro 2007b. Também publicado no site eletrônico da Revista Carta Maior (www.cartamaior.com.br).

DELGADO, Nelson Giordano. **Liberalização Comercial e Agricultura Familiar**: A Experiência das Décadas de 1980 e 1990. Rio de Janeiro, paper elaborado para a Tufts University, mimeo, julho 2007c, 42 p.

DELGADO, Nelson Giordano. Política econômica, neoliberalismo e agricultura. In: COSTA, Luiz Flávio de Carvalho; FLEXOR, Georges; SANTOS, Raimundo (orgs.). **Mundo Rural Brasileiro: Ensaios Interdisciplinares**. Rio de Janeiro/Seropédica, RJ, Mauad X/EDUR, 2008, p. 199-237.

DELGADO, Nelson Giordano. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, Sergio (org.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre, Ed. Da UFRGS, 2ª. ed., 2009 (1ª. ed: 2001), p. 17-54.

DELGADO, Nelson Giordano. **Papel e Lugar do Rural no Desenvolvimento Nacional**. Rio de Janeiro, CONDRAF (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário)/Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), mimeo, fevereiro de 2009b, 46 p.

DELGADO, Nelson Giordano. Sociedade Civil, Estado e Protagonismo Institucional no Desenvolvimento Territorial: Avanços e Obstáculos no Caso do Território Rural da Borborema/PB. Campina Grande/PB. **Raízes**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, (Dossiê: Território, sustentabilidade e ação pública, organizado por Marc Piraux e Márcio Caniello), Campina Grande, v. 28, N. 1 e 2 e v. 29, n. 1, p. 41–51, jan./2009 a jun./2010.

DELGADO, Nelson Giordano. Depoimento. In: LIMA, Eli Napoleão de; LEITE, Sergio Pereira (orgs.). **CPDA 30 Anos: Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**. Rio de Janeiro-Seropédica/RJ, Mauad X-EDUR, 2010a, p. 154-163.

DELGADO, Nelson Giordano. Governo Lula, negociações comerciais internacionais e agricultura familiar no Brasil. Reflexões sobre uma Experiência. In: OHMSTEDE, A. Escobar; CASTRO, F.I. Salmerón; CRUZ, L.R. Valladares de la; ESCMILLA, G. (coord.). **Reformas del Estado: Movimientos Sociales y Mundo Rural en el Siglo XX en América Latina**. México, UNAM-El Colegio de México-INAH-CIESAS-

Universidad Iberoamericana-UAM-Colegio de Etnólogos y Antropólogos Sociales-El Colegio de Michoacán (Catedra Interinstitucional Arturo Warman), 2010b, p. 495-532.

DELGADO, Nelson Giordano. Diálogos do IV Fórum: a importância do território como alternativa de desenvolvimento em um contexto de globalização. Apresentação. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (orgs.). **Reflexões sobre Políticas de Desenvolvimento Territorial: IV Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial**. Brasília, IICA, Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Vol. 11, 2010c, p. 43-46.

DELGADO, Nelson Giordano (org.). **Brasil Rural em Debate: Coletânea de Artigos**. Brasília, DF, CONDRAF/MDA, 2010d, 362 p.

DELGADO, Nelson Giordano. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: MOREIRA, Roberto J.; BRUNO, Regina (orgs.). **Dimensões Rurais de Políticas Brasileiras**. Rio de Janeiro e Seropédica, Mauad X e Edur/UFRRJ, 2010e, p. 17-53.

DELGADO, Nelson Giordano. Introdução. In: DELGADO, Nelson G. (org.). **Brasil Rural em Debate: Coletânea de Artigos**. Brasília, DF, CONDRAF/MDA, 2010f, p. 11-26.

DELGADO, Nelson Giordano. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: DELGADO, Nelson G. (org.). **Brasil Rural em Debate: Coletânea de Artigos**. Brasília, D.F., CONDRAF/MDA, 2010g, p. 28-78.

DELGADO, Nelson Giordano. **Agronegócio e Agricultura Familiar no Brasil: Desafios para a Transformação Democrática do Meio Rural**. Rio de Janeiro, mimeo, março de 2010h, 34 p.

DELGADO, Nelson Giordano. **Relatório de Avaliação Institucional do IBASE**. Rio de Janeiro, mimeo, julho 2010i, 21 p.

DELGADO, Nelson Giordano. Política econômica, liberalização comercial e agricultura familiar: a experiência brasileira das décadas de 1980 e 1990. In: BONNAL, Philippe; LEITE, Sergio Pereira (orgs.). **Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação**. Rio de Janeiro: Mauad, 2011, p. 279-341.

DELGADO, Nelson Giordano. Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: desafios para a transformação democrática do meio rural. **Revista Novos Cadernos NAEA**, Universidade Federal do Pará (UFPA), vol. 15, no. 1, p. 85-129, junho de 2012a.

DELGADO, Nelson Giordano. Commodities agrícolas. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO P.; FRIGOTTO, G. (orgs.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro/ São Paulo, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio-Fiocruz/Expressão Popular, 2012b, p. 133-141.

DELGADO, Nelson Giordano; BASSO, David; SILVA NETO, Benedito. O estudo de trajetórias de desenvolvimento rural: caracterização e comparação de diferentes abordagens, **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, RS, UNIJUI, Ano I, n° 1, p. 73-105, janeiro/junho 2003.

DELGADO, Nelson Giordano, BONNAL, Philippe e CAZELLA, Ademir Antonio. Capítulo 1 – Subsídios metodológicos ao estudo do desenvolvimento territorial rural. In: DELGADO, Nelson G.; LEITE, Sergio P. (orgs.). **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Brasília, DF: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Volume 14, agosto de 2011, p. 35-60.

DELGADO, Nelson Giordano; BONNAL, Philippe; CAZELLA, Ademir Antonio. Contribuições ao estudo do desenvolvimento territorial rural: reflexões metodológicas a partir do caso brasileiro. **Bilbio 3W: Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**,

Barcelona, Espanha, Vol. XVII, no. 1002, noviembre 2012.

DELGADO, Nelson Giordano; CAZELLA, Ademir; MATTEI, Lauro. Políticas públicas para a agricultura familiar: o caso do Pronaf Infraestrutura e Serviços no estado de Santa Catarina. In: V Simpósio Latino-americano sobre Investigação e Extensão em Pesquisa Agropecuária (IESA) e V Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção (SBSP), 2002, Florianópolis, SC. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: SBSP, 2002a, 21 p., CD-ROM.

DELGADO, Nelson Giordano; CAZELLA, Ademir; MATTEI, Lauro. A gestão do Pronaf Infraestrutura e Serviços pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural: evidências sobre o estado de Santa Catarina. In: XL Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER): Equidade e Eficiência na Agricultura Brasileira. 2002, Passo Fundo, RS. **Anais eletrônicos...** Passo Fundo, RS, UPF/ CEPEAC, 2002b, CD-ROM.

DELGADO, Nelson Giordano; CORNWALL, Andrea; CORDEIRO, Silvia. Estudo de caso sobre o Conselho Municipal de Saúde de Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco. In: **Relatório Final do Projeto Olhar Crítico sobre participação e cidadania na construção de políticas públicas no Brasil**, Rio de Janeiro, ActionAid Brasil, DFID Brazil (Department for International Development), IDS (Institute of Development Studies), University of Sussex, England, 2004, 29 p.

DELGADO, Nelson Giordano; CORNWALL, Andrea; CORDEIRO, Silvia. Rights to health and struggles for accountability in a Brazilian municipal health council. In: NEWELL, Peter; WHEELER, Joanna (eds.). **Rights, Resources and the Politics of Accountability**. London and New York, Zed Books, 2006a, p. 144-161.

DELGADO, Nelson Giordano; CORNWALL, Andrea; CORDEIRO, Silvia. Direitos à saúde e lutas em favor da transparência em um conselho municipal de saúde brasileiro.

Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, CPDA/UFRJ, vol. 14, n° 1, p. 114-141, abril 2006b.

DELGADO, Nelson Giordano; CORNWALL, Andrea; CORDEIRO, Silvia. A luta por participação e controle social em um Conselho Municipal de Saúde. In: ROMANO, Jorge O.; ANDRADE Maristela de Paula; ANTUNES, Marta (orgs.). **Olhar Crítico sobre Participação e Cidadania: A Construção de uma Governança Democrática e Participativa a Partir do Local**. São Paulo, Expressão Popular, 2007 (Coleção Olhar Crítico, Volume 1), p. 199-255.

DELGADO, Nelson Giordano; GRISA, Cátia. Capítulo 8: Institucionalidades, Governança e Projetos Territoriais na Política de Desenvolvimento Rural no Brasil. In: LEITE, Sergio Pereira (org.). **Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil - Volume I**. Brasília, IICA, Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Volume 19, 2013, p. 239-287.

DELGADO, Nelson Giordano; GRISA, Cátia. Políticas de desenvolvimento territorial e pobreza rural no Brasil: análise das institucionalidades e da governança. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, UFRJ, vol. 22, no. 1, p. 132-163, abril de 2014.

DELGADO, Nelson Giordano; GRISA, Cátia. **Revisitando pesquisas realizadas pelo OPPA/CPDA sobre desenvolvimento territorial rural no Brasil: sistematização e reflexões preliminares sobre alguns temas investigados**. Rio de Janeiro, Projeto CAPES/COFECUB "Território, Pobreza e Políticas Públicas: uma abordagem pela territorialização", mimeo, novembro 2014, 24 p.

DELGADO, Nelson Giordano; GRZYBOWSKI, Cândido. Integração e lutas sociais no campo. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, 7(1), p. 213-215, 1986.

DELGADO, Nelson Giordano; KATO, Karina. As Negociações Comerciais Internacionais para Conclusão da Rodada de Doha: "Como sempre, muito barulho ... por nada". **Artigos Mensais OPPA**, Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA/CPDA), Rio de Janeiro, n° 28, 4 p., julho 2009.

DELGADO, Nelson Giordano; KLEIN, Lúcia. Recursos para a ciência: evolução e impasses. **Ciência Hoje**, vol. 08, no. 48, p. 28-33, novembro de 1988.

DELGADO, Nelson Giordano; KLEIN, Lúcia. **Relatório FNDCT: Evolução e Impasses**, Rio de Janeiro, FINEP, mimeo, dezembro de 1987, 36 p.

DELGADO, Nelson Giordano; LASA, Cláudio. Capítulo 2: Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Território de Irecê (BA). In: LEITE, Sergio Pereira (org.). **Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil: Estudos de Caso - Volume II**. Brasília, DF, IICA, Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Volume 20, 2013, p. 75-138.

DELGADO, Nelson Giordano; LAVINAS, Lena; MALUF, Renato; ROMANO, Jorge. Libre-échange, ajustement structurel et agriculture: le cas du Brésil. **Cahiers des Amériques Latines**, N. 12, Paris, Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, Université de la Sorbonne Nouvelle, p. 89-106, 1991.

DELGADO, Nelson Giordano; LAVINAS, Lena; MALUF, Renato; ROMANO, Jorge. Libre-échange, ajustement structurel et agriculture: le cas du Brésil. In: ZYLBERBERG, Jacques ; DEMERS, François (orgs.). **L'Amérique et les Amériques**. Sainte-Foy, Les Presses de l'Université Laval, Association canadienne des études latino-américaines et caraïbes, 1992, p. 449-472.

DELGADO, Nelson Giordano; LAVINAS, Lena; MALUF, Renato; ROMANO, Jorge. O Projeto Mercosul: Sugestões para Debate. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina (orgs.). **Integração, Região e Regionalismo**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1994a, p. 89-100.

DELGADO, Nelson Giordano; LAVINAS, Lena; MALUF, Renato; ROMANO, Jorge. Aggiustamento strutturale e agricoltura in Brasile. **La Questione Agraria**, Roma, N. 54, p. 45-73, 1994b.

DELGADO, Nelson Giordano; LAVINAS, Lena; MALUF, Renato; ROMANO, Jorge. **Estratégias Agroindustriais e Grupos Sociais Rurais**: O Caso do Mercosul. Rio de Janeiro, Forense Universitária-UFRRJ, 1996a.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira (orgs.). **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Brasília, DF, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Volume 14, agosto de 2011a, 235 p.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira. Capítulo 3 – Gestão social e novas institucionalidades no âmbito da política de desenvolvimento territorial. In: DELGADO, Nelson G.; LEITE, Sergio P. (orgs.). **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Brasília, DF, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Volume 14, agosto de 2011b, p. 89-130.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira. Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. **Dados**: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 54, n° 2, 2011c, p. 431-473.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira. Capítulo 4: Atualização das Políticas

de Desenvolvimento Territorial no Meio Rural Brasileiro. In: LEITE, Sergio Pereira (org.).

Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil - Volume I. Brasília, IICA, Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Volume 19, 2013, p. 125-148.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira. O PRONAT e o PTC: possibilidades, limites e desafios das políticas territoriais para o desenvolvimento rural. In: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio (orgs.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**, Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, Série Estudos Rurais, 2015, p. 239-259.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira; BONNAL, Philippe; KATO, Karina. **Desenvolvimento Territorial**: Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais - Relatório Final. Rio de Janeiro, Convênio IICA-OPPA/CPDA/UFRRJ, dezembro de 2007, 72 p.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira; BONNAL, Philippe; KATO, Karina. Desenvolvimento Territorial: Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais. In: MIRANDA, Carlos; TIBÚRCIO, Breno (orgs.). **Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais**. Brasília, DF, IICA, Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Vol. 8, 2008 p. 69-169.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira; BONNAL, Philippe; KATO, Karina. Políticas públicas, desenvolvimento territorial e atores sociais no meio rural. In: DELGADO, Nelson Giordano (org.). **Brasil Rural em Debate**: Coletânea de Artigos. Brasília, D.F., CONDRAF/MDA, 2010, p. 319-362.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira; BONNAL, Philippe; KATO, Karina; LASA, Claudio. Memória e Relatoria do II Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial: Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais. In: MIRANDA, Carlos; TIBÚRCIO, Breno (orgs.). **Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais**. Brasília,

IICA, Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Vol. 8, 2008, p. 171-282.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira; BONNAL, Philippe; KATO, Karina; LASA, Claudio. *Memória e Relatoria do III Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial: Modelos e Instrumentos para a Gestão Social dos Territórios*. In: BACELAR, Tânia et al. **Gestão Social dos Territórios**. Brasília, IICA, Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Vol. 10, 2009, p. 155-227.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira; KATO, Karina. **O seguro agrícola na Farm Bill de 2014**: notas de conjuntura. Rio de Janeiro, Grupo Permanente de Análise de Conjuntura (GPAC), NEAD/MDA-OPPA/CPDA, mimeo, 2014, 21 p.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira; SCHMITT, Claudia Job; GRISA, Catia; KATO, Karina; WESZ JUNIOR, Valdemar. **Análise Comparativa de Referenciais de Ruralidades e Tipologias para Caracterização dos Espaços Rurais em Países Selecionados da América Latina e Europa**: Proposta de Trabalho. Projeto Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil e suas Implicações para as Políticas Públicas. Rio de Janeiro, OPPIA/CPDA/UFRRJ e IICA, julho de 2012a, 36 p.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira; SCHMITT, Claudia Job; GRISA, Catia; KATO, Karina; WESZ JUNIOR, Valdemar. **Tipologias de Ruralidade em Agências Multinacionais e Organismos Internacionais Selecionados**: Relatório de Pesquisa. Projeto Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil e suas Implicações para as Políticas Públicas. Rio de Janeiro, OPPIA/CPDA/UFRRJ e IICA, novembro de 2012b, 66 p.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira; SCHMITT, Claudia Job; GRISA, Catia; KATO, Karina; WESZ JUNIOR, Valdemar. **Concepções de Ruralidade e Políticas Públicas na América Latina e na Europa: Análise Comparativa de Países Selecionados**: Relatório

Final da Pesquisa. Projeto Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil e suas Implicações para as Políticas Públicas. Rio de Janeiro, OPPIA/CPDA/UFRRJ e IICA, julho de 2013a, 287 p.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira; SCHMITT, Claudia Job; GRISA, Catia; KATO, Karina; WESZ JUNIOR, Valdemar. **Tipologias de Ruralidade em Agências Multinacionais e Organismos Internacionais Selecionados**. In: MIRANDA, Carlos; SILVA, Heithel (orgs.). **Concepções da Ruralidade Contemporânea: As Singularidades Brasileiras**. Brasília, DF, IICA, Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Vol. 21, 2013b, p. 77-147.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira; SCHMITT, Claudia Job; GRISA, Catia; KATO, Karina; WESZ JUNIOR, Valdemar. **Concepções de Ruralidade e Políticas Públicas na América Latina e na Europa: Análise Comparativa de Países Selecionados**. In: MIRANDA, Carlos; SILVA, Heithel (orgs.). **Concepções da Ruralidade Contemporânea: As Singularidades Brasileiras**. Brasília, DF, IICA, Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Vol. 21, 2013c, p.149-410.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira; WESZ JUNIOR, Valdemar. **Nota Técnica: Produção Agrícola**. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, mimeo, fevereiro de 2010, 43 p.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira; WESZ JUNIOR, Valdemar. **Nota Técnica sobre Financiamento Rural no Brasil**. **Site do Reporter Brasil**, Rio de Janeiro, OPPIA/CPDA/UFRRJ, 11 p., outubro de 2011.

DELGADO, Nelson Giordano; LIMA, Eli Napoleão de; MOREIRA, Roberto José (orgs.). **Mundo Rural IV. Configurações Rural-Urbanas: Poderes e Políticas**. Rio de Janeiro/Seropédica-RJ, Mauad X/Editora da UFRRJ, 2007.

DELGADO, Nelson Giordano; LIMONCIC, Flávio. Reflexões preliminares sobre espaços públicos de participação no Governo Lula. **Democracia Viva** (Edição Especial: Quando a participação faz diferença), Rio de Janeiro, IBASE, N. 23, p. 62-69, agosto/setembro de 2004.

DELGADO, Nelson Giordano; LOPES, Eliano Sérgio; GRISA, Catia. Capítulo 3: Desenvolvimento Territorial, Políticas Públicas e Enfrentamento da Pobreza no Território Sertão Ocidental (SE). In: LEITE, Sergio Pereira (org.). **Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil: Estudos de Caso - Volume II**. Brasília, IICA, Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Volume 20, 2013, p. 139-170.

DELGADO, Nelson Giordano; MALUF, Renato S. Comércio e desenvolvimento no Acordo sobre Agricultura da OMC: o Brasil e a proposta de uma Caixa de Desenvolvimento. In: ActionAid Brasil (org.). **Agricultura, Meio Ambiente e Acesso ao Mercado Internacional: Para Quê e Para Quem?** Rio de Janeiro, ActionAid Brasil, agosto 2002, p. 7-34.

DELGADO, Nelson Giordano; OLIVEIRA, Benedito Anselmo. A economia solidária: variantes e alguns suportes constitutivos. **Gerais-Revista Interinstitucional de Psicologia**, 4(2), Edição Especial: Políticas Socioambientais e Empreendedorismo Social, p. 173-185, 2011.

DELGADO, Nelson Giordano; OLIVEIRA, Guacira de; LESBAUPIN, Ivo; MARTINS, Antonio. **Olhares e Reflexões: Bases para a Construção de uma Agenda Pós-Neoliberal**. Projeto Agenda Pós-Neoliberal 2003-2005, Rio de Janeiro, IBASE, janeiro de 2006, 35 p. Publicado também em espanhol e em inglês.

DELGADO, Nelson Giordano; PANDOLFI, Dulce. **Relatório de Avaliação Institucional do IBASE**. Rio de Janeiro, mimeo, janeiro de 2014, 53 p.

DELGADO, Nelson Giordano; ROMANO, Jorge. **Levantamento de informações sobre o PRORENDTA T1 em Pernambuco e no Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Núcleo de Animação Terra e Democracia, mimeo, março de 1994, 79 p.

DELGADO, Nelson Giordano; ROMANO, Jorge. Experiências associativas de geração de renda entre agricultores familiares do Nordeste e do Sul do Brasil. In: ROMANO, Jorge; DELGADO, Nelson; TORT, Maria Isabel; LOMBARDO, Patricia. **El Estudio de Formas Asociativas Alternativas en la Agricultura: Los Casos de Argentina y Brasil**. Buenos Aires, INTA/IESR/ REDCAPA, agosto de 1995, p. 1-53.

DELGADO, Nelson Giordano; ROMANO, Jorge. Políticas Públicas para a Agricultura Sustentável. O Caso de Rebouças, Paraná, Brasil. In: **Relatório do Projeto Internacional Policies that Work for Sustainable Agriculture and Regenerating Rural Economies (PTW)**, Londres/ Rio de Janeiro, IIED/ AS-PTA, CPDA/ UFRRJ, março de 1999a, 182 p.

DELGADO, Nelson Giordano; ROMANO, Jorge. Sistemas agrários, atores sociais e construção de políticas públicas alternativas para o desenvolvimento rural local: o caso de Rebouças/PR. In: COSTA, Luiz Flávio de C.; MOREIRA, Roberto J.; BRUNO, Regina (orgs.). **Mundo Rural e Tempo Presente**. Rio de Janeiro, Mauad, 1999b, p. 213-236.

DELGADO, Nelson Giordano; ROMANO, Jorge. Os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural como Processos Sociais. In: MOREIRA, Roberto José; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho (orgs.). **Mundo Rural e Cultura**. Rio de Janeiro, Mauad, 2002, p. 285-302.

DELGADO, Nelson Giordano; ROMANO, Jorge. **O Fórum Social Mundial: Espaço de Tradução da Diversidade para a Mobilização Social**. Rio de Janeiro, mimeo, abril de 2003, 40 p.

DELGADO, Nelson Giordano; ROMANO, Jorge. The World Social Forum: a space for the translation of diversity in social mobilization. In: PAULA, Silvana De; DYMSKI, Gary (eds.). **Reimagining Growth. Towards a Renewal of Development Theory**. London and New York, Zed Books, 2005, p. 261-297.

DELGADO, Nelson Giordano; ROMANO, Jorge. Mobilizações e novos movimentos sociais: o processo do Fórum Social Mundial. In: ROMANO, Jorge O.; ATHIAS, Renato; ANTUNES, Marta (orgs.). **Olhar Crítico sobre Participação e Cidadania: Trajetórias de Organização e Lutas pela Redemocratização da Governança no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, Coleção Olhar Crítico, Volume 2, 2007, p. 251-304.

DELGADO, N.G.; ROMANO, J.; DE ALMEIDA, S.G.; PETERSEN, P.; TARDIN, J.M.; MAROCHI, J. **Public Policies and Participation for Agricultural Sustainability: Findings from the Case Study in Rebouças, Paraná, Brazil**. Washington, D.C., Institute for International Economics, 2001, 66 p.

DELGADO, Nelson Giordano; SILVA, Fernando A. da; MALCHER, José de M. da Gama; DANTAS, Renato S. **Programa Instrumento Operacional da Política de Fomento da FINEP**. Rio de Janeiro, FINEP, Diretoria de Planejamento, Departamento de Estudos para o Planejamento, mimeo, dezembro 1987, 30 p.

DELGADO, Nelson Giordano; SOARES, Adriano Campolina. A V Conferência Ministerial da OMC em Cancun: conflitos e impasses nas negociações comerciais sobre agricultura. In: ActionAid Brasil (org.). **Negociações Comerciais Internacionais na Era Lula: Criação do G20 e Embates entre o Agronegócio e a Agricultura Familiar**. Rio de Janeiro, ActionAid Brasil/REBRIP, novembro de 2004, p. 7-24.

DELGADO, Nelson Giordano; SOARES, Adriano Campolina. **G20, Origem, Evolução, Significado e Perspectivas**. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll, 2005, 70 p.

DELGADO, Nelson Giordano; SOARES, Adriano Campolina de Oliveira; ROMANO, Jorge Osvaldo. **Relevance of Special and Differential Treatment for Strengthening Family Farming and Combating Poverty in Brazil**. Rio de Janeiro, United Nations Development Program, mimeo, 2004, 29 p.

DELGADO, Nelson Giordano; ZIMMERMANN, Silvia. **Gestão de Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Contexto das Novas Institucionalidades**. Relatório 1: Os Programas Territórios de Cidadania e Territórios Rurais de Identidade. Reflexões Metodológicas sobre Institucionalidades Territoriais e Gestão de Políticas Públicas. Rio de Janeiro, IICA-OPPA/CPDA/UFRRJ, mimeo, novembro de 2008a, 20 p.

DELGADO, Nelson Giordano; ZIMMERMANN, Silvia. **Gestão de Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Contexto das Novas Institucionalidades**. Relatório 2: Território de Cidadania da Borborema, PB. Rio de Janeiro, IICA-OPPA/CPDA/UFRRJ, mimeo, dezembro de 2008b, 38 p.

DELGADO, Nelson Giordano; ZIMMERMANN, Silvia. **Gestão de Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Contexto das Novas Institucionalidades**. Relatório 3: Território de Cidadania Noroeste Colonial, RS. Rio de Janeiro, IICA-OPPA/CPDA/UFRRJ, mimeo, setembro de 2009, 45 p.

DELGADO, Nelson Giordano; ZIMMERMANN, Silvia. **Gestão de Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Contexto das Novas Institucionalidades**. Relatório 4: Território de Cidadania do Baixo Amazonas, PA. Rio de Janeiro, IICA-OPPA/CPDA/UFRRJ, mimeo, julho de 2010, 53 p.

2. PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO
DE RELATÓRIOS DE PESQUISA OU
DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

AS-PTA. **Relatório Final da Pesquisa sobre Impactos das Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural nos Municípios de Palmeira e Bituruna (Paraná) e Lagoa Seca (Paraná)**. Rio de Janeiro: AS-PTA/CNPq, 2003, 195 p.

CONDRAF. **Documento de Referência da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**. Brasília-DF, 2ª CNDRSS, MDA/CONDRAF, 2013a, 70 p.

CONDRAF. **Documento Nacional**. Brasília-DF, 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, MDA/CONDRAF, 2013b, 156 p.

CPDA/EIAP/FGV. **Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira**. Síntese das Transformações. Brasília, BINAGRI, 1979.

IBASE. **Relatório Final. Rio Grande do Sul**. Vol.1: Resultados, Conclusões e Recomendações. Vol. 2: Aspectos Gerais da Avaliação e Anexos, Tomo VIII do Relatório de Avaliação do Proger, Proger Rural e Pronaf do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Rio de Janeiro, IBASE e Ministério do Trabalho/Secretaria de Políticas de Emprego e Salário, junho de 1999a.

IBASE. **Relatório Geral**, Tomo I – Conjunto dos Estados (BA, CE, GO, MG, PR, RJ, RS, RO, RMS). Vol. 1 – Resultados, Conclusões e Recomendações. Vol. 2 – Aspectos Gerais da Avaliação e Anexos. Avaliação do Proger, Proger Rural e Pronaf do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Rio de Janeiro, IBASE e Ministério do Trabalho/Secretaria de Políticas de Emprego e Salário, junho de 1999b.

IBASE. **Revista Democracia Viva**, Número Especial - Geração de Emprego e Renda: Proger, Proger Rural e Pronaf. Rio de Janeiro, novembro 1999c.

IBASE. **Avaliação de Planos Municipais de Desenvolvimento Rural – PMDRs em Quatro Estados**: Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Santa Catarina. Relatório Final da Avaliação. V Volumes. Rio de Janeiro, IBASE-SAF/MDA-IICA, novembro de 2001, 304 p.

IBASE. **Relatório Pronaf**. Resultados da Etapa Paraná. Rio de Janeiro, IBASE, EMATER-PR e Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do MDA, outubro de 2006a, 168 p.

IBASE. Políticas públicas e agricultura familiar, via de desenvolvimento? Equipe do Projeto-Piloto PRONAF-Paraná, **Observatório da Cidadania 2006**: Arquitetura da Exclusão. Rio de Janeiro/Montevidéu, IBASE/ItEM, 2006b, p. 70-75

IPARDES. **Perspectivas e Potencial de Participação do Setor Cooperativo nos Planos e Programas de Adequação do Desenvolvimento Rural Paranaense**, Curitiba, Relatório Final, mimeo, 1983.

LEITE, S. (coord.). **Avaliando a gestão das políticas agrícolas no Brasil**: uma ênfase no papel dos policy-makers. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ. (Relatório Final de Pesquisa – convênio REDES/ CPDA/ NEAD), 2007.

LEITE, Sergio Pereira (org.). **Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil** - Volume I. Brasília, IICA, Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Volume 19, 2013a, 359 p.

LEITE, Sergio Pereira (org.). **Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil**: Estudos de Caso - Volume II. Brasília, IICA, Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Volume 20, 2013b, 307 p.

LEITE, S.; CAZELLA, A.; LOPES, E.; ALENTEJANO, P.; MEDEIROS, L.; DELGADO, N. **What Determines the Policy Impact of Local Negotiations? A Comparative Study in Brazil**. Final Report. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ/REDES e FAO/ONU, LSP Sub Program 3.2, mimeo, September 2005a, 71 p.

LEITE, S.; CAZELLA, A.; LOPES, E.; ALENTEJANO, P.; MEDEIROS, L.; DELGADO, N. **Políticas públicas, atores e desenvolvimento local/territorial: análise sobre três casos do meio rural brasileiro**. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ. (Relatório de Pesquisa –convênio REDES/ FAO-LSP), 2005b.

LEITE, Sergio Pereira; DELGADO, Nelson Giordano; FLEXOR, Georges; SABATTO, Alberto di. **Bioenergia, Agricultura Familiar e Políticas de Desenvolvimento. Impactos Socioeconômicos da Produção de Biodiesel nas Regiões de Influência da Petrobras - 6 Volumes**. Rio de Janeiro, Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA), CPDA/UFRRJ, mimeo, julho de 2011 a setembro de 2013.

LEITE, Sergio Pereira; DELGADO, Nelson Giordano; FLEXOR, Georges; SABATTO, Alberto di. **Bioenergia, Agricultura Familiar e Políticas de Desenvolvimento. Impactos Socioeconômicos da Produção de Biodiesel nas Regiões de Influência da Petrobras**. Volume 7. Rio de Janeiro, Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA), CPDA/UFRRJ, mimeo, abril de 2014, 204 p.

PÉREZ, Mamerto; SCHLESINGER, Sergio; WISE, Timothy. **The Promise and the Perils of Agricultural Trade Liberalization. Lessons from Latin America**. Washington DC-Medford/MA, GDAE/Tufts University-Washington Office on Latin America (WOLA), June 2008, 26 p.

RELATÓRIO INCRA/UNICAMP. **Identificação de Regiões Homogêneas na Agricultura Brasileira**. Convênio Incra/Unicamp, 1975.

RELATÓRIO INCRA/UNICAMP.

Comercialização e Formação de Preços na Agricultura Brasileira. Convênio Incra/Unicamp, 1976.

SECRETARIA INTERNACIONAL DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. **Coleção Fórum Social Mundial 2003 - 5 Volumes**. Rio de Janeiro, IBASE, 2003, 700 p.

ZIMMERMANN, Silvia; GRISA, Catia; TECCHIO, Andréia; LEITE, Sergio; DELGADO, Nelson; BONNAL, Philippe; CAZELLA, Ademir; MALUF, Renato; MATTEI, Lauro. **Desenvolvimento territorial e políticas de enfrentamento da pobreza rural no Brasil, Campo-Território. Revista de Geografia Agrária**, vol. 9, no. 17, p. 540-573, abril 2014.

3. DISSERTAÇÕES DE MESTRADO E TESES DE DOUTORADO ORIENTADAS E DEFENDIDAS

ABARCA, Carlos David Guevara. **Análisis del Impacto del Programa de Estabilización Económica sobre la Agricultura Comercial en el Peru: 1990-1993**. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 1994.

AQUINO, Silvia Lima de. **Sobre Agricultores, Cultivo de Eucalipto e Estratégias Agroindustriais: Resistir e Adaptar-se ao Sistema de Produção Integrada**. 2013. 336f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2013.

ARAÚJO, Regina Célia Lopes. **A Organização do Espaço no Meio Rural**. 1980. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

(CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 1980.

BARCEINAS Paredes, Fernando. **Análisis de la Estructura Productiva Agrícola**: El Caso de México. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 1992.

BASSO, David. **As Relações entre Cooperativa e Produtores Rurais**: Uma Avaliação da Importância do Cooperativismo Empresarial para os Produtores Associados. 1990. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 1990.

BASSO, David. **Desenvolvimento Local e Estratégias de Reprodução das Famílias Rurais**: Abordagens sobre o Desenvolvimento Rural na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. 2004. 204f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2004.

BAUTISTA, Nelson Enrique Ramirez. **El Programa de Ajuste Estructural Aplicado por el Gobierno de Jorge Blanco y el Fondo Monetario Internacional, en la República Dominicana, en la Década de los 80 y su Incidencia en el Sector Agropecuario**. 1995. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 1995.

BENETTI, Maria Domingues. **Origem e Formação do Cooperativismo Empresarial no Rio Grande do Sul**: Uma Análise do Desenvolvimento da COTRIJUI, COTRISA

e FECOTRIGO, 1957/1980. Porto Alegre, RS, Fundação de Economia e Estatística, Série Teses No. 5, 1982.

BENETTI, Maria Domingues. **O Processo de Desenvolvimento da Grande Cooperativa de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul - 1957/1980**. 1981. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 1981.

BRANDÃO, Sheila. **Cooperativismo de Crédito Rural**: a Cresol de Cerro Azul-PR. 2010. 78f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2010.

CASTOLDI, Agenor. **Pequenos, Médios e Grandes Produtores Rurais Cooperativados**: Um Estudo de Caso da Produção Tecnificada na Região de Ijuí-RS. 1988. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 1988.

CHUQUÍN Poma, Ricardo Manuel. **Perspectivas de la Agricultura Familiar Parcelaria en la Costa Central del Perú**: Valle de Chíncha. 1997. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 1997.

CRIBB, André-Yves. **Política de Preços Agrícolas e Segurança Alimentar no Haiti (1971-1986)**. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 1994.

DIAZ, Juan Felipe Magallanes. **Tasa de Cambio Real, Competitividad e Ingreso en la Agricultura. Caso de Tres Economías Andinas: Bolivia, Ecuador y Perú, 1970-1993**. 1997. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 1997.

EGGER, Daniela da Silva. **Continuidades e Rupturas: Transformações Sócio-Espaciais na Agricultura em Sumidouro, RJ**. 2010. 85f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2010.

ESTEVES, Thiago de Jesus. **Modelos de Desenvolvimento e Integração Latino-Americanos: Da Cepal ao Consenso de Washington**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2007.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **A Modernização Tecnológica da Agricultura Paranaense na Década de 70: Difusão, Contrastes Regionais e Consequências Socioeconômicas**. 1984. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 1984.

FONSECA, Cecília Isabel Justino. **De Volta à Terra? Desenvolvimento e Revitalização Rural: Um Estudo de Caso no Sul de Portugal**. 2014. 190f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2014.

GARCIA, Ines Fridman. **Convivência com o Semiárido e Organização da Sociedade Civil no Sertão do Araripe (PE)**. 2013. 175f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2013.

GRAZIANO, Eduardo. **A Arte de Viver na Terra: as Condições de Reprodução Camponesa no Vale do Jequitinhonha**. 1986. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 1986.

GRISA, Catia. **Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: Produção e Institucionalização das Ideias**. 2012. 280f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2012.

KOHLs, Volnei Krause. **Análise e Avaliação da Experiência de um Programa de Substituição de Importações na Agricultura: o caso do alho no planalto catarinense**. 1991. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 1991.

LIFSCHITZ, Javier. **Dinâmica Tecnológica nas Indústrias Agroalimentares no Brasil**. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 1992.

LUZZI, Nilsa. **O Debate Agroecológico no Brasil: Uma Construção a Partir de Diferentes Atores Sociais**. 2007. 194f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2007.

MARQUES, Gilberto de Souza. **Estado e Desenvolvimento na Amazônia: A Inclusão Amazônica na Reprodução Capitalista Brasileira**. 2007. 335f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2007.

MARTINEZ, Amelia Reyes. **Análisis del Impacto del Tratado de Libre Comercio de America del Norte (TLCAN) sobre la Agricultura de Riego del Estado de Sonora, México**. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 1999.

MASCARENHAS, Geise de Assis. **Consórcio Público e Arranjos Institucionais de Desenvolvimento Territorial no Meio Oeste Contestado/SC: Cooperação ou Conflito**. 2015. 150f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2015.

MENGEL, Alex Alexandre. **Tratados Internacionais e Disputas Locais: A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e as Disputas entre os Atores da Cadeia Produtiva no Brasil**. 2011. 189f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2011.

MENGEL, Alex Alexandre. **Modernização da Agricultura e Pesquisa no Brasil: A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA**. 2015. 187f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2015.

NAIDIN, Leane Cornet. **Crescimento e Competição na Indústria de Defensivos Agrícolas no Brasil**. 1985. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 1985.

OLIVEIRA, Benedito Anselmo Martins de. **As Cooperativas Populares e Seus Desafios, Limites e Possibilidades: Casos de Cooperativas da Cidade do Rio de Janeiro**. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). 2006. 175f. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2006.

PALZA, Sheila Maria Barros. **Fundo Constitucional de Financiamento do Norte: Análise de sua Aplicação no Acre**. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 1998.

PARENTE, Valdenei de Melo. **A Economia da Pesca em Manaus**: Organização da Produção e da Comercialização. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 1996.

PAULA, Nilson Maciel de. **Os Camponeses e a Intermediação Comercial**: Um Estudo sobre as Relações Mercantis dos Pequenos Produtores do Sudoeste Paranaense. 1983. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 1983.

PEDREIRA, Márcia da Silva. **Novas Frentes de Expansão do Complexo Agroindustrial**: Uma Análise do Cerrado Baiano. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 1994.

ROCHA FILHO, João Pires da. **Alocação de Recursos e Custo de Oportunidade na Agricultura**: Um Estudo de Caso. 1980. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 1980.

RODRIGUES, Margarita de Cássia Viana. **"De Inverno a Verão, Gravatá é a Estação"**: Desenvolvimento Local, Turismo e Lazer no Agreste Central de Pernambuco. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2007.

SABBATO, Alberto di. **O ITR no Brasil - 1960-1980**: Instrumento de Reforma Agrária ou Alternativa Ideológica da Contra-Reforma? 1997. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 1997.

SANDINO M., José Luis. **Desarrollo Nacional y Sector Agropecuario en Nicaragua: 1980-1991**: Los Pequeños y Medianos Productores y el Proyecto Nacional de Desarrollo. 1995. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 1995.

SANTANA, Meire Núbia Santos de. **Controle Social na Política de Saúde de Ilhéus-BA: A Experiência do Conselho Municipal de Saúde no Período de 2000 a 2010**. 2013. 155f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2013.

SANTOS, Edson Vanda Pereira dos. **Diálogos, Práticas e Espaços Participativos: A Atuação da Comunidade da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema do Acre no Programa Biodiversidade Brasil-Itália**. 2007. 139f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2007.

SARMENTO, Francisco. **Condicionantes Históricas da Construção da Segurança Alimentar no Atlântico**: o Caso de Angola e São Tomé e Príncipe. 2008. 185f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

(CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Sheila Maria Palza. **Políticas Públicas e Ambientalismo no Agro Amazônico**: Um Estudo de Caso do Acre (1999-2010). 2012. 343f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2012.

SOARES, Adriano Campolina. **G20, Origem, Significados e Implicações para a Política Comercial Brasileira**. 2004. 141f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2004.

SOFIATTI, Deluciana. **Os Espaços Públicos de Participação na Elaboração de Políticas Públicas**: O Caso do Conselho Estadual de Segurança Alimentar do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). 2005. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2005.

SPERANZA, Juliana Simões. **Desenvolvimento Local**. Aproximações entre o Banco Mundial e o Debate Brasileiro: Limites ou Possibilidades? 2005. 114f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). 2005. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2005.

TOBAR Rivas, Jaime Mauricio. **Reforma Agraria en El Salvador**: Papel del Estado y de los Grupos de Interés. 1995. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). 2005. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 1995.

ZIMMERMANN, Sílvia Aparecida. **A Pauta do Povo e o Povo em Pauta**: As Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil – Democracia, Participação e Decisão Política. 2011. 200f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2011.

4. PUBLICAÇÕES DE OUTROS AUTORES

BEBBINGTON, Anthony. **Capitals and Capabilities**: A Framework for Analysing Peasant Viability, Rural Livelihoods and Poverty in the Andes. London, International Institute for Environment and Development (IIED)/UK Department for International Development (DFID), PTW Project, January 1999, 54 p.

BENETTI, Maria Domingues; FRANTZ, Telmo Rudi (orgs.). **Desenvolvimento e Crise do Cooperativo Empresarial do Rio Grande do Sul, 1957-84**. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2ª. edição revista e ampliada, 1988.

BUCHANAN, James M.; TOLLISON, Robert; TULLOCK, Gordon (eds.). **Toward a Theory of the Rent-Seeking Society**. College Station, Texas A&M University Press, 1980.

CASTEL, Robert. **El Ascenso de las Incertidumbres**: Trabajo, Protecciones, Estatuto del Individuo. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2010 (1ª ed. francês: 2009).

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo, Paz e Terra, 2002, p. 279-301.

DE JANVRY, Alain. Why do governments do what they do? The case of food price policy. In: JOHNSON D. Gale; SCHUH, G. Edward. (eds.). **The Role of Markets in the World Food Economy**. Boulder, Colorado, Westview Press, 1983, p. 185-212.

FAO. **An Approach to Rural Development: Participatory and Negotiated Territorial Development (PNTD)**. Rome, Food and Agriculture Organization (FAO), Rural Development Division, July 2004, 106 p.

HABERMAS, Jürgen. **The Theory of Communicative Action: Vol.I: Reason and the Rationalization of Society**. Translated by Thomas McCarthy, first American edition, Boston, Beacon Press, 1984.

HABERMAS, Jürgen. **The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry Into a Category of Bourgeois Society**. Translated by Thomas Burger, first paperback edition, Cambridge, Mass., MIT Press, 1991.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: O Breve Século XX, 1914-1991**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995 (1a. ed. inglês: 1994).

KRASNER, Stephen D. Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. In: KRASNER, Stephen D. (ed.) **International Regimes**. Ithaca and London: Cornell University Press, 1983, pp. 1-21.

KRUEGER, Anne O. The political economy of the rent-seeking society. **American Economic Review**, LXIV(3), June 1974, p. 291-303.

LEITE, Sergio. **Ajuste Externo e Desempenho Agroexportador (1980-1995)**. Rio de Janeiro, mimeo, 1996.

LIMA, Eli Napoleão de; LEITE, Sergio Pereira (orgs.). **CPDA 30 Anos: Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**. Rio de Janeiro-Seropédica/RJ, Mauad X-EDUR, 2010.

LIMA, Eli Napoleão de. CPDA 30 anos: um quadro histórico. In: LIMA, Eli Napoleão de; LEITE, Sergio Pereira (orgs.). **CPDA 30 Anos:**

Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro-Seropédica/RJ, Mauad X-EDUR, 2010, p. 211-219.

MATTEI, Lauro. **Institucionalidade e Protagonismo Político: Os 10 Anos do Condraf**. Brasília, MDA/CONDRAF, 2ª edição, dezembro 2010.

MOREIRA, Roberto José. A gênese da formação interdisciplinar de pesquisadores no CPDA. In: MOREIRA, Roberto José; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho (orgs.). **Mundo Rural e Cultura**. Rio de Janeiro, Mauad, 2002, p. 15-43.

MOREIRA, Roberto José. Mobilizando as agendas em torno da pesquisa social em agricultura. O Programa CPDA, a Apipisa e o Pronex. In: LIMA, Eli Napoleão de; LEITE, Sergio Pereira (orgs.). **CPDA 30 Anos: Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**. Rio de Janeiro-Seropédica/RJ, Mauad X-EDUR, 2010, p. 169-187.

NUSSBAUM, Martha C. **Creating Capabilities: The Human Development Approach**. Cambridge, Mass/London, Harvard University Press, 2011.

OLIVEIRA, J. C. Incidência da taxação implícita sobre produtos agrícolas no Brasil: 1950/74, **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, IPEA, N. 14(2), p. 399-452, agosto 1984.

OLIVEIRA, J. C. Transferência de recursos da agricultura no Brasil: 1950/74. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, IPEA, N. 14(3), p. 773-821, dezembro 1984.

PALIER, B. & SUREL, Y. Les trois I et l'analyse de l'État en action. **Revue Française de Science Politique**, vol. 55, n.1, p. 7-32, février 2005.

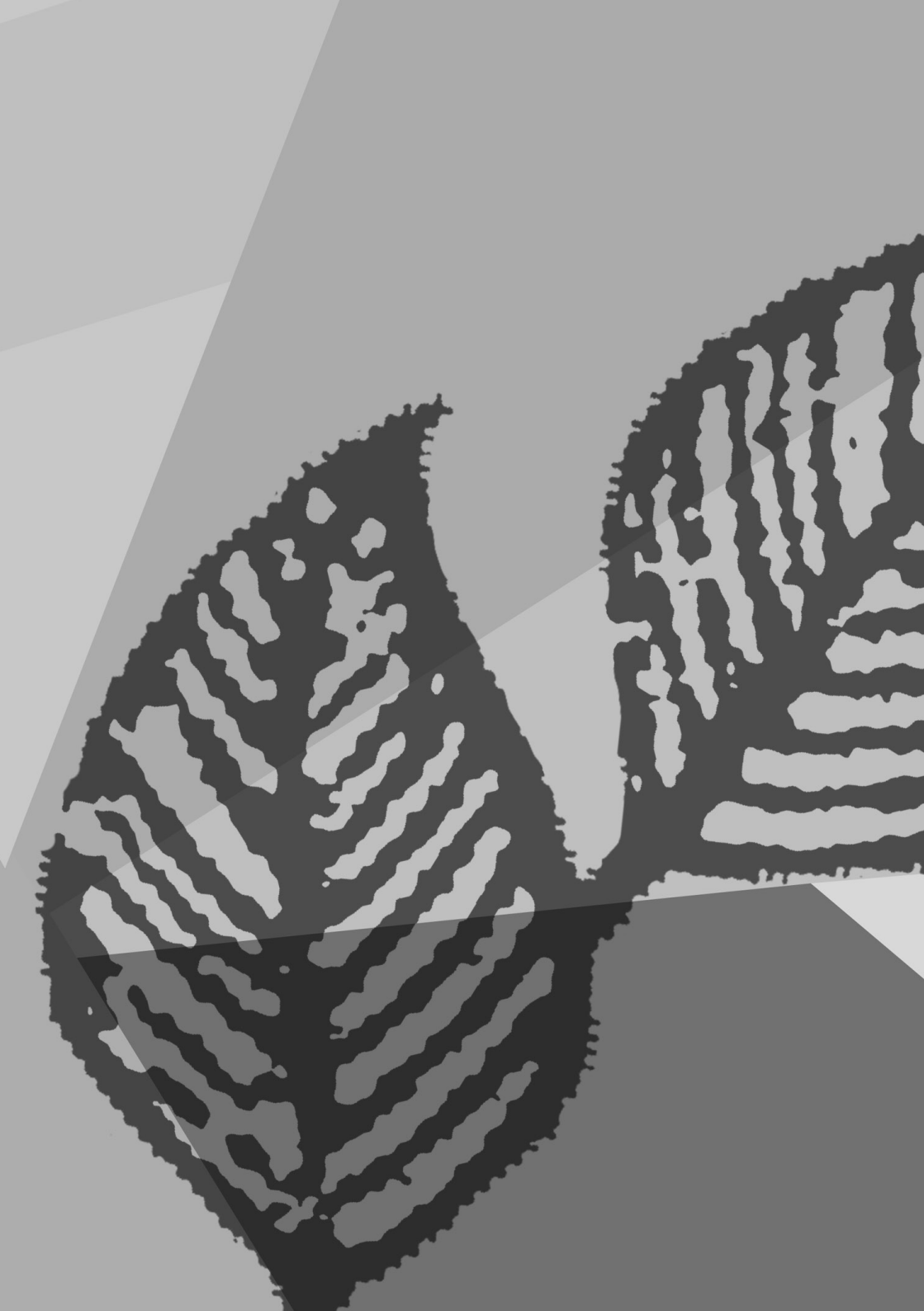
PETIT, Michel. Introduction. In: **Pressures on Europe's Common Agricultural Policy**. Washington DC/Dijon, International Food Policy Research Institute/École Nationale Supérieure des Sciences Agronomiques Appliquées, October 1989, p. 1-7.

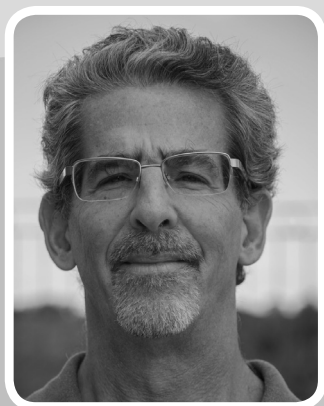
POLANYI, Karl. **A Grande Transformação:** As Origens da Nossa Época. Rio de Janeiro, Campus, 4ª. ed., 2000 (1ª. ed. em inglês: 1944).

PRZEWORSKY, Adam. **Estado e Economia no Capitalismo.** Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995 (1ª. ed. inglês: 1990).

SEN, Amartya. **A Ideia de Justiça.** São Paulo, Companhia das Letras, 2011 (1ª ed. inglês: 2009).

STIGLER, Georges J. The theory of economic regulation, **Bell Journal of Economics and Management Science**, vol. 2, p. 3-21, Spring 1971.





Peter May

PROFESSOR TITULAR DO CPDA/UFRRJ

PREFÁCIO DO MEMORIAL PROFESSOR DOUTOR PETER MAY

Não é tarefa simples resumir em poucas palavras a carreira acadêmica de Peter May. Seu profundo dinamismo e dedicação ao ensino e pesquisa nos campos da conservação e da sustentabilidade tornam o seu currículo extenso demais para uma síntese de poucas palavras.

Mas, muito além da infindável lista de ações e posições que Peter ostenta em seu currículo, algumas características permanecem constantes desde que o conheci, em algum momento de 1991, quando comecei a pesquisar na área de Economia do Meio Ambiente.

O primeiro deles é a inquietude acadêmica que, combinada com sua versatilidade intelectual, resultaram em uma mente essencialmente multidisciplinar. A curiosidade científica sempre levou Peter a romper as visões convencionais e buscar as discussões nas fronteiras entre áreas distintas do conhecimento.

Desde sua chegada ao Brasil, essa mistura de saberes está presente: sua tese de doutorado sobre o extrativismo do babaçu (*Attalea speciosa*) no Maranhão mescla conhecimento ecológico sobre essa palmeira nativa e questões típicas das ciências sociais. A tese mostra como o processo de desmatamento para expansão da pecuária, que infelizmente perdura até hoje, resultou no declínio do extrativismo e da estrutura social organizada a partir dele, praticado por comunidades tradicionais onde a mulher tinha grande importância econômica, por causa da relevância das quebra de coco. Ou seja, o desmatamento não era perverso apenas pela perda da biodiversidade e dos recursos naturais, em particular dos babaçuais nativos, mas também porque reforçava ainda mais o caráter concentrador e excludente, transformando as florestas e campos nativos em latifúndios voltados à pecuária extensiva, gerando o empobrecimento e perda de identidade cultural das comunidades tradicionais.

O trabalho de Peter posteriormente avançou para outros biomas e regiões do país, tentando entender as relações entre natureza e sociedade. Trabalhou na Caatinga, na Amazônia, no Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal... Também em outros países da América Latina e outros países em desenvolvimento. Isso levou a uma carreira internacional, mas que teve sempre seu alicerce no Brasil, país que adotou como seu. Onde quer que esteja, Peter é sempre um carioca que por acaso nasceu em Nova York.

A versatilidade intelectual também se revela no amplo escopo de autores nos quais Peter busca suas bases teóricas. Trabalha com conceitos que vão de Coase a Ostrom, de Pigou a Georgescu-Roegen. Sem preconceitos, sua visão de Economia Ecológica é, acima de tudo, inclusiva: ao invés de rejeitar aspectos aparentemente opostos, nos trabalhos de Peter percebe-se o esforço de buscar conciliá-los de maneira complementar. Sua crítica à teoria econômica não passa por rejeição, mas em mostrar sua insuficiência em incorporar elementos humanos ou ecológicos. Busca ainda entender a interdependência de relações complexas demais para serem reduzidas a um conjunto simplificado de equações matemáticas.

Essa mistura de saberes continua presente em outras áreas de pesquisa de Peter, que vão desde a valoração econômica de ativos ambientais à discussão de propostas de políticas públicas para incentivar formas mais sustentáveis – ou menos predatórias – de atividade econômica. Ao combinar a visão de instrumentos econômicos para a gestão ambiental com a valorização de práticas comunitárias tradicionais e políticas típicas de conservação da biodiversidade, Peter hoje trabalha com o conceito de *polycymix*: propor a formulação de políticas públicas inovadoras, com ênfase nos Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), através de uma abordagem de avaliação integrada, que além dos aspectos ecológicos e econômicos, também considere características socioculturais e a relevância das instituições e dos arranjos de governança.

Isso leva à outra característica sempre presente no trabalho de Peter: seu engajamento na luta por uma sociedade mais sustentável. Tanto na sua vastíssima experiência de pesquisador e consultor, quanto no seu “ativismo acadêmico”,

em posição de liderança em inúmeras organizações e associações, nacionais e internacionais, é nítida a visão pragmática do conhecimento como ferramenta de transformação social. Pode-se destacar, por exemplo, seu ativo papel na iniciativa global de Economia dos Ecossistemas e Biodiversidade (mais conhecida por sua sigla em inglês, TEEB).

Mas é no seu envolvimento com o movimento da Economia Ecológica que Peter demonstra uma capacidade ímpar de liderança, no Brasil e no Mundo. Fundador e ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (EcoEco), conselheiro e ex-Presidente da International Society for Ecological Economics (ISEE), exerce um importante papel de conexão entre pesquisadores latino-americanos e seus pares do resto do mundo. A expansão da produção acadêmica brasileira no tema, bem como sua ativa participação em Congressos e Eventos na área é, em grande parte, resultado do esforço permanente deste pesquisador, capaz de estimular e apoiar, especialmente jovens professores e estudantes.

Isso sem falar de sua importância como professor e orientador: o legado de Peter se revela no imenso número de dissertações e teses sob sua orientação. A consequência é uma sólida produção de artigos e livros, que o tornam um dos mais importantes acadêmicos em nossa área de trabalho.

Por fim, uma característica marcante e permanente de Peter é sua infinita paciência e gentileza. Sempre conciliador e com um sorriso, mesmo nos momentos mais difíceis, tornou-se uma das pessoas mais queridas no meio acadêmico dedicado à ecologia e sustentabilidade.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2016.

Carlos Eduardo Frickmann Young

Memorial

Transdisciplinariedade na Prática em Economia Ecológica

Minha experiência como pesquisador e docente de ensino superior no Brasil, pautada em trabalho de campo e na colaboração com pesquisadores em várias instituições nacionais e internacionais, levaram-me a decidir radicar-me de forma permanente no país, assim como me naturalizar como cidadão brasileiro. Neste sentido, este trabalho inicia apontando os motivos que me levaram a tomar essas decisões que influenciaram os caminhos seguidos ao longo da minha carreira como pesquisador no Brasil.

ANTECEDENTES

Inicialmente, o direcionamento da minha pesquisa de doutorado em Economia dos Recursos Naturais na Cornell University, nos EUA, foi todo voltado para uma integração entre temas de desenvolvimento agrário internacional e para o manejo de recursos naturais, temas que já tinham direcionado as disciplinas cursadas durante o mestrado em Planejamento Regional na mesma instituição. A organização e a participação em fóruns universitários voltados a integrar a dimensão ambiental global no contexto de erradicação da fome e melhoria dos padrões de vida no mundo em desenvolvimento marcaram a minha passagem pela universidade. Como resultado, especializei-me no manejo de recursos florestais nativos em consórcio ou em conjunto com atividades agropecuárias como estratégia para conciliar as preocupações referentes às mudanças globais em curso com a melhoria de condições de vida no campo.

A minha tese de doutorado (MAY, 1986) – fundamentada em 15 meses de convivência com famílias de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão – tratou especificamente desta interface. A tese analisou o processo de concentração da terra e suas repercussões na degradação de sistemas de produção tradicionais de quilombolas e produtores familiares empobrecidos, integrados com o uso sustentável da palmeira babaçu. Encontrei seus alicerces na abordagem de manejo de recursos de propriedade comum (CPRM), mais tarde sistematizada por Elinor Ostrom (1990), com uma perspectiva crítica sobre a apropriação dos direitos de propriedade sobre as florestas. A solução proposta, semelhante àquela adotada pelos movimentos extrativistas de base, foi de estabelecimento de direitos de propriedade compartilhados sobre os babaçuais – a luta pelo “coco livre” e pelas Reservas Extrativistas, nas quais me engajei desde então.

Ocuparam boa parte da minha carreira a documentação e o apoio intelectual (e às vezes financeiro) a essa luta, visando a viabilizar a convivência entre meio ambiente e desenvolvimento, e sua tradução em políticas públicas de incentivo e esforços de empoderamento da sociedade civil ambientalista. Publiquei os resultados dessa pesquisa em revistas e livros internacionais (ANDERSON et al., 1990; MAY et al., 1985a; 1985b) e nacionais (MAY, 1989a; MAY, 1989b), em colaboração com uma equipe de agrônomos, botânicos e ecólogos florestais de instituições pouco conhecidas pelos economistas rurais (Jardim Botânico de Nova York, Museu Goeldi, Instituto Estadual do Babaçu, CENARGEN), com os quais nutri uma abordagem transdisciplinar para a economia e política dos recursos naturais. (Nesta época, a ecologia política estava na sua infância, estimulada por um texto, dos anos 1970, de Eric Wolfe. Ignacy Sachs elaborou sua teoria de “codesenvolvimento” a partir da conferência de Estocolmo de 1972. Ao lado das ciências naturais, a “biodiversidade” como conceito científico teve sua origem na literatura da biologia de conservação no início dos anos 1980 em trabalhos de Dasmann, Lovejoy, Myers e outros. O “uso sustentável” destes recursos – ainda controverso – foi proposto apenas em 1992, na Convenção de Diversidade Biológica-CDB, homologada na Rio-92.)

Ao retornar ao Brasil após a defesa da minha tese em Cornell, assumi o cargo de Professor Visitante na Universidade Federal do Ceará (UFC). No Departamento de Economia Agrícola (DEA/UFC) foi possível sedimentar as ideias de integração entre economia dos recursos naturais e perspectivas sobre a inovação e disseminação tecnológica de boas práticas agropecuárias, com foco nos problemas da convivência com a seca e utilização sustentável de recursos naturais da caatinga. Após introduzir a disciplina de economia dos recursos naturais no curso de mestrado, fui chamado pela Fundação Ford (FF), que solicitou um mapeamento de questões, capacidades e instituições de pesquisa e extensão envolvidas com a gestão de recursos naturais e produção agropecuária no semi-árido. Embarquei numa viagem caatinga adentro, desde o interior do Ceará até Petrolina-Juazeiro e Recife, apoiado por colegas de ONGs da Rede ASPTA (ESPLAR, Caatinga), UFPB, UFRPE, PIMES, Fundação Joaquim Nabuco, Dom Helder Câmara e Embrapa-CPATSA, que sugeriram caminhos e opções tecnológicas para a convivência com a seca. Resultou desta incursão uma análise sobre as contradições das políticas públicas voltadas às questões fundiárias e aos direitos de acesso e uso da água na região Nordeste, culminando no artigo “O (falso) dilema: Irrigação e/ou reforma agrária no Nordeste?” (MAY, 1988), publicado na *Revista da SOBER*, e ganhador do Prêmio Rui Miller Paiva para melhor artigo em 1989.

A consultoria para a FF me levou a concorrer para a posição de Oficial de Programas na área de Pobreza e Recursos nesta Fundação, cargo que ocupei entre 1987 e 1989. A posição me permitiu ampliar meus conhecimentos acerca dos biomas e das culturas regionais do país, e de fortalecer o apoio da FF para os movimentos de extrativistas na Amazônia e tecnologias alternativas no Nordeste. As doações a entidades ligadas ao esforço dos seringueiros do Acre e Rondônia, entre elas, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Xapuri (Chico Mendes) e o Instituto de Estudos Amazônicos (Mary Allegretti), foram emblemáticas desse direcionamento, e imprimiram o caráter do programa que foi mantido desde então. A “onda” de preocupação com o desmatamento e usos alternativos da

floresta resultou na necessidade de fortalecer entidades da sociedade civil nacional que se tornaram referências mundiais no desenvolvimento sustentável em florestas tropicais (IMAZON, IPAM, ISA, etc.). No Acre, uma aliança entre movimentos de povos da floresta e governo estadual constituiu-se no campo de treinamento de quadros para o posterior Governo da Floresta, e serviu de apoio para a Fundação de Tecnologia do Estado do Acre - FUNTAC (Jorge Viana, Gilberto Sequeira) e para o Grupo de Pesquisa e Extensão de Sistemas Agroflorestais do Acre - PESACRE/UFlorida. A história dos atores e instituições que surgiram neste período é bem retratada no livro do jornalista Ricardo Arnt, *Um Artifício Orgânico - Transição na Amazônia e Ambientalismo* (Rocco, 1992), fundamentado num estudo do autor com o antropólogo/ativista ambiental Stephan Schwartzman, apoiado durante a minha gestão na FF.

A pesquisa e apoio ao movimento extrativista na Amazônia me levaram a aprofundar esta temática de maneira mais ampla, através de uma estadia como Oficial Florestal da FAO, em Roma (1990-91), onde assumi a responsabilidade pela criação de um programa global voltado para Produtos Florestais Não Madeiros (PFNM). Até então, a unidade de produtos florestais da FAO (composta de três técnicos) era voltada apenas para painéis prensados, pranchas, tacos e (ainda incipiente) biomassa. Neste contexto, os PFNMs eram praticamente ignorados. Embora voltados para usos sustentáveis de florestas por povos tradicionais e grupos marginalizados, ofereciam um extenso e diversificado leque de produtos pouco conhecidos no mercado, tais como resinas, lacas, tintas, fibras, gomas, nozes, medicinais, palmitos, frutas comestíveis etc. Entre outras coisas, precisávamos conhecer a amplitude desses bens e serviços prestados pelas florestas e encontrar meios para compensar os seus benefícios sem estimular a extração desordenada que poderia resultar na sua degradação (e em tragédias dos comuns ou não comuns em cascata...). Fugindo da ênfase mercadológica, consegui me aliar ao núcleo de Florestas Comunitárias (Marilyn Hoskins), onde senti que podia contribuir de forma mais efetiva, e realizei uma série de missões de apoio a governos da Ásia (Tailândia, Laos, Vietnam, Nepal, Índia, Turquia) e América Latina, visando a fortalecer o segmento.

Encerrando um ano de experiência na FAO, voltei ao Rio em 1991 como Bolsista de Fixação de Docente da FAPERJ no CPDA/UFRRJ, com o intuito de atuar como docente do programa de Mestrado do Curso Vittorio Marrama, e na Área de Concentração em Desenvolvimento Agrícola (DA). Em 1994, ingressei formalmente na UFRRJ como Professor Adjunto, através de concurso público.

ATRAVÉS DO CPDA – NASCE A ECOECO

Mesmo antes da partida para Roma, tinha participado do lançamento de um novo movimento científico, transdisciplinar, chamado Economia Ecológica (EE). O primeiro congresso internacional da Sociedade Internacional da Economia Ecológica (ISEE) foi realizado no BIRD, em Washington, D.C., em 1990, onde apresentei um trabalho sobre a valoração dos produtos extrativistas (MAY, 1992). Boa parte da minha atividade acadêmica, de engajamento nas políticas públicas e movimentos socioambientais desde a minha volta ao Brasil, em 1991, está relacionada à introdução da EE no país, e seu reconhecimento como área de pesquisa transdisciplinar integrada às demais áreas científicas do meio ambiente e de avaliação de políticas públicas reconhecidas no Brasil.

Surgindo em contraposição ao *mainstream* da economia neoclássica ambiental e de recursos naturais, seus precursores e proponentes (Boulding, Ostrom, Georgescu-Roegen, Ayres, Costanza, Daly, Martinez-Alier, Norgaard e outros) postulavam a superação das barreiras disciplinares que levaram a ciência econômica a desvalorizar a importância dos limites biofísicos no uso da natureza com fins de crescimento da escala da economia humana. Ecólogos, físicos, filósofos, cientistas sociais e políticos, evolucionistas, institucionalistas, e mesmo neoclássicos desafetos, atenderam a chamada para construir uma nova economia fundamentada em outros preceitos: escala sustentável, distribuição equitativa e eficiência alocativa, nesta sequência.

No bojo da Rio-92, onde foi criado o alicerce da política ambiental global das últimas duas décadas, realizamos um seminário paralelo em que foi

possível convidar correligionários da EE a apresentar suas propostas para o planeta. Deste evento saiu o livro *Valorando a Natureza: Análise econômica para o desenvolvimento sustentável* (Campus, 1994) que coorganizei com Ronaldo Serôa da Motta, publicado em parceria com o IPEA-Rio. Uma versão da mesma coletânea, em inglês, intitulada *Pricing the Planet: Economic analysis for sustainable development*, foi publicada posteriormente pela Columbia University Press (MAY; SERÔA, 1996). No mesmo período colaborei com Serôa e Carlos Eduardo Young na elaboração de uma primeira aproximação de contas nacionais ambientais, em que fiquei responsável pelo segmento de valoração dos estoques florestais (MAY, 1994). A ISEE realizou seu congresso de 1992 logo após a Rio-92, em Estocolmo, onde participei novamente após ter credenciado a entidade como observador na Conferência da ONU, realizado no Rio Centro e, como entidade da sociedade civil, no Fórum Global, ocorrido no Aterro do Flamengo.

A ideia de criar um núcleo institucional de apoio à difusão de EE no Brasil convergiu com a abertura à interdisciplinaridade oferecida pelos colegas do CPDA para integrar este movimento. Assim que retornei do exterior, criamos um projeto chamado PROECO, visando a promover a EE no Brasil. Com um apoio inicial da Jessie Smith Noyes Foundation, estabelecemos uma secretaria e boletim de notícias e discussões, e começamos a agregar entusiastas de várias instituições, no início, principalmente, do eixo Rio-São Paulo.

Uma das primeiras iniciativas em que nos engajamos pelo PROECO foi a realização de um curso de curta duração e aplicação das técnicas de valoração econômica num contexto urbano. O estudo de caso selecionado foi o do Mutirão de Reflorestamento da Prefeitura do Rio, numa favela na Zona Oeste, na Praça Seca: São José Operário. Os colaboradores do Departamento de Ciências Ambientais do IF/UFRJ, particularmente o Prof. Ricardo Valcarcel, apresentaram indicadores e técnicas de análise de perdas de solo e água devido à conversão do uso do solo em áreas de risco, e aplicamos o custo de reposição associado à experiência de reflorestamento para combater os riscos de queda

de pedras e deslizamentos. Os resultados foram discutidos em vários fóruns e publicados (vide Referências).

Em outro nível de análise, realizamos um seminário no BNDES sobre o papel do setor financeiro no desenvolvimento sustentável, onde conseguimos aliar os nossos esforços com um projeto da Fundação Avina sobre Fluxos Financeiros e Condicionantes Ambientais na América Latina (publicado num livro organizado por Bradford Gentry, 1997), no qual destacamos a participação dos professores Ana Célia Castro e Antônio Barros de Castro, ex-Presidente e Diretor de Planejamento do BNDES. O trabalho também foi apresentado no importante seminário nacional realizado pela Fundação Joaquim Nabuco, em Olinda, coordenado pelo economista ecológico Clóvis Cavalcanti (1997).

Logo após a Rio-92 fui chamado pelo Prof. Henrique Rattner, da USP, para fazer parte da equipe docente de um novo curso de especialização de curta duração, voltada para lideranças ambientais em vários países do mundo (da Rússia, China, Nigéria, México, e vários outros países), financiados pela Fundação Rockefeller (Programa LEAD Internacional). A primeira turma deste curso foi constituída de pessoas bastante maduras, contestadoras das ideias da entidade financiadora, hoje importantes lideranças do movimento ambientalista no País. Mas o curso sobreviveu (e proliferou), servindo de exemplo para a criação de outros cursos e captando bolsas de estudo para o empoderamento de lideranças voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Em associação com a entidade gestora do curso LEAD na USP (ABDL), o oficial responsável na Rockefeller formalizou um convênio para fortalecer o movimento da EE no Brasil. Aquele momento (1993) foi propício para a estruturação de uma entidade brasileira voltada à economia ecológica, como uma das respostas aos desafios da Rio-92. Os recursos da Rockefeller nos permitiram apoiar vários estudos de caso realizados por núcleos de pesquisa em diversas partes do país (uso de manguezais por ciaçaras no Lagamar, em São Paulo; manejo florestal por pecuaristas em Paragominas; carvão siderúrgico no Cerrado; o Mutirão Reflorestamento no Rio, entre outros). Chamamos os

pesquisadores e um grupo de avaliadores externos de renome (Robert Repetto, da World Resources Institute, Fabio Feldmann, entre outros) a um workshop intensivo na USP para discutirmos os casos estudados. Montamos um evento de fechamento com a presença do Secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo à época, Édís Milaré, para averiguar o interesse na proposta da EE, em que compareceram mais de 300 pessoas. As bases estavam prontas para deslanchar a iniciativa de criar uma sociedade nacional de EE.

Com o crescimento do movimento internacional, surgiu a necessidade de um vínculo institucional para potencializar nosso esforço no Brasil. Pesquisadores e gestores de programas e projetos atuantes na discussão se reuniram na FINEP para criar a atual Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (ECOECO), ONG sem fins lucrativos, interdisciplinar, com objetivos educativos e científicos, destinada a divulgar conceitos e práticas de EE e a fortalecer laços de cooperação e parceria com entidades afins no país e no exterior. O Estatuto estabeleceu a ECOECO como filial regional da ISEE no Brasil. Ao criar o vínculo formal com esta última, os sócios da ECOECO passaram a ser considerados automaticamente como sócios da ISEE. Em virtude deste vínculo, tem-se observado uma crescente e expressiva participação de sócios da ECOECO nos encontros bienais da ISEE, realizados a partir da sua criação.

Como sócio fundador, assumi a primeira presidência da ECOECO em 1994, ano em que realizamos, junto de colegas da Costa Rica, o maior congresso da ISEE na sua história, ao qual compareceram 1.500 participantes. O tema, aplicações práticas da EE em países em desenvolvimento, levou à elaboração de mais um livro em inglês, do qual participamos com o trabalho sobre os favelados de São José Operário (MAY; PASTUK, 1995). No mesmo ano, publicamos um compêndio de estudos de caso oriundos do workshop de 1993, em São Paulo, no livro *Economia Ecológica: Estudos de Caso no Brasil* (Campus/ECOECO). Na sequência, a ECOECO realizou seu primeiro Encontro nacional na UNICAMP (1995), iniciando uma série que, até 2015, contava com 13 congressos bianuais, intercalados com a realização dos congressos internacionais.

Os congressos da ECOECO foram sucessivamente realizados em diferentes regiões do país, levando à organização de Diretorias Regionais em cada mesorregião: Univ. Mackenzie (São Paulo), UFPE (Recife), UNIFOR (Fortaleza), UnB (Brasília [2 vezes]), UFPA (Belém), UFMT e ICV (Cuiabá), UNISOL (Caxias do Sul) e UNESP (Araraquara).

Além do vínculo com a ISEE, a ECOECO integrou um movimento paralelo para criar uma Rede Ibero-Americana de Economia Ecológica (REDIBEC) e uma revista de acesso aberto on-line (*REVIBEC*; avaliado no Qualis), que passou a realizar outra série de congressos regionais intitulados de Congressos Íbero-Americanos de Desenvolvimento Sustentável (CISDA). A própria ECOECO iniciou a publicação do seu *Boletim da ECOECO* durante a minha gestão, atualmente no seu 26º número, tendo evoluído de um simples *newsletter* para uma revista temática com ênfase em questões de importância para a política nacional ambiental e contendo resumos das pesquisas em curso. Temas de alguns dos números incluíram: os legados do Herman Daly e de Nicholas Georgescu-Roegen, a contribuição da Elinor Ostrom (publicado no ano em que a pesquisadora recebeu o prêmio Nobel), pagamentos por serviços ambientais, a política do clima, a gestão de recursos hídricos, resíduos sólidos etc. Atuei desde o início como membro do corpo editorial e editor de alguns números temáticos, assim como Presidente do Conselho Fiscal e Assessor, até 2013, quando retornei à Presidência (para a qual fui reeleito em 2015).

Membro do corpo editorial da Revista *Ecological Economics* desde 1990, também contribuí progressivamente com a gestão da ISEE, tendo sido eleito para o Conselho, no cargo de Tesoureiro, em 1998, sob a presidência de Richard Norgaard da UC-Berkeley. Neste período, a ISEE passou por mudanças na sua governança, evoluindo para uma confederação de sociedades regionais, após quase uma década sob o controle de um grupo restrito na Universidade de Maryland nos EUA sob o comando de Robert Costanza. Contamos, neste movimento, com a crescente força das sociedades regionais da ISEE na América Latina, que hoje em dia conta com quatro regionais da ISEE, cobrindo Brasil

(ECOECO), Argentina/Uruguai (ASAUEE), Meso-América e Caribe (SMEE), e a região andina (SAFE), além da REDIBEC.

A convite de Richard Norgaard, durante o período em que atuei como membro do Conselho da ISEE sob a sua presidência, passei um ano em pesquisa de pós-doutorado na Universidade de Califórnia-Berkeley, Grupo de Energia e Recursos (ERG). Durante este ano no exterior editei uma versão em inglês de estudos de casos brasileiros com o título *Natural resources valuation and policy in Brazil: Methods and cases* (Columbia U.P., 2000). Ao retornar, juntei forças com outros membros da ECOECO para publicar o primeiro livro-texto de EE no país, *Economia do meio ambiente: Teoria e prática* (MAY et al., 2003, Elsevier/ECOECO), cuja segunda edição (MAY, 2010) foi fruto de um segundo pós-doc, na Columbia University Earth Institute, em 2008-09. Todas as edições brasileiras destes livros continuam rendendo *royalties* à ECOECO.

Em 2006 fui eleito Presidente da ISEE, tendo concorrido a pedido de Joan Martinez-Alier, presidente à época. Aceitei para ajudar a entidade a cumprir com o dever estatutário de apresentar dois candidatos e terminei ganhando o pleito, em boa parte devido à força da ECOECO e das sociedades regionais latino-americanas.

Entre os deveres do Presidente-eleito está a organização do congresso bienal da entidade. Foi uma tarefa árdua e complexa, devido à missão de realizá-lo em Nairobi, Quênia, onde fomos acolhidos pelo Diretor-Executivo do PNUMA, Achim Steiner, aproveitando a estrutura de convenções na unidade da ONU sediada nesta cidade. Repentinamente, surgiu uma crise violenta no Quênia devido às eleições contestadas por diferentes grupos tribais poucos meses antes da realização do Congresso, o que restringiu, seriamente, a participação e o apoio financeiro recebido, levando à ISEE a assumir boa parte dos custos. Mesmo assim, o congresso teve uma participação internacional bem diversa, com o fortalecimento de uma nascente Sociedade Africana de EE, estímulo aos temas de economia ecológica a serviço das entidades da sociedade civil e a análise crítica do surgimento de mercados para serviços ambientais. O prêmio Boulding da ISEE

foi para o visionário chileno Manfred Max-Neef, um dos pensadores emblemáticos da área, que veio a Nairobi de Valparaíso para recebê-lo.

Em 2012, o congresso da ISEE foi realizado no Rio sob a organização da ECOECO e a minha coordenação, no bojo da Conferência Rio+20. Colaborei com a nova Presidente-eleita da ISEE, a ecofeminista Bina Agarwal, diretora do *Institute for Economic Growth*, de Delhi, na Índia, nesta organização. Terminamos enfrentando, desta vez, não a violência, mas a escassez de lugares para hospedar o congresso e seus participantes, devido ao bloqueio imposto pela ONU e Governo Federal. Superamos as dificuldades com uma rede de hospitalidade solidária e realizamos um belo congresso com mais de 800 inscritos. O evento foi realizado no Hotel Guanabara, em frente ao CPDA, com o apoio do BNDES, CNPq, Banco Santander, PNUMA e outras entidades nacionais e internacionais. O congresso culminou com uma palestra proferida pelo Primeiro Ministro de Butão, Jigme Thinley, sobre a busca pela Felicidade Nacional Bruta, alternativa ao PIB.

VALORAÇÃO, CERTIFICAÇÃO E PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

Desde a minha chegada ao país, em 1983, me envolvi com ONGs ambientalistas e de ATER. Na UFC, estabeleci uma parceria com a ESPLAR na tentativa de elaborar a planilha de custos da produção de hortaliças em Tauá, no semiárido cearense, procurando ao mesmo tempo mostrar os benefícios da adoção de práticas sustentáveis. Esta contribuição se tornou cada vez mais importante com a crescente percepção de que a boa organização de base tinha que ser aliada a uma boa gestão de recursos financeiros e à valoração dos “intangíveis”, ou “mercadorias fictícias” (Polanyi) derivados da natureza.

Por outro lado, o nosso trabalho na EE enfrentou certa discriminação com o questionamento daqueles que viram na valoração de ativos ambientais um apego excessivo ao mercado como meio para resolver conflitos socioambientais, numa perspectiva coaseana (Ronald Coase). Contudo, nunca foi a proposta da

EE interpretar o valor dos bens e serviços ambientais em termos estritamente monetários, posto que boa parte de tais recursos não possuem características de mercadorias e colocá-los nestes termos implicava perder a sua grande importância não somente para os seres humanos, mas, também, para os demais organismos que dependem de tais recursos e processos para sobreviver e florescer.

Por outro lado, a abordagem da valoração e contabilidade de capital natural exigia alguma comensurabilidade com os valores de troca, considerando que a tomada de decisão sobre investimentos e opções tecnológicas depende em grande medida na recorrência a estas medidas. Como fruto desta discussão no campo teórico-metodológico, participei como coautor em artigos recentes que retratam este debate no contexto dos pagamentos por serviços ambientais (MURADIAN et al., 2010). A aplicação desta abordagem aos problemas de compensação de agentes no meio rural que provêm serviços ambientais à jusante resultou num debate profundo na sociedade brasileira sobre a “commoditização” da natureza. Ao mesmo tempo em que participei deste debate, procurei me aprofundar nas condições em que o estabelecimento de instrumentos compensatórios de boas práticas de uso do solo comprovadamente benéficas à natureza deve ser incentivado pela sociedade (MAY, P., 2011; MAY et al., 2015; COUDEL, et al., 2015). Tal abordagem foi ampliada para a zona costeira, na busca de instrumentos capazes de remunerar pescadores artesanais por suas práticas de menor impacto, em cogestão dos recursos naturais ameaçados em áreas protegidas (VINHA; MAY, 2012; BEGOSSI, et al., 2012)

Ao longo da minha carreira acadêmica encontrei espaço para participar como colaborador e gestor de algumas das entidades da sociedade civil de maior expressão na área socioambiental, em que procuramos desenvolver projetos que responderam à emergente importância de bens e serviços ecossistêmicos nas políticas públicas e ações do setor privado. No CPDA este envolvimento se aprofundou, posto que muitos dos alunos do curso são oriundos de ou destinados a trabalhar em ONGs. Meus colegas também possuem longas histórias de luta junto às entidades de pesquisa e ação de maior expressão no país como o

Ibase, ISER, FASE, CEDI/ISA, ASPTA etc., vários dos quais tínhamos apoiado durante os anos na FF e cujas premissas compartilhamos.

No Instituto Pró-Natura (IPN) desenvolvemos dois programas ao longo de sete anos de colaboração, um no Noroeste de Mato Grosso e outro na região serrana do Rio de Janeiro, em que parte das ações foi resultado do nascente mercado de carbono florestal (veja a próxima seção) e de outorga e cobrança na gestão de recursos hídricos, como instrumento de fomento à restauração de terras e rios degradados. Apoiados pela FF no Rio e pelo Fundo Global do Meio Ambiente-GEF/PNUD em MT, estes dois enfoques de pesquisa-ação em campo tiveram continuidade ao longo da minha carreira. Continuei esta abordagem nos cinco anos em que estive à frente da Rede Brasileira Agroflorestal-REBRAF, onde iniciamos uma colaboração com o MDA e uma rede de ONGs voltadas a ATER socioambiental na Mata Atlântica. O principal produto desta parceria foi a publicação do *Manual Agroflorestal para a Mata Atlântica* (MAY; TROVATO, 2008), em colaboração com alguns dos atores mais renomados na documentação e difusão das práticas de êxito com Sistemas Agroflorestais (SAFs) no país (Jean Dubois, Jorge Vivan e Armin Deitenbach). O manual foi adotado e aplicado pelas 17 ONGs da região que participaram da sua montagem e da inclusão de estudos de caso práticos oriundos das suas experiências na introdução de SAFs, entre produtores rurais locais ao longo de toda a Mata Atlântica.

Outra linha de pesquisa que ocupou boa parte da década de 1990 foi da análise de oportunidades para melhoria dos termos de troca e custos associados à certificação socioambiental do manejo florestal e da produção agropecuária. Participamos de uma série de estudos nesta temática, entre os quais colaborações internacionais com o Instituto Internacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento (IIED, Londres), uma das mais antigas e respeitadas ONGs de pesquisa ambiental, e com pesquisadores da Yale University na sua Escola de Florestas e Meio Ambiente em New Haven, EUA. Este último, focado principalmente nas precondições para o surgimento de uma regulação não estatal de práticas

produtivas, no caso da certificação florestal no Brasil (MAY, et al., 2006; MAY, 2006).

Posteriormente, acompanhamos mais de perto a gestão da governança da certificação florestal, como membro do Conselho da FSC-Brasil, responsável pela acreditação dos certificadores deste padrão principal de conformidade com critérios de produção sustentáveis no setor florestal. Embora falhos, os processos de certificação permitem maior segurança por parte dos consumidores da qualidade socioambiental dos processos produtivos, estabelecendo um elo de confiança entre o setor produtivo e o mercado. Posteriormente, atuando como Diretor-Adjunto da OSCIP Amigos da Terra-Amazônia Brasileira, aplicamos estes princípios na elaboração de uma proposta de um amplo padrão de conformidade para o setor agropecuário, nos biocombustíveis (Round-Table on Sustainable Biofuels) e na pecuária bovina na Amazônia, como parte de uma estratégia de redução das pressões de expansão da fronteira extensiva ao desmatamento (SMERALDI; MAY, 2009; 2010; BUSTAMANTE et al., 2012).

Em outra vertente que se iniciou durante o pós-doc em Berkeley, coordenei pesquisas sobre a responsabilidade perante as comunidades afetadas pela exploração de petróleo e gás em regiões frágeis, junto aos pesquisadores do Energy and Resources Group - ERG. A empresa Shell Internacional estava testando um novo modelo de empreendimento na Amazônia peruana, no campo de Camisea na bacia do Baixo Urubamba. Seus diretores nos convidaram a participar de um esforço de documentação deste processo, focando na consulta aos *stakeholders* locais, numa região de florestas intocadas e grupos indígenas não contatados. Coordenei uma equipe de pesquisadores da UC-Berkeley e colaboradores do IPN neste processo, publicado num Trabalho para Discussão do ERG e num workshop realizado em Houston, e posteriormente numa revista internacional (MAY, et al., 2002). Apesar do projeto de gás Camisea ter sido cancelado pela Shell, permaneceu o legado de uma tentativa de extração “*offshore*”, adotando uma política empresarial “sem estradas”, e táticas de consulta e compensação local antes mesmo de iniciar qualquer exploração e desenvolvimento no campo

(Atualmente, a Eletrobras propõe a adoção desta mesma tática “*offshore*” no desenvolvimento de usinas hidroelétricas na Amazônia brasileira).

Nos anos posteriores ao estágio na UC-Berkeley, continuamos o envolvimento na pesquisa e assessoria junto a segmentos do empresariado e do setor financeiro preocupado com os efeitos sobre o risco e a reputação associados aos impactos socioambientais da exploração de recursos naturais. Na área de valoração de bens e serviços ecossistêmicos, a colaboração com o projeto *The Economics of Ecosystems and Biodiversity* (TEEB) permitiu um entendimento sobre como empresas e produtores rurais de maior porte poderiam fazer parte das soluções dos problemas globais, em vez de serem, unicamente, parte do problema. Como membro do Comitê Assessor do TEEB, acompanhei os debates estratégicos que levaram o projeto a alcançar uma penetração internacional considerável, servindo de referência para o desenvolvimento de novos programas de valoração de capital natural nacional, regional e local. No Brasil, assessoriei o MMA através de convênios de consultoria com o PNUMA e a GIZ, visando a identificar oportunidades para repensar a tomada de decisões, integrando a valoração dos ativos naturais e as demandas de grupos sociais afetados. O Projeto Capital Natural do Brasil, integrado ao plano de trabalho do MMA, apoia o desenvolvimento de um sistema de contas nacionais ambientais e de serviços ecossistêmicos no País, que deve subsidiar a tomada de decisões sobre áreas prioritárias para a conservação e a restauração de recursos naturais nacionais.

POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS E CONVENÇÕES GLOBAIS

Uma das formas que encontramos para participar na análise de políticas públicas globais do meio ambiente foi a de avaliar os potenciais efeitos do surgimento de um mercado para carbono florestal associado à Convenção do Clima, retratado nesta seção.

Em 1997, a partir da homologação do Protocolo de Quioto e, particularmente, do seu Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), houve um

esforço por parte do movimento ambientalista e do setor florestal no sentido de se apropriar de alguma parte deste novo fluxo financeiro para conservação e desenvolvimento florestal. Apesar da mobilização de investidores em potencial, além de ONGs, comunidades e empresas interessadas, o desenvolvimento deste potencial foi barrado desde o início. Este veto partiu da desconfiança do próprio movimento ambientalista do Norte e aliados no Sul, inclusive dos negociadores do Itamaraty, imaginando que grandes poluidores do Norte poderiam – através da comercialização de certificados de redução de emissões oriundos do plantio e conservação de florestas – burlar suas responsabilidades de redução de emissões de gases de efeito estufa.

Somente a partir de 2006, com a publicação do Relatório Stern¹ e um esforço renovado por parte dos países tropicais florestados (entre eles, o Brasil, durante a gestão de Marina Silva no MMA), foi possível incluir as florestas como moeda de barganha na política do clima. A história destas negociações – e meu envolvimento inédito neste processo de comunidades epistêmicas – representa um objeto de fascínio que tem me absorvido ao longo das duas últimas décadas. Minha participação neste contexto surgiu a partir de uma atuação em assessoria a entidades interessadas em desenvolver projetos de carbono florestal e energia de biomassa, assim como em análise dos potenciais conflitos e contradições deste mecanismo, na esfera de políticas públicas.

O primeiro passo neste sentido foi a elaboração de um conjunto de estudos de caso de experiências iniciais de carbono florestal no Brasil e na Bolívia, com apoio da IIED, envolvendo estudantes de doutorado em vários cursos no Brasil, que usaram esta experiência como fundamento para suas teses², posteriormente

.....
¹ Nicholas Stern, renomado economista inglês, dirigiu um estudo importante dos custos da inação política na redução de gases de efeito estufa, em que uma das oportunidades consideradas relativamente baratas e desejáveis era a redução do desmatamento nos países do Sul, também considerado prioritário de ponto de vista ambiental.

² Os doutorandos participantes da pesquisa foram Fernando César Veiga (CPDA), Manyu Chang (UFPR) e Emily Boyd (Universidade de East Anglia, na UK). Todos continuam a exercer papéis importantes nesta área, na ONG The Nature Conservancy do Brasil, no Governo do Paraná e na Universidade de Bath, respectivamente.

publicado em forma de artigo em duas revistas (MAY et al., 2004; BOYD et al., 2007). Esse estudo questionou os critérios que o governo brasileiro tinha adotado para a aprovação de projetos no contexto do MDL e identificou salvaguardas sustentáveis em relação a condicionantes econômicos, sociais e ambientais que tais projetos deveriam evidenciar.

Mais adiante, com a definição pela UNFCCC da importância da manutenção dos estoques de carbono nas florestas nativas na contribuição ao combate à mudança climática, iniciamos uma fase intensa de pesquisa e ensino dedicados à integração da proteção e uso sustentável da biodiversidade às políticas do clima, com a abordagem da economia ecológica. Sob a coordenação do professor Joan Martinez-Alier, da Universidade Autônoma de Barcelona, participamos do projeto CEECEC (mais tarde popularizado como *Ecological Economics from the Ground Up*), que envolveu 15 entidades socioambientais não governamentais do mundo inteiro na elaboração de um manual de aplicação prática de economia ecológica a conflitos ambientais locais e regionais. Contribuí com o projeto elaborando um estudo em conjunto com colaboradores do Instituto Centro de Vida (ICV) de Mato Grosso, focando na permuta de reservas legais entre proprietários privados e unidades de conservação do estado, cujo financiamento poderia resultar em certificados de redução de emissões (ANDRADE et al., 2012; 2013).

Em seguida, o Centro Internacional de Pesquisa Florestal (CIFOR), sediado em Bogor, na Indonésia, a partir do acordo de Bali da UNFCCC em 2007, acompanhava experiências nacionais de implementação de instrumentos econômicos, de monitoramento e validação de reduções no desmatamento e degradação florestal (REDD+) como parte dos acordos de clima. Em 2009, o CPDA aceitou servir de núcleo parceiro do CIFOR no Brasil, sob a minha responsabilidade, contando com a colaboração de Dr. Sven Wunder, economista sênior do CIFOR radicado no Rio durante os seis anos do convênio, junto com uma equipe multidisciplinar das ciências sociais e florestais.

Participamos, então, da realização do Estudo Global Comparativo (*Global Comparative Study-GCS*) do CIFOR sobre REDD+, envolvendo pesquisadores

em 14 países em desenvolvimento. O Brasil, como detentor da maior área contígua de floresta tropical no mundo, é um dos países de destaque nesta pesquisa, que envolve análises de macropolítica ambiental (sob a minha coordenação), assim como estudos “ex ante e ex post” (usando a metodologia BACI de análise experimental) de uma série de projetos governamentais, empresariais e de ONGs da região amazônica. Todas as pesquisas foram realizadas com os mesmos instrumentos em todos os 14 países parceiros, permitindo o desenvolvimento de pesquisas comparativas, com publicação conjunta em revistas internacionais, e envolvimento de vários dos meus orientandos como supervisores de equipes de campo e estudiosos da implementação do REDD+ no Brasil para seus trabalhos de conclusão de curso³. A coordenação dos estudos de políticas públicas nacionais voltadas à região amazônica, e sua efetividade no combate ao desmatamento (MAY et al., 2011), das redes de políticas públicas envolvidas (GEBARA et al., 2014) e do papel da mídia no direcionamento das mesmas (MAY et al., 2012) continuam rendendo contribuições ao debate nacional e internacional. Dentro das políticas de maior importância para o combate ao desmatamento na Amazônia, a questão fundiária mereceu particular destaque nos trabalhos realizados pelo projeto, avaliando a contribuição da segurança fundiária para a resolução de disputas territoriais e garantindo os direitos aos povos indígenas e comunidades tradicionais (CORBERA et al., 2011; DUCHELLE et al., 2013).

Mais uma terceira etapa deste processo surgiu com a entrada do CPDA através de REDES, como instituto colaborador (“beneficiário”) no projeto do Conselho Europeu chamado “POLICYMIX” (*Assessing the role of economic instruments in policy mixes for biodiversity conservation and ecosystem service provision*), que responde à meta da CE de reverter tendências de perda de biodiversidade a partir de 2010 através da utilização da análise custo-benefício e de incentivos compatíveis com os instrumentos econômicos. O POLICYMIX enfocava o papel dos instrumentos econômicos em uma mistura de instrumentos de política opera-
.....

³ Esses alunos incluíram, no CPDA, Maria Fernanda Gebara (doutorado) e Luiza Muccillo (mestrado); no PPED/IE-UFRJ, Maytê Rizek (doutoranda); e no PPGPDS, Marcelo Santos e Pedro Nogueira (mestrado profissional).

cional de conservação. Para este fim, os parceiros do projeto desenvolveram uma abordagem de avaliação integrada, que considera vários critérios de avaliação de políticas públicas e os indicadores de biodiversidade e de provisão de serviços ecossistêmicos, avaliação dos seus benefícios econômicos e custos de implementação; impactos sociais e distributivos, e as restrições legais e institucionais – em diferentes níveis de governança. Esta abordagem multi-nível comprovou-se de suma importância para uma política eficaz de conservação da biodiversidade, dada a sobreposição entre os sistemas ecológicos e os sistemas de governança. Em particular, foram avaliadas a relação custo-eficácia e os benefícios de uma gama de instrumentos econômicos vis-à-vis o controle direto através do comando e controle em uma variedade de estudos de casos europeus e latino-americanos.

Os estudos de caso selecionados do POLICYMIX forneceram exemplos complementares de experiências inovadoras em instrumentos econômicos, como Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) e transferências fiscais ecológicas (ICMS-Ecológico), bem como permitiram avaliar as possibilidades de transferência de histórias de sucesso de políticas, proporcionando possibilidades concretas de aprendizagem para os tomadores de decisão sobre políticas públicas. O POLICYMIX consultou ativamente os *stakeholders* das políticas analisadas, incluindo produtores rurais, gestores locais e tomadores de decisão nacionais, que colaboraram com os nossos investigadores nas avaliações de viabilidade de instrumentos econômicos. Com base nesse diálogo ciência-política o POLICYMIX desenvolveu um “*toolbox*” para a realização de avaliação de políticas, utilizando os dados disponíveis.

A equipe do CPDA/REDES, sob a minha coordenação, se engajou no projeto POLICYMIX com uma série de estudos de caso no estado de Mato Grosso, realizados em parceria com o Instituto Centro de Vida (ICV), OSCIP de Mato Grosso, numa avaliação de políticas públicas que poderiam possibilitar a redução do desmatamento e degradação florestal na região Noroeste do estado, com foco nos municípios de Cotriguaçu, Juruena e Juína, envolvendo alunos de pós-graduação do CPDA, IE/UFRJ e COPPE/UFRJ. Os produtos principais

desta análise (entre outros, MAY, et al., 2011; RING et al., 2011) estão disponíveis no site do projeto (<http://policymix.nina.no>), e estão em consideração para publicação em forma de artigos em número especial da revista *Environmental Policy and Governance*.

A inserção internacional desta discussão também ganhou destaque pela criação em 2010, na COP10 da Convenção Global de Diversidade Biológica (CDB), da Plataforma Internacional de Ciência e Política para a Conservação da Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES). Tal Painel, estabelecido nos moldes do IPCC (Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas), que trata desta interface com respeito à mudança climática, tenta elaborar avaliações integradas e setoriais sobre os efeitos da expansão na escala da economia sobre os ecossistemas planetários. Tendo participado anteriormente do Conselho Assessor de um projeto GEF/FAO sobre Polinizadores, fui nomeado, em 2014, pelo Ministério do Meio Ambiente, a participar como especialista convidado de um Grupo de Trabalho do IPBES sobre a valoração da biodiversidade e serviços ecossistêmicos. Neste contexto, participei das reuniões dos grupos de trabalho internacional e no Brasil e na elaboração de documentos de consenso sobre o estado de arte do pensamento científico nesta área para servir de suporte a decisões e políticas.

Os desafios que enfrentam estas iniciativas são enormes, principalmente devido ao desconhecimento da importância econômica que tais serviços assumem. No caso da polinização, boa parte das culturas produzidas no mundo, tanto alimentícias quanto industriais como a soja e algodão, depende dos serviços prestados por polinizadores (abelhas, morcegos, pássaros e borboletas, entre outros) por sua produtividade. Com o sumiço de grandes áreas de *habitat* de tais animais, a produtividade das próprias culturas vem sendo ameaçada, fazendo com que em determinadas partes do mundo tem sido necessário importar caixas de abelhas para realizar o serviço que antes era fornecido pela natureza. O colapso das colmeias naturais devido a doenças e à ação de agrotóxicos também faz parte deste problema.

Continuando a colaboração em grupos de trabalho preocupados com a integração disciplinar na interface ciência/política, em 2015, fui convocado para participar de mais um painel de especialistas, tratando da interface entre manejo sustentável de florestas e segurança alimentar e nutrição, como parte dos estudos organizados pelo Painel de Alto Nível de Segurança Alimentar (HLPE) e pelo Conselho Global de Segurança Alimentar, fazendo coro com uma série de pesquisadores do CPDA convidados para semelhantes esforços em diferentes áreas temáticas (biocombustíveis, agroecologia). No caso das florestas, trata-se de área de limitada competência quando se trata de alimentos e nutrição, pois o consumo de alimentos oriundos da floresta é pouco conhecido ou mensurado. Mas, novamente os serviços prestados pelas florestas para a manutenção dos fluxos de água, estabilização climática e polinização são críticos para a produtividade das nossas principais fontes de alimentos. Nosso trabalho ainda está em curso, devendo ser apresentado para discussão entre os membros do HLPE até o final de 2016.

Neste leque de trabalhos em contribuição à tomada de decisões públicas, fui chamado para representar a ECOECO num Grupo de Trabalho da SBPC e ABC que deliberava sobre o conteúdo das propostas do Congresso para revisão do Código Florestal nacional. Este Grupo subsidiou ao esforço da comunidade científica e de entidades ambientais em opor as medidas de redução em Áreas de Proteção Permanente e Reservas Legais incorporadas na Lei 12.651 de 2012. Continuamos a discutir a implementação desta nova legislação florestal, mais recentemente contribuindo à audiência pública do Supremo Tribunal Federal relativa à apresentação de Ações de Inconstitucionalidade sobre diversos trechos da Lei, em abril de 2016.

Referências

- ANDERSON, A.B.; MAY, P.H.; BALICK, M.J. **The subsidy from nature: palm forests, shifting cultivation and peasantry on an Amazonian frontier**. Nova York, Columbia University Press, 1990.
- ANDRADE, J.; MAY, P. The potential of REDD and legal reserve compensation in Mato Grosso, Brazil. In: MARTINEZ-ALIER, Joan et al., (Eds.). **Ecological Economics from the Ground Up**. London: Routledge, 2012, p. 403-429.
- ANDRADE, J.; MAY, P. H.; BERNASCONI, P. A policy mix to finance protected areas in Mato Grosso, Brazil. In: MURADIAN, R.; RIVAL, L. (Eds.). **Governing the Provision of Ecosystem Services**, Dordrecht: Springer, 2013, p. 379-394.
- BEGOSSO, A.; MAY, P.; LOPES, P.; OLIVEIRA, L.; VINHA, V.; SILVANO, R. Compensation for environmental services from artisanal fisheries in SE Brazil: Policy and technical strategies. **Ecological Economics**, v. 71, p. 25–32, 2012.
- BOYD, E.; MAY, P. H. CHANG, M.; VEIGA, F. C. Exploring socioeconomic impacts of forest based mitigation projects: Lessons from Brazil and Bolivia. **Environmental Science and Policy**, v. 10, p. 419–433, 2007.
- BUSTAMANTE, M., et al. Estimating greenhouse gas emissions from cattle raising in Brazil. **Climatic Change**, v. 115, n. 3-4, p. 559-577, 2012.
- CORBERA, E.; ESTRADA, M.; MAY, P.; NAVARRO, G.; PACHECO, P. Rights to land, forests and carbon in REDD+: Insights from Mexico, Brazil and Costa Rica. **Forests**, 2(1), p. 301-342, 2011.
- COUDEL, E.; FERREIRA, J.; AMAZONAS, M.; ELOY, L.; HERCOWITZ, M.; MATTOS, L.; MAY, P.; MURADIAN, R.; PIKETTY, M.; TONI, F. The rise of PES in Brazil: from pilot projects to public policies In: MARTINEZ-ALIER, J.; MURADIAN, R. (eds.). **Handbook of Ecological Economics**. Cheltenham, UK: Edward Elgar Press, 2015, p. 450-472.
- DUCHELLE, A. et al. (14 coautores). Linking forest tenure reform, environmental compliance, and incentives: Lessons from REDD+ initiatives in the Brazilian Amazon. **World Development**, v. 55, p. 53-67, 2013.
- GEBARA, M.F.; FATORELLI, L.; MAY, P.; ZHANG, S. REDD+ policy networks in Brazil: constraints and opportunities for successful policy making. **Ecology and Society: a journal of integrative science for resilience and sustainability**, 19(3): 53. <http://dx.doi.org/10.5751/ES-06744-190353>, 2014.
- GENTRY, B. (Ed.). **Private Capital Flows and the Environment: Cases from Latin America**. UK: Edward Elgar Press, 1997.
- MAY, P. H. **A modern tragedy of the non-commons: agro-industrial change and equity in Brazil's babassu palm zone**. 1986. 455f. Tese (Doutorado em economia de Recursos naturais), Pós-Graduação em Economia de Recursos Naturais, Cornell University, 1986.
- MAY, P. H. O (falso) dilema: Irrigação e/ou reforma agrária no Nordeste? **Revista de economia e sociologia rural**. Brasília, DF, Vol. 26, 2, p. 163-179, 1988.
- MAY, P. H. Dilema da privatização: efeitos distributivos das mudanças nos direitos de propriedade sobre recursos extrativistas. **Revista de economia e sociologia rural**. Brasília, DF, Vol. 27, 4, p. 367-389, 1989a.
- MAY, P. H. **Palmeiras em chamas: transformação agrária e justiça social na zona do babaçu do Maranhão**. São Luis: EMAPA/ Fundação Ford/FINEP, 1989b.

MAY, P. H. Savage capitalism: international market alliances to conserve neotropical forests. In: DEITZ, T. (Org.). **Sustainability and environmental policy: restraints and advances**. Berlin, Alemanha: Sigma, 1992, p. 226-236.

MAY, P. H. (Org.) **Economia ecológica: estudos de caso no Brasil**. Rio: Campus/ECOECO, 1995.

MAY, P. H. O setor financeiro privado internacional e o meio ambiente: o caso do Brasil. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento Sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez/Fundação Joaquim Nabuco, 1997, p. 299-313.

MAY, P. H. (Org.) **Natural resources valuation and policy in Brazil: Methods and cases**. New York, Columbia U.P., 2000.

MAY, P. H. Forest certification in Brazil. In: CASHORE, B., et al. **Confronting sustainability: Forest certification in developing and transitioning countries**. Yale University School of Environmental Studies and Forestry, 2006. p. 337-362.

MAY, P. H. (Org.) **Economia do meio ambiente: Teoria e prática**. 2. ed. Elsevier/ECOECO, 2010.

MAY, P. H. Iniciativas de PSA de carbono florestal na Mata Atlântica. In: GUEDES, F.B.; SEEHUSEN, S. (Eds.) **Pagamento para serviços ecossistêmicos na Mata Atlântica: Estado da arte e desafios**. Brasília: GIZ/MMA, 2011, p. 55-122.

MAY, P. H.; ANDERSON, A. B.; FRAZÃO, J. M.; BALICK, M. J. Subsistence uses of the babassu palm (*Orbignya phalerata*). **Economic Botany**, v. 39, n. 2, p. 129145, 1985a.

MAY, P. H.; ANDERSON, A. B.; FRAZÃO, J. M.; BALICK, M. J. Babassu palm in the agroforestry systems in Mid-North Brazil. **Agroforestry Systems**, v. 3, p. 275-295, 1985b.

MAY, P. H.; ANDRADE, J.; ABAD, P.; GEBARA, M. F.; KAECHHELE, K.; VIVAN, J. L. **The context of REDD+ in Brazil: drivers, agents and institutions**, Bogor, CIFOR Occasional Paper, n. 55, 2011.

MAY, P. H.; BERNASCONI, P.; WUNDER, S.; LUBOWSKI, R., **Environmental reserve quotas in Brazil's new forest legislation: an ex ante assessment**. Occasional Papers. CIFOR, Bogor, 2015.

MAY, P. H.; BOYD, E.; CHANG, M.; VEIGA, F. C. Incorporating sustainable development into forest carbon projects in Brazil and Bolivia. SCIElo. Traduzido de **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 5-50, 2005.

MAY, P. H.; CALIXTO, B.; GEBARA, M. F. **REDD+ politics in the media: a Brazilian case study**. Bogor, CIFOR Working Paper, n. 55, 2012.

MAY, P. H.; DABBS, A. W.; D'AVILA, P.; VINHA, V.; ZAIDENWEBER, N. A corporate approach to social monitoring and assessment for development in a fragile environment. **Environmental Monitoring and Assessment**, v. 76, p. 125-134, 2002.

MAY, P. H.; MOTTA, R. S. **Valorando a natureza: análise econômica para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

MAY, P. H.; MOTTA, R. S. (Orgs.). **Pricing the planet: economic analysis for sustainable development**. Columbia Univ. Press, 1996.

MAY, P. H.; PASTUK, M., Valuing social sustainability: environmental recuperation on favela hillsides in Rio de Janeiro. In: SEGURA, O. B.; COSTANZA, R.; MARTINEZ-ALIER, J. (Eds.). **Getting Down to Earth: Practical Applications of Ecological Economics**. Washington, D.C.: Island Press, 1995.

MAY, P. H.; TROVATO, C. (Orgs.). **Manual Agroflorestal para a Mata Atlântica**. Brasília, DF, REBRAF/MDA, 2008.

MAY, P. H.; VEIGA, F. C.; HORTA, A. **Barreiras à certificação madeireira na Amazônia brasileira**: a importância dos custos. Pró-Natura/IIED/GTZ, 2000.

MAY, P. H.; VINHA, V.; LUSTOSA, C. (Orgs.). **Economia do meio ambiente**: Teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier/ECOECO, 2004.

MAY, P. H.; VINHA, V. Investing in sustainable use of biodiversity for social benefit in Brazil. In: MURADIAN, R.; RIVAL, L. (Eds.). **Governing the Provision of Ecosystem Services**. Dordrecht: Springer, 2013, p. 319-332.

MAY, P.; VINHA, V. Biodiversity and green governance in Brazil: innovative solutions to target resources for conservation and equity. In: GASPARATOS, A. (ed.). **Biodiversity in the Green Economy**. London: Routledge, 2015. p. 341-359.

MOTTA, R. S.; MAY, P. H. Loss in forest resource value due to agricultural land conversion in Brazil. **Trabalhos para Discussão**. Rio de Janeiro: IPEA, 1992.

MURADIAN, R.; CORBERA, E.; PASCUAL, U.; KOSOY, N.; MAY, P. H. Reconciling theory and practice: an alternative conceptual framework for understanding payments for environmental services? **Ecological Economics**, v. 69, p. 1202-1208, 2010.

RING, I.; MAY, P.; LOUREIRO, W.; SANTOS, R.; ANTUNES, P.; CLEMENTE, P. Ecological fiscal transfers In: RING, I. et al. (Org.) **Instrument mixes for biodiversity policies**. Leipzig, Germany: Helmholtz Centre for Environmental Research – UFZ, 2011. p. 98-118.

SMERALDI, R.; MAY, P. H. **O reino do gado**: uma nova fase na pecuarização da Amazônia. São Paulo: Amigos da Terra-Amazônia Brasileira, 2009.

SMERALDI, R.; MAY, P. H. **Pagando a conta**. São Paulo: Amigos da Terra-Amazônia Brasileira, 2010.

VINHA, V.; MAY, P. H. Pagamento por serviços ambientais como fonte de sustentabilidade financeira da Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo In: CALDASSO, L.; VALLE, R.; VINHA, V. (Eds.). **Governança em Reserva Extrativista Marinha**. Rio de Janeiro: PoD Editora, 2012. p. 101-112.



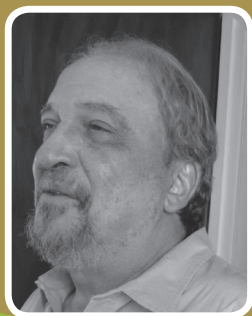
Edur/UFRRJ
Novembro 2018

Fontes: EB Garamond 11 Pt,
Zilla Slab 11,5 Pt.
(Google Fonts)

MEMÓRIAS e TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS

O RURAL COMO OBJETO
DE REFLEXÃO E VIDA

VOLUME 2



ISBN 978-85-8067-104-9



9 788580 671049